

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL

LUCAS ALVES PEREIRA

ÁREAS VERDES URBANAS: um estudo a partir do espaço público em Ituiutaba, Minas
Gerais - Brasil

Ituiutaba

2019

LUCAS ALVES PEREIRA

ÁREAS VERDES URBANAS: um estudo a partir do espaço público em Ituiutaba, Minas
Gerais - Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal – Área de Concentração: Produção do espaço e dinâmicas ambientais, da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Produção do espaço rural e urbano

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda

Ituiutaba

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de
Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P436a Pereira, Lucas Alves, 1988-

2019 Áreas verdes urbanas [recurso eletrônico] : um estudo a partir do espaço
público em Ituiutaba, Minas Gerais - Brasil / Lucas Alves Pereira. - 2019.

Orientador: Carlos Roberto Loboda.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.607> Inclui
bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Geografia. 2. Planejamento urbano - Aspectos ambientais - Ituiutaba
(MG). 3. Espaço urbano - Ituiutaba (MG). 4. Ituiutaba (MG)-

Arborização e ajardinamento. I. Loboda, Carlos Roberto, 1974- (Orient.)
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Geografia do Pontal. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL

LUCAS ALVES PEREIRA

ÁREAS VERDES URBANAS: um estudo a partir do espaço público em Ituiutaba, Minas
Gerais - Brasil

Dissertação aprovada para obtenção do título de
Mestre em Geografia no Programa de Pós-
Graduação em Geografia do Pontal – Área de
Concentração: Produção do espaço e dinâmicas
ambientais – Linha de Pesquisa: Produção do espaço
rural e urbano, da Faculdade de Ciências Integradas
do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, pela
banca examinadora formada por:

Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda, UFU/MG

Prof. Dr. Antônio Oliveira Júnior. UFU/MG

Prof. Dr. Marcos Clair Bovo, UNESPAR/MG

Ituiutaba, _____ de _____ de _____.

... entender a natureza como o movimento em que as formas saem umas das outras, a vida da matéria sem vida, a matéria sem vida da matéria viva, num mundo que dialeticamente ora é equilíbrio e ora desequilíbrio, ora ordem e ora caos, um saindo do outro, um e outro sendo o ser e o não-ser de um devir em que o real não é nem um nem outro e ao mesmo tempo é um e o outro, o equilíbrio dando luz ao desequilíbrio e o desequilíbrio dando luz ao equilíbrio, a ordem ao caos e o caos à ordem, a sucessão de mediações dele fazendo o real-concreto do qual a senso-percepção só alcança a forma, confundindo-o com um mundo de formas

(Sobre a Geografia e seu papel na interpretação da natureza/mundo em “A insensível natureza sensível”, Ruy Moreira)

AGRADECIMENTOS

Na iminência dos momentos finais deste percurso acadêmico e também de fase da vida, me vêm à cabeça ocasiões boas e outras difíceis ao longo do trajeto, sobretudo pelas decisões impostas a cada nova oportunidade. A frase “a vida é feita de escolhas” dita pelo Professor Loboda em meados de 2013 nunca foi tão real. Durante estes últimos 3 anos algumas destas escolhas tornaram possível a realização dos projetos determinados. A princípio o de ingressar no mestrado, após, como conduzir esta etapa. Neste sentido, gostaria de agradecer aqui a todos que de certa forma contribuíram para as escolhas e para a realização deste percurso. Procurei me lembrar de todos, mas infelizmente a memória pode me trair, fazendo com que figuras muito importantes acabem por serem esquecidas, assim, já me adianto nas desculpas e peço compreensão.

Não poderia iniciar de forma diferente senão agradecendo aos meus pais, personagens de importância difícil de ser traduzida em palavras. À Dona Lourdes os mais amorosos agradecimentos pelo apoio dado a todo momento e pela confiança depositada, nunca transparecendo qualquer preocupação, me trazendo assim a segurança necessária para conduzir esta etapa. Ao meu pai, Irai, agradeço por respeitar minhas opiniões, compreendê-las mesmo pensando diferente e também por me apoiar das mais diversas formas possíveis, nunca me negando auxílio. Sobre meus pais recaem a responsabilidade do que sou, portanto, se esta pesquisa se encontra tal como ela é, muito é devido a eles. Agradeço também à minha irmã e minha família pelo apoio sempre que solicitado.

À Fran, minha companheira e confidente que esteve ao meu lado em todos os momentos, duplicando as alegrias e dividindo as angústias. Sempre sensível e paciente, sei que por alguns momentos tenha sido difícil, mas sem você não teria conseguido superar os percalços que surgiram durante o caminho. Ainda, obrigado por me escutar divagar e falar sobre esta pesquisa e a Geografia, sempre ouvindo e contribuindo. Amo você!

Gostaria de agradecer aos meus amigos, sobretudo aqueles de convívio mais próximo, alguns mais antigos, outros mais recentes, todos de certa forma participaram da construção desta pesquisa ao longo de debates sobre temáticas da Geografia e outras áreas, em lugares formais e não formais (também conhecido como boteco). Além da Universidade, foram com estas pessoas, nestes lugares que amadureci muitas ideias e conceitos sobre a Geografia. Muito obrigado Lucas Bernardo, Marcos Flávio, Orlando, Antônio, Jéssica, Parreira, Letícia,

Húrbio, Arnaldo, Fernando, Teodora, Alexandre, Hélio e todos aqueles que contribuíram de alguma forma.

Ao meu orientador Carlos Loboda que em 2015 me apresentou uma vertente que até então não conhecia, as áreas verdes. Agradeço não somente pela orientação desta dissertação, mas também pela tutoria no período enquanto fui petiano e pela orientação no trabalho de conclusão de curso na graduação. Relembro estes momentos, pois, tornou-se um exemplo enquanto professor e pessoa. Agradeço também a todos os professores do curso de Geografia e principalmente àqueles do PPGEF que contribuíram significativamente para minha formação.

Agradeço também à todos os colegas de mestrado que participaram deste momento da minha vida acadêmica, pelas discussões na sala de convivência e durante algumas das aulas. Elas foram imprescindíveis.

Muito obrigado aos professores que se dispuseram a fazer a leitura e participar como membro da banca de avaliação desta dissertação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo apoio financeiro que possibilitou a realização desta pesquisa.

RESUMO

Ao longo desta pesquisa tratamos de uma forma especificamente urbana na cidade de Ituiutaba (MG), sendo ela a Área Verde Urbana, situada no âmbito da dimensão do Espaço Público e no contexto da Produção do Espaço Urbano. Entendemos nosso objeto como um híbrido, pois nele se manifesta a procura pela representação de “elementos da natureza” por meio do trato da vegetação e a apropriação social tendo em vista as práticas socioespaciais, portanto, o cerne do conceito, além dos conteúdos funcionais, cobertura vegetal e contextos locais, deve estar pautado como o próprio espaço público, como o lugar das possibilidades, da potencialidade do agir e da reunião, por meio das práticas sociais cotidianas. Relacionando estas assertivas à atual conjuntura espacial da sociedade, observamos uma dissonância entre a apropriação e a constituição do verde urbano, este que desde as últimas décadas ocupa lugar significativo na agenda política de intervenções urbanas nas mais diversas escalas de cidades no Brasil e no Mundo. Assim, tendo em vista a espacialidade do conceito, o que se configura como uma Área Verde Urbana para a cidade de Ituiutaba, vem a partir da realização das funções ecológica/ambiental, estética/paisagística, lazer/recreação, saúde humana e educação (ambiental) juntamente com a possibilidade de uso que o entorno contingente proporciona. Para a cidade de Ituiutaba, até então uma lacuna se estabelece na explicação das Áreas Verdes Urbanas, buscamos, para tanto, por meio de investigação com base em pressupostos teórico-conceituais analisá-las. Especificamente as identificamos a partir da observação de campo relacionada aos conceitos que orientam o tema, buscamos o conteúdo da forma; as caracterizamos ponderando os aspectos físicos, forma em que se apresenta dentro da estrutura urbana e realização de suas funções, aqui, além das Áreas Verdes Urbanas, também os Espaços Livres que foram retirados após o filtro, onde foram separadas 10 (dez) classes distintas; as avaliamos com base em ficha previamente adaptada a partir de De Angelis; Castro; De Angelis Neto (2004), sendo possível a partir desta avaliação também inferir uma abrangência que nos indicasse o entorno contingente; as classificamos tendo como referência a contingência populacional do entorno separada por crianças, adolescentes, idosos e população total; por fim, procurando uma síntese do trabalho, atribuímos perfil para as Áreas Verdes Urbanas na cidade em uma escala abrangente, onde chegamos a 3 (três) classes caracteristicamente diferentes. Acreditamos que a presente pesquisa realizada por meio da metodologia por nós proposta, pode ser apresentar como um instrumento para a gestão pública por partir do entendimento entre demanda do entorno e as condições das Áreas Verdes Urbanas, tornando possível articular melhor os projetos de intervenção, visando melhor aproveitamento de recursos e ainda fazendo com que as benesses das Áreas Verdes Urbanas possam ser distribuídas de maneira mais equilibrada na malha da cidade, oportunizando usos dado o seu caráter de espaço público.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano; Estruturação da cidade; Áreas Verdes Urbanas; Sistema de Áreas Verdes Urbanas e Espaços Livres; Ituiutaba.

ABSTRACT

Throughout this research we deal with a specifically urban form in the city of Ituiutaba (MG), being the Green Urban Area, located within the scope of the Public Space and in the context of the Production of Urban Space. We understand our object as a hybrid, since it manifests the search for the representation of "elements of nature" through the treatment of vegetation and social appropriation in view of socio-spatial practices, therefore, the core of the concept, besides the functional, vegetation cover and local contexts, should be based on the public space itself, as the place of possibilities, the potentiality of action and meeting, through daily social practices. Relating these assertions to the current spatial conjuncture of society, we observe a dissonance between the appropriation and the constitution of the urban green, which has occupied a significant place in the political agenda of urban interventions in the most diverse scales of cities in Brazil and in the World. Thus, considering the spatiality of the concept, what is configured as an Urban Green Area for the city of Ituiutaba, comes from the accomplishment of the ecological / environmental, aesthetic / landscape, leisure / recreation, human health and environmental education) together with the possibility of use that the contingent environment provides. For the city of Ituiutaba, until then a gap is established in the explanation of the Urban Green Areas, we seek to do so through research based on theoretical-conceptual assumptions to analyze them. Specifically we identify them from the field observation related to the concepts that guide the theme, we search the content of the form; we characterize them by considering the physical aspects, the way in which it presents itself within the urban structure and the accomplishment of its functions, here, in addition to the Urban Green Areas, also the Open Spaces that were removed after the filter, ; we evaluated them based on a previously adapted file from De Angelis; Castro; De Angelis Neto (2004), it being possible from this evaluation also to infer a range that indicates the contingent environment; we classify them according to the population contingency of the environment separated by children, adolescents, elderly and total population; Finally, we search for a synthesis of the work, we assign profile for Urban Green Areas in the city in a comprehensive scale, where we arrive at 3 (three) characteristically different classes. We believe that the present research carried out through the methodology proposed by us can be presented as an instrument for public management based on the understanding between the demand of the environment and the conditions of the Urban Green Areas, making it possible to better articulate the intervention projects, aiming at better use of resources and still making the benefits of the Urban Green Areas can be distributed in a more balanced way in the city's network, making use of its public space.

Keywords: Production of urban space; Structuring of the city; Urban Green Areas; System of Green Urban Areas and Open Spaces; Ituiutaba.

RESUMEN

A lo largo de esta investigación tratamos de una forma específicamente urbana en la ciudad de Ituiutaba (MG), siendo ella el Área Verde Urbana, situada en el ámbito de la dimensión del Espacio Público y en el contexto de la Producción del Espacio Urbano. Entendemos nuestro objeto como un híbrido, pues en él se manifiesta la búsqueda por la representación de "elementos de la naturaleza" por medio del trato de la vegetación y la apropiación social teniendo en vista las prácticas socioespaciales, por lo tanto, el núcleo del concepto, además de los contenidos funcionales, la cobertura vegetal y los contextos locales, debe estar pautado como el propio espacio público, como el lugar de las posibilidades, de la potencialidad del actuar y de la reunión, por medio de las prácticas sociales cotidianas. En relación con estas asertivas a la actual coyuntura espacial de la sociedad, observamos una disonancia entre la apropiación y la constitución del verde urbano, este que desde las últimas décadas ocupa un lugar significativo en la agenda política de intervenciones urbanas en las más diversas escalas de ciudades en Brasil y en el Mundo. Por lo tanto, teniendo en vista la espacialidad del concepto, lo que se configura como un área verde urbana verde en la ciudad de Ituiutaba, proviene de la realización de las funciones ecológicas/ambientales, estética/paisaje, ocio/recreación, salud y educación (ambiental) junto con la posibilidad de utilizar al contingente entorno proporciona. Para la ciudad de Ituiutaba, hasta entonces una laguna se establece en la explicación de las Áreas Verdes Urbanas, buscamos, por tanto, por medio de investigación con base en presupuestos teórico-conceptuales para analizarlas. Específicamente las identificamos a partir de la observación de campo relacionada a los conceptos que orientan el tema, buscamos el contenido de la forma; , las caracterizamos ponderando los aspectos físicos, forma en que se presenta dentro de la estructura urbana y realización de sus funciones, aquí, además de las Áreas Verdes Urbanas, también los Espacios Libres que fueron retirados después del filtro, donde fueron separadas 10 (diez) clases distintas ; las evaluamos sobre la base de una ficha previamente adaptada a partir de De Angelis; Castro; De Angelis Neto (2004), siendo posible a partir de esta evaluación también inferir un alcance que nos indique el entorno contingente; las clasificamos teniendo como referencia la contingencia poblacional del entorno separada por niños, adolescentes, ancianos y población total; por fin, buscando una síntesis del trabajo, atribuimos perfil para las Áreas Verdes Urbanas en la ciudad en una escala integral, donde llegamos a tres (tres) clases característicamente diferentes. Creemos que la presente investigación realizada por medio de la metodología propuesta por nosotros, puede ser presentada como un instrumento para la gestión pública por partir del entendimiento entre la demanda del entorno y las condiciones de las Áreas Verdes Urbanas, haciendo posible articular mejor los proyectos de intervención, el mejor aprovechamiento de recursos y aún haciendo que las benesses de las Áreas Verdes Urbanas puedan ser distribuidas de manera más equilibrada en la malla de la ciudad, oportunizando usos dado su carácter de espacio público.

Palavras clave: Producción del espacio urbano; Estructuración de la ciudad; Áreas Verdes Urbanas; Sistema de Áreas Verdes Urbanas y Espacios Libres; Ituiutaba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esqueleto teórico-metodológico da dissertação.....	23
Figura 2 - Articulação escalar dos conceitos.....	26
Figura 3 - Etapas de desenvolvimento das atividades de campo.....	46
Figura 4 - Ficha de campo: identificação	46
Figura 5 - Ficha de observação de campo: elementos a serem observados.....	49
Figura 6 - Níveis de conservação e pavimentação	55
Figura 7 - Níveis de conservação das rampas de acesso	56
Figura 8 - Níveis de conservação dos bancos.....	57
Figura 9 - Níveis de conservação da iluminação.....	58
Figura 10 - Níveis de conservação das lixeiras	59
Figura 11 - Níveis de conservação dos pontos de ônibus.....	59
Figura 12 - Ituiutaba: localização do município e malha urbana (2017).....	62
Figura 13 - Evolução da formação dos bairros em Ituiutaba de 1939 a 2011	65
Figura 14 - Espaços Livres e Áreas Verdes Urbanas	69
Figura 15 - Espaço Livre Urbano: Praça João Avi.....	70
Figura 16 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 101	71
Figura 17 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 102	72
Figura 18 - Espaço Livre Urbano: Praça Professor Laurindo	73
Figura 19 - Espaço Livre Urbano: Praça Santos Dumond	74
Figura 20 - Espaço Livre Urbano: Praça José Arcênio de Paula.....	75
Figura 21 - Espaço Livre Urbano: Praça Prefeito Acácio Cintra	76
Figura 22 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 47	77
Figura 23 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 48	78
Figura 24 - Espaço Livre Urbano: Praça Brasília.....	79
Figura 25 - Espaço Livre Urbano: Praça São Judas	80
Figura 26 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 43	81
Figura 27 - Espaço Livre Urbano: Praça Adelino O. Carvalho.....	82
Figura 28 - Espaço Livre Urbano: Praça Joaquim A. Moraes	83
Figura 29 - Espaço Livre Urbano: Praça José da Silva Ramos	84
Figura 30 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 41	86
Figura 31 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 42	87
Figura 32 - Espaço Livre Urbano: Praça Luiz Alberto.....	88
Figura 33 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 35	89
Figura 34 - Espaço Livre Urbano: Praça David Ribeiro Gouveia.....	90
Figura 35 - Espaço Livre Urbano: Praça João Cinquini.....	91
Figura 36 - Espaço Livre Urbano: Conjunto de praças no Bairro Ipiranga.....	92
Figura 37 - Espaço Livre Urbano: Praça Ameno Vilela Carvalho	93
Figura 38 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 58	94
Figura 39 - Espaço Livre Urbano: Praça Rui Barbosa	95
Figura 40 - Espaço Livre Urbano: Praça do Esporte.....	96
Figura 41 - Espaço Livre Urbano: Praça Dom Pedro I	97
Figura 42 - Espaço Livre: Praça Ipiranga.....	98

Figura 43 - Espaço Livre Urbano: Praça Valdomiro Teixeira Naves	99
Figura 44 - Espaço Livre Urbano: Praça Nelson dos R. Domingues Júnior	100
Figura 45 - Classificação dos Sistemas de Espaços Livres, Construídos e de Integração	102
Figura 46 - As áreas verdes urbanas e suas respectivas funções	106
Figura 47 - Área Verde Urbana: Praça Senador Moreira da Gama.....	114
Figura 48 - Transformações históricas da Praça Senador Moreira da Gama	115
Figura 49 - Área Verde Urbana: Praça Maria da Glória Chaves de Macedo	116
Figura 50 - Área Verde Urbana: Praça Engenheiro Luiz Antônio Moreira	118
Figura 51 - Área Verde Urbana: Praça Novo Tempo.....	119
Figura 52 - Área Verde Urbana: Praça Caiapônia e Praça José Moreira Gonçalves	121
Figura 53 - Área Verde Urbana: Praça Pedro de Freitas Barros	122
Figura 54 - Área Verde Urbana: Praça Mário Natal Guimarães	124
Figura 55 - Área Verde Urbana: Praça Benedito Valadares.....	125
Figura 56 - Área Verde Urbana: Praça dos Trabalhadores.....	126
Figura 57 - Área Verde Urbana: Praça Cônego Ângelo.....	129
Figura 58 - Área Verde Urbana: Praça Getúlio Vargas.....	130
Figura 59 - Área Verde Urbana: Praça 13 de Maio.....	132
Figura 60 - Área Verde Urbana: Praça Tancredo Neves	134
Figura 61 - Área Verde Urbana: Praça Alcides Junqueira	135
Figura 62 - Área Verde Urbana: Praça Jaime Vilela Meinberg	137
Figura 63 - Área Verde Urbana: Praça Hilarião Rodrigues Chaves.....	138
Figura 64 - Área Verde Urbana: Praça Antônio Cadilho	140
Figura 65 - Área Verde Urbana: Praça da Saudade.....	141
Figura 66 - Área Verde Urbana: Praça sem denominação oficial (57)	142
Figura 67 - Área Verde Urbana: Praça Luiz Marques.....	143
Figura 68 - Parque Municipal do Goiabal	146
Figura 69 - Centro Turístico Camilo Chaves Neto.....	149
Figura 70 - Canteiro central da Avenida Minas Gerais.....	152
Figura 71 - Canteiro central da Avenida José João Dib	154
Figura 72 - Canteiro Central da Avenida José João Dib	155
Figura 73 - Segmentos do Sistema de Áreas Verdes Urbanas em Ituiutaba	168
Figura 74 - Sistema de Áreas Verdes Urbanas e população absoluta	171
Figura 75 - Sistema de Áreas Verdes Urbanas e população de crianças.....	173
Figura 76 - Sistema de Áreas Verdes Urbanas e população de adolescentes.....	175
Figura 77 - Sistema de Áreas Verdes Urbanas e população de idosos.....	177
Figura 78 - A Produção do Espaço Urbano, Sistema de Áreas Verdes e Espaços Livres.....	200

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil: população por faixas etárias (1980-2010)	19
Gráfico 2 - Ituiutaba: população por faixas etárias (2000-2010).....	20

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Matriz de relação qualitativa entre os critérios e os níveis dos elementos observados em campo.....	48
Quadro 2 - Base para a relação entre os elementos observados nas áreas verdes e o raio de abrangência.....	50
Quadro 3 - Caracterização dos Espaços Livre e Áreas Verdes Urbanas em Ituiutaba.....	157
Quadro 4 - Relação entre as dimensões práticas e a apropriação e produção do espaço	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Base para a relação entre a contingência populacional e a prioridade de intervenção.....	52
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AVU	Áreas verdes Urbanas
cc	Canteiro central
CEU	Centro de Artes e Esportes Unificado
c.v.	Cobertura vegetal
CONVIVER	Centro de atendimento especializado para adolescentes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MG	Minas Gerais
REGIC	Região de Influência das Cidades
SBAU	Sociedade Brasileira de Arborização Urbana
UC	Unidade de Conservação
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Estrutura da dissertação	15
1. SISTEMATIZAÇÃO: Do problema à construção do caminho da pesquisa	18
1.1. Apontamentos iniciais sobre a pesquisa.....	18
1.2. Procedimentos teórico-metodológicos.....	22
1.2.1. <i>Construção do caminho teórico-metodológico</i>	<i>22</i>
1.2.2. <i>Sobre os conceitos que orientam esta pesquisa.....</i>	<i>25</i>
1.2.3. <i>Construção da metodologia: as atividades empíricas</i>	<i>45</i>
1.2.4. <i>Critérios adotados para a pesquisa quali-quantitativa.....</i>	<i>47</i>
1.3. Apresentação do município e cidade de Ituiutaba.....	61
2. AS ÁREAS VERDES E ESPAÇOS LIVRES EM ITUIUTABA: projeto, praça e Áreas Verdes Urbanas	67
2.1. Caracterização dos espaços livres e Áreas Verdes Urbanas	68
2.1.1. <i>As praças e o projeto: Espaços Livres</i>	<i>70</i>
2.1.2. <i>As Áreas Verdes Urbanas.....</i>	<i>101</i>
2.1.3. <i>O Parque Municipal do Goiabal.....</i>	<i>144</i>
2.1.4. <i>O Centro Turístico Camilo Chaves Neto.....</i>	<i>148</i>
2.1.5. <i>O canteiro central da avenida Minas Gerais</i>	<i>149</i>
2.1.6. <i>O canteiro central da avenida José João Dib</i>	<i>153</i>
2.2. Os vazios, os cheios e a mudanças do interesse público e institucional.....	157
3. O SISTEMA DE ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS E O CONTINGENTE POPULACIONAL: a demanda de uso e apropriação do Espaço Público	160
3.1. O caráter relacional do sistema de espaços livres e áreas verdes urbanas.....	160
3.2. O entorno como contingente populacional	167
4. DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: do espaço vazio à apropriação possível.....	181
4.1. Do espaço urbano pós-industrial.....	181
4.2. O espaço urbano a partir do espaço público e as Áreas Verdes Urbanas em Ituiutaba	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
REFERÊNCIAS	205
APÊNDICE	216

INTRODUÇÃO

O espaço urbano é parte integrante da dinâmica do desenvolvimento da sociedade historicamente estabelecida, se mostra como o resultado dos processos decorrentes dos modos de produção e das diferentes formas de organização social e política ao longo da história. A cidade como sistema objetivo desse processo, recebe e produz então os impactos, contradições e sinergias para compor sua morfologia e paisagem. Em seu viés subjetivo, ocorre a “cultura urbana” e a “ideologia da cidade”, fator este determinante para a sua reprodução, sobretudo a partir da modernidade. Desde então, de forma característica, representa as contradições do capital, que por sua vez orienta o crescimento urbano.

A paisagem urbana pode ser descrita como uma forma deste processo e nela distinguem-se especificamente formas nas áreas comerciais, industriais, residenciais e as de integração (vias de circulação), sendo estas permeadas em maior ou menor medida pelo espaço público, perfazendo dessa maneira, as funções na cidade. Em meio a esse mosaico estão inseridas as Áreas Verdes Urbanas (AVU) enquanto espaços livres de edificação, tendo maior expressão nas áreas de função residencial, se desdobrando em lugares que podem fazer oposição ao modelo vigente de crescimento urbano, que privilegia a impermeabilização nas vias de tráfego e áreas construídas que ocorrem de maneira generalizada.

Os espaços livres, devem ser entendidos de forma integrada dentro da urbe, compondo um sistema de espaços livres, e na mesma medida, as áreas verdes também devem ser delimitadas dentro de um sistema de áreas verdes, ambos, espaços livres e áreas verdes, estando dentro e influenciando o espaço público. Devido à esta influência, e seus benefícios, as áreas verdes podem compor expressões distintas dentro da lógica urbana, ora lembradas pelo poder público, ora esquecidas.

As áreas verdes constituem assim faces diferentes na cidade contemporânea, pois podem servir funcionalmente para a sociabilidade humana, benefícios ecológicos e estéticos, de outra maneira, podem fomentar uma espécie de elitização do entorno por conta de suas amenidades e um certo bucolismo, que ao ser apropriado pela publicidade se apresenta como qualidade de vida, sendo ela coisificada num viés mercadológico. Outro aspecto relacionado às áreas verdes na contemporaneidade seria o mal-uso e/ou a subutilização devido à falta de planejamento, gerando desperdício de recursos públicos e retração de indivíduos, que ao não utilizarem as áreas, abrem inconscientemente lacunas pra territorialidades que remontam a uma marginalização que relega ainda mais o espaço público dentro do cotidiano.

A face perversa constituída pelos aspectos citados, somada à ausência e falta de qualidade das AVU contribui significativamente para a deterioração da relação do homem com o meio, sobretudo o urbano. Assim, as AVU ganham na contemporaneidade atenção especial no que diz respeito à melhoria da qualidade ambiental. Consideradas como fatores determinantes para a geração de amenidades na cidade, acabam fazendo parte significativa na agenda de projetos urbanos, bem como estão inseridas em pautas ligadas à sustentabilidade das cidades desde o plano de ação intitulado Agenda 21 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Deste modo, os conceitos bases que orientam as pesquisas sobre AVU como a categorização, usos, funções e forma são imprescindíveis para que se estruture qualquer análise que vise parâmetros adequados para a cidade.

Ainda, antes de prosseguirmos fazemos uma ressalva. Este trabalho não se preza a reconstruir historicamente nosso objeto, não pelo menos em um movimento lógico cronológico de passado ao presente. O que buscamos é o entendimento de como se apresenta atualmente e sua relação com a cidade, especificamente Ituiutaba (MG), ligando assim as condições atuais a seu contexto de construção, buscamos abordar o que ocorreu a partir do contexto da produção do espaço urbano.

Estrutura da dissertação

Visando uma orientação lógica desta pesquisa, nos atemos a estruturá-la a partir de quatro capítulos. O primeiro deles sendo a “SISTEMATIZAÇÃO: Do problema à construção do caminho da pesquisa”, onde procuramos abordar os elementos estruturantes desta pesquisa, partindo de uma breve contextualização do tema, da problemática aos objetivos. Construímos aqui a orientação teórico-metodológica onde partimos da delimitação conceitual em que nosso objeto está inserido e a criação da metodologia utilizada, visando criar parâmetros que melhor direcionassem as atividades empíricas, estas, de grande peso ao longo de toda a pesquisa. Neste capítulo ainda nos dispusemos a apresentar o município e a cidade de Ituiutaba.

No segundo capítulo, intitulado “AS ÁREAS VERDES E ESPAÇOS LIVRES EM ITUIUTABA: projeto, praça e Áreas Verdes Urbanas, retomamos alguns conceitos relacionados às AVU visando encontrar estas formas na cidade. Encaminhando para o desenvolvimento dos elementos encontrados em campo, tratamos da abordagem dos espaços livres e AVU identificadas após as visitas, onde foram também caracterizados e avaliados.

Seguindo para o terceiro capítulo, nomeado “O SISTEMA DE ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS E O CONTINGENTE POPULACIONAL: a demanda de uso e apropriação do Espaço Público”, retomamos uma breve discussão sobre o SEL e também um Sistema de AVU e também buscamos a partir da abrangência constituir um sistema onde pudéssemos compreender as demandas populacionais do entorno, permitindo assim atribuir um perfil.

Por fim, no último capítulo que recebe o título de “DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: do espaço vazio à apropriação possível”, realizamos um resgate teórico acerca das noções e conceitos acerca da produção do espaço urbano entendendo que as AVU enquanto uma forma do espaço público são elementos estruturantes da cidade e considerando seus atributos, são fundamentais para pensarmos um cidade mais igualitária em sua totalidade, do ponto de vista das suas funções, dos seus usos, da coletividade, enfim, do direito à cidade e ao entorno. Neste sentido, procuramos neste item buscar uma síntese que nos dê um perfil das AVU a partir da produção do espaço urbano e sua estrutura.

1. SISTEMATIZAÇÃO: Do problema à construção do caminho da pesquisa

1.1. Apontamentos iniciais sobre a pesquisa

Em meio à ocupação de forma desordenada do espaço que conduz para a materialização da paisagem urbana contemporânea que conhecemos em diversas escalas, se orientando de acordo com interesses essencialmente voltados para uma lógica econômica e, desta forma, desigual e desequilibrada, existe ainda a falta de planejamento em vias de criar estruturas que deem melhores condições à sociabilidade e saúde humana, promovendo o desenvolvimento ambiental e social, o que muito afeta o espaço público enquanto lugar do encontro, da espontaneidade e da realização da vida cotidiana. Este fato pode claramente ser observado no planejamento (ou na falta dele) das cidades, sobretudo, nos países menos desenvolvidos. Portanto, corroboramos com Nucci e Presotto (2009), quando atribui à intensa ocupação e à falta de planejamento a responsabilidade do desequilíbrio entre a quantidade, qualidade e distribuição dos diferentes espaços na urbe, e neste aspecto, o entendimento das noções da produção do espaço urbano nos oferecem recursos para a compreensão desta lógica.

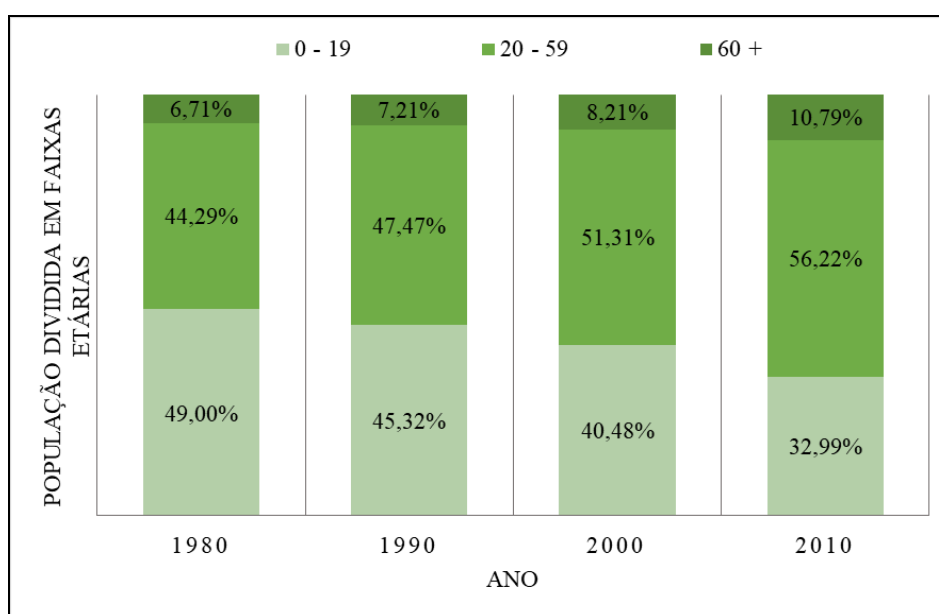
A cidade como a manifestação do processo de urbanização, nos moldes atuais não é capaz de proporcionar condições para relações harmônicas entre homem e meio, o que resulta em um espaço geográfico com número reduzido, na maioria dos casos, de atenuantes que propiciem melhores condições para a vivência, bem como uma dinâmica saudável entre ações humanas e fenômenos naturais, chamando cada vez mais a atenção para o debate sobre os resultados das alterações realizadas no ambiente, que conseqüentemente, criam paisagens urbanas desagradáveis em seus aspectos visuais, estruturais e funcionais.

Na cidade de Ituiutaba, ainda que os problemas ligados às AVU pareçam não se manifestar em uma escala que coloque em enfoque a temática, quando olhamos os mapas oficiais vemos uma malha urbana repleta de praças que se confundem no senso comum com AVU, uma visão melhor embasada consegue identificar que a maioria destas praças se mostram apenas como espaços livres ou áreas simplesmente vegetadas, algumas realmente consolidadas e outras que apenas ficaram no projeto, tendo por base o possível cumprimento de suas funções. Nota-se também que entre estas as áreas que se constituem enquanto AVU existe uma grande disparidade em seus usos, estruturas, equipamentos e distribuição na malha urbana, bem como o seu entorno, com grandes diferenças populacionais. Outra área que poderia ser considerada significativa AVU é a unidade de conservação Parque Municipal

Petrônio Rodrigues Chaves também conhecido como Parque Municipal do Goiabal, no entanto seu uso é restrito e sem acesso para a comunidade local. Nesta linha de áreas subutilizadas pode-se elencar também o chamado “Centro Turístico Camilo Chaves Neto” que pode ser classificado, a partir de Jantzen (1973 apud CAVALHEIRO E DEL PICHIA 1992), como Parque Setorial. Ainda, pensando no potencial por conta das aptidões locais passíveis de serem desenvolvidas, temos os canteiros centrais da Avenida José João Dib e Avenida Minas Gerais, que apresentam características muito distintas, mas com possibilidades efetivas. Não é descartado que possam existir demais tipologias de áreas verdes presentes na cidade, no entanto foram consideradas as citadas devido à observação realizada previamente.

Ressalta-se ainda que as AVU de acordo com Nucci (2008) devem funcionalmente atender a toda população, porém com maior importância a crianças e idosos. E neste sentido, observa-se como preocupante o significativo aumento da população, sobretudo a de idosos (Gráfico 1), que apresentam uma contingência de espaços de usos voltados para o exercício das práticas proporcionadas pelas AVU. Vemos também que a população total do Brasil em números absolutos aumentou significativamente no século passado, onde também ocorreu a inversão da população rural para as cidades. Outro fato a ser observado, ainda que a população de crianças e adolescentes tenha diminuído sua participação na população total, podemos entender este como um dado relativo, pois em números absolutos, também houve aumento populacional.

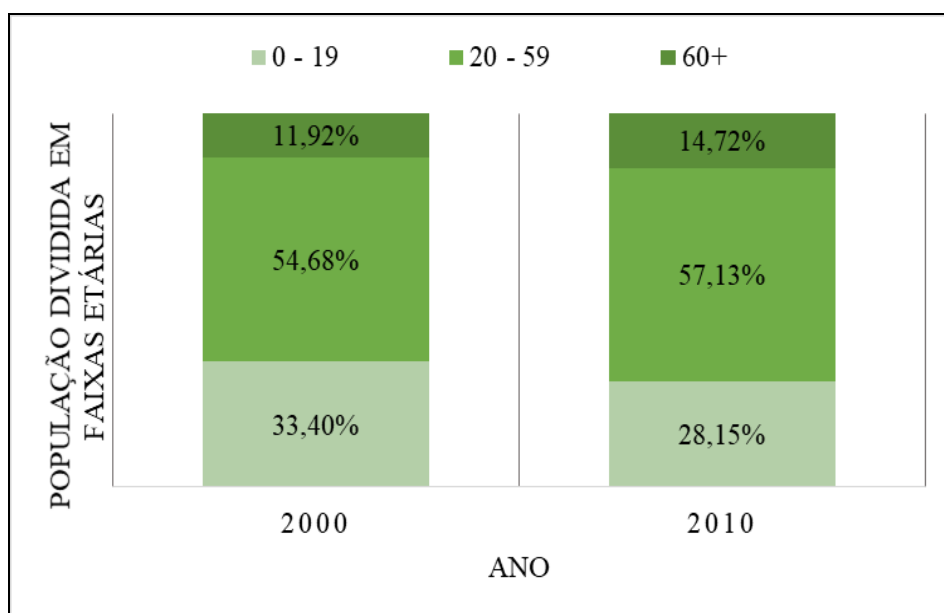
Gráfico 1 – Brasil: população por faixas etárias (1980-2010)



Fonte: IBGE (2018); Organização: Pereira, L. A. (2018)

As características populacionais citadas do Brasil se assemelham às de Ituiutaba (Gráfico 2), onde ocorreu o crescimento da população de idosos, tanto em números relativos quanto, em números absolutos, enquanto a população de crianças e adolescentes aumentou apenas em números absolutos.

Gráfico 2 – Ituiutaba: população por faixas etárias (2000-2010)



Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2018); Organização: Pereira, L. A. (2018)

Para tanto, podemos relacionar estas características populacionais do Brasil e Ituiutaba à falta de espaços específicos para este contingente populacional. Outro aspecto a ser considerado é que em análises anteriores (PEREIRA, 2006), onde foi utilizado como recorte uma abrangência de 1000 metros a partir do canteiro central da Avenida Minas Gerais, foi constatado que o índice de áreas verdes por habitante se encontra muito abaixo do recomendado pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU) na Carta a Londrina e Ibiporã (1996), que é de 15 m²/hab. Outra característica encontrada foi a distribuição desequilibrada das áreas verdes na malha urbana de Ituiutaba.

Ainda, é importante lembrar que mesmo com a quantidade de estudos sobre o tema, o termo área verde por vezes se confunde com espaço livre¹, até por possuírem essências semelhantes, mas, constituídas de formas e usos distintos. Portanto, o esforço de compreensão conceitual é cabível para o adensamento do arcabouço teórico já estabelecido sobre AVU e o

¹ Tendo em vista este fato, utilizaremos o termo “Área Verde Urbana” visando estabelecer um diálogo com os diversos autores que tratam o tema.

SEL, pois, as AVU sendo instituídas na cidade de maneira correta, ou seja, via planejamento e incentivo por meio de intervenções e instrumentos, ou mesmo a criação ou reconhecimento de parques urbanos é fundamental para o bem-estar humano na urbe. Portanto, como nos diz Serpa (2014, p.74), “o parque urbano na contemporaneidade representa o lugar da sociabilidade. Ir a um parque é um ato de liberdade”. Dizemos aqui, que não somente na contemporaneidade, mas que hoje devido a incisão da dicotomia público-privado se mostra mais simbólico. O verde e a apropriação de elementos da natureza tornaram-se direitos reivindicados por todos os cidadãos e objeto de preocupação dos gestores das cidades ao redor do mundo. Elucidando também que “esses espaços de natureza cada vez mais rara representam o antídoto para os ritmos urbanos, o stress e a poluição” (SERPA, 2014, p. 82).

A partir da complexa relação demonstrada, se apresentam questionamentos que este trabalho se encarregará de buscar responder, sendo eles: Como entender as áreas verdes e espaços livres em Ituiutaba? Como classificar as áreas verdes na cidade de Ituiutaba (MG)? Existe o cumprimento das funções das áreas verdes no que tange a disponibilidade e a qualidade do mobiliário, equipamentos e vegetação? Como se apresenta a abrangência das áreas verdes a partir da oferta proporcionada e pelo cumprimento das funções e as características etárias do entorno? Qual o perfil das AVU em Ituiutaba?

Portanto, justificamos nossa pesquisa considerando que visa contribuir com os estudos locais, dentro da lógica urbana, procurando também servir como referência ao abordar a temática das áreas verdes em cidades do porte de Ituiutaba. Mais uma contribuição junto aos trabalhos que já foram realizados nesta cidade em outras perspectivas, como Silva, Santos e Loboda (2015), Pereira (2016), Pereira (2018), Loboda, Moura e Miyazaki (2011); Ferreira, Carrilho e Mendes (2015), Silva, Venceslau e Loboda (2016), dentre outros, que versam especificamente sobre determinados aspectos, faltando a eles integrarem os resultados dentro de um todo que considerem a cidade. A proposta aqui elaborada tem importância por reunir as informações e análises, acrescentando-as dentro de um contexto maior, que englobe toda a cidade, desta maneira, perfaz caráter atualizador ao que já se tem produzido, bem como busca inovar a partir de novas análises propondo uma nova metodologia.

Outro aspecto relevante é a busca em satisfazer questionamentos pessoais e acadêmicos, pois ao longo do curso de graduação, o tema despertou grande interesse, curiosidade e afinidade tendo em vista as atividades realizadas neste período, sobretudo na iniciação à pesquisa.

Como forma de contrapartida, os resultados que serão obtidos podem embasar um melhor entendimento do processo de produção do espaço urbano na cidade, no viés do espaço

público, privilegiando seu caráter social, ecológico e ambiental a partir das áreas verdes, elaborando uma leitura da realidade e ainda do que poderia ser, tendo em vista o contingente populacional. A possibilidade que de acordo com Santos (2014a) é parte fundamental nas análises geográficas: buscar transformar a dinâmica atual da construção de uma ideologia puramente econômica das relações humanas, observando o que existe e o que poderia existir.

Dos objetivos

A partir das inquietações advindas da necessidade de compreender o objeto de estudo, visando elucidar os problemas encontrados, foi proposto então como principal objetivo analisar as áreas verdes na cidade de Ituiutaba.

O objetivo maior acaba por se desdobrar em objetivos específicos de modo a constituir não somente etapas da pesquisa, mas também peças de um todo que permitam atingir efetivamente os resultados pretendidos inicialmente. Portanto, os objetivos específicos são pontuados como: a) identificar as AVU em Ituiutaba; b) caracterizar os espaços livres e AVU em Ituiutaba; c) avaliar as AVU em Ituiutaba; d) classificar as áreas verdes e seu entorno na cidade de Ituiutaba; e) atribuir um perfil às AVU em Ituiutaba.

1.2. Procedimentos teórico-metodológicos

1.2.1. *Construção do caminho teórico-metodológico*

Na procura de analisar nosso objeto e o recorte escalar, foi necessário entender o quadro em que as AVU estão inseridas. Buscamos compreendê-las em dois sentidos que ocorrem dialeticamente: O primeiro consistindo na compreensão de que enquanto forma urbana ela está inserida dentro de conceitos maiores que a abrangem e a contextualiza em relação à própria produção do espaço urbano público. Em um segundo movimento, voltamos os olhos aos componentes funcionais e (infra) estruturais destas áreas verdes. Nesta ótica, primeiramente compreendemos como o tema de maneira teórica se relaciona dentro do espaço geográfico, guardando também a materialidade proveniente de sua produção. De outro modo, apresentando um viés prático, a forma-conteúdo área verde urbana ganha corpo e se realiza por meio de suas funções e é apropriada pela sociedade, sendo isso possível caso exista as

Tentando não recorrer ao reducionismo, mas procurando delimitar precisamente o instrumento teórico, pensamos que para encontrar nosso objeto e também de onde ele deriva, foi necessário realizar alguns filtros, estes, podem ser entendidos como uma espécie de malha composta pelas categorias utilizadas tendo em vista todo o conteúdo geográfico da cidade. Portanto, entendemos que o processo em que está inserido é resultado da produção do espaço urbano enquanto totalidade, a materialidade, a concretude e também o caráter subjetivo são produzidos fixos e fluxos.

Neste trabalho em um primeiro filtro encontramos os fixos e fluxos relacionados a produção do espaço urbano e derivado dele a produção do espaço público, entendendo-os como processo em que fazem parte atores sociais e econômicos. Em um segundo filtro retiramos as formas do espaço público urbano, de um vasto grupo de formas elencamos os espaços livres urbanos e AVU (sabendo que existem uma infinidade de outras), este último, o objeto deste trabalho. Em um terceiro filtro, levando em consideração que a forma deve ter um conteúdo, e que o conteúdo deve estar ligado às funções desempenhadas, sendo assim, é capital identificar o cumprimento das funções, que por sua vez só podem ser realizadas na medida em que estejam providas de condições e equipamentos adequados. Em um último filtro, a partir do viés da produção do espaço urbano é possível interpretar as áreas verdes dentro de uma estrutura intraurbana, que deve ser considerada na relação com seu entorno, de maneira a proporcionar usos específicos, mas também deixando em aberto para outras finalidades, nos permitindo também entender o resultado da produção das AVU na cidade.

Seguindo a ordem lógica apresentada evidenciamos também os momentos em que a pesquisa se mostrou dentro de marcos teóricos e também um viés empírico. Sabemos que a estrutura enquanto categoria, deve ser entendida de maneira ampla, contendo todo o processo de produção, neste sentido, esta pesquisa a considera, mas por apresentar caráter pontual advindo de estudo de local, a compreenderemos em um constante jogo de forças, entre uma estrutura global hegemônica e uma estrutura urbana local, percebida como a intra-urbana, pois nesta, a vida humana se desenrola na urbe, a partir dos deslocamentos, do trabalho, do lazer e a própria questão da moradia. Portanto, nesta pesquisa os olhos se voltam para compreensão no viés da configuração territorial urbana, partindo das áreas verdes e do que ela é composta, mas também de sua relação com o entorno.

Definições para a pesquisa documental

Posterior a plena delimitação do trabalho, em se tratando da pesquisa documental, baseado nas orientações de Marconi e Lakatos (2003) a coleta de dados de documentação indireta foi realizada a partir de: a) pesquisa documental por meio de arquivos municipais, dados censitários no domínio digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e imagens do Google Earth Pro; b) bibliográfica a partir de livros, teses, dissertações e artigos, e para estes, as seguintes palavras chaves foram utilizadas na pesquisa: Produção do Espaço Urbano; Espaço Público, Sistema de Espaços Livres e Áreas Verdes.

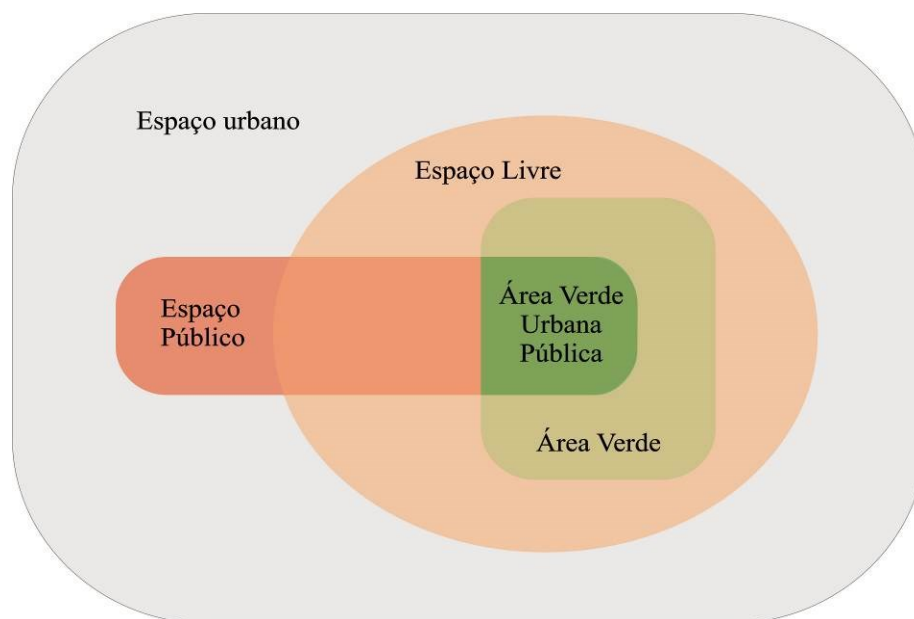
1.2.2. *Sobre os conceitos que orientam esta pesquisa*

Compreendemos então que para que chegássemos aos conceitos que sustentam a análise de nosso objeto – as AVU públicas –, necessitaríamos antes fazer um exercício de entendimento escalar dos conceitos. Imaginemos que existem hierarquicamente formas urbanas, estas não são estáticas, mas se relacionando a partir de fluxos, influenciando e sendo influenciadas no processo de produção do espaço urbano, ocorrendo na dimensão do espaço público.

Sobre o conceito de forma, podemos entendê-la como

O aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. [...] A forma pode ser imperfeitamente definida como uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de determinada função. As formas são governadas pelo presente, e conquanto se costume ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas. Estas surgiram dotadas de certos contornos e finalidades-funções (SANTOS, 2014b, p. 69).

Nesse movimento, partindo das AVU enquanto forma-conteúdo as situamos inseridas dentro de outras formas, os espaços livres, e superior a eles situamos o espaço público – materialidade da esfera pública –, e acima encontramos o espaço urbano (Figura 2). Portanto, a AVU só se realiza enquanto tal quando e onde é preenchida de conteúdo que a faz ser uma AVU, quando isto não ocorre se traduz em espaços livres que podem ser públicos ou não. Tendo em vista a universalidade de acesso e uso, buscamos a forma AVU dentro da categoria pública.

Figura 2 - Articulação escalar dos conceitos

Fonte: Hijioka et. al. (2007); Organização: Pereira, L. A. (2018)

A partir desta ordem conceitual temos uma forma-conteúdo, advinda do espaço público, a AVU pública. A noção de produção, incidido sobre o urbano, nos permite orientar nossa análise a partir de dois caminhos. A produção *strictu senso* responsável pela ampla criação de objetos e, por conseguinte na sua distribuição, organização e configuração, fazendo parte a produção das formas no espaço urbano e espaço público. De outro modo a produção *latu senso*, que diz respeito a produção do próprio Homem e sua natureza, que influencia diretamente na relação de apropriação e dominação do espaço urbano, tanto privado quanto público.

Após o exercício de compreensão da articulação de escalas do ponto de vista conceitual, podemos percorrer o caminho onde apresentaremos alguns elementos conceituais que apoiam a visão em que entendemos estar inserido nosso objeto de pesquisa. A produção do espaço urbano público com maior corpo teórico, e posteriormente encaminhando para o enfoque dos espaços livres e AVU, apresentando breves considerações que terão desdobramentos maiores na abordagem empírica, que acaba por remontar a produção do espaço urbano.

Em torno da produção, a cidade e o espaço público – do processo à forma: as Áreas Verdes Urbanas

A compreensão da produção nos faz retroceder na história humana. A trajetória da sociedade pode, a partir de uma visão sob a luz do materialismo histórico dialético proporcionar um entendimento de como as cidades foram historicamente construídas, e junto a elas o próprio homem e a diferenciação espacial que tomou proporções extremas à medida que a história perpassou pela modernidade. Sob esse aspecto, a evolução dos meios técnicos tem papel fundamental. O emprego da técnica na transformação da natureza nos remete aos primeiros assentamentos humanos e o que deles surgiram, pois, as técnicas segundo Santos (2014b, p. 47) “devem ser entendidas como um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo, cria espaço”. Então o Homem, pelo trabalho e o emprego da técnica cria objetos e modifica o meio, criando um espaço cada vez mais cultural na medida que a dimensão natural se distancia da própria sociedade. Neste sentido, devemos entender que a produção (como adiantado anteriormente) se realiza no âmbito *stricto sensu* no qual ocorre a produção dos objetos, e no sentido *lato sensu* realizando a ampla produção, e aqui o próprio homem se produz a partir das relações sociais (CARLOS, 2016), enquanto ser cultural e histórico. Nos dois sentidos, os objetos ganham papel significativo pois se tornam mediadores, e em certa medida atuam como próteses do próprio Homem na realização da vida. As técnicas passam então a permear as paisagens conferindo-lhes características distintas tendo vista a temporalidade e ainda diferenciando as formas a partir do conteúdo.

Dentro deste contexto, a partir da produção, a cidade é obra e produto humano, se apresenta como a reunião dos processos que configuram o urbano, tendo como princípio o sinecismo como processo fundamental que faz com que por motivos diversos os indivíduos e grupos se reúnam em um mesmo sítio, seja a partir de ganhos defensivos, benefícios mútuos ou por meio da força de determinados grupos.

Elucidado por Soja (2008), a evolução histórica da cidade pode ser descrita a partir de três revoluções com características que marcam especificamente cada um destes períodos. A primeira a partir da aglomeração que sedentariza e utiliza técnicas agrícolas para o cultivo, criando condições que sustentassem uma agricultura que a princípio foi essencialmente urbana em torno do sítio. Neste momento, a aglomeração pouco ou nada tem em relação a dicotomia público/privado e apresentava um proeminente regime matriarcal, mas, no entanto,

configura-se ainda como uma aglomeração apolítica, mas que já manifesta a produção humana, transformando a natureza em objetos e uma incipiente organização espacial.

Com a consolidação dos aglomerados surgem as cidades políticas, aqui o segundo momento da revolução urbana. O grau de complexidade espacial aumenta, tanto nas relações sociais, quanto na produção em geral e transformação da natureza. Segundo Lefebvre (1999), a cidade política administra um território específico dominado, determinando também os trabalhos agrícolas e de infraestrutura (principalmente de defesa).

As transformações realizadas na natureza paulatinamente vão evidenciando uma sociedade cada vez mais urbana a partir das cidades. Segundo Lefebvre (1999, p. 17), a reunião da sociedade em um ponto específico acompanha a concentração dos meios de produção, e nesse sentido, um tecido urbano proveniente do conjunto de manifestações que faz a cidade se sobrepor ao campo, expandindo e dissolvendo o modo de vida agrário. Podemos entender a relação entre o urbano e a cidade a partir do tecido urbano cobrindo o mundo, enquanto as cidades seriam as manifestações das conecções urbanas, um alto nível de densidade dos elementos que compõem o urbano, as técnicas urbanas, tanto nas relações sociais (políticas, econômicas e comerciais), quanto nos objetos que dele fazem parte, constituindo uma paisagem específica, bem como uma configuração territorial que permita as relações entre fixos e fluxos urbanos.

O tecido urbano pode ser descrito utilizando o conceito de *ecossistema*, unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes. Semelhante descrição corre o risco de deixar escapar o essencial. Com efeito, o interesse do “tecido urbano” não se limita à sua morfologia. Ele é o suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a *sociedade urbana*. Na base econômica do “tecido urbano” aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e “cultural”. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores (LEFEBVRE, 2001, p. 19).

O tecido urbano separa, mas também permeia o campo e essa relação entre campo e cidade se apresenta a partir de contradições e complementaridades. Se instaura então a dicotomia entre campo e cidade, entre centro e periferia considerando a centralidade promovida pela cidade. A própria ideia do campo possuidor de conteúdos “naturais” ou fornecedor de alimentos também permeia a cidade em menor medida, o que pode ser representado pelos jardins e pequenas áreas cultiváveis.

Para tanto, a divisão do trabalho também se instaura, e deste modo o campo se torna o lugar do trabalho físico, enquanto a cidade é campo do trabalho intelectual, surgindo assim

uma filosofia da cidade (LEFEBVRE, 2011). Sob esta ótica, a discussão pública tem papel fundamental para a constituição de uma “ideia” de cidade, e assim sendo, necessita de um espaço específico para o encontro e debate.

Considerando a relação pública dos indivíduos, destaca-se neste período a *polis* grega e a antiga Roma. Para os gregos “a dicotomia público/privado correspondia à oposição entre o mundo público da realização do homem e o mundo privado do lar, ou seja, das necessidades” (SOBARZO, 2004, p. 195). Os espaços tendem a se diferenciar para a realização das esferas pública e privada, portanto, segundo Gomes (2014), as instituições que definem a cidade e o poder do cidadão passam a se manifestar na própria morfologia urbana, em alguns momentos uma divisão triádica entre o sagrado, o público e o privado. No entanto, Valverde (2007) observa que ocorria apenas a diferenciação dos comportamentos em cada espaço e pouco tinha em importância a extensão das relações. Ainda que realmente possamos encontrar certas fragilidades na forma de representação política na Grécia Antiga, deste modo, nas relações políticas, entendemos o espaço público como é apontado por Arendt (1991), como sendo o local da ação política, onde as relações públicas visam o equilíbrio no debate e participação, e também o que indicado por Habermas (2014), sendo o local da ação comunicativa, lugar onde o poder de fala deve ser equivalente. Ambos os autores partem do princípio da isonomia dentro do espaço público. Sob estes aspectos, baseado nas observações de Arendt e Habermas, podemos encontrar em certa medida um olhar romantizado, mas que ainda assim contribuem ao debate do que foi no passado e a transformação do espaço público desde a Grécia Antiga.

Ainda durante a consolidação da cidade política, as características gregas se aproximam da antiga Roma, que se trata também de uma sociedade fundamentada primordialmente sob um ideal contratual e formalista, sobre isso, Gomes (2014, p. 45) indica que a cidadania era tratada de forma universalista, considerando mesmo as aristocracias das cidades aliadas, obrigando-as a adotar o Direito Romano e a “renúncia a toda outra forma de costume que pudesse ferir essa legislação”. Porém, as hierarquias internas podiam ser mantidas, assim como a “língua, costumes e religiões”. Na maior parte dos casos, esse processo incluía a organização física de uma nova cidade, quando não a reforma de uma antiga e a adoção de um arranjo espacial semelhante ao padrão romano (GOMES, 2014, p. 45).

Na abordagem do lugar do espaço público e o espaço público no lugar, da noção clássica até o momento de transição, encontraremos elementos marcantes que denotam sua relação com a cidadania, e para tanto, devemos compreender como ela se dá no espaço

público, permitindo organizar uma noção atual a partir da transformação na história e assim diferenciar o cidadão usuário e o consumidor da/na cidade. O uso em contraposição à troca no contexto urbano.

No mundo grego, onde a expressão tem sua origem, cidadania era uma forma de relação social, mas não apenas isso. Ela significou também uma nova forma de arranjo espacial dessas relações, e isso poucas vezes nos é dito. O poder cidadão surgiu da confrontação dos habitantes, concentrados em uma certa área, no caso a cidade de Atenas, contra o poder de uma oligarquia rural que controlava o poder político e a produção da riqueza dessa sociedade (GOMES, 2014, p. 130).

A democracia a partir da tendência à universalidade também faz parte da cidadania. A constituição social, a ancestralidade e os laços de sangue deixam de ser a base das relações de solidariedade comunitária. Neste momento a territorialização política passa a ser o fator fundamental na delimitação dos papéis. “Isso demonstra que ser cidadão é, em certa medida, uma localização na teia de relações sociais e simultaneamente uma localização espacial” (GOMES, 2014, p. 134). Portanto,

Ser cidadão é pertencer a uma determinada porção territorial, ou seja, esta é sem dúvida uma classificação espacial. Corrobora com essa interpretação a etimologia da palavra cidadão, que tem origem no fato de habitar a cidade. Não uma cidade qualquer, mas uma cidade que se define como uma associação de pessoas unidas por laços formais e hierárquicos; uma cidade que dispõe de lugares próprios a essa nova atividade e natureza que não advêm simplesmente do fato de habitar juntos, pois nem todos os moradores são originariamente cidadãos, o que nos dá uma medida da diferenciação espacial interna à própria cidade. As cidades de cidadãos exibem representações espaciais do exercício dessa cidadania, definindo ao mesmo tempo os espaços de exclusão, assim o foi desde a Grécia Clássica até a moderna aglomeração urbana, que exprime com complexidade toda uma rede espacial de pertencimento diferencial (GOMES, 2014, 135).

Assim, por desenvolvimento histórico a cidadania se constitui como uma territorialização de comportamentos urbanos ligados ao pertencimento e a universalidade dentro de características isonômicas. O espaço público como lugar da manifestação e da apropriação então se tona peça-chave na função mediadora do exercício de cidadania dentro das ações dos sujeitos. Deste modo, uma estrutura espacial voltada para a constituição de uma sociedade contratualista se torna presente e imprescindível, organizando as ações dentro do espaço público.

Nas condições contratualistas a tendência é ser vista uma concepção do espaço normativo, onde as diferentes competências e comportamentos são classificados segundo uma rígida divisão do espaço. A mais importante dessas distinções impostas pela forma contratual é a delimitação entre as esferas do público e do privado. Essa é a maneira de colocar em prática os valores que de certa forma organizam a ideia de pacto, isonomia, igualdade e justiça (GOMES, 2014, p. 57).

O autor segue ainda dizendo que

Os princípios do contrato são os que regem a organização espacial e por meio dela constroem-se os lugares para determinadas práticas e comportamentos que põem em cena essa ordem social. Assim, o espaço delimita os comportamentos, classifica as ações sociais, ordena a dinâmica social e hierarquiza práticas e instituições (GOMES, 2014, p. 54).

Tendo em vista a relação contratual, entre a *polis* grega e a *civitas* romana existe uma diferença na participação que deve ser observada, sobre ela, Gomes (2014, p. 45) ressalta um “grau de inclusão de Roma em uma mesma unidade jurídico-política dos diversos espaços e pessoas sob seus domínios em comparação com a manutenção de fronteiras socioespaciais um tanto quanto rígidas da *polis* grega”. À característica diferencial citada, devemos a forma expansionista e agregadora de territórios realizada pelo Império Romano. Esse período pontuado aqui pela *civitas* perdurou até o momento em que a supremacia romana é rompida. Desta forma, como ocorreu com o desenvolvimento das cidades que entraram em declínio junto à queda do Império Romano, a cidadania e o caráter público das relações também regrediu à medida que o período feudal se consolidou. Reduzindo também a importância e a presença do espaço público durante o regime que se instituiu após o Império Romano se desagregar.

Durante o período feudal, de acordo com Habermas (2014, p. 101) “não é possível demonstrar – com base em critérios institucionais – que na sociedade feudal da Alta Idade Média existia uma esfera pública² como um domínio próprio separado da esfera privada”. Na cidade feudal emuralhada o espaço público praticamente inexistia, tanto físico pois a Igreja neste momento se apresenta como o lugar da reunião, quanto em esfera de opinião e participação, tendo em vista a centralização do poder.

A figura do senhor feudal, que encarnava o poder na Idade Média, representou a transferência para a esfera privada das atividades humanas e, conseqüentemente, o surgimento da noção de “bem comum” como uma instância administrada por uma pessoa, enquanto todos os demais cuidam

² Não apenas como espaço físico, mas como dimensão pública das ações e relações.

dos seus assuntos na privacidade. Assim, se produz um esvaziamento da dimensão política da esfera pública (SOBARZO, 2004, p. 196).

As decisões deixam de passar por uma coletividade através de um representante, diferentemente do que acontecia na ágora ateniense ou no fórum romano, o que se traduz em um regime de subserviência que perpetra as relações fundadas no regime feudal de propriedade até que uma emergente classe burguesa ganhe importância e influência suficientes para romper com as bases feudais, transformando o antigo espaço público grego e romano, bem como o feudal. Temos assim o surgimento de uma esfera pública burguesa composta por pessoas privadas reunidas em público. Para tanto,

Elas reivindicam imediatamente a esfera pública, regulamentada pela autoridade, contra o próprio poder público, de modo a debater com ele as regras universais das relações vigentes na esfera da circulação de mercadorias e do trabalho social – essencialmente privatizada, mas publicamente relevante. O *medium* desse debate político é peculiar e sem precedente histórico: a discussão pública mediante razões [*das öffentliche Rasonnement*] (HABERMAS, 2014, p. 135)

Com a consolidação da burguesia, podemos observar que o desenvolvimento do capitalismo

Foi influenciando diretamente as características do público e do privado. Assim, a partir do século XVIII, fica em evidência que, na esfera pública política, somente são admitidas ou podem participar as pessoas que têm propriedade (donos de mercadorias) e as pessoas cultas. Assim, o termo “privado” ganha um sentido positivo ao se referir a quem dispõe livremente de propriedade que funciona capitalisticamente e quem pode participar da esfera pública (SOBARZO, 2004, p. 197-198).

Este fato pode ser explicado pela teoria econômica clássica que supunha que o acesso a propriedade era possível a todos, portanto, todos poderiam se tornar burgueses (cidadãos) e assim participar da esfera pública, no entanto, o ocorrido na prática se tornou algo totalmente diferente (SOBARZO, 2004, p. 198). A forma social pública passa a se confundir com a esfera privada muito devido também à forma jurídica de propriedade privada. Assistia-se então neste período a inserção da burguesia nos assuntos públicos que giravam em torno do bem comum, visando a realização de seus interesses privados. Junta-se a esse processo de acessão da burguesia o declínio do poder centralizador. Segundo Sobarzo (2004, p. 204) o espaço público surge então como uma condição para o desenvolvimento do novo sistema político – o Estado Moderno – uma vez que representa a materialização da igualdade perseguida. “A liberdade transforma-se em condição jurídica da burguesia, em tal grau, que

não é somente um privilégio pessoal, mas também um privilégio territorial inerente ao solo urbano [...]” (GOMES, 2014, p. 50). Neste sentido

A esfera pública burguesa – reunião de privados em público para defender seus interesses frente à autoridade – evoluiu para uma esfera pública política – que, baseada em princípios liberais, incluía somente os proprietários e os cultos – e, depois, para uma esfera pública ampliada, na qual o Estado patrocina a expansão dos direitos de igualdade política para todas as classes sociais, com a finalidade de garantir a reprodução social e reduzir os conflitos (SOBARZO, 2004, p. 203).

Desta maneira, segundo Gomes (2014, p. 149) o Estado Moderno se baseou em dois valores: liberdade e igualdade. Dividindo-se nas esferas da vida social onde assegura as condições de igualdade e a esfera da vida privada possibilitando a manifestação da liberdade de cada indivíduo. Para que isso se realizasse,

“[...] na base da ideia de liberdade e de igualdade de um regime político que pretende estabelecer um valor isonômico entre as pessoas, há uma condição espacial importantíssima e absolutamente necessária, a concepção de um espaço público” (GOMES, 2014, p. 159).

Com a presença do Estado, o fortalecimento do capitalismo e a industrialização transformando a sociedade em grande medida, o espaço público não diferentemente sofre os impactos destas mudanças. Para Sobarzo (2004, p. 199), é fundamental o impacto da Modernidade e do desenvolvimento capitalista na relação público-privado. No século XVIII, os principais locais de convívio social eram espaços fechados (cafés, teatros, salões, clubes) e, em se tratando de espaços abertos, como parques públicos, existia o código do vestuário que permitia facilmente identificar a posição social de cada pessoa (SENNETT, 1988), e neste sentido uma diferenciação individual e coletiva dos indivíduos na medida em que se apresentavam em público, inclusive se manifestando sobre os efeitos da moda. Ou seja, ainda segundo o autor citado (Sennett 1988, p. 126), tratava-se de “condição humana” versus “criação humana”; assim o público tinha a missão de corrigir certas deficiências naturais que o homem possuía. As diferenças individuais deveriam ser mascaradas por uma apresentação padronizada

Neste momento, o início da terceira da revolução urbana, a produção do espaço promovendo a sociedade em uma sociedade urbana transforma a realidade social à medida que esse processo se sedimenta e os desequilíbrios de maneira geral se acentuam, manifestando-se na materialidade das formas e a diferenciação espacial dos lugares, criando então uma estrutura urbana que representa significativamente o modo de produção vigente.

Se a produção tem por conteúdo relações sociais, tem também, uma localização no espaço. Assim, há produção do espaço e produção das atividades no espaço, portanto, as atividades humanas se localizam diferencialmente no espaço, criando uma morfologia (CARLOS, 2016, p. 68).

Assim ocorre durante o período industrial, em que a cidade por decorrência de mudanças territoriais, conjunturais e estruturais vê sua morfologia ser edificada em função da produção industrial, a princípio beneficiando da localização da matriz energética e os fluxos de mão de obra, dobrando a cidade à sua vontade.

A partir deste período, partindo da própria standardização industrial, o espaço urbano é então produzindo de forma homogênea e funcional, que privilegia a circulação e “quanto mais o espaço é submetido a um processo de funcionalização, mais é passível de ser manipulado, limitando-se, com isso, as possibilidades da apropriação” (CARLOS, 2016, p. 65). Ressalta-se ainda os diversos problemas sociais e ambientais decorrentes da industrialização.

O desenvolvimento do capitalismo industrial, ao contrário de uma visão ingênua muito difundida, não provocou o reforço da cidade e sim o seu quase desaparecimento enquanto sistema institucional e social relativamente autônomo, organizado em torno de objetivos específicos (CASTELLS, 2014, p. 45).

A obra cada vez mais se torna produto. Tendo em vista a industrialização e os momentos das revoluções urbanas chegamos a uma triplicidade [...]: necessidade-trabalho-fruição. A necessidade sendo acentuada no período agrário, com a produção tendo seus limites submetidos à natureza. O trabalho se remete ao período industrial, voltado à produção escalar, “devastando a natureza, inclusive aquela que vive e sobrevive no ser humano” (LEFEBVRE, 1999, p. 40), enquanto a fruição se liga ao caráter necessário à circulação de mercadorias e do próprio capital.

O tempo social na forma do relógio passa a reger todas as relações de trabalho e as relações sociais, os espaços públicos de convívio se tornam restritos aos ambientes coletivos privados, e neste sentido, o movimento dos indivíduos passam a ocorrer no sentido de casa para o trabalho, ou seja, do privado ao espaço de convívio institucional, um espaço de pouca ou nenhuma liberdade, um espaço distante das prerrogativas de Arendt (lugar da política) e Habermas (lugar da ação comunicativa). Neste percurso os espaços públicos e áreas livres tendentes às áreas verdes como parques e praças carregam características diferentes do

ocorreu em períodos pretéritos, neste momento é marcante o caráter sanitizante e contemplativo, tanto em questões arquitetônicas, quanto mesmo nas características funcionais.

Complexificando as relações sociais e a produção de mercadorias e consumo de produtos se tornando cada vez mais “indispensável”, a industrialização se apresenta (não simplesmente surge, mas ganha corpo a partir de processos) e se torna o motor das rápidas transformações da cidade desde a Revolução Industrial. Este processo culminaria com a Terceira Revolução Urbana, o que alteraria toda a estrutura da cidade até então estabelecida, implodindo-a e explodindo-a, pois só assim o modo de produção capitalista – industrial – poderia se consolidar (LEFEBVRE, 1999).

Com a transformação da cidade, Sennett identifica três forças que contribuíram para mudar a relação entre o público e o privado (SENNETT, 1988, p. 29-35). A primeira refere-se à relação que o capitalismo industrial teve com a vida pública urbana – ditando os fluxos, acelerando os processos e reduzindo o tempo da realização humana no que tange a sociabilidade; a segunda é a reformulação do secularismo que afetou a forma de interpretar o estranho e o desconhecido – evidenciando uma naturalização e formalização de identidades.

Relacionado com este ponto, encontra-se a segunda mudança que afetou a relação público⇌privado. Refere-se ao secularismo do século XIX que levou as pessoas a aceitarem as coisas por si mesmas. Assim, em público, as aparências deviam ser levadas a sério porque podiam indicar o tipo de pessoa que estava por trás delas. Nesse sentido, se era difícil distinguir uma pessoa em público pela sua vestimenta, existia o risco de se errar na interpretação de quem era o outro, de tal forma que o público virou um espaço de dúvidas e de possíveis erros. (SOBARZO, 2004, 201)

A terceira força corresponde ao enfraquecimento da vida pública como esfera da realização do ser social (SOBARZO, 2004, p. 200). O autor segue especificando que

No século XIX, o público passou a ser concebido como um domínio no qual era permitida a violação moral, um domínio imoral; a vida pública perdeu seu sentido como uma esfera moralmente legítima para a família e o lar, no qual se vivia, num “ideal moral”. Para escapar da imoralidade do público, a pessoa devia passar entre os estranhos e continuar sendo estranho ao resto, ou seja, evitar o convívio e a relação social (SOBARZO, 2004, 201).

A transformação do espaço público durante o período capitalista industrial perpassa pela modificação do entendimento do que o compõe, e neste sentido a privatização da vida pública eleva a discussão em torno da propriedade (forma jurídica), constituindo uma esfera pública ampliada (esfera social) e ainda uma esfera pública política por meio do Estado, havendo assim um descolamento entre o comportamento privado e o público de indivíduos

sociais específicos que se agrupam em torno de interesses de classes, se organizando em função das relações capitalistas. A partir disso

[...]a separação entre Estado e sociedade. Entre ambos e, ao mesmo tempo, a partir de ambos, surge uma esfera social repolitizada, que escapa à distinção entre “público” e “privado”. Ela também dissolve aquela parte específica do setor privado em que as pessoas privadas reunidas num público regulam entre si as questões gerais de seu intercâmbio, ou seja, a esfera pública em sua configuração liberal (HABERMAS, 2014, p. 329).

Em outra medida, mas em um mesmo sentido,

[...] sabemos que a contradição entre o privado e o público, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, a submersão de ambas na esfera social (ARENDT, 1991, p. 79).

Não obstante, este exercício de cidadania que está intimamente ligado às possibilidades humanas na história, durante a ocorrência da esfera social tendia a manifestar em poucos grupos sociais. Contextos espaciais e temporais diferenciaram a primazia do privado e do público dentro da cidadania moderna, neste sentido as características apresentadas pela cidadania podem ser consideradas a partir de uma construção histórica e uma condição humana para a realização de suas representações. Para tanto, Gomes (2014, p. 151-152) delimita três críticas à cidadania moderna: 1) “a primeira pode ser identificada como uma crítica contra-revolucionária [...]. “Ela parte da recusa da ideia de um cidadão abstrato, em qualquer lugar o mesmo dispondo dos mesmo direitos e deveres”, ou seja, o cidadão “ideal” inexistente; 2) a partir do Romantismo, “o raciocínio de que há direitos e deveres relativos a um homem em geral é visto antes como uma imposição dos valores da cultura europeia ocidental sobre culturas que são estranhas ao racionalismo, portanto traduzindo-se pois de fato [...]”; e 3)

A terceira grande crítica, a mais importante, veio do socialismo e do marxismo. Partia do princípio de que a igualdade de direitos da democracia burguesa não tem nenhum compromisso com uma verdadeira igualdade social. A revolução industrial recriou e redimensionou diferenças sociais entre as classes, que de fato não são consideradas na abordagem clássica da economia política. O direito à propriedade, por exemplo, que figura na *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, significa, segundo essa perspectiva, na prática, o direito de alguns de se beneficiarem de uma fortuna, por meio da exploração daqueles que não a possuem (GOMES, 2014, p. 152).

Baseado em Thomas H. Marshall, Gomes (2014) argumenta ainda que existem três vertentes do exercício da cidadania, que são complementares, mas que também apresentam contradições, sendo a primeira (século XVIII) referente aos direitos civis, a segunda aos direitos políticos no século XIX, e a terceira sendo representada pelos direitos sociais no século XIX. As contradições se apresentam sobretudo tendo em vista o direito à propriedade, fazendo com que os direitos civis e sociais entrem em conflito na medida que a garantia do primeiro inviabilize o segundo. Como exemplo, não permitindo o acesso à educação, lazer, saúde e demais direitos sociais, ou ainda a espaços públicos (físicos) com qualidade.

Sobre os direitos,

O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais uma herança moral, que faz cada qual portador de prerrogativas sociais (SANTOS, 2014d, p. 19).

Portanto, as relações humanas se moldam politicamente pelo convívio e sociabilidade culminando no exercício da cidadania, que ocorre em grande medida pela apropriação pública dos espaços urbanos, não se tratando apenas da sociabilidade enquanto portadora de valor em si, mas de reconhecer nessas “práticas os comportamentos socialmente significativos” (Gomes, 2014, p. 163). O autor segue dizendo que

No caso do espaço público a sociabilidade se transforma em civilidade, em comportamento que extrapola a simples maneira convencional que uma sociedade atribui ao homem educado de se apresentar e se conduzir, a “etiqueta”. Ela ganha uma dimensão nova nesse espaço, que é um universo de trocas e de encontros que reafirmam o estatuto de uma sociedade civil fundada em relações do tipo contratual (GOMES, 2014, p. 163).

Caminhando a partir da transformação do espaço público na modernidade, de acordo com Sennett (1988, p. 419), com a consolidação do capitalismo industrial, existem elementos que conduziram a “destruição da esfera pública” pela perda do “valor da impessoalidade”. Neste sentido,

A impessoalidade, na perspectiva do espaço público deve ser entendida como a possibilidade de encontros anônimos, civilizados e indiferentes, ou seja, não significa que as pessoas reunidas no espaço público tenham a obrigação de um convívio e de uma sociabilidade profundas. Nesse sentido, o espaço público moderno deve ser contextualizado como uma instância que possibilita o encontro das diferenças, mas sem cair numa idealização de uma sociabilidade intensa; pelo contrário, deve ser pensado no sentido de um convívio civilizado nos parâmetros da sociedade moderna, que do ponto de

vista político persegue a isonomia, mas que socialmente é desigual. (SOBARZO, 2004, p. 204)

O autor indica ainda que a transformação do espaço público nestes moldes é caracterizada pelo abandono dos ideais de vida urbana e a consolidação da separação dos segmentos sociais (SOBARZO, 2004, p. 204-205), temos ainda a normatização aprofundada tornando os lugares cada vez mais vigiados e privatizados, transformando o espaço em mercadoria ou simples área de circulação, o que limita a cidade apenas à apropriação privada (CARLOS, 2001, p. 32), neste contexto

A Modernidade que procurava a isonomia, aqui consolidou um sistema desigual nascido nos tempos coloniais e privilegiou a distinção entre público e privado como relativa ao direito de propriedade e não como atinente aos direitos das pessoas. Ainda mais, fez com que a relação entre o público e o privado ficasse baseada no clientelismo e no patrimonialismo que permanece desde a Colônia até os nossos dias (MARTINS, 1994; 2000, apud SOBARZO, 2004, p. 21).

Seguindo o caminho percorrido sobre o espaço público, retomando o caráter contratualista, Gomes (2014, p. 53;59), indica a separação entre “público e privado” na modernidade. Nos termos contratualistas os indivíduos acabam por escolher de que forma as relações políticas se darão no espaço público e nestas relações devem ser garantidas a “igualdade de condições”, o controle e organização dos envolvidos nos termos contratuais. Surge assim a “sociedade contratual moderna” fundada nos valores do racionalismo, individualismo e aspirações universais. No entanto, de acordo com Narciso e Velásquez (2013, p. 9), os princípios gerais de construção do espaço público idealizado pela modernidade, como sua função social e a geração de cidadania, entre outros, continuam sendo geridos e reproduzidos com resultados diferentes daqueles que lhe deram origem [tradução nossa]. Assim

No caso do espaço público, a civilidade é o modelo de interação. Espera-se de cada cidadão o comportamento cordial e moral quando encontra os seus pares. A partir do cumprimento das normas de conduta, o espaço público deveria ganhar estabilidade e limitar os conflitos. As formas e equipamentos de tal espaço supostamente qualificariam e estimulariam a civilidade. (VALVERDE, 2009, p. 21).

Trazendo para a realidade brasileira, a materialização destes ideais ocorreu em níveis diferenciados, portanto o espaço público no Brasil apresenta as características híbridas e incompletude do processo da Modernidade (SOBARZO, 2004, p. 23), deste modo, pouco ou

nada tem de herança da esfera pública, mas que guarda os valores³ individualistas preconizados pelo capitalismo industrial.

Nossa modernidade se deu, portanto, tardiamente e de maneira específica, hibridizando reminiscências de formas culturais tradicionais diante do acelerado processo de urbanização verificado no século XX (ainda em curso em vários países da América Latina) e dos valores do individualismo e do “desejo de ser moderno” dos “públicos educados”. Em tal processo não se verificou aqui, como na Europa, a formação de uma esfera pública burguesa; tal classe se consolidou somente no século XX e não realizou, no Brasil, revolução alguma, pelo contrário, se alinhou a interesses dominantes anteriores, até porque era, em boa medida, derivada das elites agrárias. (QUEIROGA, 2012, p. 51-52)

Ademais

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração de mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida de que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, por que é o instrumento da buscada ascensão social. Em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário* (SANTOS, 2014d, p. 25).

O espaço público, desta maneira, mesmo apresentando um recuo significativo na sociedade – os novos espaços públicos são muitas vezes caricaturas da vida social, negando ou ocultando as diferenças e os conflitos, tornando a sociabilidade mais *clean* e, em último termo, negando-a – ainda constitui segundo Sobarzo (2004, p. 27;189) “uma dimensão importante de convívio e sociabilidade, mesmo em se tratando de uma sociabilidade segmentada”. Assim, como

Consequências básicas desse processo se produzem no contexto das cidades brasileiras [...] O uso da via pública se restringe progressivamente ao seu valor instrumental primário, a circulação. Saímos cada vez menos e quando o fazemos, em geral por absoluta necessidade, devemos usar um automóvel, que nos levará a um lugar preciso, onde, habitualmente, reproduz-se a ideia de confinamento e confiança (GOMES, 2014, p. 183).

³ Sobre o valor, Heller (1970, p. 4;11) indica que o processo de construção de valores é delineado pelo percurso histórico da sociedade, alternando entre momentos que determinados valores entram de forma relativa em cena em uma determinada época e regridem em outras, e, portanto, a análise desses valores deve seguir as estruturas próprias de seu contexto.

De outro modo, este processo de abandono dos espaços de sociabilidade, da negação do território coletivo, gera uma territorialização daqueles que impossibilitados de consumirem o/no espaço se relegam a apenas “desfile sua condição” de pobreza pelo espaço público (GOMES, 2014, p. 185), e neste sentido, a parcela da sociedade dita “possuidora de capitais” enxergam cada vez mais a deterioração do espaço público, ainda que mesmo os desprovidos façam parte do processo. “Deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças terminando por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos” (SANTOS, 2014d, p. 59). Sendo assim

O arremedo de cidade dá lugar ao nascimento de uma cidadania fragmentada ou, sem exagero, a um simulacro da condição de cidadania. O homem público procura se reproduzir em espaço privado, ou ainda, o espaço público é recriado em esferas menores e privativas. Recusa-se dessa maneira a conviver dentro de uma sociedade variada e multifacetada. Confunde-se sociedade com homogeneidade. Os limites do respeito às regras e a possibilidade de coabitação e convivência social são correlacionados aos níveis de renda que permitem o acesso a esse tipo de espaço seletivo e controlado, limpo e regulado, que se opõe figurativamente ao verdadeiro espaço da rua – público, aberto e inseguro, sujo e anárquico (GOMES, 2014, p. 187).

O autor segue dizendo que

Nestas “ilhas utópicas” é o padrão monetário que determina a possibilidade de ingresso. Por isso, tantas vezes se confunde a ideia de ter direitos com o fato de apresentar signos sociais que demonstrem um certo padrão de consumo. Definitivamente, as noções de cidadão e de consumidor se associam e se misturam. (GOMES, 2014, p. 187)

O que é gerado no contemporâneo processo de cidadania, na realidade é a formação do cidadão consumidor, que se realiza por meio da ideologia do mercado, da apropriação privada, em torno de “um ópio social mais eficaz que as religiões o foram no passado, já que se alimenta das práticas individuais e coletivas experimentadas no próprio processo da vida: o trabalho, a casa, a educação, o lazer” (SANTOS, 2014d, p. 53). Assim

O resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente. Diante de tantos abusos, o cidadão se torna impotente, a começar pelas distorções da representação política. A quem pode um candidato a cidadão recorrer para pedir que faça valer o seu direito ao entorno, propondo um novo corpo de leis, decretos e regulamentos, ou velando pelo cumprimento da legislação já existente, mas desobedecida? (SANTOS, 2014d, p. 65)

Neste sentido, como é apontado por Santos (2014d, p. 56) “o consumidor não é o cidadão”, bem como o eleitor também não é o cidadão. No primeiro caso nem o consumidor de bens materiais, ilusões tornadas realidades como símbolos (consumidores de *status*), nem o consumidor de mercadorias imateriais e culturais são abarcados pela cidadania. No segundo caso, o eleitor “pode existir sem que o indivíduo realize inteiramente suas potencialidades como participante ativo e dinâmico de uma comunidade. O papel desse eleitor não-cidadão se esgota no momento do voto; sua dimensão é singular, como o é a do consumidor [...]”. Enquanto para Gomes (2014, p. 176), o recuo da cidadania vai além do surgimento do cidadão consumidor, e apresenta consequências a partir da “apropriação privada dos espaços comuns”, o emuralhamento das identidades territoriais e da vida social, e o crescimento das “ilhas utópicas”.

Para que haja a realização do processo de cidadania no espaço público, este deve estar pautado na possibilidade e confirmação do uso e participação social, sobretudo a partir de um cotidiano permeado de ações que comporão os significados urbanos. “São as relações que criam o sentido dos lugares [...] porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso” (CARLOS, 2007, p. 22). Segundo Serpa (2014, p. 77) A apropriação social não ocorre apenas de maneira formal, mas também a partir de “usos imprevisíveis ou proibidos”. Deste modo

Os usuários e as suas maneiras de se apropriar do espaço constituem uma superação da racionalidade planejada e dominante que tenta se impor na cidade. O espaço da apropriação é o espaço do usuário; o espaço do vivido. [...] A vida cotidiana remete à relação entre espaços de representação (vividos, concretos, subjetivos, apropriados) e as representações do espaço (abstratas, objetivas, dominadoras). (SOBARZO, 2004, p. 146)

O cotidiano faz parte do processo de produção do espaço urbano e manifesta o nível principal para a realização da vida humana, somente por meio dele uma verdadeira teia de relações e apropriações podem permitir a ascensão do cidadão. Ou seja, a participação nas decisões e no uso na cidade, por conseguinte a produção deste espaço urbano se liga intimamente à cidadania levando em consideração a população geral enquanto sujeitos atuantes, assim para Sobarzo (2004, p. 22) “a cidade como produto e condicionante da reprodução da sociedade, da reprodução da vida, das relações sociais que se manifestam na prática socioespacial”, a apropriação insinua tempo (ou tempos), ritmo (ou ritmos), símbolos, e uma prática (SOBARZO, 2004, p. 145), “a apropriação inclui o afetivo, o imaginário, o

sonho, o corpo e o prazer, que caracterizariam o homem como espontaneidade, como energia vital” (SERPA, 2014, p. 38).

Reunimos assim noções e conceitos que permitem reconhecer a produção do espaço urbano na dimensão pública. Sendo realizada a partir de sujeitos e de espaços específicos. Espaços de emancipação cidadã, de reunião da diferença, compartilhamento dos espaços e de possibilidades de usos. Fortalece-se assim o vínculo entre o indivíduo e seu lugar, o coletivo e o lugar de todos na cidade. Na perspectiva desta pesquisa, nossa ótica gravita em torno destes espaços de convívio e que apresentem multifunção e múltiplos usos, e desta maneira chegamos às áreas verdes, componentes do sistema de espaços livres. Buscamos compreender estas formas como híbridas, como é próprio do espaço, portanto, permitindo a superação de conceitos rígidos, buscando compreendê-los a partir de contexto. Nesta perspectiva

A conceituação vigente no que se refere à abordagem de praças e parques faz com que, em realidade, a denominação empregada tenha caráter muitas vezes arbitrário e vinculado a uma imagem superada e, portanto, restritiva, na medida em que limita a leitura de novos fenômenos espaciais que ocorrem nas cidades. Mais importante ainda, é o impedimento de um aprofundamento teórico e experimental por parte dos profissionais produtores e críticos dos espaços de uso coletivo (GALENDER, 1992, p. 117).

A autora segue dizendo ainda que “a evolução das cidades e sua configuração atual criaram novas demandas e respostas para estas questões que, globalmente, acabam por gerar novas paisagens e novos espaços que extrapolam o âmbito da mera definição” (GALENDER, 1992, p. 118). A compreensão da produção do espaço e o espaço público ao longo da história nos permite afirmar que o que encontramos hoje, tanto nas condições físicas, arquitetônicas, distribuição e estrutura, quanto no ideário dos espaços livres e as áreas verdes só se apresentam atualmente como é, por conta da assimilação técnica diferencial em cada lugar, portanto, inviabilizando encontrar formas urbanas idênticas de conteúdos em lugares diferentes, também devido ao processo de produção do espaço urbano, com maiores implicações a partir da revolução industrial, os ideais modernistas e a tendência do planejamento do urbano no viés do empreendedorismo urbano⁴.

Visando encontrar os espaços vazios de edificação, mas cheios de possibilidades de convívio e usos, de exercício da cidadania e ganhos na qualidade ambiental, neste momento a pesquisa ganha maior corpo empírico. Consideramos que os vazios e cheios dentro da urbe são tendencialmente determinados pelo interesse capitalista que orienta a organização da

⁴ Harvey em A produção capitalista do espaço.

cidade, se manifestando enquanto uma diferenciação espacial que reproduz a estrutura do modo de produção vigente. Neste sentido, se apresenta o sistema de espaços livres de uma cidade – se contrapondo às edificações –, sendo o conjunto de todos os espaços livres de edificação existentes na malha urbana e também sua distribuição, suas conexões e suas inter-relações funcionais e hierárquicas, podendo ser “destinados ao pedestre para o descanso, o passeio, a prática esportiva e, em geral, o recreio e entretenimento em sua hora de ócio Llardent (1982 apud Loboda e De ANGELIS, 2005, p. 132). Portanto, abarca todos os vazios que envolvem os cheios (volumes edificados), que estão conectados pela atmosfera e tem uma inter-relação de dependência e hierarquia (HIJIOKA, et. al., 2007, p. 121), e segundo Coccozza e Oliveira (2013, p. 12) “estão distribuídos de diferentes formas pelo tecido urbano, diferenciando-se em categorias, áreas, forma, usos, gestão, significados e apropriação”.

De acordo Queiroga (2012), o conceito de SEL engloba a concepção de espaço de Milton Santos, a visão de sistema e o pensamento complexo de Edgar Morin, a ideia de uma esfera pública geral e as relações com a esfera política de Jürgen Habermas (o qual foi brevemente abordado anteriormente) e o conceito de espaços livres de Miranda Magnoli que gira em torno do paisagismo, arquitetura e urbanismo.

Os espaços livres se relacionam dentro de um sistema e inseridos no espaço público, necessitamos agora entender as AVU como componentes do sistema de espaços livres urbanos “independentemente de serem ou não conectadas fisicamente, pois, a rigor, tais áreas estabelecem relações diante da totalidade ambiental e funcional da cidade, portanto, diante da teoria moriniana, constitui-se um sistema” (QUEIROGA, 2012, p. 78), um sistema de AVU.

As AVU têm se mostrado uma árdua tarefa tendo em vista a polissemia do termo e as divergências entre os autores especializados, o que é demonstrado por Hijioka et. al. (2007, p. 116), que indica “uma grande imprecisão na conceituação do termo espaço livre, que frequentemente confundido com a ideia de área verde, que, por sua vez, se sobrepõe ao conceito de espaço verde e assim por diante”, o que é corroborado por Macedo, (1995, p. 16) ao dizer que “tem sido comum o uso dúbio do conceito área verde com o de espaço livre, aproveitando-se para tal uma série de ideias consagradas no imaginário popular, que as associa exclusivamente ao lazer”. Segundo Lorusso (1992 apud PRESOTTO e SANTOS, 2009, p. 81) o conceito varia ainda de acordo com cada administração municipal e a cada cidade

Os termos áreas verdes, espaços/áreas livres, arborização urbana, verde urbano, têm sido frequentemente utilizados no meio científico com o mesmo significado para designar a vegetação intraurbana. No entanto, pode-se

considerar que a maioria deles não são sinônimos, e tampouco se referem aos mesmos elementos. (BARGOS e MATIAS, 2011, p. 174).

Ainda,

Espaços livres e áreas verdes frequentemente se confundem no Brasil; muito em função da cultura anglo-saxônica na área de paisagismo, presente nos quadros técnicos e acadêmicos do país, que privilegia os parques e demais áreas verdes e nem sempre observa a maior complexidade dos sistemas de espaços livres urbanos (QUEIROGA e BENFATTI, 2007, p. 86).

De acordo com Hijioka et. al. (2007, p. 120) “o espaço livre de edificação pode ser “verde” (com vegetação), pode ser árido, poder ser alagado e assim por diante” [...]. Portanto, “o Espaço verde é estruturado total e predominantemente por vegetação, e não necessariamente têm solo permeável”. Ou ainda, os espaços verdes são

Toda área urbana ou porção do território ocupada por qualquer tipo de vegetação e que tenham um valor social. Neles estão contidos bosques, campos, matas, jardins, alguns tipos de praças e parques, etc. enquanto que terrenos devolutos e quetais não são necessariamente incluídos neste rol. O valor social atribuído pode ser vinculado ao seu utilitarismo em termos de área de produção de alimentos, ao interesse para a conservação ou preservação de conjuntos de ecossistemas ou mesmo de um único ecossistema, ao seu valor estético/cultural e mesmo a sua destinação para o lazer ativo ou passiva (MACEDO, 1995, p. 16).

A falta de consenso é relatada ainda por Loboda (2003), Loboda e De Angelis (2005), Lima et.al. (1994), Bucheri e Nucci (2006), Nucci (2008), Cavalheiro e Del Pichia (1992), Bucheri E Tonetti (2011), Londe e Mendes (2014), Bargas e Matias (2011), Benini (2009), Milano (1990) e Oliveira (1996). Desta forma, o que buscamos aqui não se trata de um conceito fechado, e que chegaremos às AVU a partir da definição de usos, funções e benefícios, destacando assim em que medida ocorre a diferenciação do espaço livre e da área verde.

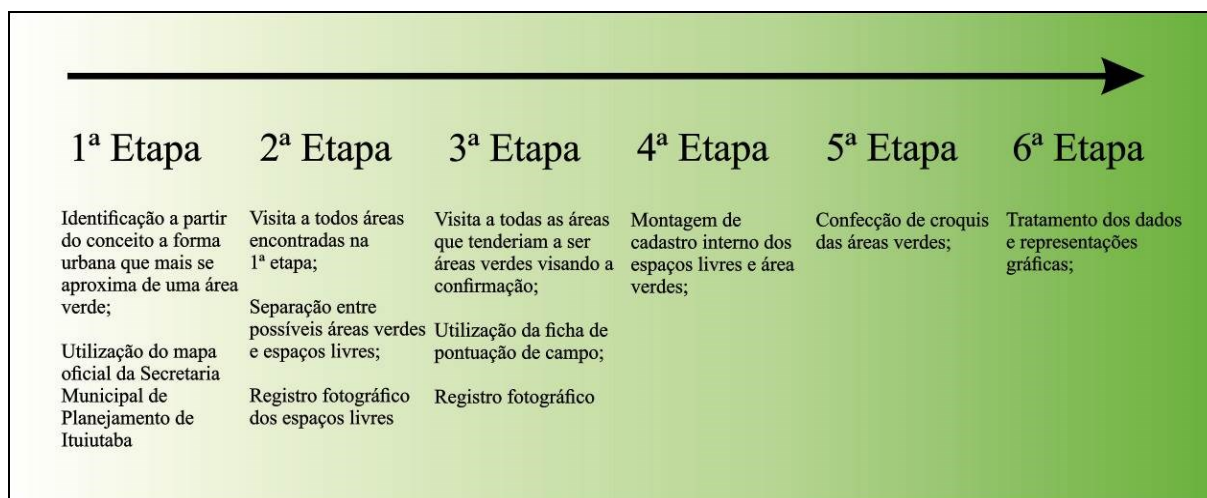
Ressaltamos que as noções atribuídas às áreas atendem muito a dinâmicas de cada lugar estudado pelos pesquisadores, isso porque cada formação socioespacial irá gerar formas urbanas que relacionam diferentemente dentro da estrutura, portanto, a multiplicidade destas noções e conceitos podem ou não ser encontradas em uma escala local, cabendo assim a sensibilidade do pesquisador na leitura da paisagem, indo dos fixos, nesse caso as áreas verdes, aos fluxos e às práticas socioespaciais.

As áreas verdes cumprem funções independentes do uso, relacionadas aos benefícios ecológicos e ambientais, e neste aspecto a sociedade também se beneficia sem que ela usufrua da permanência nestes lugares. Enquanto as outras funções estão intimamente ligadas ao uso humano, e neste caso, se comporta como a própria sociedade se apropria do espaço público, de forma mais ou menos intensa, como resultado da conjuntura atual das relações humanas e o espaço, mediados por objetos. Para tanto, a abordagem empírica visa encontrar em que condições está situado nosso objeto de pesquisa.

1.2.3. Construção da metodologia: as atividades empíricas

Visando uma melhor organização das atividades de campo e o tratamento dos dados, pensamos ordená-las em etapas (Figura 3). A partir do entendimento das AVU como espaços de múltiplos usos e funções, que privilegie a vegetação e que seja dotada da capacidade de cumprimento das funções paisagísticas, ecológicas, de lazer, saúde e educação ambiental, e assim buscamos na primeira etapa identificar na cidade as formas urbanas que tenderiam a cumprir estes requisitos. As visitas de campo tiveram como apoio o mapa oficial da Secretaria Municipal de Planejamento de Ituiutaba do ano 2017⁵ (que será chamado de mapa base). Foram visitadas todas as praças que constavam no mapa, bem como o Parque Municipal do Goiabal, o Centro Turístico Camilo Chaves Neto, o canteiro central da Avenida José João Dib e canteiro central da Avenida Minas Gerais, excetuando as praças localizadas no Residencial Drummond por conta de se caracterizar como um loteamento fechado. Neste momento ocorreu um primeiro filtro a partir de breves visitas em que foram separadas as possíveis AVU e espaços livres pelas grandes discrepâncias entre a forma e a infraestrutura. Os espaços livres considerados até o momento foram áreas com nenhuma infraestrutura que permitia considerá-la uma AVU, o que existia era apenas o lote, a praça ou área verde apenas como projeto. Ocorreu durante as visitas registros fotográficos e o preenchimento de uma ficha de identificação (primeira página da ficha de observação de campo) para um cadastro interno.

⁵ Ao iniciar a pesquisa, procuramos a Secretaria de Municipal de Planejamento na procura de maiores esclarecimentos. Quando indagamos sobre a localização e registro das praças nos foi orientando a buscar o mapa em um estabelecimento privado que o faria a impressão.

Figura 3 - Etapas de desenvolvimento das atividades de campo e o tratamento dos dados

Organização: Pereira, L. A. (2018)

Após um primeiro filtro, ocorreu a visita (mais aprofundada) a cada AVU visando a confirmação a partir do conceito, já utilizando a ficha de observação de campo para identificação (Figura 4) e a ficha completa. Foi criado um banco (interno) de dados com registros fotográficos e a identificação de cada área (espaços livres e AVU), separado por pastas em meio digital. Após as visitas de campo foram confeccionados os respectivos croquis.

Figura 4 - Ficha de campo: identificação

Identificação					
Código				Endereço:	
Bairro					
Denominação					
Entorno				Forma	
Dias da semana	Data	Horário	Observações/atividades:		
Final de semana	Data	Hora	Funções:		
Imagem aérea		Imagem externa		Imagem interna	

Fonte: DE ANGELIS, CASTRO e DE ANGELIS NETO (2004); **Organização:** PEREIRA, L. A. (2017)

Em um segundo filtro, após a confecção final dos croquis, a partir de nossa concepção encontramos as AVU em Ituiutaba, devolvendo ao grupo dos espaços livres as áreas restantes. Por fim, o preenchimento final (dados a partir do software Qgis referentes aos setores censitários do IBGE) e o tratamento dos dados da ficha completa de observação de campo e geração de representações gráficas.

1.2.4. Critérios adotados para a pesquisa quali-quantitativa

Consideramos que as AVU devem possuir uma infraestrutura, sendo ela o conjunto dos elementos: área permeável, mobiliário, equipamentos e aptidões locais, estes necessários para o cumprimento das funções determinadas a partir ou não do projeto. Sendo assim, podemos comparar esta infraestrutura como aquela determinada na construção civil, onde dá base a toda a obra, aqui, especificamente a AVU como forma com conteúdo ambiental e social dando condições ao uso.

O esqueleto teórico-metodológico elaborado serviu não somente para a delimitação teórica, mas também orientou as observações em campo, etapa do processo de pesquisa no qual nos fundamentamos no conceito/forma AVU e chegamos às suas funções idealmente desempenhadas, estas, perceptíveis em campo a partir do uso (também dos vestígios), bem como dos componentes infraestruturais presentes em cada área visitada. Realizamos, portanto, uma investigação no espaço urbano de Ituiutaba, tendo como pistas a realização das funções de uma AVU.

A infraestrutura interna foi utilizada para caracterizar as AVU por meio da avaliação dos equipamentos e atributos, utilizando a coleta de dados indireta na forma de pesquisa de campo do “tipo quantitativo-descritiva” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 186), – porém, com possibilidades de alcançar critérios qualitativos a partir da análise – com observação direta intensiva orientada por ficha sistemática previamente elaborada e adaptada (DE ANGELIS, CASTRO e DE ANGELIS NETO, 2004).

As visitas a cada AVU priorizaram horários relativamente mais propícios ao uso, sendo os períodos que compreendem entre o início da manhã e o final da tarde. Nestes intervalos de tempo foram realizadas as observações dos elementos mobiliários e dos componentes paisagísticos, e, por fim, observando também o uso e fluxo da população nesses locais por meio das suas práticas socioespaciais. Ressaltamos que cada área acabou por exigir visitas mais frequentes e com menores ou maiores números.

Para melhor orientar as delimitações qualitativas na ficha de observação de campo, criamos uma matriz (Quadro 1) considerando a conservação e distribuição dos equipamentos e o mobiliário. De maneira simples os níveis podem ir de ruim a boa, sendo necessário a relação entre as duas variáveis para que seja possível chegar a um conceito qualitativo, sendo conferido a cada item da ficha de campo.

Quadro 1- Matriz de relação qualitativa entre os critérios e os níveis dos elementos observados em campo

	Níveis qualitativos	Boa	Média	Ruim
A	Conservação	10	5	1
B	Distribuição	10	5	1
A partir das condições encontradas em campo → A + B = Conceito				
Boa = 15 – 20 / regular = 8 – 14 / ruim = 2 – 7				

Organização: Pereira, L. A. (2018)

A partir da utilização da observação orientada pela ficha de campo (Figura 5) foi atribuída uma pontuação para a área verde em questão. A pontuação foi considerada juntamente com a observação de campo para caracterização da AVU, entendendo que os itens pontuados da ficha perfazem as condições “formais” de realização das funções atribuídas e aos usos possíveis, assim, criando também uma abrangência que varia de acordo com o nível qualitativo.

Figura 5 - Ficha de observação de campo: elementos a serem observados

Permeabilidade, Vegetação e paisagismo (peso 2 – Total 42)				
Área (m²)	12267-18400	6134 - 12266	0 -6133	
Permeabilidade do solo (%)	66 - 100	34 - 66	0 - 33	
Vegetação rasteira	Boa	Média	Ruim	
Vegetação arbustiva	Boa	Média	Ruim	
Vegetação arbórea	Boa	Média	Ruim	
Índice de densidade arbórea	Alta	Média	Baixa	
Paisagismo	Boa	Média	Ruim	
TOTAL				

Circulação e pavimentação (peso 1 – Total 9)				
Circulação	Alta	Média	Baixa	
Tipo de pavimentos	Petit Pavê	Bloquete	Concreto	Inexistente
Qual. da pavimentação	Boa	Média	Ruim	
Rampas de acesso	Externas	Internas	Não possui	
Qual. Rampas de acesso	Boa	Média	Ruim	
Piso tátil	Calçada	Interno	Não possui	
Qual. Piso tátil	Boa	Média	Ruim	
TOTAL				

Equipamentos: Mobiliário (peso 1 – Total 48)				
Tipos de bancos	Alvenaria	Madeira	Metal	
Qual. dos bancos	Boa	Média	Ruim	
Tipos de mesas	Alvenaria	Madeira	Metal	
Qual. das mesas	Boa	Média	Ruim	
Iluminação (quant) altura	Alta	Média	Baixa	
Qual. Iluminação	Boa	Média	Ruim	
Lixeiras	Interna	Calçada		
Qual. Lixeiras	Boa	Média	Ruim	
Pts. de ônibus	Boa	Média	Ruim	
Telefones público	Boa	Média	Ruim	
Sanitários	Boa	Média	Ruim	
Quiosques	Boa	Média	Ruim	
Equip. Exercício físico	Boa	Média	Ruim	
Bicicletário	Boa	Média	Ruim	
Parque infantil	Boa	Média	Ruim	
Quadra esportiva / campo	Boa	Média	Ruim	
Rampa para esportes	Boa	Média	Ruim	
Palco / coreto (conservação)	Boa	Média	Ruim	
Obra de Arte/busto/estátua	Boa	Média	Ruim	
Chafariz/ espelho d'água	Boa	Média	Ruim	
TOTAL				

Serviços Públicos (peso 2 – Total 6)				
Conservação e limpeza	Boa	Média	Ruim	
TOTAL				

TOTAL GERAL

Fonte: DE ANGELIS, CASTRO e DE ANGELIS NETO (2004); **Organização:** PEREIRA, L. A. (2017)

A pontuação obtida também serviu como referência para a imposição de uma abrangência, entendendo que quanto melhor dotada de condições que favoreçam, equipamentos e mobiliário, um maior número de pessoas se deslocariam para usufruir da área verde. Também neste aspecto relacionado a abrangência, nos baseamos em Di Fidio (1985, apud NUCCI, 2008, p. 34), quando trata que “um grande peso é a distância entre o usuário e o

espaço livre, [...] em distâncias maiores do que 10 a 15 min, a pé a utilização decai”. Para tanto, considerando a velocidade de caminhada (NOVAES; MIRANDA; DOURADO, 2011) de idosos como base para uma acessibilidade universal, foi atribuído um raio de abrangência máxima de 600 metros, observando a possibilidade de percorrer esta distância entre 10 a 15 minutos. A abrangência máxima foi segmentada em 5 classes a partir da pontuação obtida (Quadro 2), sendo estabelecida da seguinte forma:

Quadro 2 – Base para a relação entre os elementos observados nas áreas verdes e o raio de abrangência

RELAÇÃO ENTRE PONTUAÇÃO E ABRANGÊNCIA	
Pontuação a partir da ficha	Raio de abrangência
1 – 21	120 metros
22 – 42	240 metros
43 – 63	360 metros
64 – 84	480 metros
85 – 105	600 metros

Organização: Pereira, L. A. (2018)

Delimitada a abrangência, utilizando a função *buffer* no software livre Qgis (versão 2.18), foi encontrado o raio de abrangência de cada AVU, que cobrirá os setores censitários utilizados na classificação do entorno. Os setores não totalmente abarcados foram considerados na medida em que ficaram abrangidos, ou seja, caso um setor tenha sido apenas 40% envolvido, a população a ser considerada deste setor equivale também a 40%. Assim temos em mãos quais setores e o contingente a serem classificados a partir dos dados populacionais e etários. Ainda sobre a utilização do software Qgis, tecnicamente foi utilizada a função de divisão dos dados populacionais em cinco classes definidas por separação de valores iguais.

A organização dos dados foi realizada com base no interesse em quantificar a população em geral de cada setor censitário, gerando também um índice de contingente

populacional (icp) da população geral, de crianças (0 a 11 anos), adolescentes (12 a 18 anos) e idosos (mais de 60 anos), entendendo que crianças e idosos não são os únicos possíveis usuários de espaços livres e áreas verdes, mas que são os que possuem maior capacidade de apropriação destes espaços por conta de seu tempo livre, bem como pela socialização que é de grande importância a estas faixas etárias. Segundo Nucci (2008, p. 37) a utilização dos espaços livres independe da classe social e idade, pois o desfrute do momento de folga ocorre da melhor maneira que convém a cada indivíduo, criando uma demanda de áreas verdes que possibilitem o cumprimento da função recreativa devido ao aumento da expectativa de vida dos idosos e o tempo disponível das crianças, necessitam de se ocupar com lazer, atividades físicas e contato social, melhorando sua qualidade de vida.

A delimitação das idades se deu com base na lei contida no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069, de 13 de julho DE 1990, Art. 2º que “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. E também no Estatuto do Idoso por meio da Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Art. 1º que “É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”.

Visando identificar o perfil das AVU, retornando aos elementos concernentes à produção do espaço urbano, a caracterização das áreas verdes e a classificação (entorno e área verde) serão relacionadas. As variáveis neste ponto serão consideradas a partir das delimitações de Marconi e Lakatos (2003), sendo a variável independente (X) o “fator manipulado (geralmente) pelo investigador, na sua tentativa de assegurar a relação do fator com um fenômeno observado ou a ser descoberto, para ver que influência exerce sobre um possível resultado”. Foi considerado como variável independente a pontuação de cada área verde. Enquanto as dependentes (Y) foram consideradas como os dados de faixa etária do entorno das AVU, pois

Consiste naqueles valores (fenômenos, fatores) a serem explicados ou descobertos, em virtude de serem influenciados, determinados ou afetados pela variável independente; é o fator que aparece, desaparece ou varia a medida que o investigador introduz, tira ou modifica a variável independente; a propriedade ou fator que é efeito, resultado, consequência ou resposta a algo que foi manipulado (variável independente) (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 139).

Para que se articule as variáveis X e Y de acordo com as necessidades para se comprovar suas relações, foi utilizada a abrangência da área verde como variável moderadora (M), pois

É um fator, fenômeno ou propriedade, que também é condição, causa, estímulo ou fator determinante para que ocorra determinado resultado, efeito ou consequência, situando-se, porém em nível secundário no que respeita à variável independente (X), apresentando importância menor do que ela; é selecionado, manipulado e medido pelo investigador, que se preocupa em descobrir se ela tem influência ou modifica a relação da variável independente com o fator ou fenômeno observador (variável dependente Y) (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 14439).

Por fim, visando a representação dos dados, a variável dependente (Y) será sintetizada a partir da pontuação para prioridade devido à contingência (Tabela 1), que também está contida na ficha de observação e é composta por 3 classes, indo de baixa a alta prioridade. Ressaltamos que os dados considerados foram referentes apenas à cidade de Ituiutaba, ou seja, não ocorreu a partir de um modelo específico, mas sim a partir da relação entre área de abrangência e a quantidade de indivíduos por classe, pela seguinte expressão⁶:

$$icp = (A/pop).10000$$

Posteriormente foi calculado a amplitude entre os valores e separadas as classes.

Tabela 1 - Base para a relação entre a contingência populacional e a prioridade de intervenção

<i>Níveis de contingência Populacional</i>	<i>População absoluta</i>	<i>Crianças</i>	<i>Adolescentes</i>	<i>Idosos</i>
<i>Baixo</i>	13,78 – 32,52	2,65 – 5,63	2,13 – 3,74	1,82 – 4,77
<i>Médio</i>	32,53 – 46,30	5,64 – 8,62	3,75 – 5,36	4,78 – 7,73
<i>Alto</i>	46,31 – 60,08	8,63 – 11,62	5,37 – 6,98	7,74 – 10,69

Organização: Pereira, L. A (2018)

⁶ Onde “icp” é o índice de contingência populacional, “A” constitui-se na área da abrangência em m² e “pop” a população relativa de cada faixa etária. Multiplicados de forma a se apresentarem como densidade em hab/ha

Tendo por base a abordagem das variáveis citadas foi possível reunir todas as informações em forma de quadro explicativo onde os elementos reunidos até o momento, juntamente com a estrutura urbana foram fundamentais para a tentativa de uma síntese.

Critérios adotados para a formação da pesquisa e avaliação quali-quantitativa

Como indicado anteriormente, a coleta dos dados de campo foi orientada pelo trabalho de De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2004), no qual elencam metodologicamente elementos constituintes das praças brasileiras. Se faz necessário então antes de prosseguirmos adiantar que uma praça pode ser uma AVU ou não, e na mesma medida uma AVU pode ser uma praça ou não. Portanto, apenas a realização das funções pode determinar se uma praça se constitui enquanto AVU.

Para o caso de Ituiutaba, após a realização prévia de um trabalho de campo para compreender a dinâmica urbana da cidade, foi possível perceber que em grande medida as AVU tenderiam a se apresentar na forma de praças, e para tanto, buscamos desta maneira identificar quais são ou não AVU. Orientado pelo mapa base, visitando assim todas as praças indicadas. Ao visitarmos *in loco* cada lugar buscamos identificar os elementos básicos capazes do cumprimento das funções de uma área verde, caso se apresentem os seguintes elementos tiveram uma observação aprofundada:

Identificação

Nesta primeira etapa do cadastro das áreas, os elementos referentes à identificação são estabelecidos aqui. Ressalta-se que para ambos os espaços, AVU ou espaços livres, esta etapa foi realizada, após, caso estabelecido como AVU a sequência da ficha é seguida.

Permeabilidade, vegetação e paisagismo

- Área (m²) – A área tem grande importância por determinar os tipos de usos e equipamentos possíveis de serem estabelecidos. Também influencia no traçado e na morfologia urbana. Este elemento foi quantificado através do software Qgis e imagem aérea.

- Permeabilidade do solo (%) – Este elemento é fundamental por permitir a infiltração superficial da água, bem como condicionar a cobertura vegetal (c.v.), desta maneira, determinando a função ecológica e participando da função estética. Permite também o uso da população sobre a cobertura vegetal rasteira, os gramados. Após a delimitação da área, por meio do software Qgis e imagem aérea, foi possível definir a porcentagem de áreas permeáveis em cada área verde urbana.
- Vegetação – Como elemento estruturante das AVU é imprescindível como componente básico e de forte atuação no âmbito da circulação atmosférica e demais aspectos ecológicos. Em outro sentido, compõe a paisagem, rompendo com a fria paisagem composta por prédios, cumprindo a função estética e paisagística. São diferenciadas neste trabalho por rasteira, arbustiva e arbórea. A apreensão da vegetação foi realizada por meio da observação em campo.
 - Qual. c.v. Vegetal Rasteira – Indicada pela conservação sobretudo das gramíneas, no que diz respeito a poda, descontinuidades e cobrimento da área permeável.
 - Qual. c. v. Arbustiva – Indicada pela conservação e distribuição. Importante componente paisagístico por sazonalmente apresentar floração ou passível de topiaria, ou seja, privilegia a função estética.
 - Qual. c. v. Arbórea – Indicada pela conservação e distribuição. Relaciona-se com as amenidades proporcionadas pelas AVU. Sua condição qualitativa é atribuída a partir de Milano (1988 apud Loboda 2005, s.p.), que indica: árvore boa – vigorosa, que não apresenta sinais de danos mecânicos; árvore satisfatória – apresenta condição e vigor médios para o local, pode apresentar pequenos problemas de danos físicos; árvore ruim – apresenta estado geral de declínio e pode apresentar severos danos físicos.
 - Dens. c. v. Arbórea. – Após quantificada a área total e a quantidade de árvores em cada área verde chegamos a relação de unidade por metro quadrado (un/m²). A densidade arbórea está intimamente ligada ao microclima, como visto por Pereira e Pereira (2018).
- Paisagismo – Realiza-se através da síntese dos elementos vegetais e mobiliário específico para o embelezamento, desta forma, sua qualidade está baseada nas condições estéticas apresentadas visualmente.

Circulação e pavimentação

- Intensidade da circulação – Está relacionada ao fluxo gerado pelo deslocamento da população, tende a ser maior nas AVU localizadas nas áreas centrais. Devido à grande amplitude de diferentes fluxos, tendo em vista as distintas localizações, a metodologia aqui empregada está relacionada com a percepção do pesquisador-observador comparando os fluxos de cada área visitada.
- Tipo e qualidade da pavimentação – Diferentes tipos de pavimentação vão proporcionar variadas condições estéticas e qualitativas no que diz respeito a mobilidade. A deterioração (Figura 6) está ligada principalmente à falta de manutenção, bem como aos materiais constitutivos e o uso. Entre os tipos, observamos neste trabalho: concreto; paralelepípedo, petit pavê, bloquete e a não pavimentada.

Figura 6 - Níveis de conservação e pavimentação

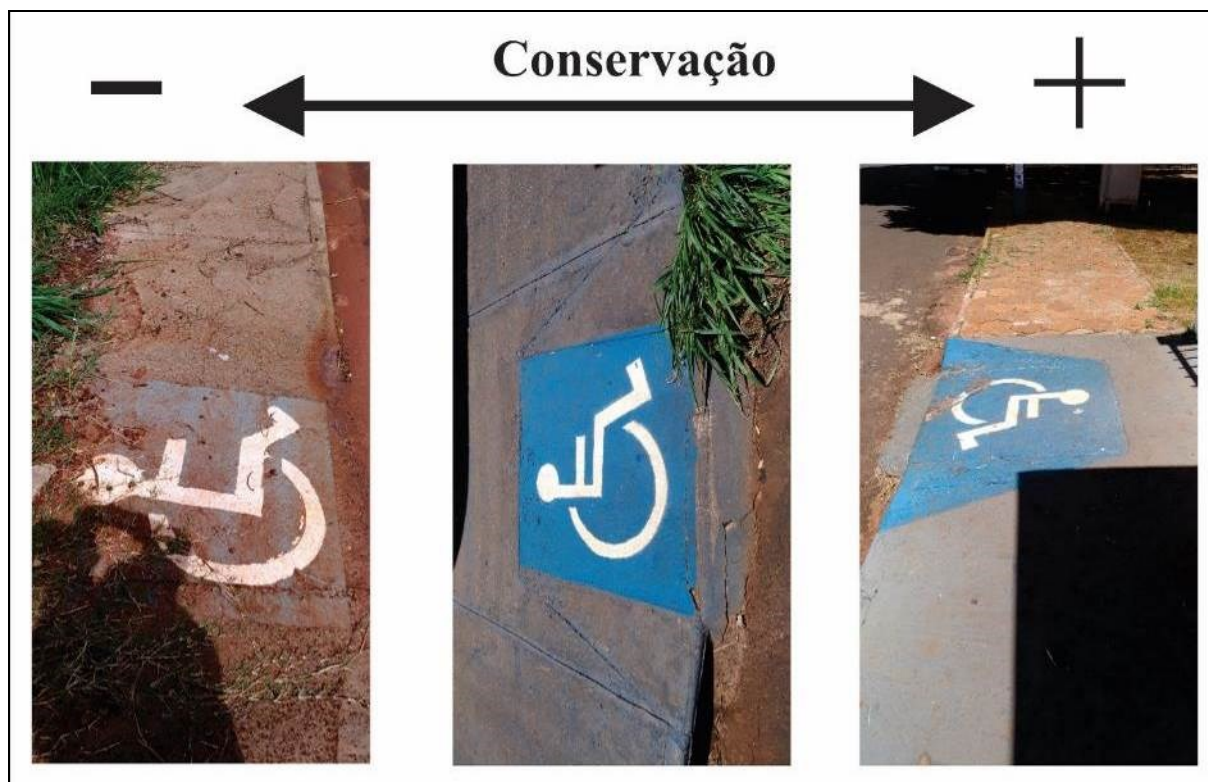


Fonte: Coleta de campo (2018); **Organização:** Pereira, L. A. (2018)

- Localização e qualidade das rampas de acesso aos portadores de deficiências (Figura 7) – As rampas de acesso são essenciais para o uso universal, constituem como fundamentais para circulação e mobilidade. Entre os tipos, tendem a ser construídas de concreto e se

apresentam tanto nos limites externos de cada área como internamente. Observamos a presença, distribuição e condições funcionais.

Figura 7 - Níveis de conservação das rampas de acesso



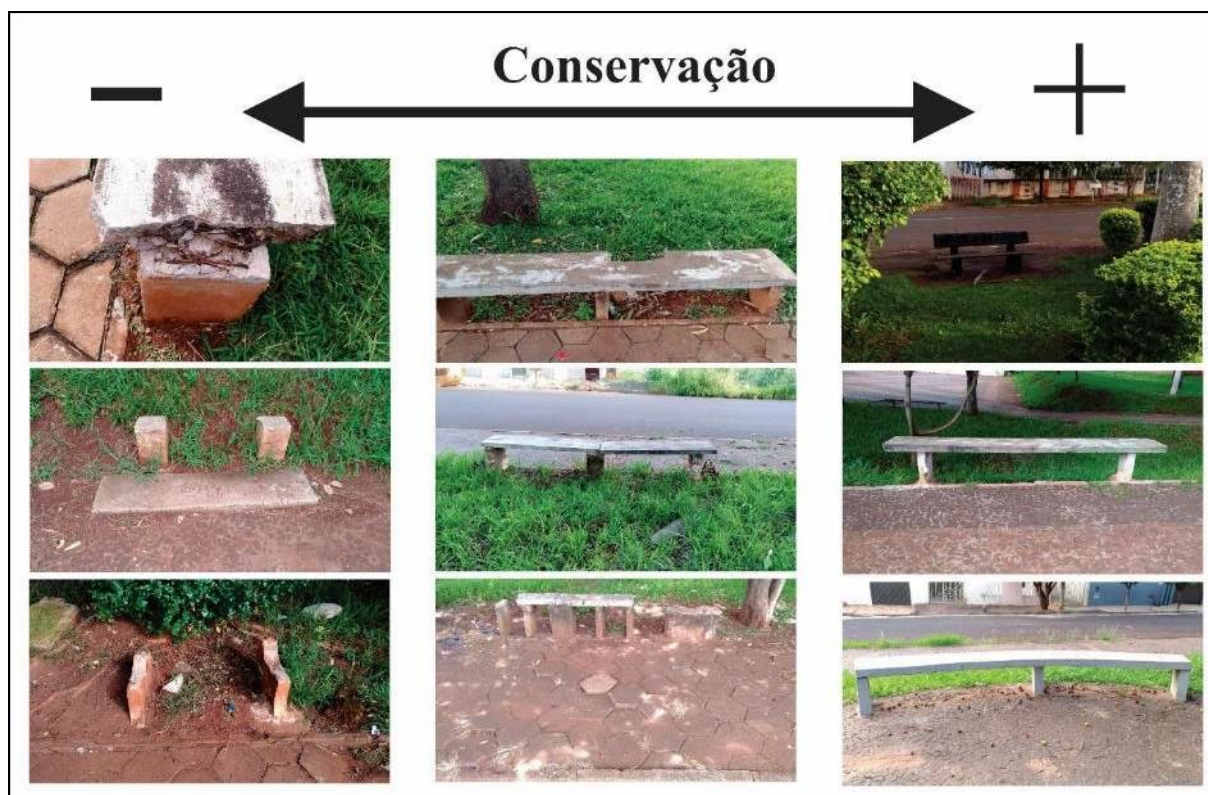
Fonte: Coleta de campo (2018); **Organização:** Pereira, L. A. (2018)

- Localização e qualidade do piso tátil – Faz parte do desenho universal, componente básico para a acessibilidade de portadores de deficiência visual. Pode se apresentar nas calçadas externas, bem como nos percursos internos das AVU. Observamos a distribuição e estado de conservação.

Equipamentos: Mobiliário

- Tipo e qualidade dos bancos (Figura 8) – Representam um momento de descanso, junto às árvores funcionam complementarmente proporcionando repouso momentâneo. São constituídos dos mais diversos materiais: alvenaria, madeira, metal, etc. e se apresentam pontualmente com tamanho variáveis que vão de 3 a 5 lugares ou de maneira contínua, sob a forma de extensos bancos que margeiam os gramados. Observamos a distribuição, disponibilidade, deterioração e material.

Figura 8 - Níveis de conservação dos bancos



Fonte: Coleta de campo (2018); **Organização:** Pereira, L. A. (2018)

- Tipo e qualidade das mesas – As mesas complementam e fomentam usos nas AVU, podem servir para jogos ou de base para qualquer atividade que a necessite. Como os bancos, podem se apresentar constituída de vários materiais: alvenaria, madeira, metal, etc. Normalmente estão dispostas junto aos bancos, mas, no entanto, podem aparecer separadamente. Observamos a disposição, disponibilidade e estado de conservação.
- Tipo e qualidade da iluminação (Figura 9) – Segundo a Companhia de Energia de Minas Gerais, a partir do manual de Projetos de Iluminação Pública (2012, p. 31), que tem por conteúdo o estabelecimento de critérios básicos para os projetos de iluminação pública, indica que algumas praças ou parques, em função de sua concepção arquitetônica, apresentam áreas distintas de utilização como jardins, brinquedos, jogos de mesa, quadras, etc. Nestes casos, podem ser aplicados critérios de projetos diferenciados para cada espaço. A iluminação de escadas e rampas para acesso dos pedestres devem ser ponto de atenção e considerados na locação dos postes de forma que estas mudanças de nível sejam bem visíveis. Se uma praça possuir pequenas dimensões, a melhoria da iluminação das vias do entorno pode evitar a instalação de um projeto específico.

Consideramos três tipos iluminação a partir da altura de seus postes: Alta, se tratando da iluminação de primeiro nível; média, que corresponde a iluminação de segundo nível; e baixa, representada pela iluminação rasteira (função estética/paisagística). Serão adotados também critérios de conservação.

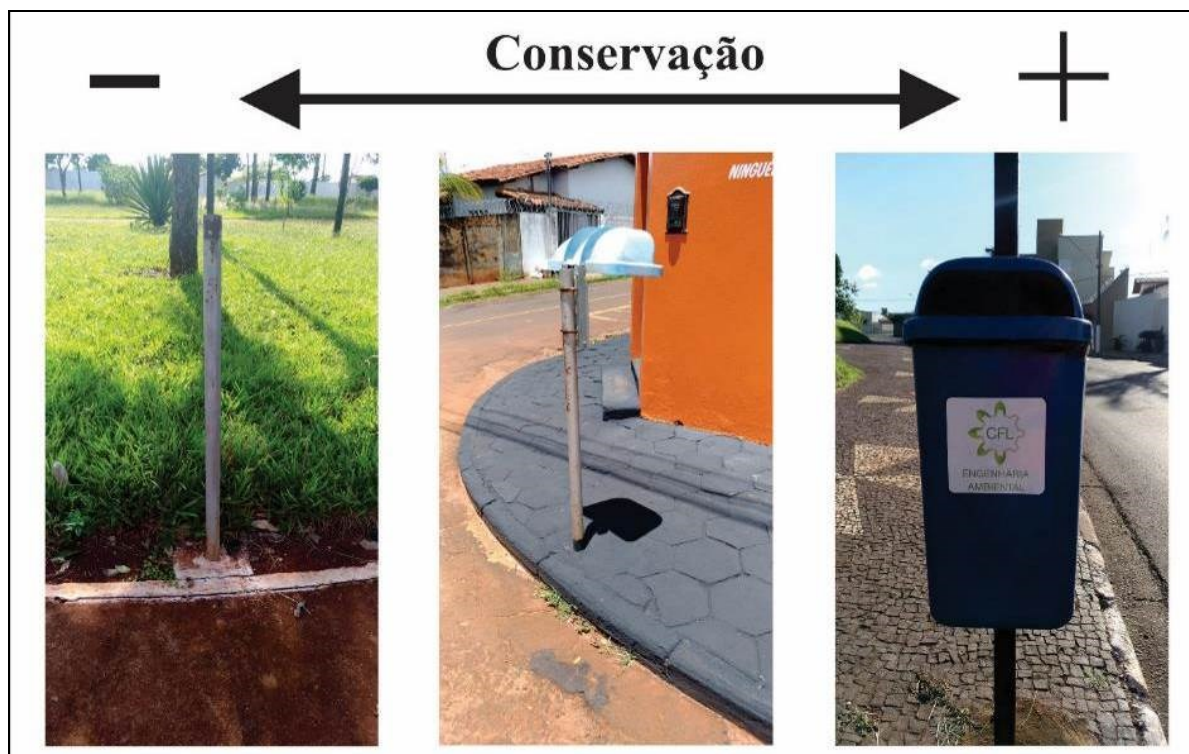
Figura 9 - Níveis de conservação da iluminação



Fonte: Coleta de campo (2018); **Organização:** Pereira, L. A. (2018)

- Tipo e qualidade das lixeiras (Figura 10) – Apresentam-se em tipos variados a partir de *design* específicos, bem como de materiais distintos na sua concepção. A falta, má distribuição e manutenção das lixeiras está relacionada a presença de resíduos, desta forma, observamos como ocorre a disposição e a conservação.

Figura 10 - Níveis de conservação das lixeiras



Fonte: Coleta de campo (2018); **Organização:** Pereira, L. A. (2018)

- Pontos de ônibus (Figura 11) – Este elemento se relaciona diretamente com o fluxo de pessoas que percorrem determinados espaços. Entendemos que mesmo pontos em péssimas situações de conservação acabam por atrair pessoas devido à dependência. No entanto, melhores condições podem promover maior conforto, fazendo com que mesmo o breve período de espera seja agradável ao cidadão. Desta maneira, sua qualidade está situada na segurança física e nas condições sobretudo de sombreamento.

Figura 11 - Níveis de conservação dos pontos de ônibus



Fonte: Coleta de campo (2018); **Organização:** Pereira, L. A. (2018)

- Telefone público – Ainda que atualmente o número de telefones públicos tenha sido reduzido devido à necessidade, sua presença é capaz de atender contingências. Observamos as condições de conservação e localização dentro da AVU.
- Sanitários – Fundamentais para sustentar a presença por maior tempo, atendendo as funções biológicas dos indivíduos. Procuramos observar a presença, quantidade, conservação, disponibilidade, localização e funcionamento.
- Quiosques – Estes elementos se apresentam sobretudo na forma de lanchonetes que funcionam no período noturno, porém, nas áreas centrais demais estabelecimentos foram observados. Foram avaliados a conservação e localização.
- Equipamentos para exercícios (academia popular, academia ao ar livre, entre outros) – Este item recentemente foi incorporado em grande medida em diversas praças e demais espaços livres. Consiste em importante elemento para proporcionar o cumprimento da função ligada à saúde motora dos indivíduos. Observamos a presença, localização e conservação.
- Bicicletário – Item relevante por permitir uma maior organização e segurança dos usuários. A localização e formato foram observados.
- Parque infantil – Importante elemento por proporcionar os usos de uma faixa etária específica, fazendo com que famílias se desloquem para a área verde urbana em questão, criando sociabilidade. Avaliamos a conservação, localização, os equipamentos, segurança e os materiais empregados.
- Quadra esportiva e rampa (skate, patins, bike) – Elemento muito relevante por contribuir para o cumprimento da função recreativa. Foram avaliados a conservação, acessibilidade, segurança, cobertura, iluminação e o piso.
- Palco – Suporte para promoção de atividades culturais. Observamos a disponibilidade, conservação e localização
- Obra de arte (busto, estátua...), chafariz e/ou espelho d'água – componentes da paisagem, contribuem para o enriquecimento paisagístico, fortalecendo o cumprimento da função estética. A disponibilidade, conservação, localização e presença na paisagem foram observados.

Serviços Públicos

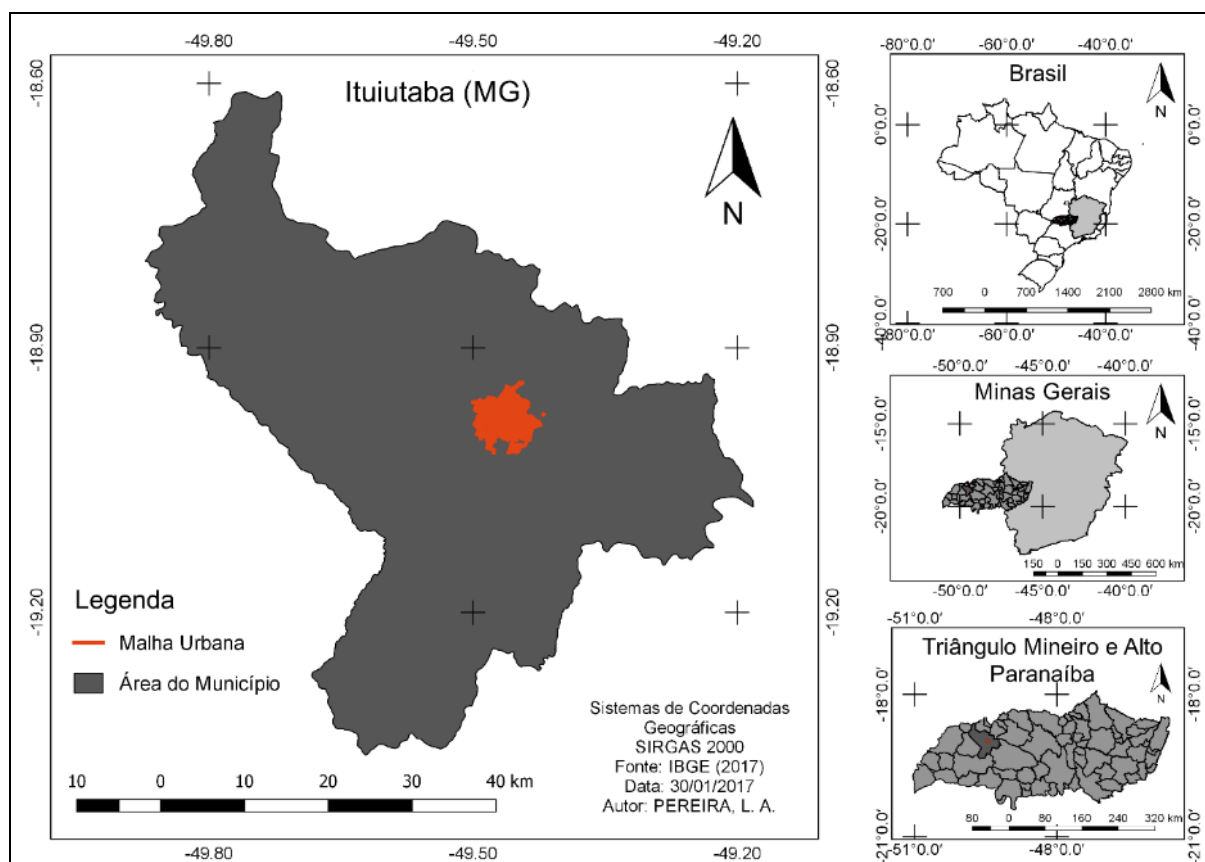
- Conservação e limpeza – Itens básicos, a conservação (geral) é o estado de todos os elementos anteriores em conjunto. Enquanto a limpeza está relacionada ao mal-uso das lixeiras ou a falta delas, bem como fazendo parte também da manutenção. Faz parte ainda a presença de descartes de resíduos sólidos e de podas.

A metodologia aqui proposta procura inovar na análise, tendo em vista que algo parecido ainda não foi realizado se considerado o relacionamento da qualidade, abrangência e contingência. Neste sentido, foi construída ao longo do trabalho na medida que procura dar conta dos elementos conceituais e empíricos encontrados. O constante processo de consolidação metodológica perpassa assim também pela tentativa de explicação dos problemas suscitados. Ainda, alertamos que por conta da falta de um padrão que proporcionasse comparação com outros recortes, dando um caráter ideográfico, orientamos nossos índices e critérios baseados na amplitude de situações encontradas na cidade, ou seja, o que é mais extremo ou brando para nosso recorte.

1.3. Apresentação do município e cidade de Ituiutaba

O município de Ituiutaba tem área correspondente a 2598,046 km², estando situada a oeste da capital mineira Belo Horizonte com distância aproximada de 700 km. Componente da microrregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e microrregião de Ituiutaba (Figura 12). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008) por meio do estudo sobre a Região de Influência das Cidades (REGIC) a cidade de Ituiutaba se enquadra como um centro sub-regional B, com zona de influência que abrange Cachoeira Dourada (MG), Capinópolis (MG), Gurinhatã (MG), Ipiacu (MG), Santa Vitória (MG) e São Simão (GO). A população do município de acordo com o censo realizado em 2010 apontava 97.171 habitantes, sendo 93.125 na área urbana e 4.046 na área rural (IBGE, 2010).

Figura 12 – Ituiutaba: localização do município e malha urbana (2017)



Fonte: IBGE (2017); Organização: Pereira, L. A. (2017)

Sobre o histórico, o município de Ituiutaba (MG)

Está intimamente relacionado ao processo de penetração, conquista e povoamento do interior do Brasil sob o impulso da agropecuária extensiva, voltada para o mercado interno, e pela chegada de vários forasteiros na região que hoje é conhecida como Triângulo Mineiro, os quais vinham tomar posse das terras recebidas por doação do Império - as sesmarias. No processo de ocupação em direção ao interior, ao mesmo tempo em que a atividade agropecuária permitiu o surgimento e desenvolvimento de vários núcleos urbanos, fez com que Ituiutaba (MG) se tornasse rota obrigatória para a passagem dos sertanejos que seguiam em direção ao Mato Grosso e ao Sudoeste goiano (CHAVES, 2016, p. 16).

Em meados de 1915, de acordo com Silva (2016, p. 6), possuindo população superior a vinte mil habitantes, a então nomeada Villa Platina se torna cidade, passado a ser chamada de Ituiutaba. A base econômica era a agropecuária e pequena prestação de serviços, sobretudo comerciais para a comunidade local, fato que se transformou significativamente nas décadas seguintes, tendo em vista o proeminente movimento de abertura da fronteira agrícola em direção ao oeste brasileiro.

No entanto, mesmo com a incipiente produção agropecuária, somente a partir de 1950 passou a ser caracterizada por sua especialização na pecuária e na agricultura, e que por conta de sua localização na microrregião ganhou espaço a prestação de serviços, saúde, educação e comércio em sua “hinterland” (DAMASCENO e MOURA, 2009). Neste sentido, podemos traçar o desenvolvimento de Ituiutaba com base na produção agropecuária em períodos específicos. No período que compreende o período entre 1930 e 1940 o garimpo consolidou a aglomeração, enquanto a partir de 1950, a produção da rizicultura fez o município ascender dentro do contexto nacional como a “capital do arroz”, e assim perdurou por aproximadamente 3 décadas, até que um declínio se instituiu fazendo com que a produção pecuária tomasse o lugar antes ocupado pelo arroz. Perdurando até a década de 1990, a pecuária dá lugar às plantações de cana, fenômeno que atingiu significativamente não apenas Ituiutaba, mas também toda a porção em que o município está inserido.

Ressalta-se, no entanto, que

Favoráveis condições de clima, de topografia e de solo foram responsáveis por parte significativa do crescimento econômico desse município mineiro, impulsionando sua industrialização, especialmente, com investimentos voltados à agroindústria. Em geral, o setor agropecuário foi a força econômica pioneira em Ituiutaba (MG), que definiu, até meados dos anos de 1970, a dinâmica da economia municipal e sua articulação com as economias regional, estadual e nacional. Todavia, com as modificações advindas do processo de modernização da agricultura, perdeu representatividade na composição do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, que se concentra, atualmente, no setor de serviços (CHAVES, 2016, p. 35)

Para tanto, atualmente,

Exerce uma centralidade, destacando-se pelo grau de importância nos setores de comércio e de prestação de serviços, com ênfase para a área de saúde e do ensino superior, com destaque para este último, que está se intensificando com a implantação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), atendendo toda uma rede de municípios da região que ele polariza” (SILVA, 2014, p.21).

Corroborando, Guerra; Libera (2014) indicam que a estagnação econômica da cidade se alterou na última década devido aos incentivos “do Governo Federal para a construção civil, através do Programa de Moradia de Interesse Social: “Minha Casa Minha Vida” - MCMV, com cerca de 2000 moradias” [atualmente o número se apresenta muito maior], e

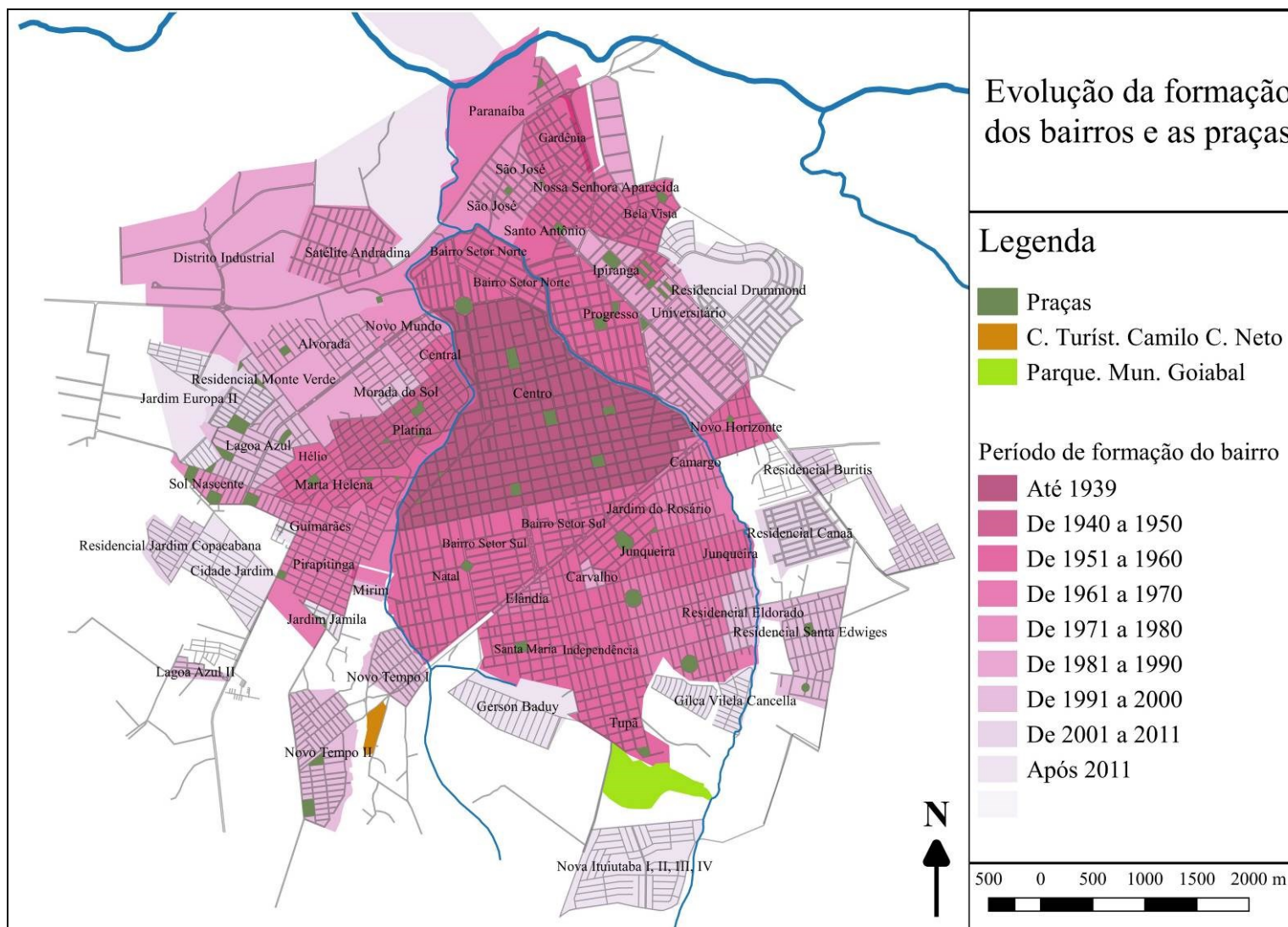
também do Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – “REUNI, com a implantação do Campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Ituiutaba voltou a se destacar econômica e socialmente”.

Sobre a cidade, a formação do espaço urbano se deu com base na expansão a partir da praça central e a Igreja Matriz (São José), e com base em Chaves (2016), podemos entender o crescimento urbano de Ituiutaba da seguinte forma: no início de sua formação, a Igreja Católica, detentora de boa parte das terras, se mostrou como primeiro agente produtor do espaço urbano. Até meados de 1970 a ocupação do território ocorreu de forma pouco organizada e legalizada, para tanto, neste período a Prefeitura Municipal de Ituiutaba busca por meio do Registro de Loteamento regularizar os bairros até então não anexados ao perímetro urbano. A cidade neste período contava com 29 bairros e 2 conjuntos habitacionais. De 1980 a 1990, com o novo aumento do perímetro urbano, os setores sudeste e sudoeste foram privilegiados (Figura 13). Foram inseridos os bairros “Esperança, Jardim Jamila, Mirim, Santa Edwiges, Morado do Sol, Distrito Industrial Antônio Cancelli, Residencial Monte Verde e Residencial Primavera” e os conjuntos habitacionais “Eldorado, Jerônimo Mendonça, Lagoa Azul I, Lagoa Azul II e Novo Tempo II”. Chegando em 2000 devido a atuação do poder público e mediante a aplicação de capital no setor imobiliário, para tanto,

Nesse movimento, Ituiutaba (MG) destacou-se no cenário regional como uma das cidades de sua Microrregião que mais conseguiu investimentos no setor da habitação, no âmbito do Programa do Governo Federal "Minha Casa Minha Vida". Entre 2001 e 2010, foram construídos dez conjuntos habitacionais, totalizando 2.895 habitações, condicionando a expansão horizontal da cidade, bem como, desencadeou um processo de valorização as áreas circunvizinhas. Empreendimentos residenciais, para moradia de médio e alto padrão, também se destacaram neste período (CHAVES, 2016, p. 40).

Com base nos mapas municipais oficiais, este processo culminaria com a presença de 75 bairros em 2015 e de 106 bairros em 2017 (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 2015), muitos destes provenientes dos investimentos resultantes do projeto Minha Casa Minha Vida, sobretudo na periferia da cidade que teve sua dinâmica intensificada por conta dos investimentos na construção civil. Podemos avaliar esse processo recente como desordenado tendo em vista o crescimento muito expressivo do número de bairros e sua relação com o perímetro urbano (Figura 13). Neste sentido, o impacto na estruturação das AVU é esperado a partir desta dinâmica de expansão urbana.

Figura13 - Evolução da formação dos bairros em Ituiutaba de 1939 a 2011



Fonte: IBGE (2010) Secretaria Municipal de Planejamento (2017); **Organização:** Pereira, L. A. (2018)

No que tange aspecto relevante para o presente trabalho, Guerra; Libera (2014) demonstram de forma muito eficiente que a constituição das áreas livres e áreas verdes acompanharam a expansão urbana, sobretudo devido à Lei 6766/79, que coloca as diretrizes de ocupação e parcelamento do solo urbano. Com base no mapa municipal de autoria da Secretaria de Municipal de Planejamento, em 2015 a cidade contava com 36 praças e 63 em 2017. Atualmente, contando ainda com o Parque Municipal do Goiabal, Centro Turístico Camilo Chaves Neto, a pista de caminhada sobre o canteiro central da Avenida José João Dib, bem como o canteiro central da Avenida Minas Gerais, que a partir de sua potencialidade pode desempenhar as funções de uma área verde.

2. AS ÁREAS VERDES E ESPAÇOS LIVRES EM ITUIUTABA: projeto, praça e Áreas Verdes Urbanas

Entendido os marcos teóricos-metodológicos da pesquisa, iniciaremos neste momento o tratamento dos espaços livres e das AVU. Para tanto, retomaremos os pressupostos teóricos sobre as duas formas, tendo em vista a caracterização que perpassa também pela descrição dos lugares a partir das visitas de campo, onde agruparemos os sub-espços semelhantes em constituição física e também a partir dos possíveis usos caracterizando-os. Partiremos dos espaços livres e AVU individualmente.

Os espaços livres na cidade – os “vazios” e os “cheios”

Como dito anteriormente, a cidade enquanto forma manifesta uma diferenciação espacial que reproduz a estrutura do modo de produção vigente, isso com base na produção do espaço urbano, nas escalas, níveis, e sujeitos que são envolvidos no processo. A forma urbana pode ser apreendida como a “estrutura revelada” (SANTOS, 2014b, p. 69;71), neste sentido, manifesta-se o SEL de uma cidade – se contrapondo às edificações –, sendo o conjunto de todos os espaços livres de edificação existentes na malha urbana e também sua distribuição, suas conexões e suas inter-relações funcionais e hierárquicas, podendo ser “destinados ao pedestre para o descanso, o passeio, a prática esportiva e, em geral, o recreio e entretenimento em sua hora de ócio Llardent (1982 apud LOBODA e De ANGELIS, 2005, p. 132). Portanto, abarca todos os vazios que envolvem os cheios (volumes edificadas), que estão conectados pela atmosfera e tem uma inter-relação de dependência e hierarquia (HIJIOKA, et. al., 2007, p. 121), e segundo Coccozza e Oliveira (2013, p. 12) “estão distribuídos de diferentes formas pelo tecido urbano, diferenciando-se em categorias, áreas, forma, usos, gestão, significados e apropriação”.

Um espaço livre pode ser considerado como cheio quando nele existe uso, quando ele desempenha funções, podendo ser público ou privado. Uma praça é um espaço livre de edificação tanto quanto um terreno baldio, no entanto, a praça possui um conteúdo social significativo, ela foi, e ainda é, em certa medida o lugar da reunião, mas também já foi o lugar do comércio, do debate. Enquanto no terreno baldio existe apenas o projeto, uma reserva, por vez econômica. Neste sentido, encontramos em Ituiutaba a partir da visita de campo, espaços livres enquanto projeto (reservas institucionais públicas) e praças propriamente ditas. Como neste trabalho, o objeto é o conjunto de AVU conceitualmente estabelecidas, reuniremos estas

um único grupo a priori, e as praças constituídas, bem como praças em projeto serão elencadas em um outro grupo, mesmo sabendo que funcional e socialmente se diferenciam em amplitude gigantesca. Em outra medida, abordaremos também os canteiros da avenida Minas Gerais como potencialidade e portadora de usos não formais e esporádicos, o canteiro da avenida José João Dib como local de atividades físicas (corridas e caminhadas) e a presença de cobertura vegetal relevante. O Parque Municipal do Goiabal a partir de sua categorização como unidade de conservação. Por fim, o Centro Turístico Camilo Chaves Neto, como um parque setorial que pouco ou nada desempenha de suas funções esperadas desde a construção.

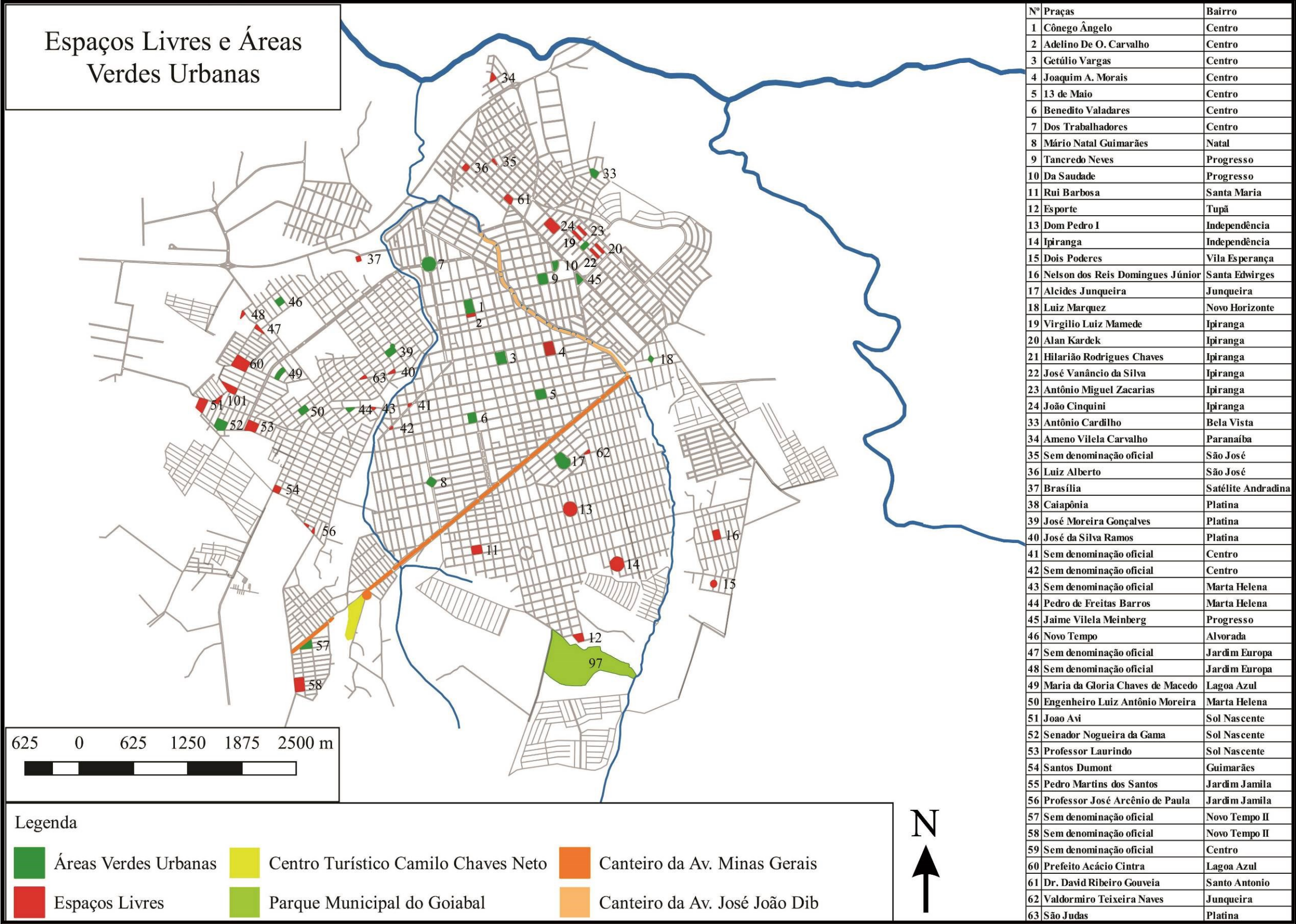
2.1. Caracterização dos espaços livres e Áreas Verdes Urbanas

Alertamos que o intitulado como praça no mapa municipal não corresponde necessariamente totalmente ao conceito e a forma (conteúdo) preestabelecida no ideário do tema, em alguns lugares o que é encontrado são espaços institucionais reservados para uma praça, estando ainda no projeto, ou mesmo o que é encontrado são áreas que fazem parte da organização do trânsito como canteiros, rotatórias e triângulos, ajustando a circulação de veículos. Para Robba e Macedo (2010), no Brasil o termo praça é bastante abrangente, sendo qualquer espaço dotado de vegetação, como um canteiro central, espaços livres e áreas destinadas apenas ao lazer esportivo. No entanto, a praça deve ser vista a partir de critérios mais específicos ligados ao contexto, entendendo que a praça enquanto forma-objeto não tem autonomia. Os sujeitos sociais detêm esta autonomia. Assim, “por ser um dos fragmentos do mosaico espacial que compõe a cidade, a praça está intimamente ligada às questões sociais, formais e estéticas de um assentamento” (ROBBA e MACEDO, 2010, p. 18).

Neste sentido, as praças podem representar manifestações humanas ou simplesmente serem resíduos do processo de urbanização, e neste caso podemos entender àquelas se encontram no projeto ou foram estabelecidas apenas por mera formalidade, não tendo conteúdo social envolvido, como é explicado por Coccozza e Oliveira (2013) que “muitas praças só existem no papel e são desenhadas para compor porcentagens, ao invés de servirem a um pensamento urbanístico que as valorize.

Para tanto, com base nas observações de campo, foi possível diferenciar as praças entre espaços livres e AVU (Figura 15), os quais serão abordados nos tópicos seguintes.

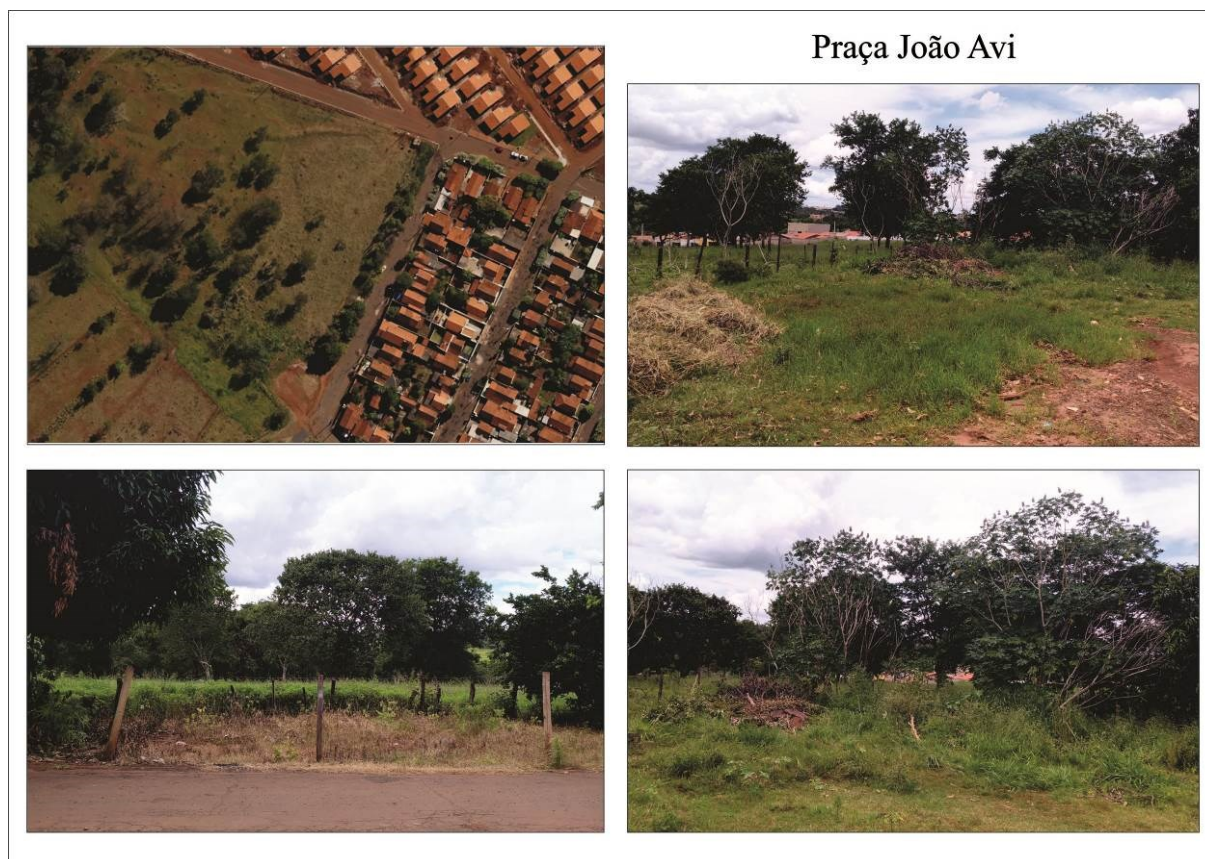
Figura 14 - Espaços Livres e Áreas Verdes Urbanas



2.1.1. *As praças e o projeto: Espaços Livres*

Iniciando pelas áreas que ainda se encontram no projeto, a Praça⁷ João Avi (Figura 15) está situada entre a rua Gerônima, rua Carvalho e avenida dos Boiadeiros, no bairro Sol Nascente, com ocupação a partir década de 1970. Tem entorno misto, entre residencial e uma grande área livre de edificação, tendo em vista que se localiza na franja urbana onde um bairro de formação nova (Jardim Europa II) a margeia. Possui uma área total de 10798,00 mts² em formato trapezoidal, mas de imprecisa delimitação, observando que uma cerca limita apenas dois lados. Apresenta árvores nativas do cerrado e c.v. rasteira em algumas espécies de capim, no entanto, não foram encontrados bovinos ou outro tipo de criação animal, o que por vezes é comum nos limites do perímetro urbano. Além da vegetação nativa, uma “fileira” de árvores exóticas margeiam a rua com moradias mais antigas, o que nos leva a supor que foram plantadas pelos moradores.

Figura 15 - Espaço Livre Urbano: Praça João Avi



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

⁷ Entendemos que a denominação “praça” não condiz com este ou com os próximos sub-espacos a serem abordados, no entanto, mantivemos esta denominação por questões organizacionais, pois assim estão denominadas na base utilizada para a pesquisa de campo.

No local foram encontrados depósitos de resíduos sólidos provenientes de construção civil, bem como de podas de árvores, o que é um sério problema se somado à questão do escoamento superficial da água, que segue desde a avenida Antônio Caetano de Novaes à qual vai de encontro à praça João Avi e não tem por onde escoar. Deste modo, se configura como vetor de doenças.

Em outro local, a área aqui denominada como Praça sem denominação oficial 101 (Figura 16) seguindo a linha de denominação do mapa da Secretaria Municipal de Planejamento, não está demarcada no mapa base utilizado para a investigação, mas foi encontrada no percurso da área anterior (Praça João Avi), a qual está muito próxima. Tem origem recente, juntamente como bairro Jardim Europa II. Possui entorno residencial totalmente ocupado e está delimitada entre a avenida dos Boiadeiros, rua Clementina Krueger de Andrade e rua Mário Sérgio, ocupando área de 2693,00mts² em formato triangular.

Figura 16 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 101



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Durante a visita de campo observamos a presença de árvores plantadas em formato linear (sequência), como na área anterior, voltada para o lado de ocupação mais antiga, além

de bancos improvisados junto aos locais de sombreamento, onde se encontravam alguns idosos. Não constatamos nenhum outro uso, o que pode ser explicado pela falta de infraestrutura. Foram também encontradas mudas de espécies arbóreas em seu interior. Possui calçamento em seus limites, porém em alguns pontos já se encontra comprometido. Sobre a iluminação, verificamos que a mesma é do tipo alta e ocorre em apenas um ponto.

Também não inserida no mapa base para as atividades de investigação de campo, a Praça sem denominação oficial 102 (Figura 17) está situada no Bairro Lagoa Azul I, tem forma trapezoidal limitada pelas ruas Adelina Krueger de Andrade, Maria Abadia de Souza Marquez, Telson Andrade Franco e Fausto A. Carvalho, possuindo extensão de 8321,00 mts². No local, encontram-se um campo de futebol em boas condições e com indicações de usos, cercado e com portão. Também identificamos algo que pela forma pode se configurar como uma quadra, mas que ainda está em construção e apresentando sinais de paralisação já há algum tempo, tendo em vista a deterioração.

Figura 17 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 102

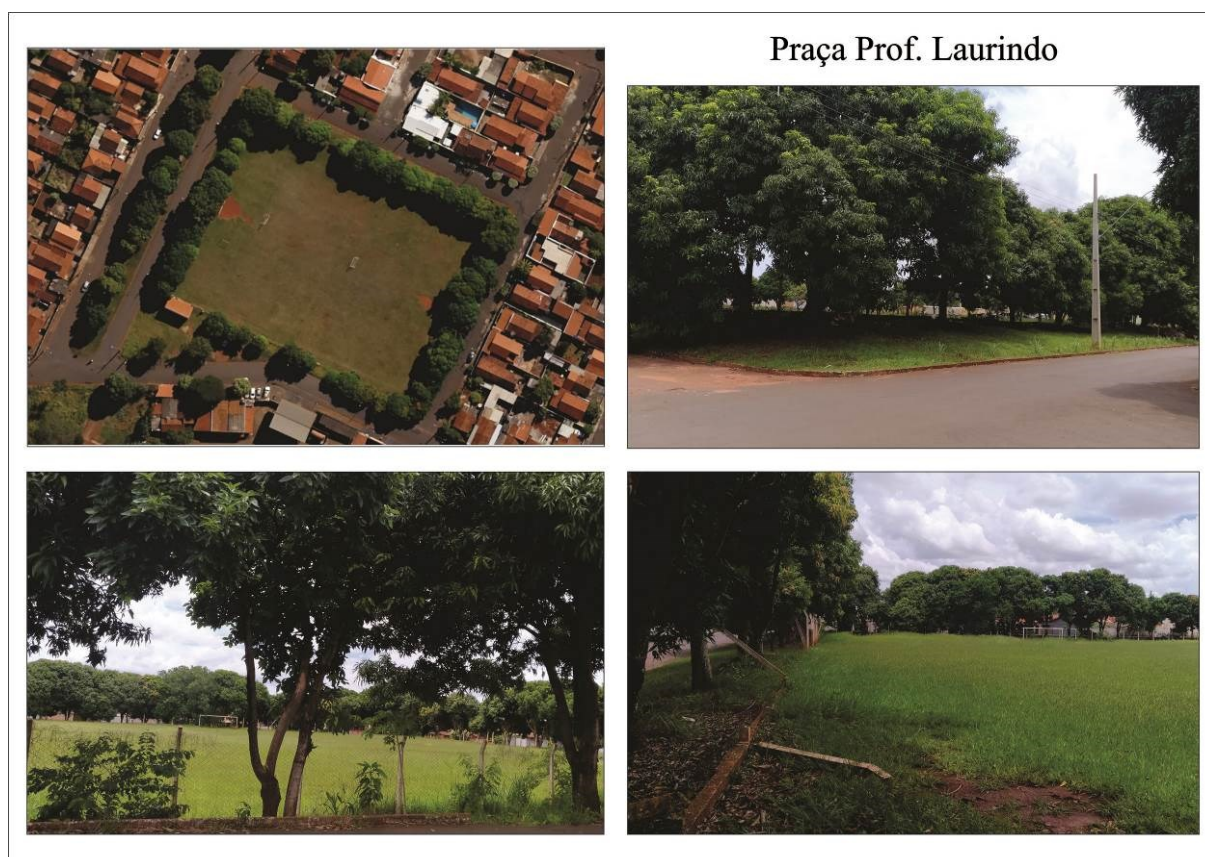


Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

A iluminação voltada para o arrumamento é a única disposta e a calçada não abarca toda a extensão do lote. No local foram encontrados resíduos sólidos e uma espécie de recipiente de coleta e transporte, o que pode ser atribuído a algum “catador”. A c.v. arbórea se apresenta organizada em certa medida nas margens e composta por oitis (*licania tomentosa*) e mangueiras (*mangifera indica*), o capim e alguns arbustos de mamona (*ricinus communis*) estão localizados à noroeste da praça, onde também conta com plantas ornamentais nas bordas.

Apresentando semelhança no uso, a praça Professor Laurindo (Figura 18), conhecida como “campo da Paranaíba” (nome da empresa de transporte público de Ituiutaba), se apresenta como um campo de futebol. No local também foi encontrado a nomenclatura “Estádio Héllis Antônio de Moraes”. No passado usado ativamente, atualmente apresenta sinais de degradação, sobretudo nas cercas que envolvem a área, o que faz com que seu uso não seja mais controlado. Encontramos no local também vestiários a serem usados durante a realização da prática esportiva. Observamos que ainda que as cercas estejam deterioradas, a manutenção do gramado continua a ser realizada, tendo em vista as condições apresentadas.

Figura 18 - Espaço Livre Urbano: Praça Professor Laurindo



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Está localizada no bairro Sol Nascente II entre as ruas Antônio Caetano Novais, avenida Nivaldo Inácio Moreira, rua João de Oliveira Gouveia. Tem área aproximada de 10798,00 mts², possui formato quadrangular e possui entorno residencial. Durante as visitas foram encontrados usos apenas aos finais de semana, em domingos esporádicos, de práticas de esportivas.

Com uso parecido, mas sem infraestrutura alguma, a Praça Santos Dumond (Figura 19) está localizada em área periférica da cidade e de urbanização recente, contendo ainda lotes vagos. A praça tem contiguidade com o Cemitério Parque da Saudade e apresenta formato impreciso quando visualizado em campo, mas quadrangular segundo o mapa base, com área de 2340,00 mts².

Figura 19 - Espaço Livre Urbano: Praça Santos Dumond



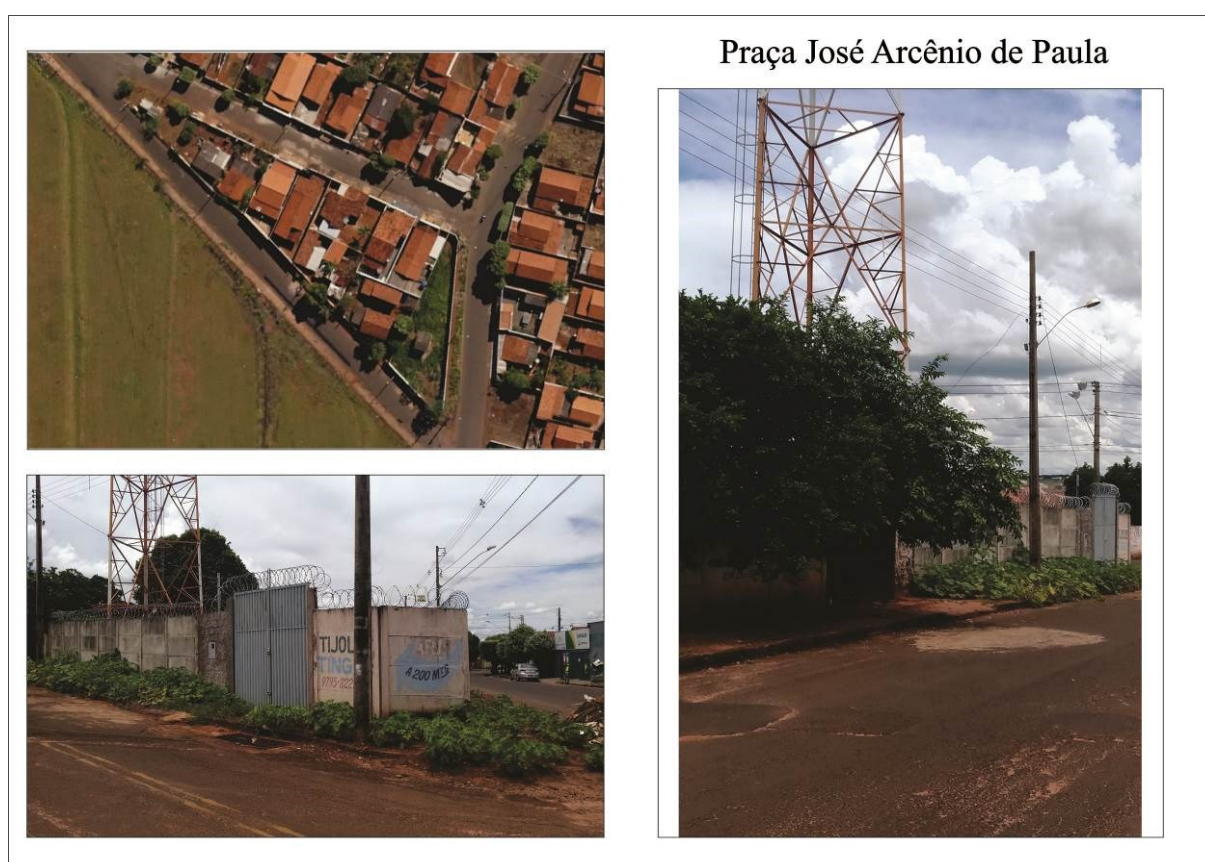
Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

No local não foram encontradas calçadas ou qualquer outra forma de pavimentação, apresentando apenas c.v. rasteira por gramíneas que é utilizado juntamente com “gols” improvisados para a prática esportiva do futebol. Por conta das condições das gramíneas (não mostram sinais de uso), bem como a partir das visitas de campo realizadas, podemos indicar

que não são manifestados usos na praça, neste sentido, a elencamos como espaço livre recreativo, tendo em vista o que já ocorreu e pode vir a acontecer novamente no local.

Seguindo para a área localizada no bairro Pirapitinga, no limite com o bairro Novo Tempo II, entre as ruas Geraldino Assis, rua Dr. Omar Diniz e rua Miguel Farjala Nunes, possuindo área de 508,79 mts² em formato triangular e com entorno residencial, a Praça José Arcênio de Paula (Figura 20) se encontra cercada por muros e arame de concertina, ocupada por uma antena de transmissão e nenhuma forma de calçamento foi encontrado.

Figura 20 - Espaço Livre Urbano: Praça José Arcênio de Paula



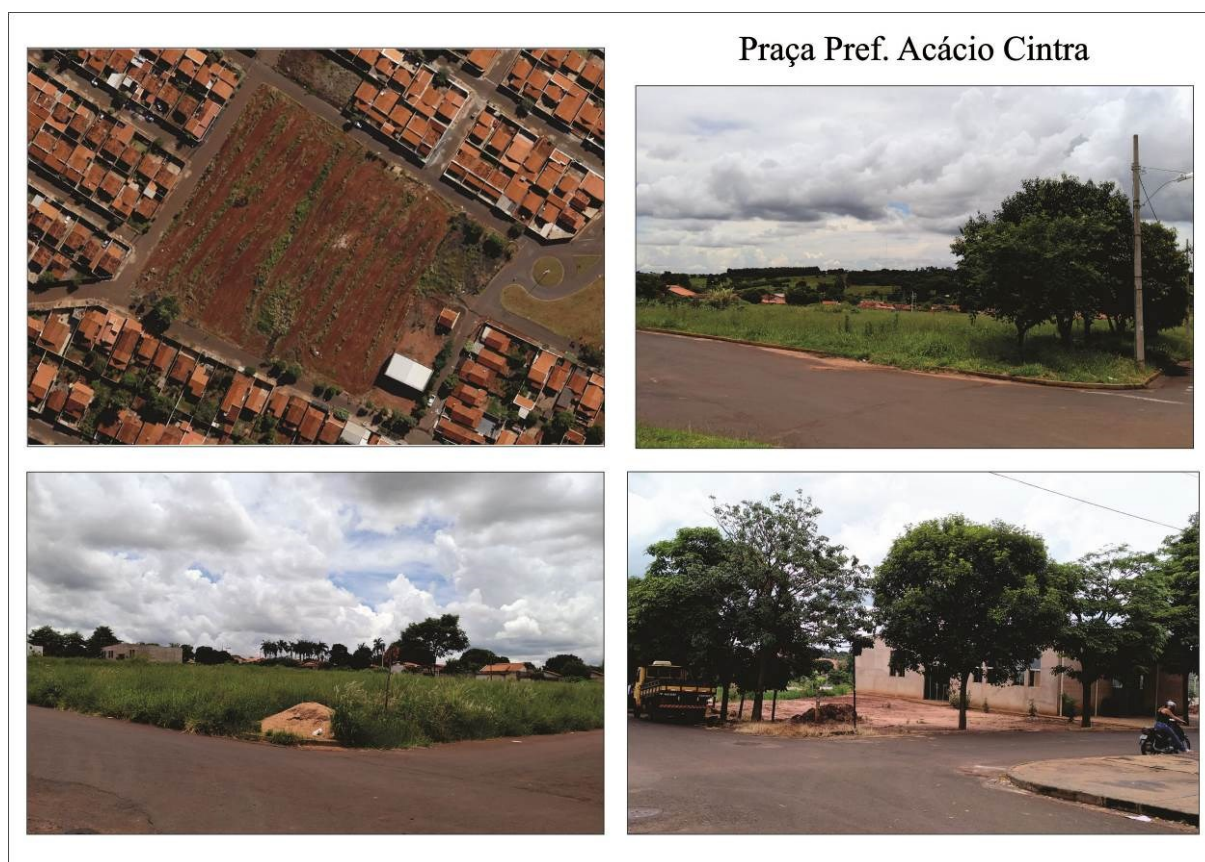
Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Enquanto a Praça Pedro Martins dos Santos, localizada na mesma quadra, na porção noroeste (ângulo mais fechado do triângulo), ocupando área de 275,31 mts² em local cercado e parcialmente edificado, o que se configura enquanto apropriação privada, deste modo não se apresenta enquanto espaço livre, nem como AVU, ainda menos dotado de elementos do espaço público, manifestando a dominação e o controle

Já no bairro Lagoa Azul I (limite com o Bairro Jardim Europa I), entre as ruas Adelina Krueger de Andrade, rua Ruda Agda Tannus, rua Barcelona e rua Bragança, possuindo

formato trapezoidal e área de 16376,00mts², a Praça Pref. Acácio Cintra (Figura 21) tem entorno essencialmente residencial, por um lado um bairro de origem mais antiga e de outro o bairro Jardim Europa I, com fundação a partir dos anos 2000. De acordo com documentos localizados no site da câmara municipal de Ituiutaba, parte da área era anteriormente reservada a espaço institucional do bairro Lagoa Azul I e a ela foi agregada área institucional do bairro mais recente.

Figura 21 - Espaço Livre Urbano: Praça Prefeito Acácio Cintra



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

A vegetação é composta por capim e gramíneas que possivelmente ocorreram de forma espontânea e as poucas árvores se localizam majoritariamente junto à igreja São Vicente de Paula que se está situada à sudeste do lote. Não possui infraestrutura de iluminação ou calçamento que permita a circulação de pessoas, o que corrobora para o fato de não ter sido encontrado usos no local para além da frequência durante as missas. Animais ou vestígios de sua presença não foram encontrados. Em alguns pontos foram localizados depósitos de material de construção supostamente de casas vizinhas.

Situada também no bairro Jardim Europa I, a Praça sem denominação oficial 47 (Figura 22) se delimita entre a rua Elias Derze, rua Verona e rua Barcelona. Possui formato triangular com área de 1485 mts². Tem entorno misto, de um lado ocupam residências, de outro, galpões de empresas e lotes vagos. Infraestruturas como calçamento e iluminação (ocorre apenas arruamento) não estão presentes, inclusive a guia da calçada está comprometida em alguns pontos pela deposição de material carreado pelo movimento superficial de água, o que se agrava tendo em vista que as ruas Elias Derze e Barcelona não foram pavimentadas neste local, gerando sulcos e ravinas.

Figura 22 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 47



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

No local foram encontrados resquícios de material de construção civil, como areia, pedra e alguns fragmentos de tijolos, não sendo encontrado outros usos para além desta deposição feita pela vizinhança. As condições da vegetação rasteira caracterizam condições muito desfavoráveis ao uso, o que somado à falta de infraestrutura inviabiliza qualquer manifestação de apropriação pública.

Ainda nas proximidades da praça anterior, agora no bairro Monte Verde, chegamos à Praça sem denominação oficial 48 (Figura 23). Sua área total está em torno de 2871,48 mts² em formato triangular, se localizando entre a rua Décio Amaral e rua Elias Derze, tendo sua outra margem os limites do córrego, constituindo parte da cidade ainda em expansão urbana, assim, temos como entorno o vazio pelas margens do córrego, poucas residências e empresas/indústrias pequenas, como olarias e galpões.

Figura 23 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 48



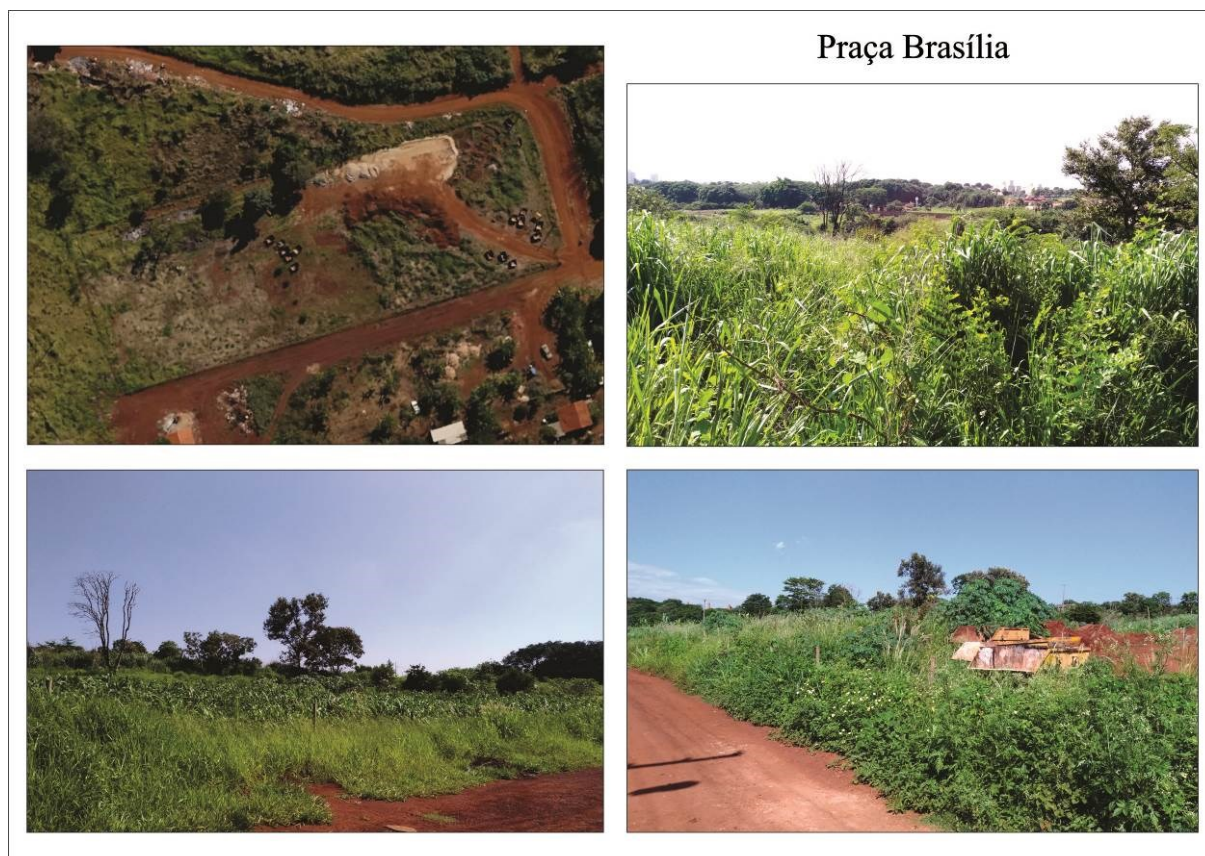
Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

No local não foram encontrados nem tipo específico de uso, se apresentando apenas o lote sem demarcação alguma da área. A vegetação é espontânea como capim e mamonas, ressaltando algumas bananeiras dispostas próximas à rua, esta, ainda não pavimentada. Devido à forma que a vegetação se apresenta, animais podem tornar as proximidades inseguras ou ainda queimadas durante os períodos secos, prática recorrente na cidade, sobretudo na periferia..

No bairro Satélite Andradina, que se mostra com mais edificações em sua porção norte (depois da BR 365) temos um vazio com poucas residências e pequenas chácaras em que se

situa a Praça Brasília, sendo possível a chegada apenas pela rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves (Figura 24), que liga o também ao bairro Setor Norte e ainda não foi pavimentada. A área tem forma quadrangular e 1200 mts² de área que foi difícil de ser entendida por conta de não apresentar demarcação alguma.

Figura 24 - Espaço Livre Urbano: Praça Brasília



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

O que predomina no lugar é a vegetação que se apresenta na forma de capim, cultivo de milho e poucas espécies arbóreas nativas que se situam esparsamente. Encontramos também um depósito de “caçambas de entulho”. Nas proximidades estão dispostos vários pequenos e médios depósitos resíduos sólidos, caracterizando o lugar como ponto irregular de descarte.

Diferentemente das áreas anteriores, que poderiam ser descritas como grandes áreas vazias a partir da não existência ou incipiência de usos, na Praça São Judas (Figura 25) ocorre a circulação constante de pessoas, principalmente devido à igreja que dá o nome à praça. Ela se localiza no bairro Platina e tem área de 1375,59 mts² em formato triangular, possuindo ligação direta com a Paróquia São Judas Tadeu por meio da calçada.

Figura 25 - Espaço Livre Urbano: Praça São Judas



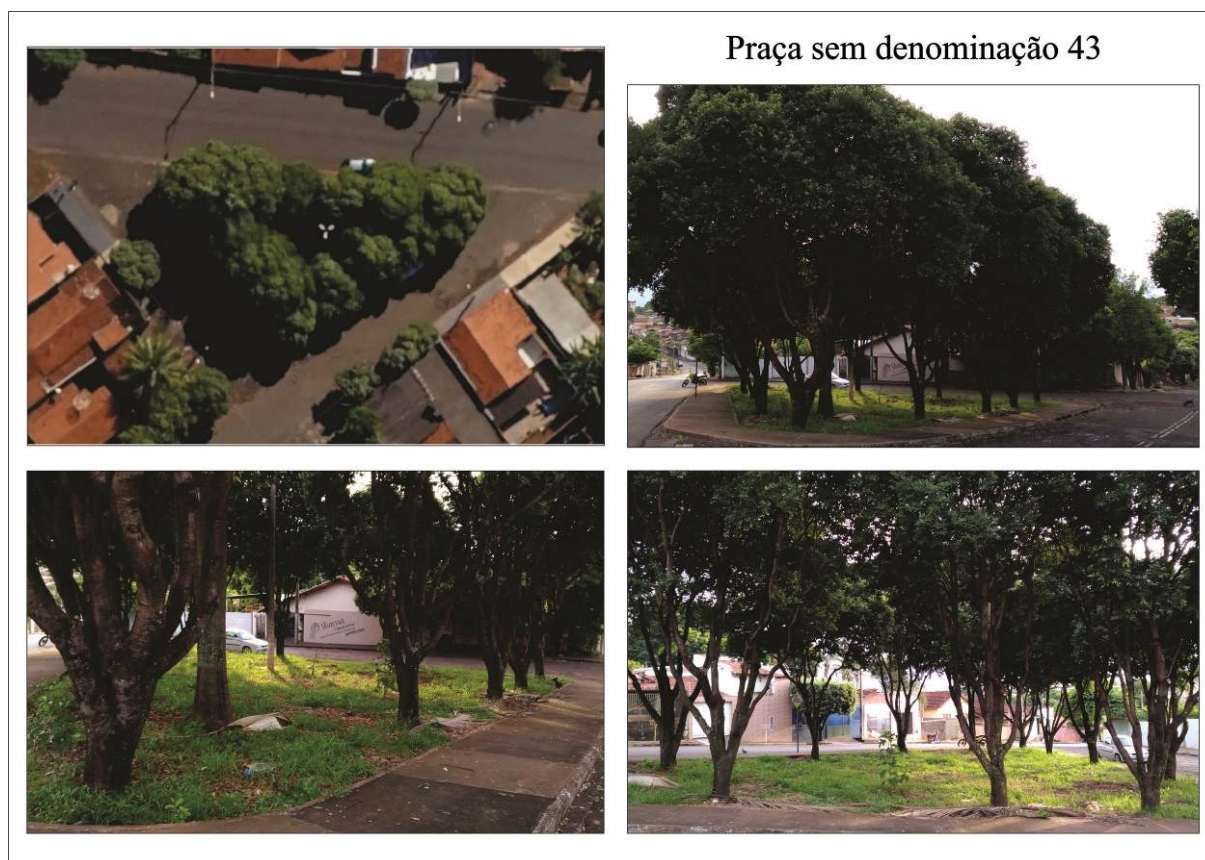
Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Sua função está ligada a questões efetivamente estéticas e como recurso de área para o contingente de pessoas que fazem uso da igreja e seus rituais cerimoniais, como casamentos e também as chamadas “barraquinhas” que ocorrem na rua Dom Eduardo da Silva (situada ao lado), que juntamente com a avenida Dezanete delimitam sua localização.

Possui satisfatória infraestrutura de iluminação e calçamento, com poucos sinais de deterioração e necessidade de manutenção imediata, possuindo também acessibilidade por rampas. A vegetação voltada para critérios estéticos permite pouco sombreamento e a falta de bancos fazem com que a permanência de pessoas seja inviabilizada. Ressalta-se ainda que ali existe uma área reservada a estacionamento de carros e a falta de lixeiras no local.

A Praça sem denominação oficial 43 (Figura 26) está localizada no bairro Marta Helena, entre as ruas Araras, Amapá e Antônio Carlos, possui um formato triangular e 216,77mts² de área. Seu entorno é totalmente residencial. Podemos elencá-la dentro do grupo de espaços pertencentes à vegetação urbana, tendo em vista que o que se dispõe no lugar é apenas vegetação, sobretudo arbórea, que diferentemente dos espaços livres anteriormente citados, apresenta densidade arbórea significativa.

Figura 26 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 43



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Além do componente arbóreo, este espaço livre apresenta calçamento (nas margens) e iluminação interna, o que também difere significativamente dos anteriores, mas, no entanto, mesmo sendo dotado destes elementos, a permanência de indivíduos acaba por ser comprometida pela falta de bancos, que poderiam proporcionar melhor aproveitamento do sombreamento, consistindo em uma amenidade, um lugar de repouso durante a circulação dos pedestres, ou mesmo para a vizinhança. Neste aspecto, a vizinhança já faz uso, considerando o conforto bioclimático, como foi observado em visitas aos finais de semana, onde foram encontrados pequenos grupos sentados em “cadeiras de fio” sob as árvores.

Indo ao núcleo central da cidade, situada ao lado da AVU Praça Cônego Ângelo e do Fórum da comarca de Ituiutaba, a Praça Adelino O. Carvalho reúne em sua área diversas funções, todas atreladas ao intenso fluxo de pessoas (se comparado ao restante das áreas visitadas) que por ali circulam. Ocupando localização privilegiada em relação a proximidade de comércio e serviços, estando entre a avenida Nove, Avenida Nove A, rua Vinte e rua Vinte e Dois, se estruturam local diversos usos.

A praça (Figura 27) possui área total de 2122,00 mts² em forma retangular, sendo quase totalmente impermeabilizada (aproximadamente 95%), ressaltando os locais onde existem árvores plantadas (de grande porte) e pequenos arbustos que ocupam pontualmente as margens leste e oeste. Por se tratar de local de fluxo mais intenso, existe iluminação feita por postes de medida alta, que consegue realizar suficientemente sua função devido à ampla área livre de edificação na porção central. Ainda sobre a infraestrutura, no local encontramos também banheiros públicos, os únicos que se apresentam funcionais em todas as áreas visitadas, sorveteria e chaveiro que atendem em período diurno e lanchonetes que mantem estruturas que são funcionais durante a noite.

Figura 27 - Espaço Livre Urbano: Praça Adelino O. Carvalho

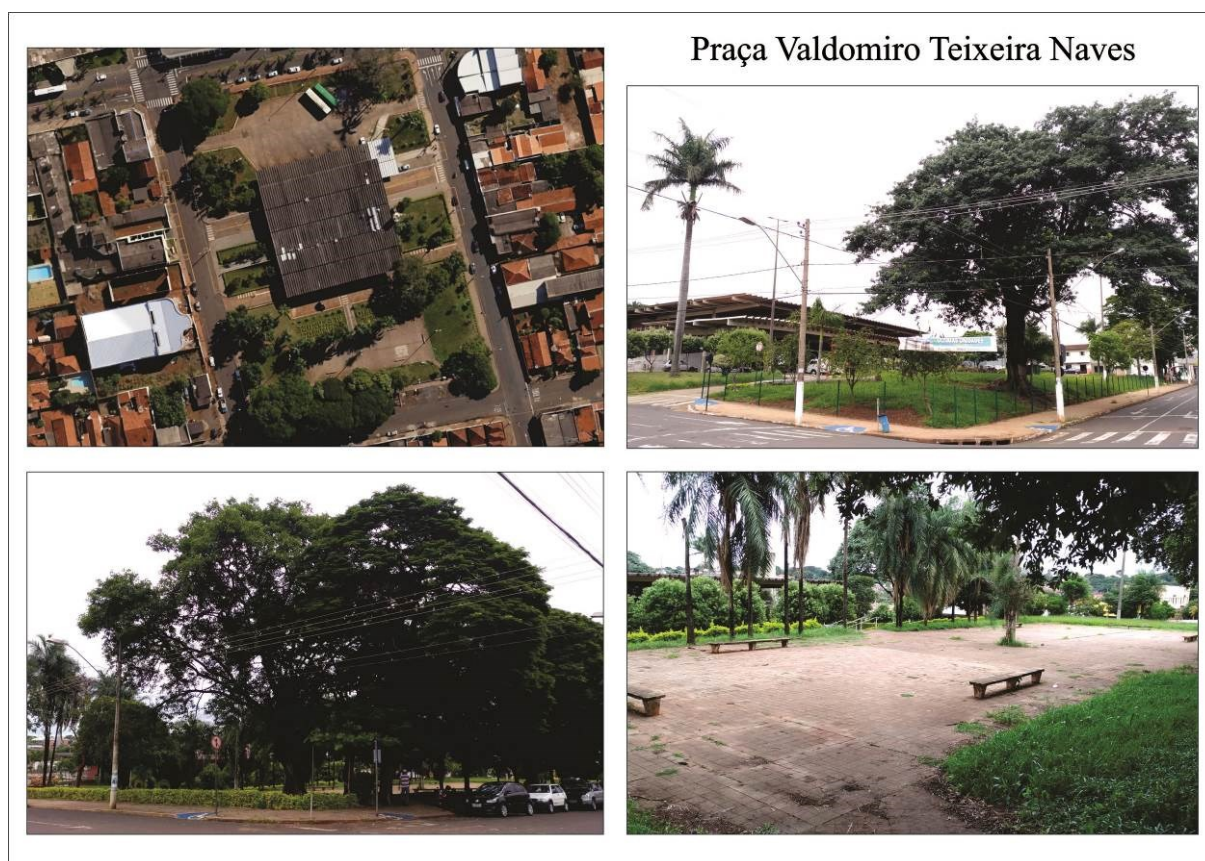


Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Além destas, durante o período de final de tarde e noturno outros ambulantes ocupam a área visando venderem seus produtos alimentícios. Devido a essa dinâmica, surgem também estruturas recreativas para crianças, transformando o lugar em uma espécie de praça de alimentação, que ocorre também aos finais de semana. Ressaltamos ainda outros serviços como ponto de taxi e orelhão. Toda esta estrutura compoendo um espaço livre.

Ainda no centro da cidade, com entorno residencial, comercial e institucional, está localizada a Praça Valdomiro Teixeira Naves (Figura 28), que no caso é o Terminal Rodoviário Fernando Alexandre (de transportes intermunicipais e interestaduais), situando-se entre a avenida Dezessete, rua Trinta e Seis, Avenida Dezenove e rua Trinta e Quatro. Possui forma retangular e área total de 14001,23 mts². Portanto, desempenha funções voltadas à circulação de pessoas e curta permanência no local. Devido à estas funções muito pouco da área é permeável, e nestes pontos, foram encontradas uma cobertura vegetal somente em alguns pontos específicos. A porção norte é cercada visando a segurança dos transeuntes, pois, por ali circulam os ônibus. Ao sul do lote, fica localizado a maior parte da vegetação que ocupa as margens entre a calçada e o interior, este impermeável.

Figura 28 - Espaço Livre Urbano: Praça Joaquim A. Morais



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Mesmo sendo voltada ao uso público e destinado à circulação, o fluxo de pessoas que por ali caminham é baixo, pois, pelo observado, o maior número de indivíduos acaba por chegar em veículos particulares, ou mesmo no transporte público que tem ponto de embarque localizado ao norte (na avenida Dezessete). Neste sentido, o setor não cercado e com pouco

fluxo de pessoas acaba por ser utilizada por moradores de rua e também como local de onde os ambulantes (nordestinos) organizam seus materiais e partem para a venda de produtos têxteis no centro de Ituiutaba, como foi evidenciado em Pereira e Oliveira (2018). Ainda no local, sobre a calçada sul, durante a semana ocorre grande concentração de veículos e pessoas que por ali ficam aguardando os serviços da Polícia Civil, que se situa ao lado. Para tanto, o que encontramos no local foi um espaço institucional de função específica, bem como outros usos que se dão pela localização e entorno.

Localizada em um ponto de relevante fluxo em Ituiutaba, a Praça José da Silva Ramos (Figura 289) tem sua função pautada no comércio das lanchonetes no período noturno, sobretudo aos finais de semana. Tem também função ambiental devido ao porte arbóreo, mesmo com reduzida área permeável. Durante o dia o fluxo de pessoas ocorre em torno do ponto de ônibus ali situado. A praça se delimita no cruzamento da avenida Dezesete, rua João Alves Gouveia e rua Fernando Alexandre Vilela Andrade, possui área de 2231,84 mts² e forma triangular.

Figura 29 - Espaço Livre Urbano: Praça José da Silva Ramos



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Sobre a infraestrutura, apresenta iluminação interna em condições razoáveis – durante o campo foi possível ver que algumas lâmpadas precisam ser substituídas, porém nada muito comprometedor –, calçamento em bom estado de conservação, mas que em alguns pontos diferenciam em material e idade, o que denota uma procura em dar melhores condições aos consumidores das lanchonetes, o que tornou o solo ainda mais impermeabilizado ao longo do tempo. As duas lixeiras estão bem situadas (próximas ao ponto de ônibus), bem como os bancos que dão condições para que pessoas ali permaneçam. Toda esta infraestrutura é coberta pela vegetação arbórea que proporciona sombreamento ininterrupto durante o dia, tendo em vista uma figueira (*ficus*) de grande porte e demais árvores que se encontram no local. Ocorre na praça manutenção realizada por um funcionário da prefeitura municipal que se encarrega da limpeza e conservação.

Em outro local, a Praça sem Denominação oficial 41 (Figura 30), como o espaço livre anterior tem uma função voltada para o comércio noturno por conta da lanchonete ali estabelecida. Tem também função estética devido à presença de um jardim mantido pelo proprietário da lanchonete. Este fato pôde ser comprovado durante a visita de campo, onde foi encontrada uma placa indicando “área preservada” e o nome do estabelecimento. Neste sentido, podemos enquadrá-la como praça ajardinada, inclusive devido a sua área pouco expressiva.

A praça possui área de 396,2 mts², formato triangular e está localizada no bairro Centro com entorno residencial. A vegetação disposta se apresenta diversa, sendo composta por gramíneas, arbustos e árvores de médio e grande porte, possui telefone público em funcionamento, bancos que se oferecem distribuídos ao longo de toda a área e em bom estado de conservação, assim como o calçamento, mas que, no entanto, perde em acessibilidade devido à falta de rampas

Figura 30 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 41



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

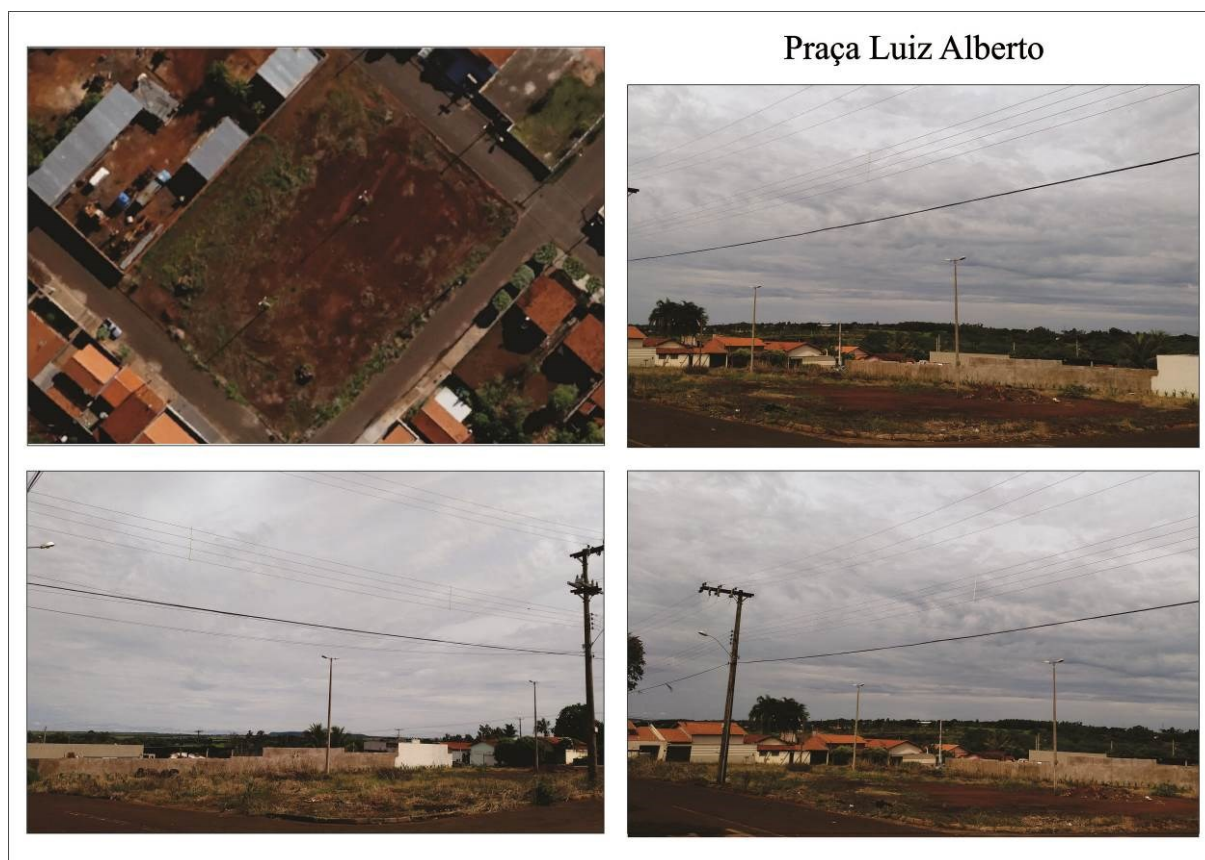
Chegando à Praça sem denominação oficial 42 (Figura 31), se localizando no centro e com entorno residencial, a praça apresenta forma triangular e área aproximada de 500 mts², se limitando entre a avenida Sírio Libanesa, avenida Vinte e Sete e rua Dois. A taxa de impermeabilização é alta, sendo coberta por bloquetes ao longo de quase toda sua extensão, restando apenas alguns pontos onde o solo aparece exposto e sem c.v. rasteira com maior expressividade.

Figura 31 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 42

Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Em diversos pontos o calçamento começa a mostrar sinais de comprometimento por conta da falta de bloquetes e de vegetação entremeada na pavimentação. No local foi encontrado um banco, que também apresenta sinais de má conservação. A iluminação é realizada pelos postes voltados para o arruamento. Sobre a vegetação, onde ocorre, se dá pontualmente a partir de árvores situadas na calçada, o que dificulta a circulação de pessoas. Entendemos o local como o espaço livre devido, sobretudo por sua dimensão e a alta taxa de impermeabilização, o que nos leva a considerá-lo como parte da vegetação urbana devido ao porte das árvores que ali estão dispostas.

Indo à Praça Luiz Alberto (Figura 32), está localizada no bairro São José, entre as ruas Padre João Avi, Antônio Moura e Jânio Quadros, apresenta forma quadrangular com um dos lados fazendo limite com edificações, tem área de 2409,20 mts², terreno já aplainado e entorno residencial

Figura 32 - Espaço Livre Urbano: Praça Luiz Alberto

Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Não foi encontrado no local algum tipo de calçamento e apenas dois pontos de iluminação (alta) interna. Foi possível visualizar focos de queimadas e resquícios de detritos de construção civil. Durante a primeira visita (dezembro de 2017) não existia vegetação representativa, no entanto, em um segundo momento (agosto de 2017), algumas mudas foram plantadas no interior do local. Devido à disposição das mudas e as espécies utilizadas, podemos supor que foram plantadas pelos moradores.

Próximo à derradeira área citada, está situado a Praça sem denominação oficial 35, também no bairro São José, entre as ruas Dr. Ademar Barros, Dr. Juquinha e avenida Ricardo Bali, esta última, um eixo de ligação (via coletora) com os bairros desta porção da cidade, o que configura um trânsito mais intenso se comparado ao da Praça Luiz Alberto, posta no interior do bairro. A Praça sem denominação oficial 35 (Figura 33) tem forma triangular com entorno predominantemente residencial e área de 506,46 mts². Não possui calçamento nas bordas e apenas um ponto de iluminação (alta) no interior, existe também uma lixeira localizada junto ao ponto de ônibus. O único pavimento encontrado foi o destinado ao

cruzamento de pedestres. A vegetação é composta por gramíneas, alguns arbustos esparsos e duas espécies arbóreas, o que se traduz em ganhos ambientais muito reduzidos.

Figura 33 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 35



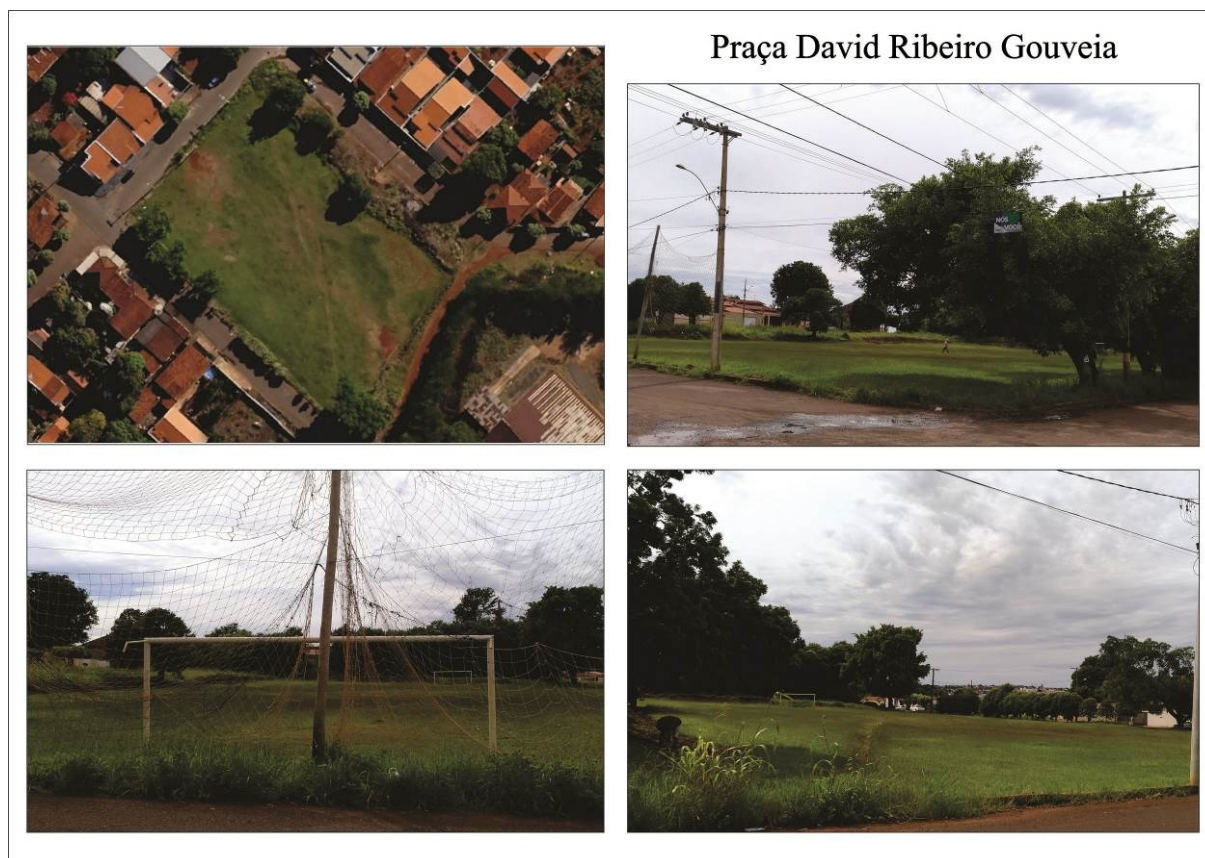
Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Durante as visitas de campo foram encontradas crianças “soltando pipa” no local, podendo então ocorrer o uso recreativo, no entanto, a prática torna-se nas atuais condições insegura devido à proximidade da rua. Para tanto, podemos interpretar este espaço apenas como uma espécie de canteiro central, uma área aproveitada a partir da conformação do arruamento, e que possivelmente a única forma segura de presença de indivíduos ou grupos seja motivada pelo ponto de ônibus voltado para avenida Ricardo Bali.

Nas proximidades se encontra a Praça Davi Ribeiro Gouveia (Figura 34), como na Praça Professor Laurindo, o que foi encontrado é um campo de futebol, neste caso sem cercas ou nada que limite os usos ou que forneça segurança para a prática esportiva, esta que reduziu tendencialmente ao longo do tempo (desde a década passada), e atualmente ocorre em finais de semana esporádicos. Durante a visita de campo observamos a manutenção (poda) do

gramado, mas levando em consideração a área como um todo, nota-se que carece de mais cuidados e melhorias em infraestrutura no local.

Figura 34 - Espaço Livre Urbano: Praça David Ribeiro Gouveia



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

A praça ocupa uma área total de 6404,61 mts², tendo forma trapezoidal e se localizando no bairro Santo Antônio, entre as ruas Prefeito Camilo Chaves Junior, São José do Tejuco e rua Bela Vista, tendo entorno residencial. Não possui calçada e as árvores ocupam as margens próximas à rua, o que inviabiliza a circulação de pessoas nas margens. Em se tratando de um campo de futebol, a vegetação rasteira ocupa maior espaço, sendo as árvores confinadas em seus limites e sem uma contiguidade, como ocorre na parte nordeste da área onde foram encontrados pequenos depósitos de resíduos de construção civil sobre a c.v. rasteira e a presença expressiva de capim, o que torna preocupante devido ao risco de animais.

Aqui, novamente encontramos um campo de futebol. A Praça João Cinqüini (Figura 35), também conhecida como “Campo do Guarani” está inserida no bairro Ipiranga, entre as ruas José Jacob Yunes, José Lucas Lima, Joaquim Cinolini e avenida Deputado Daniel de Freitas Barros. Como no caso anterior, não existem calçadas para circulação de pedestres em

nenhuma das faces da quadra, espaço esse ocupando uma área de 12180,00 mts² de forma quadrangular e com entorno residencial. A área do campo é toda cercada por tela e portão. Sobre a vegetação, no campo estão dispostas gramíneas para a prática esportiva, do lado de fora, capim, que esporadicamente são aparados e também árvores de grande porte em alguns pontos específicos. Foi encontrado também uma edificação em alto grau de deterioração, que servia como ponto de apoio para a realização de esportes (se assemelha a um vestiário).

Figura 35 - Espaço Livre Urbano: Praça João Cinquini



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Em momentos do passado ocorria no local treinos de “escolinhas de futebol” e ainda hoje podem ser observadas atividades desta natureza, no entanto, com menor periodicidade. Inclusive durante uma das visitas foi possível observar atividades relacionadas à prática do futebol feminino.

Continuando no mesmo bairro, devido às características semelhantes e à proximidade, abordaremos em conjunto (Figura 36) as Praças Antônio Miguel Zacarias (travessa Benis Quirino Ribeiro e travessa Nadime Bitar de Melo), Praça José Venâncio da Silva (travessa Benedito Santana e rua Praça José Venâncio da Silva), Praça Virgílio Luiz Mamede (travessa

Miguel José Sobrinho e rua Penetração Três), e a quarta, Praça Alan Kardek (travessa José Junisse da Silva e travessa José Vitor Fonseca). Elas se localizam no bairro Ipiranga (residencial), sendo que entre elas está a Praça Hilarião Rodrigues Chaves (aqui considerada uma AVU), em forma retangular com 4012,00 mts² de área cada uma.

Figura 36 - Espaço Livre Urbano: Conjunto de praças no Bairro Ipiranga

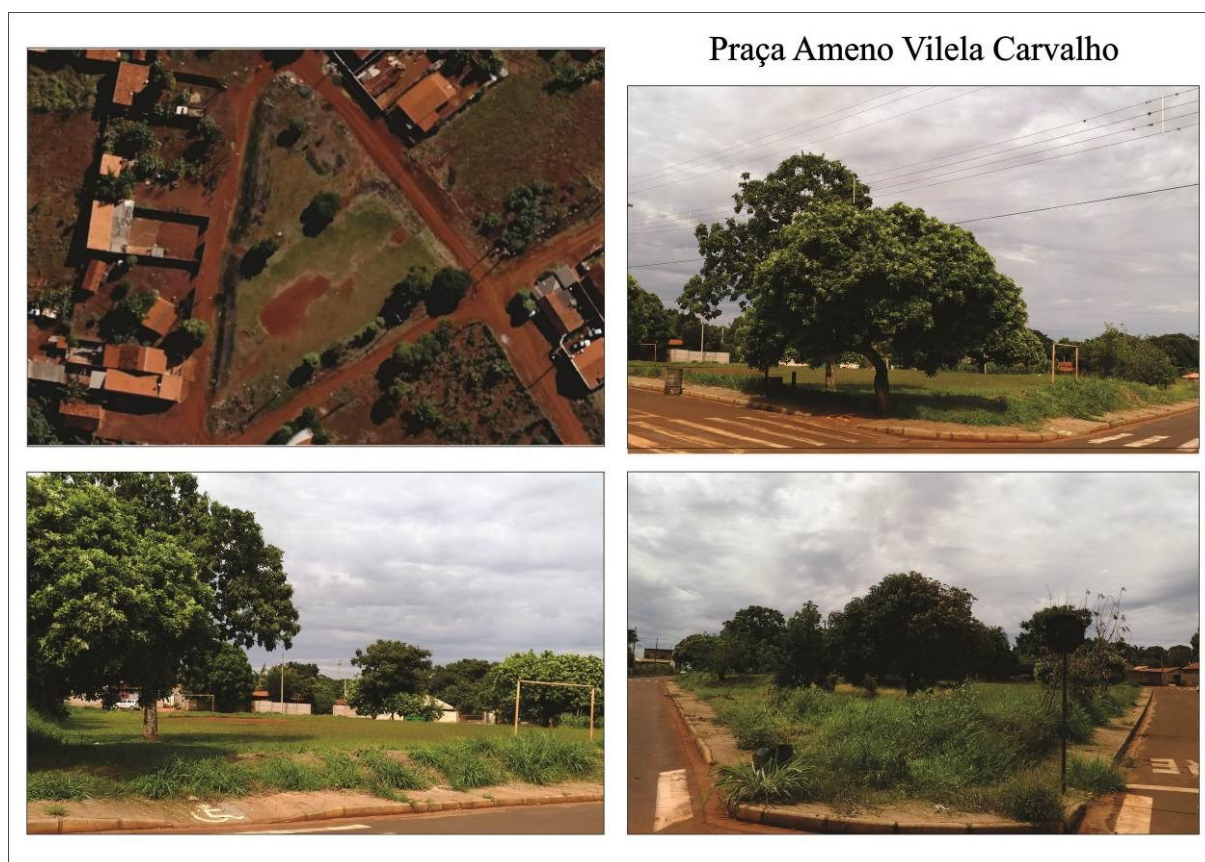


Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Podemos enquadrá-las como parte da vegetação urbana tendo em vista sua composição e configuração, onde ocorre a presença de c.v. arbórea (médio e grande porte) e em alguns pontos também a presença de c.v. arbustiva, sendo a c.v. rasteira insignificante (mesmo por conta do intenso sombreamento), ocorrendo apenas na Praça Alan Kardek. Possuem iluminação de altura média sob a vegetação arbórea, duas em cada uma das praças. Existe também calçamento nos limites exteriores, onde em uma das visitas observamos dois senhores sentados à sombra. Visualizamos também a presença de pequenos depósitos de materiais de construção (areia e tijolos) em dois pontos, bem como algumas ervas medicinais, o que podemos entender como uma incipiente apropriação da vizinhança.

Em outro local, a Praça Ameno Vilela Carvalho (Figura 37) se encontra no bairro Paranaíba, no limite nordeste da cidade, para além da BR 365 que em certa medida limita o desenvolvimento urbano nesta porção, segregando os moradores deste e outros bairros ali situados. O bairro tem entorno residencial, ainda possui muitos lotes vagos e casas ainda em construção. A área total da praça é de 2362,50 mts², tem forma triangular e limitada pelas ruas Higino José Ferreira, Gilson Vilela Cancela e Filadélfia Andrade Martins.

Figura 37 - Espaço Livre Urbano: Praça Ameno Vilela Carvalho



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Pelas condições apresentadas e também pela visualização da imagem aérea, podemos entender que as calçadas foram recentemente construídas, bem como a pavimentação das ruas que a margeiam. A praça possui rampas de acessibilidade com sinalização, ainda que algumas estivessem encobertas por capim. Os bancos encontrados foram apenas alguns objetos adaptados para a função e algumas cadeiras móveis deterioradas. Não foi encontrado qualquer tipo de iluminação interna. A vegetação se divide em algumas árvores esparsas (maior parte composta por espécies nativas, como o Baru), capim situado ao norte da extensão da praça (onde também foi encontrado a presença de animal morto) e gramíneas que compõe um

campo de futebol, esta, a prática realizada, tendo em vista os “gols” que se apresentam no local. O gramado manifesta vestígios de usos, portanto, podemos inferir que acontece regularmente a prática, ainda que não tenha sido possível observá-la durante as visitas.

Distante da anterior, a grande extensão representada pela Praça sem denominação oficial 58 (Figura 38) está situada no bairro Novo Tempo II, nos limites da cidade, seu entorno se traduz em área residencial e um vazio de edificação.

Figura 38 - Espaço Livre Urbano: Praça sem denominação oficial 58



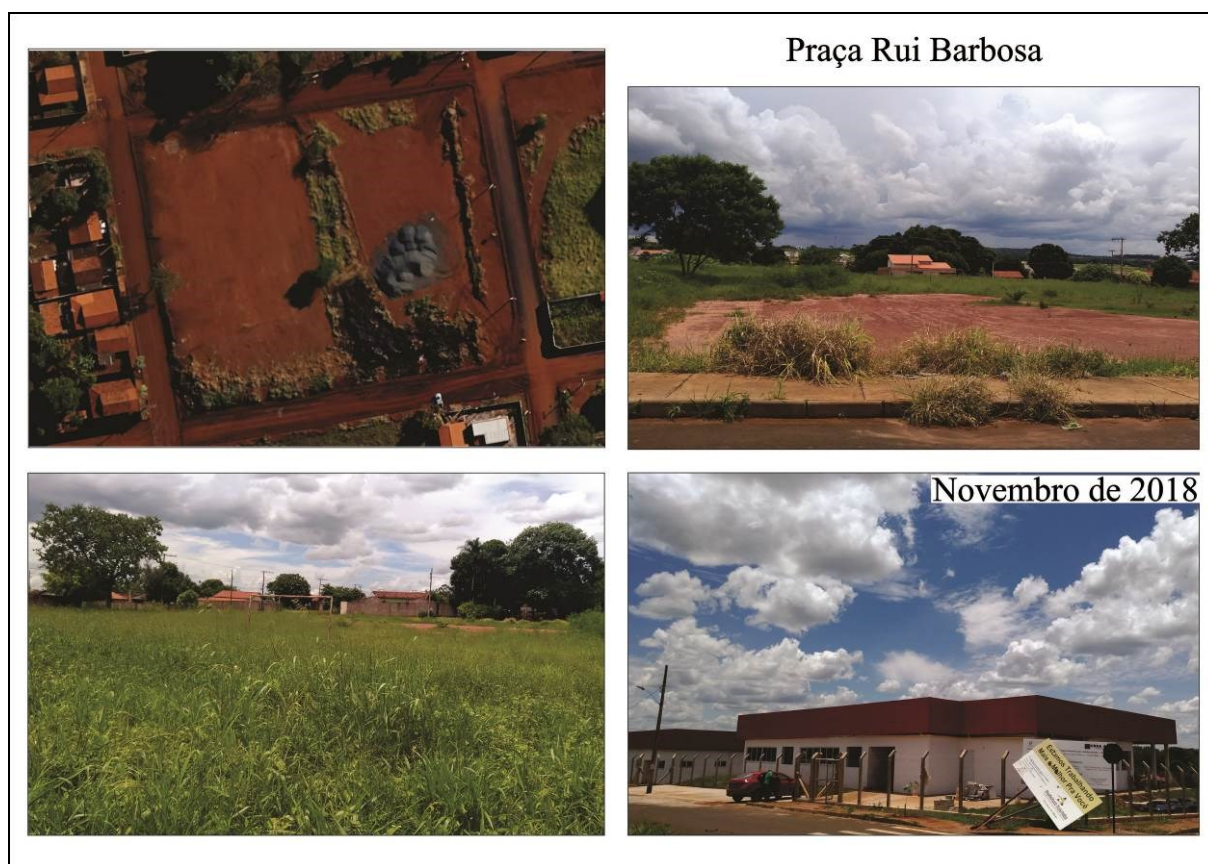
Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Está limitada pelas ruas Machado de Assis, Magnólia Evangelista Calil, Castro Alves e pela avenida Belarmino Vilela Junqueira, sua área se limita a 8464,00mts² e tem forma trapezoidal. Não foram encontradas infraestruturas como calçadas e iluminação, no entanto, no local existe uma construção (que abarca aproximadamente 1/3 de toda a extensão) paralisada, apresentando sinais de deterioração e invadida por vegetação, no caso o capim, que ocupa grande parte de toda a área que não dispõe de c.v. arbórea significativa. À sudoeste do lote, foi possível observar uma plantação (de milho), possivelmente cultivada por

moradores. Ainda, às margens da praça existem vestígios de focos de queimadas e pequenos aglomerados de resíduos de construção civil.

Indo para o bairro Santa Maria, entre as ruas Sete, Nove, Quatorze, e rua Dezesseis, está localizada a Praça Rui Barbosa (Figura 39), onde foi encontrado em um primeiro momento (janeiro de 2018) um grande espaço livre de edificação, com área 7961,50 mts² em formato quadrangular.

Figura 39 - Espaço Livre Urbano: Praça Rui Barbosa



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Possuía como infraestrutura apenas calçamento em boas condições, com pequenos trechos em que a vegetação o invadia, e rampas voltadas para a acessibilidade. Existia também no local um campo de futebol improvisado utilizado por crianças do entorno, que se apresenta essencialmente residencial.

Em outra visita, em novembro de 2018, encontramos uma realidade diferente. No local estava sendo construído (em fase de acabamento) o CONVIVER (Centro de atendimento especializado para adolescentes), com prazo de execução da obra de fevereiro de 2018 a junho de 2018 com recursos provenientes de repasse do poder judiciário. Segundo noticiário local,

tem como função receber menores que cometeram crimes e cumprirão medida socioeducativas. Vemos então uma rápida transformação da paisagem e que a futura estrutura atenderá especificamente uma demanda para além da aqui indicada. Entendemos a necessidade destes espaços, o que podemos questionar é a localização, tendo em vista que no bairro e entorno não existem AVU.

Caminhando para outra praça, situada ao lado do Parque Municipal do Goiabal, a Praça do Esporte (Figura 40) tem forma quadrangular, sendo limitada pelas ruas Treze, Vinte e Oito, Quinze e Vinte e Seis, em porção de baixa circulação no Bairro Tupã. Ressalta-se que as ruas ainda não foram pavimentadas, assim como não existem guias e calçadas no lote, tendo como iluminação apenas à voltada para o arruamento. Na área, que totaliza 7600 mts², existem estruturas de retenção e contenção de escoamento de água superficial. Sobre a vegetação, as poucas árvores são nativas e também são encontradas mamonas (*ricinus communis*), bananeiras (*musa*), mandioca (*manihot esculenta*) e capim.

Figura 40 - Espaço Livre Urbano: Praça do Esporte



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

No local foram encontrados alguns pontos de depósito com descarte de resíduos vegetais, pequenos vestígios de queimadas e alguns poucos resíduos sólidos trazidos pela enxurrada. Devido à posição que ocupa na vertente, o escoamento superficial de água proveniente dos bairros pavimentados que encontram acima da praça chega em alto volume e acabam por formar sulcos nas ruas, tornando ainda mais complicada a situação no lugar.

Com localização próxima, a Praça Dom Pedro I (Figura 41), também conhecida como “Praça das Éguas” ou “Praça do TG”, este último por ser o local onde o Tiro de Guerra 11-002 realizava algumas de suas atividades, tem área 11390,73 mts², forma circular e seu entorno é residencial no Bairro Independência, onde as ruas Celso Abrão e Azarias Cândido de Freitas limitam sua extensão.

Figura 41 - Espaço Livre Urbano: Praça Dom Pedro I



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

A vegetação no local é pouco relevante, tendo em vista que se apresenta tão simplesmente composta por capim em quase toda sua extensão, com poucas árvores nas bordas. Não possui iluminação interna e calçamento interno ou nas margens, sendo muito necessário, devido sua extensão, tanto os indivíduos criaram uma rota por onde cruzam seu

interior visando não dar a volta na praça e assim realiza o transcurso por um caminho não pavimentado.

Como na Praça José Arcênio de Paula e Praça Pedro Martins dos Santos, de acordo com o mapa base a Praça Ipiranga (Figura 42) localizada no bairro Independência, atualmente é um local edificado com apropriação privada por residências. Situada entre a rua Paraguai, avenida São Paulo, outra que vai de encontro a avenida Independência não são pavimentadas, e ainda contrário ao apresentado no mapa, a rua São Judas Tadeu corta a forma circular da praça. 12867,96 mts². Como a própria praça o entorno é residencial.

Figura 42 - Espaço Livre: Praça Ipiranga



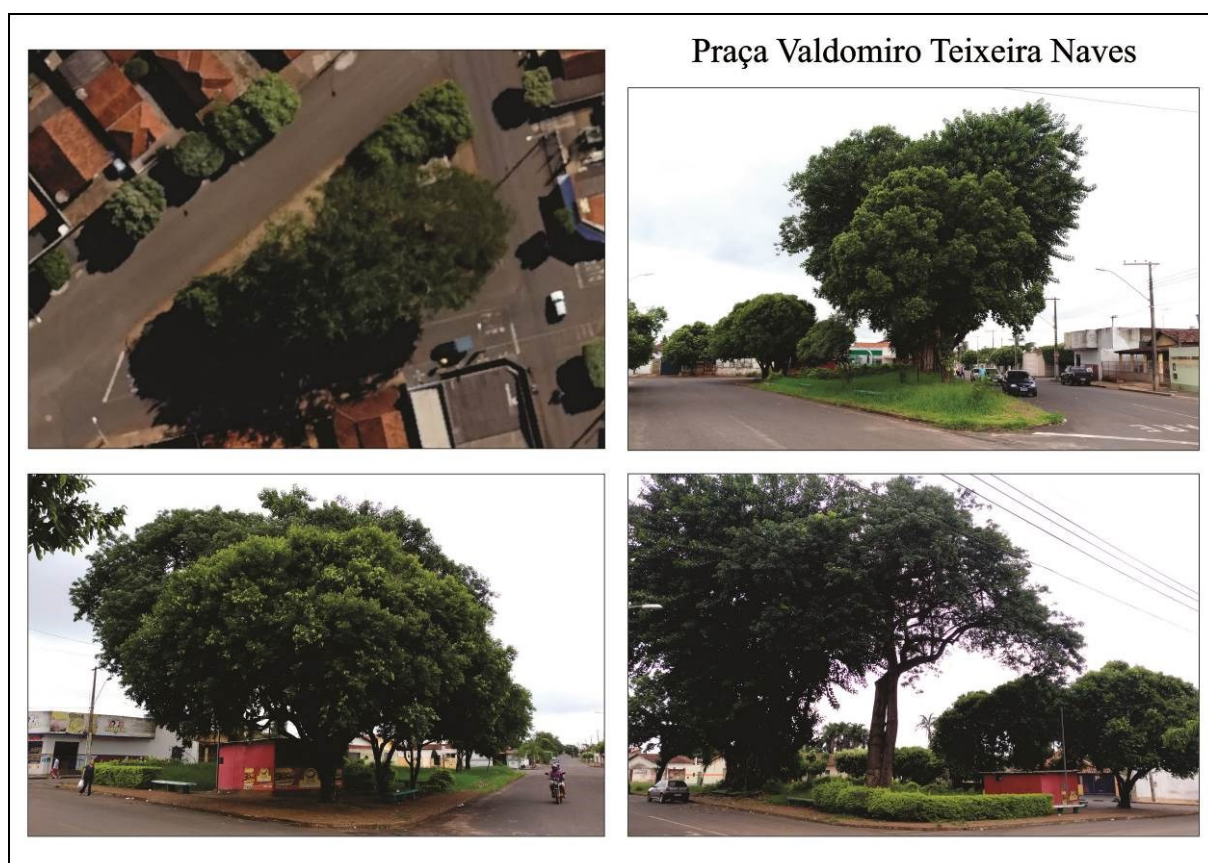
Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Também não são pavimentadas as calçadas e as residências encontradas se mostraram como produto de autoconstrução, o que nos dão a medida social da ocupação. Estes elementos nos levam a pensar a relação público privado, tendo em vista que a área foi desafetada de sua finalidade de área verde pela lei n. 4.389, de 13 de novembro de 2015 para a finalidade de aproveitamento particular. Isto posto, e pelas características das residências (foram

construídas antes de 2015) podemos atribuir a essa desafetação como um instrumento de regularização fundiária.

Localizada no bairro Junqueira, a Praça Valdomiro Teixeira Naves (Figura 43) se encontra na confluência da avenida Dom Alexandre, rua Pe. Fortunato Pedrosa e rua São Judas Tadeu. Tem formato triangular e 518,79 mts² de área em um entorno residencial. Pela configuração e tamanho, a área tem função de organizar o arruamento. No local foi encontrado uma lanchonete de funcionamento noturno, ocupando a porção norte, e apenas ali existe calçamento.

Figura 43 - Espaço Livre Urbano: Praça Valdomiro Teixeira Naves



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

A falta de calçamento somada à ausência de faixa de pedestres faz com que o fluxo de pedestres que por ali circulam ocorram de forma insegura. Sobre a vegetação, a cobertura vegetal se manifesta por gramíneas em quase toda a extensão, excetuando a área da lanchonete. Alguns arbustos estão situados próximos à calçada, enquanto a c.v. arbórea é realizada por poucas, mas muito expressivas espécies, de porte muito alto, produzindo sombreamento durante o dia.

A Praça Nelson dos Reis Rodrigues Junior situada a sudeste da praça anterior está localizada no Bairro Residencial Santa Edwirges, apresenta forma quadrangular, sendo sua extensão de 5156,00 mts² limitados pelas ruas Osório Vilela, Mário Marques Andrade e Aureliano Garcia De Oliveira, todas pavimentadas atualmente. A praça (Figura 44) possui calçamento somente nas margens, em seu interior não existe pavimentação, nem iluminação, esta que se apresenta apenas no arruamento. A vegetação é irrelevante manifestando-se por espécies de capim de ocorrência espontânea.

Figura 44 - Espaço Livre Urbano: Praça Nelson dos R. Domingues Júnior



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Um ponto de ônibus com abrigo está presente na área, mostrando marcas de uso, denotando funcionamento do serviço público, no entanto, se apresenta em condições inadequadas no que tange a limpeza e degradação. Ainda sobre os usos, no interior da área existe um campo de futebol improvisado, com as “traves do gol” feitas com madeira e sem a presença de grama, ocorrendo em solo exposto.

Foi possível observar a partir da exposição as diferenças sutis e outras mais evidenciáveis, neste momento, elencados os espaços livres, agora podemos caminhar para as

AVU encontradas a partir da observação de campo, onde foram identificadas as infraestruturas, mobiliário, vegetação e aptidões locais, entendendo que estes elementos estão relacionados às funções desempenhadas ou à possibilidade de realização destas.

2.1.2. *As Áreas Verdes Urbanas*

Compreendido como os espaços livres se apresentam dentro do espaço urbano de Ituiutaba, necessitamos agora identificar as AVU, sendo elas componentes do SEL urbanos “independentemente de serem ou não conectadas fisicamente, pois, a rigor, tais áreas estabelecem relações diante da totalidade ambiental e funcional da cidade, portanto, diante da teoria moriniana, constitui-se um sistema” (QUEIROGA, 2012, p. 78), um sistema de AVU que se configura, sobretudo pela abrangência de cada área verde.

Conceituar as AVU tem se mostrado uma árdua tarefa tendo em vista a polissemia do termo e as divergências entre os autores especializados, o que é demonstrado por Hijioka et. al. (2007, p. 116), que indica “uma grande imprecisão na conceituação do termo espaço livre, que frequentemente confundido com a ideia de área verde, que, por sua vez, se sobrepõe ao conceito de espaço verde e assim por diante”. O que é corroborado por Macedo, (1995, p. 16) ao dizer que “tem sido comum o uso dúbio do conceito área verde com o de espaço livre, aproveitando-se para tal uma série de ideias consagradas no imaginário popular, que as associa exclusivamente ao lazer”. Segundo Lorusso (1992 apud PRESOTTO e SANTOS, 2009, p. 81) o conceito varia ainda de acordo com cada administração municipal e a cada cidade. Também

Os termos áreas verdes, espaços/áreas livres, arborização urbana, verde urbano, têm sido frequentemente utilizados no meio científico com o mesmo significado para designar a vegetação intraurbana. No entanto, pode-se considerar que a maioria deles não são sinônimos, e tampouco se referem aos mesmos elementos (BARGOS e MATIAS, 2011, p. 174).

Ainda,

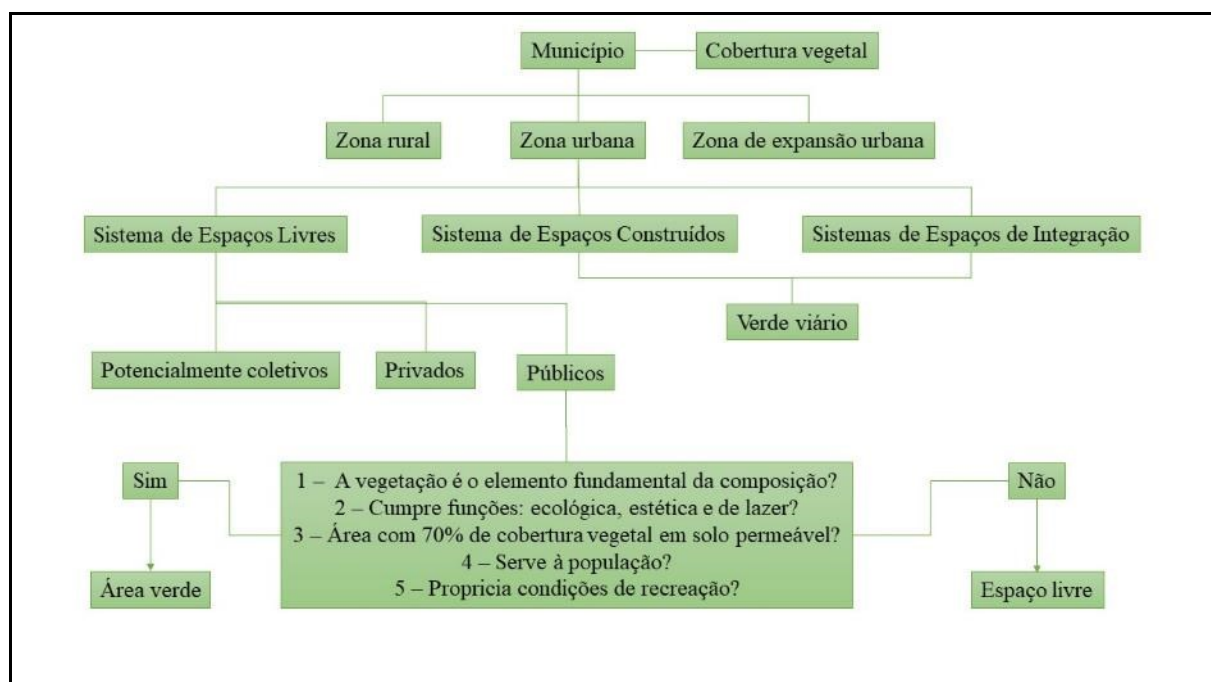
Espaços livres e áreas verdes frequentemente se confundem no Brasil; muito em função da cultura anglo-saxônica na área de paisagismo, presente nos quadros técnicos e acadêmicos do país, que privilegia os parques e demais áreas verdes e nem sempre observa a maior complexidade dos sistemas de espaços livres urbanos (QUEIROGA e BENFATTI, 2007, p. 86).

De acordo com Hijioka et. al. (2007, p. 120) “o espaço livre de edificação pode ser “verde” (com vegetação), pode ser árido, poder ser alagado e assim por diante”[...], enquanto “o Espaço verde é estruturado total e predominantemente por vegetação, e não necessariamente têm solo permeável”. Ou ainda, os espaços verdes são

A falta de consenso é relatada por Loboda (2003), Loboda e De Angelis (2005), Lima et.al. (1994), Bucheri e Nucci (2006), Nucci (2008), Cavalheiro e Del Pichia (1992), Bucheri E Tonetti (2011), Londe e Mendes (2014), Bargas e Matias (2011), Benini 2009, Milano (1990) e Oliveira (1996). Desta forma, o que buscamos aqui não se trata de um conceito fechado, para tanto, chegaremos às AVU a partir da definição de usos, funções e benefícios, destacando assim em que medida ocorre a diferenciação do espaço livre e da área verde.

Devido à busca pelos espaços públicos neste trabalho, um caminho possível é apresentado por Bucheri Filho e Nucci (2008, p. 50) (Figura 44), onde elucidam que “as áreas verdes são um tipo especial de espaços livres onde o elemento fundamental de composição é a vegetação”, que cumprem funções ecológicas, estéticas e de lazer, área permeável igual ou superior a 70% da área total do lote, deve servir a população, acessível, ou seja, pública, e proporcionar a realização de atividades recreativas.

Figura 45 - Classificação dos Sistemas de Espaços Livres, Construídos e de Integração



Fonte: Buccheri e Nucci (2008); Organização: Pereira (2018)

Partindo também destas indicações

entende-se que um conceito para áreas verdes urbanas deve considerar que elas sejam uma categoria de espaço livre urbano composta por vegetação arbórea e arbustiva (inclusive pelas árvores das vias públicas, desde que estas atinjam um raio de influência que as capacite a exercer as funções de uma área verde), com solo livre de edificações ou coberturas impermeabilizantes (em pelo menos 70% da área), de acesso público ou não, e que exerçam minimamente as funções ecológicas (aumento do conforto térmico, controle da poluição do ar e acústica, interceptação das águas das chuvas, e abrigo à fauna), estéticas (valorização visual e ornamental do ambiente e diversificação da paisagem construída) e de lazer (recreação). (BARGOS e MATIAS, 2011, p. 185)

Nesta mesma direção corrobora Lima et. al. (1994, p. 548), que trata a partir do termo espaço livre, complementa que “também os canteiros centrais de avenidas, os trevos e rotatórias permeáveis das vias públicas e áreas que exercem funções estéticas e ecológicas são conceituadas como áreas verdes”. Enquanto que para Carvalho (1982 apud BOVO, 2009, p. 42), “são consideradas áreas verdes os locais com vegetação contínua, livres de edificações, mesmo que recortadas por caminhos e vielas ou com a presença de brinquedos infantis e outros divertimentos leves, desde que se destinem ao uso público”. No entanto, para outros autores

As áreas verdes não são necessariamente voltadas para a recreação e o lazer, objetivos básicos dos espaços livres, porém devem ser dotadas de infraestrutura e equipamentos para oferecer opções de lazer e recreação às diferentes faixas etárias, a pequenas distâncias da moradia (que possam ser percorridas a pé) (MAZZEI, COLESANTI e SANTOS, 2007, p. 39).

Visando a proximidade das moradias, é preconizado que uma melhor distribuição das áreas verdes tende a se mostrar melhor qualitativamente do que extensas áreas pontuais na cidade, assim, para Loboda e De Angelis (2005, p. 134), as “ áreas verdes de uma cidade, exercem, em função do seu volume, distribuição, densidade e tamanho, inúmeros benefícios ao seu entorno”. Se faz importante planejar onde as áreas verdes “se localizam, que porte, que forma de acessibilidade e sobre qual suporte físico se instalam” objetivando os parâmetros ideais para a localização e distribuição de tais áreas. Estes devem então ser os critérios básicos para sua formalização” (MACEDO, 1995, p. 17). Segundo Teixeira e Santos (2007, p. 4-5) são cidades verdes as que possuem cobertura vegetal, especialmente arbórea em todo o espaço urbano: parques, jardins, quintais, ruas e avenidas e ao longo de rios e lagos. As vantagens da existência de áreas verdes são inúmeras. O que devemos nos atentar é que a simples conotação das áreas verdes pela vegetação vem se demonstrando por uma definição se equipara mais a uma noção de arborização urbana, e, portanto, ainda pobre em relação ao

potencial das áreas verdes a partir do cumprimento de suas funções. Entendemos ser necessário ir além de Macedo (1995, p. 20), que conclui que o conceito de áreas verdes deve assumir “toda e qualquer área plantada, tendo significado social ou não”. Toda área urbana possui significado social expressivo. Se ele não ocorre no momento, ele guarda no campo das possibilidades um importante elemento de apropriação social. Em outro sentido, corroboramos com o autor ao indicar que o conceito de áreas verdes “não deve ser associado a espaços [exclusivos] de conservação e lazer que devem ter dominação específica”.

Podemos então atribuir às áreas verdes um caráter de amálgama de múltiplos usos em uma área específica, estas possuindo vegetação significativa, fazendo assim com que suas funções sejam cumpridas também a partir dos usos, que estão intimamente ligados à presença de uma estrutura que permita a constituição de atividades práticas, seja por meio de mobiliário e equipamentos urbanos ou de instrumentos que facilitem a presença da coletividade.

Sobre as funções e definições, Teixeira e Santos (2007) elucidam que os pesquisadores do tema gravitam em torno de três aspectos especificamente:

- a) Aspectos ecológicos: microclima mais ameno e despoluído, aumento do teor de umidade e de oxigênio
- b) Aspectos estéticos: combinações de formas e cores da vegetação, arbustos educados por podas drásticas para formar figuras (topiaria) além de canteiros floridos;
- c) Aspectos sociais: consideram o uso como trilhas para caminhadas, bancos para descanso, play-grounds, espaços para manifestações artísticas.

Enquanto para Cavalheiro e Del Picchia (1992 apud BOVO, 2009), as funções desempenhadas pelos espaços livres⁸ urbanos são:

- a) A função ambiental pela melhoria da qualidade ambiental na cidade, evitando a impermeabilização do solo; ademais, a vegetação retém a poeira urbana, proporciona sombra, melhora a temperatura na cidade e atrai a fauna;
- b) A função organizacional, podendo contribuir na orientação e hierarquização das vias e bairros, através da combinação entre os elementos vegetais, pavimentação, iluminação, estacionamentos, mobiliários, etc.;
- c) A função social, contribuindo para promover encontros que estão relacionadas ao lazer.

⁸ Relembrando, como indicamos anteriormente, a falta de consenso no termo pelos autores faz com que uma certa confusão seja gerada, para tanto, entendemos que “espaços livres” quando tratado a partir das funções e conteúdo das áreas verdes sejam Áreas Verdes Urbanas.

- d) O fortalecimento da identidade local, destacando as características do sítio físico ou delimitando áreas urbanizáveis e criando diferentes fragmentos na paisagem.
- e) A ampliação da função ecológica, quando existem dentro das cidades áreas de proteção ambiental, como reservas e parques, que asseguram a proteção desses ecossistemas;
- f) Influência psicológica, quando se trata da troca de energias vitais com o meio natural.

Complementando, Minaki (2007) determina as seguintes funções:

- a) Ambiental - Agindo sobre obstáculos contra o vento, protegem a qualidade da água e solo, proporcionam o equilíbrio do índice de umidade, reduzem os ruídos filtram o ar, dão suporte para a fauna e promovem melhorias no clima da cidade, proporcionando conforto térmico aos habitantes, devido ao efeito sombra e as amenidades provenientes da vegetação.
- b) Defesa - Quando absorvem os gases poluentes, filtrando o ar e liberando oxigênio e quando funcionam de barreira, reduzindo o volume dos ruídos, entre outros.
- c) Estética e paisagística - Quando se tornam um ambiente agradável e atraente a todos os cidadãos, estando, portanto, intimamente ligadas à diversificação da paisagem desempenhada, faz-se necessário o planejamento paisagístico, de forma a realçar o ambiente físico da cidade. Para tanto, devem ser utilizadas espécies vegetais com diversidade de cores, dimensões, formas e estruturas;
- d) Psicológica - Quando proporcionam relaxamento físico e psicológico. A função estética relaciona-se com a diversidade de emoções e sentimentos que a área verde proporciona.
- e) Recreativa e de lazer - Quando oferecem possibilidades aos cidadãos de utilizarem o tempo livre caminhando, descansando, brincando, expondo-se ao sol, conversando com outras pessoas, praticando esportes, entre outras atividades.

Para Cavalheiro e Del Pichia (1992), as áreas verdes se empenham nas funções:

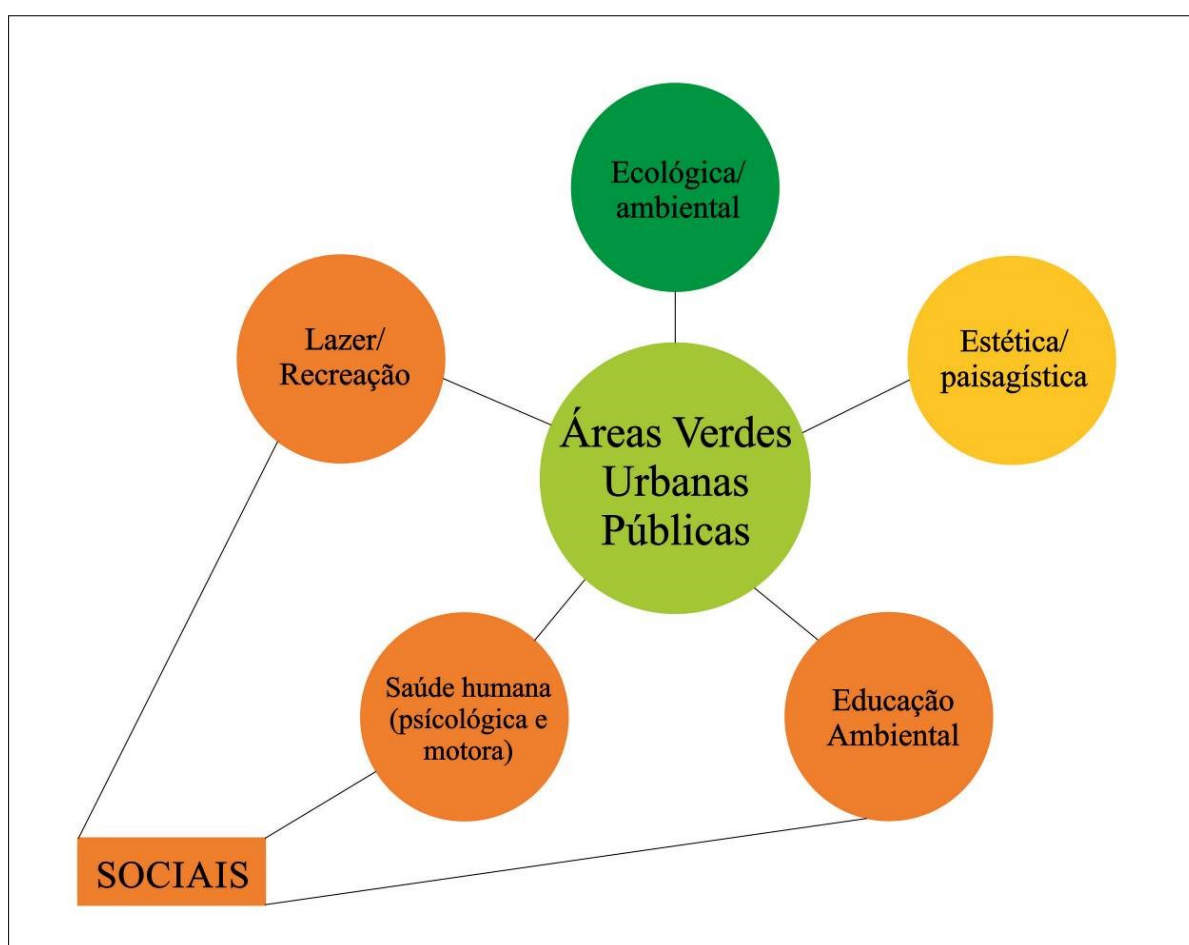
- a) Ecológica;
- b) Estética;
- c) Lazer;
- d) Demais funções paralelas como a produtividade agrícola, ensino e educação.

Considerando como objetivos, que entendemos aqui também como funções, Buccheri Filho e Nucci (2006) apontam:

- a) Ecológico-ambiental;
- b) Estético
- c) Lazer

Portanto, as funções indicadas pelos diversos autores citados se assemelham em grande medida, mas indo por um eixo central que é evidenciado pelas funções binominais: ecológicas/ambientais, estética/paisagística e lazer/recreação. Entendemos que estas funções perfazem um caráter físico objetivo do espaço, aquele a partir da externalidade, e desta maneira, por entender o caráter social podemos agrupar a estas funções também as que proporcionam saúde humana (psicológica e motora) e educação (educação ambiental) (Figura 46). Para tanto, podemos organizar as funções em torno dos benefícios.

Figura 46 - As áreas verdes urbanas e suas respectivas funções



Fonte: Bargas e Matias (2011); **Organização e adaptação:** Pereira, L. A. (2018)

Sobre os benefícios, Troppmair e Galina (2003) enfatizam:

- a) Criação de microclima mais ameno que exerce função de centro de alta pressão e se reflete de forma marcante sobre a dinâmica da ilha de calor e do domo de poluição;
- b) Despoluição do ar de partículas sólidas e gasosas, dependendo do aparelho foliar, rugosidade da casca, porte e idade das espécies arbóreas;
- c) Redução da poluição sonora, especialmente por espécies aciculiformes (pinheiros) que podem acusar redução de 6 a 8 decibéis;
- d) Purificação do ar pela redução de micro-organismos. A exemplo: foram medidos 50 micro-organismos por metro cúbico de ar de mata e até 4.000.000 por metro cúbico em shopping centers;
- e) Redução da intensidade do vento canalizado em avenidas cercadas por prédios;
- f) Vegetação como moldura e composição da paisagem junto a monumentos e edificações históricas.

Loboda e De Angelis (2005), destacam ainda:

- a) Redução da poluição por meio de processos de oxigenação
- b) Introdução de excesso de oxigênio na atmosfera;
- c) Purificação do ar por depuração bacteriana e de outros micro-organismos;
- d) Ação purificadora por reciclagem de gases em processos fotossintéticos;
- e) Ação purificadora por fixação de gases tóxicos;
- f) Ação purificadora por fixação de poeiras e materiais residuais.
- g) Equilíbrio solo-clima-vegetação:
- h) Luminosidade e temperatura: a vegetação, ao filtrar a radiação solar, suaviza as temperaturas extremas;
- i) Enriquecimento da umidade por meio da transpiração da fitomassa (300. 450 ml de água/metro quadrado de área);
- j) Umidade e temperatura: a vegetação contribui para conservar a umidade dos solos, atenuando sua temperatura;
- k) Redução na velocidade dos ventos;
- l) Mantém a permeabilidade e a fertilidade do solo;
- m) Embora somente parte da pluviosidade precipitada possa ser interceptada e retida pela vegetação em ambientes urbanos, esta diminui o escoamento superficial de áreas impermeabilizadas;
- n) Abrigo à fauna existente;

- o) Influencia no balanço hídrico.
- p) Atenuante dos níveis de ruído:
- q) Amortecimento dos ruídos de fundo sonoro contínuo e descontínuo de caráter estridente, ocorrente nas grandes cidades.
- r) Melhoria da estética urbana:
- s) Transmite bem-estar psicológico, em calçadas e passeios; quebra da monotonia da paisagem das cidades, causada pelos grandes complexos de edificações;
- t) Valorização visual e ornamental do espaço urbano;
- u) Caracterização e sinalização de espaços, constituindo-se em um elemento de interação entre as atividades humanas e o meio ambiente.

Com base em Lombardo (1985):

- a) quanto à composição atmosférica a vegetação contribui através da:
 - Ação e purificação, pela fixação de poeiras e materiais residuais;
 - Ação purificadora, pela depuração bacteriana e de outros microrganismos;
 - Ação purificadora, pela reciclagem de gases através de mecanismos fotossintéticos;
 - Ação purificadora, pela fixação de gases tóxicos.
- b) contribui para o equilíbrio solo/clima/vegetação através da:
 - Luminosidade e temperatura, pois a vegetação, ao filtrar a radiação solar, suaviza as temperaturas externas;
 - Conservação da umidade e da temperatura;
 - Redução da velocidade do vento;
 - Manutenção das propriedades do solo de permeabilidade e fertilidade;
 - Oferta de abrigo à fauna existente;
 - Influência no balanço hídrico.
- c) no tocante aos níveis de ruído, contribui para:
 - O amortecimento dos ruídos de fundo sonoro, contínuo e descontínuo de caráter estridente ocorrentes nas grandes cidades.
- d) quanto à estética, contribui para:
 - A quebra da monotonia da paisagem das cidades, causada pelos grandes complexos de edificações;
 - A valorização visual e ornamental do espaço urbano;

- A caracterização e sinalização de espaços, constituindo-se em um elemento de interação entre as atividades humanas e o meio ambiente.

A vegetação para Cruz (2013) influencia significativamente no controle climático desde que espécies arbóreas sejam suficientemente dotadas de folhagem, formato dos galhos e porte capazes de proporcionarem alterações no microclima a partir das amenidades geradas, e isto é complementado por Nucci e Presotto (2009, p. 80), argumentando que a vegetação “pode exercer uma série de funções:

- a) Como conservação de biótopos, elemento purificador da atmosfera pela fixação de forma mecânica das partículas suspensas, proteção do solo e de cortes de aterros, criação de microclimas benéficos ao ser humano, reflexão e desvio de ruídos, aumento da capacidade de assimilação de biomassa;
- b) No plano estético, a vegetação facilita a relação ser humano-natureza por meio da adequada distribuição e composição de cenários, integra espacialmente ruas e a cidade, fornece anteparo visual para construções desordenadas, etc.

Para Nucci (2008):

- a) Estabilização de superfícies por meio da fixação do solo pelas raízes das plantas;
- b) Obstáculo contra o vento; proteção da qualidade da água, pois impede que substâncias poluentes escurram para os rios;
- c) Filtração do ar, diminuindo a poeira em suspensão;
- d) Ao equilíbrio do índice de umidade do ar;
- e) Redução do barulho; proteção das nascentes e dos mananciais;
- f) Abrigo à fauna;
- g) Organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas;
- h) É um elemento de valorização visual e ornamental;
- i) Estabilização da temperatura do ar;
- j) Segurança das calçadas como acompanhamento viário; contato com a natureza colaborando com a saúde psíquica do homem;
- k) Recreação; contraste de texturas, mistérios e riquezas de detalhes;
- l) Árvores decíduas lembrariam ao homem as mudanças de estação;
- m) Quebra da monotonia das cidades, cores relaxantes,
- n) Renovação espiritual;
- o) Consumo de vegetais e frutas frescas;

- p) Estabelecimento de uma escala intermediária entre a humana e a construída;
- q) Caracterização e sinalização de espaços, evocando sua história.

Sobre os benefícios sociais, tendo em vista que em se tratando de um espaço público e com livre acesso, a partir dos pressupostos do espaço público como lugar da ação política e lugar da ação comunicativa, os indivíduos podem encontrar nas áreas verdes as bases para a reunião, para o convívio de diferentes, lugar do cotidiano e o cotidiano do lugar, suas práticas socioespaciais. Portanto, a partir do diferente, um benefício qualitativo se manifesta, reduzindo os níveis de segregação coletiva e individual. Mesmo o tempo das áreas verdes vão de encontro ao tempo da cidade, do trabalho. Nelas o cotidiano tende a ter a redução da aceleração imposta pelo modo de vida urbano, e neste sentido o ganho social e psicológico remonta o próprio Homem enquanto ser social e dotado de sensibilidade do ambiente, podendo apresentar caráter ontológico na síntese do humano e a (sua) natureza.

Após reunidas todas as funções e os benefícios das áreas verdes fica evidente a importância desta forma espaço-temporal (forma-conteúdo) dentro da urbe. Se torna evidente que para além do simples espaço livre que possa permitir o uso público, as áreas verdes permitem uma multiplicidade paralela e simultânea de usos e ainda colaboram significativamente dentro do caráter ambiental, envolvendo a circulação atmosférica e o clima na microescala e ainda funções ecológicas que reduzem o desequilíbrio entre ambiente construído e natureza.

Com base em atributos físicos, um maior cumprimento de determinada função, uma abrangência e a tipologia nos é permitido categorizar as áreas verdes, tornando a análise destes espaços mais efetiva. Esta categorização é apresentada a partir de Cavalheiro e Del Pichia (1992) que vai considerar:

- a) Tipologia: particulares, potencialmente coletivos (clubes, escolas, etc.) e públicos (GROENING, 1976).
- b) Categorias: praças, parques, jardins, verde viário, etc. (RICHTER, 1981).
- c) Disponibilidade: m²/hab., área mínima, distância da residência, etc."

Segundo Oliveira (1996 apud BOVO, 2009, p. 41-42), "a maioria dos autores considera "as verdes urbanas como conjunto composto por três segmentos, que são individualizados, mas estabelecem relações notáveis entre si. Esses segmentos são constituídos pelas:

- a) Áreas verdes públicas - constituídas pelos logradouros públicos que se destinem ao lazer e recreação ou oportunizem ocasiões de encontro e convívio direto com espaços não construídos e arborizados;

- b) Áreas verdes privadas - constituídas de remanescentes vegetais significativos incorporados à malha urbana, podendo ter sua utilização normatizadas por legislação específica que possa garantir ao máximo a conservação;
- c) Arborização de ruas e vias públicas - constituída pela vegetação que acompanha as ruas e localizada principalmente nas calçadas e pavimentos. Essas três variáveis são as mais aceitas em nível nacional e internacional, pois são capazes de traduzir os benefícios e as condições ambientais das cidades e a qualidade de vida da população.

Enquanto Daltoé, Cattoni, Loch (2004, p. 3-4) “propõem uma outra classificação sobre áreas verdes”, indicando:

- a) Áreas verdes do sistema viário - Predominam vegetações de porte arbustivo e herbáceo. Representam os canteiros, trevos e rotatórias, associados ou não às redes de transmissão de energia. Apresentam-se com valor ecológico variando de baixo a médio e valor cênico médio. Por não possuírem nenhuma estrutura que possa atender às necessidades da população, possuem um baixo valor social.
- b) Áreas verdes de uso particular - Predominam vegetações de porte arbóreo. Neste grupo estão situadas as áreas verdes que se apresentam em domínios de uso habitacional particular. São áreas inacessíveis para uso público devido à ausência de acessos e infraestruturas. Seu valor ecológico é médio, enquanto o cênico e de conforto apresenta-se variando de médio a alto. Devido à impossibilidade de uso direto pelo público seu valor social varia entre médio e baixo.
- c) Áreas verdes residuais - Áreas herbáceo-arbustivas com ou sem cobertura arbórea. Em geral, representam as áreas verdes em loteamentos recentes ou em fase de implantação. Não se enquadram na classificação quanto aos valores cênicos, sociais e ecológicos devido à instabilidade da situação de uso atual.
- d) Áreas verdes institucionais - Possuem distintas configurações, representadas pelos jardins, áreas verdes de uso institucional, campos de futebol etc. Seu valor cênico é alto e seu valor ecológico e social é médio, devido à restrição de alguns equipamentos para uso da coletividade.
- e) Áreas verdes públicas e/ou de uso coletivo - Nesse grupo enquadram-se as áreas verdes de composição mista com arborização significativa (espécies exóticas e nativas). Compreendem as praças, parques e bosques urbanos, assim

como áreas arborizadas dentro dos complexos históricos. Possuem alto valor ecológico, cênico e social.

- f) Áreas livres não arborizadas (vazios urbanos) - Compreendem as coberturas herbáceo-arbustivas (predominantemente gramíneas). Os lotes vazios, característicos principalmente em áreas urbanas de consolidação recente, caracterizam este grupo.

De maneira diferente, Di Fidio (1990 apud LOBODA e De ANGELIS, 2005) “estabelece uma classificação - ou categorias - dos espaços urbanos e suburbanos”:

- a) Espaços verdes urbanos privados e semi-públicos: Jardins residenciais; Hortos Urbanos; Verde semi-público.
- b) Espaços verdes urbanos públicos: Praças; Parques Urbanos; Verde balneário e esportivo; Jardim botânico; Jardim zoológico; Mostra (ou feira de jardins; cemitério; Faixa de ligação entre áreas verdes; Arborização urbana).
- c) Espaços verdes sub-urbanos: Cinturões verdes.

Por fim, Richter (1981 apud GERALDO, 1997), preconiza a seguinte classificação:

- a) Jardins de representação e decoração: Ligados à ornamentação, de reduzida importância com relação à interação com o meio e sem função recreacional. São jardins à volta de prédios públicos, igrejas etc;
- b) Parques de vizinhança: Praças, playground. Apresentam função recreacional, podendo abrigar alguns tipos de equipamentos;
- c) Parques de bairro: São áreas ligadas à recreação, com equipamentos recreacionais, esportivos dentre outros, que requerem maiores espaços do que os parques de vizinhança;
- d) Parques setoriais ou distritais: Áreas ligadas à recreação com equipamentos que permitam que tal atividade se desenvolva;
- e) Áreas para proteção da natureza: Destinadas à conservação, podendo possuir algum equipamento recreacional para uso pouco intensivo;
- f) Áreas de função ornamental: Áreas que não possuem caráter conservacionista nem recreacionista. São canteiros de avenidas e rotatórias;
- g) Áreas de uso especial: Jardins zoológicos e botânicos;
- h) Áreas para esportes;
- i) Ruas de pedestres: Calçadas.

Assim, reunindo o que foi evidenciado, podemos então caracterizar as AVU a partir da tipologia, categoria, uso e disponibilidade, tornando possível uma organização destes espaços na malha urbana das cidades de um modo geral.

Ressaltamos que as noções e conceitos atribuídos às AVU evidenciados nestas últimas páginas atendem muito a dinâmicas de cada lugar estudado pelos pesquisadores, isso porque cada formação socioespacial irá gerar formas urbanas que relacionam diferentemente dentro da estrutura, portanto, a multiplicidade destas noções e conceitos podem ou não ser encontradas em uma escala local, cabendo assim a sensibilidade do pesquisador na leitura do espaço, indo dos fixos, nesse caso as áreas verdes, aos fluxos internos, externos e as práticas socioespaciais do cotidiano.

Como foi exposto, as AVU cumprem funções independentes do uso, relacionadas aos benefícios ecológicos e ambientais, e neste aspecto a sociedade também se beneficia sem que ela usufrua da permanência nestes lugares. Enquanto as outras funções estão intimamente ligadas ao uso humano, e neste caso, se comporta como a própria sociedade ao apropriar do espaço público, como resultado de uma construção social histórica que culmina na conjuntura atual das relações humanas e o espaço, entre o público e o privado, entre as diferentes temporalidades da vida e do trabalho na cidade, entre o natural e o construído, e mesmo a construção do natural, ocorrendo a partir de uma estrutura urbana que tende a fortalecer as características voltadas para os fins econômicos e funcionalistas.

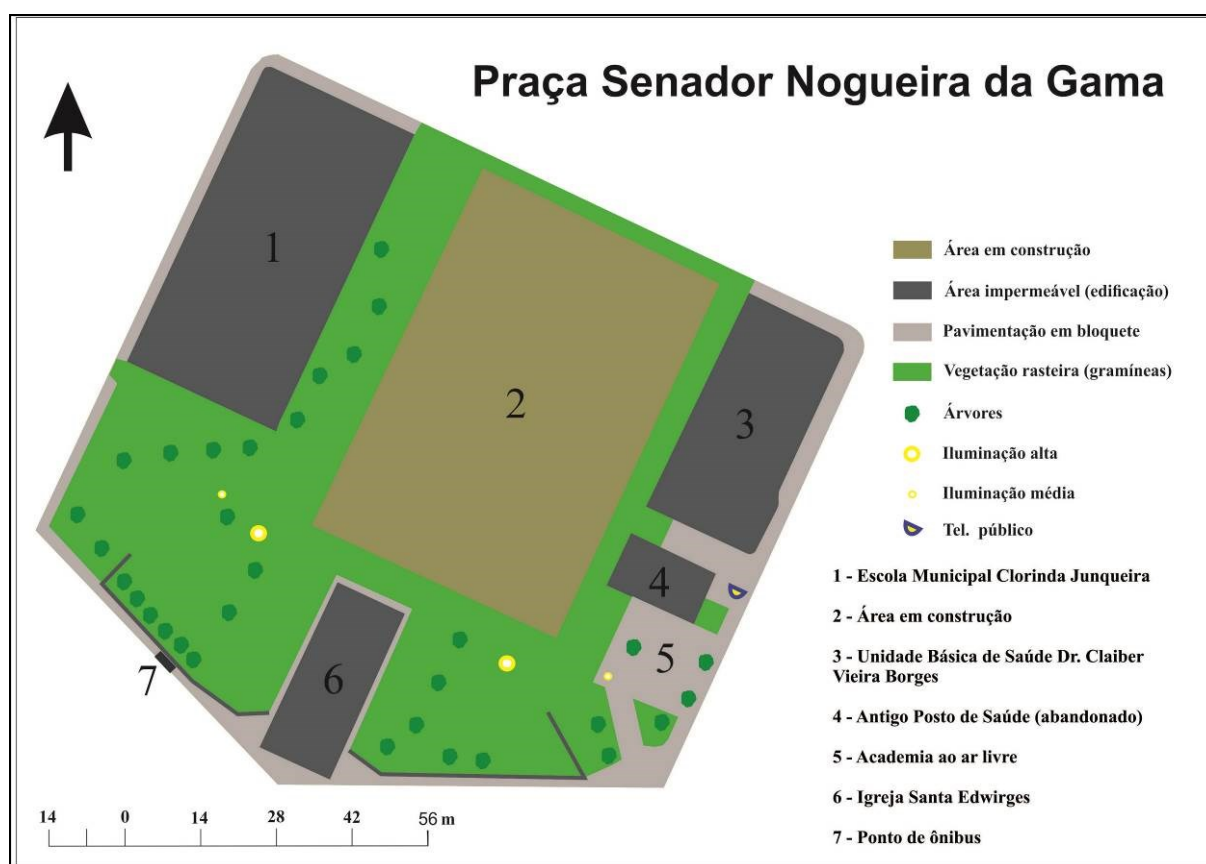
Tendo em vista a exposição realizada, faremos agora a caracterização das AVU em Ituiutaba, em um primeiro momento individualmente e depois reunidas em um quadro. Consideradas as AVU como uma forma espacial (e também temporal) que possui características híbridas, como o próprio espaço, sendo dotadas das funções ecológica/ambiental, lazer/recreação, estética/paisagística, social/saúde humana e educação ambiental.

Após as visitas aos locais elencados a partir do mapa base e a filtragem visando a separação dos espaços livres e relacionando ao que discutimos nestas últimas páginas, chegamos às AVU, neste sentido, iniciamos pela Praça Senador Moreira Da Gama (Figura 47), localizada no Bairro Sol Nascente II, entre a Travessa Ernesto Barceloso, ruas Diva Paranaíba de Andrade, Antônio Caetano de Novais e Francisco de Andrade, com área total de 10820,00mts² em forma pentagonal.

Considerando as obras em andamento que ocupam parte significativa da praça, a área permeável é inferior a 33%, o que é muito abaixo do esperado para uma AVU, no entanto, possui c.v. arbórea de grande porte distribuídas em parte de sua extensão, apresentando baixa

densidade, mas como entendemos que a permeabilidade não deve ser rigidamente estabelecida no conceito, mantemos esta praça como AVU. A c. v. arbustiva é inexistente, o que reduz em certa medida as condições das funções voltadas às características estéticas, enquanto a c. v. rasteira se apresenta adequada onde se manifesta e para a c. v. arbórea, como dito anteriormente, com pouca densidade, mas com boa qualidade onde está disposta. A iluminação interior é deficiente, ficando restrita à iluminação do arruamento.

Figura 47 - Área Verde Urbana: Praça Senador Moreira da Gama



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

No local existe telefone público e ponto de ônibus (que não possui abrigo) perfazendo serviços públicos para a população do entorno. Também é realizado na praça algumas funções institucionais públicas (sociais). A igreja católica Mitra Diocesana está na porção sul, a noroeste está localizado a Escola Municipal Clorinda Junqueira que se encarrega de atender a demanda de ensino infantil, enquanto no canto nordeste está localizado o posto de saúde da Unidade Básica de Saúde (USB) reconstruído na última década, ao lado, está o Centro Comunitário Carlos Marquez de Andrade se que encontra com sinais avançado de deterioração o que inviabiliza o uso, mesmo do sanitário que ali está disposto. O local não

conta com bancos, e os instrumentos de acessibilidade se apresentam apenas como rampas de acessibilidade para a calçada. A “academia ao ar livre” se mostrou em boas condições e serve de atrativo para a realização de atividades físicas que ocorrem periodicamente pela manhã como pôde ser visto durante as atividades de campo.

Devido às transformações recentes (Figura 48), a pavimentação se restringe apenas aos limites externos, ainda assim com qualidade baixa pela falta de calçamento em todo o entorno, principalmente no local onde ocorre atualmente a construção de uma creche a partir do programa “Proinfância” (O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil) onde não existe a calçada, e em outros pontos foram encontradas rachaduras que comprometem a circulação.

Figura 48 - Transformações históricas da Praça Senador Moreira da Gama



Fonte: imagens históricas do Google Earth; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Atualmente grande extensão da praça está em obras pela creche, deste modo foi possível encontrar uma reestruturação significativa nos elementos que a compõem, sobretudo pela substituição de espaço livre pela construção de prédios institucionais, mantendo assim o caráter da esfera pública, porém, modificando o uso social, lembrando que mesmo servido ao público estes locais possuem uso controlado e são voltados para usos e serviços específicos, o que limita as condições de realização das funções de uma AVU, sobretudo em seu interior que

está comprometido por conta da remoção de parte da cobertura vegetal e substituição do que antes era uma quadra de esportes. No entanto, entendemos que ainda que com limitações, a praça ainda hoje pode ser caracterizada como uma AVU, mas que carece que avaliações e análises futuras.

No bairro Lagoa Azul (vizinho ao citado anteriormente) está a Praça Maria da Glória Chaves de Macedo (Figura 49) inaugurada em 25 janeiro de 2008. A praça é limitada pelas ruas Gabriel José Marques, Demétrio Jorge, Lindolfo Gervásio Domingues e Abadia Calil Derze, mas, no entanto, não se configura como um polígono (se assemelha a um retângulo curvado), tendo extensão de 5550,00 mts² com entorno residencial.

A permeabilidade do solo está acima de 66%, permitindo bom nível de vegetação, neste sentido, a qualidade da c. v. rasteira se mostra como boa e se apresentando ao longo de quase toda área, dividindo espaço com arbustos e árvores (ambos com qualidade boa) em alguns pontos. O estado arborescente torna o sombreamento ainda restrito a poucos lugares, tendo em vista que grande parte das espécies ainda são jovens.

Figura 49 - Área Verde Urbana: Praça Maria da Glória Chaves de Macedo



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Em se tratando da pavimentação, muito devido ao tempo relativamente recente que a área foi instituída, se apresenta em boas condições, porém, não possuindo instrumentos internos e externos de acessibilidade. O local também não conta com equipamentos recreativos, e para tanto, o mobiliário é constituído por bancos bem distribuídos ao longo de toda a área, assim como a iluminação em alturas baixa e média. Sobre a conservação e limpeza, estas, satisfatória em períodos de seca, sendo encontrado no período chuvoso a c.v. rasteira muito alta, ainda, em um ponto específico se encontrava (por muito tempo) um pequeno depósito de resíduos vegetais proveniente de podas e um foco de queimada do gramado (durante o período mais seco que geralmente ocorre entre julho a setembro).

Se assemelhando a uma praça ajardinada, entendemos se tratar de uma AVU devido ao uso da população do entorno, que realiza a prática de atividades físicas, pequenos grupos (possivelmente familiar) permanecem por algum tempo para que crianças brinquem, indivíduos que levam animais domésticos para o passeio, e ainda pela possibilidade de uso recreativo dos gramados em boas condições que também servem junto aos outros elementos vegetativos para a função ecológica e estética.

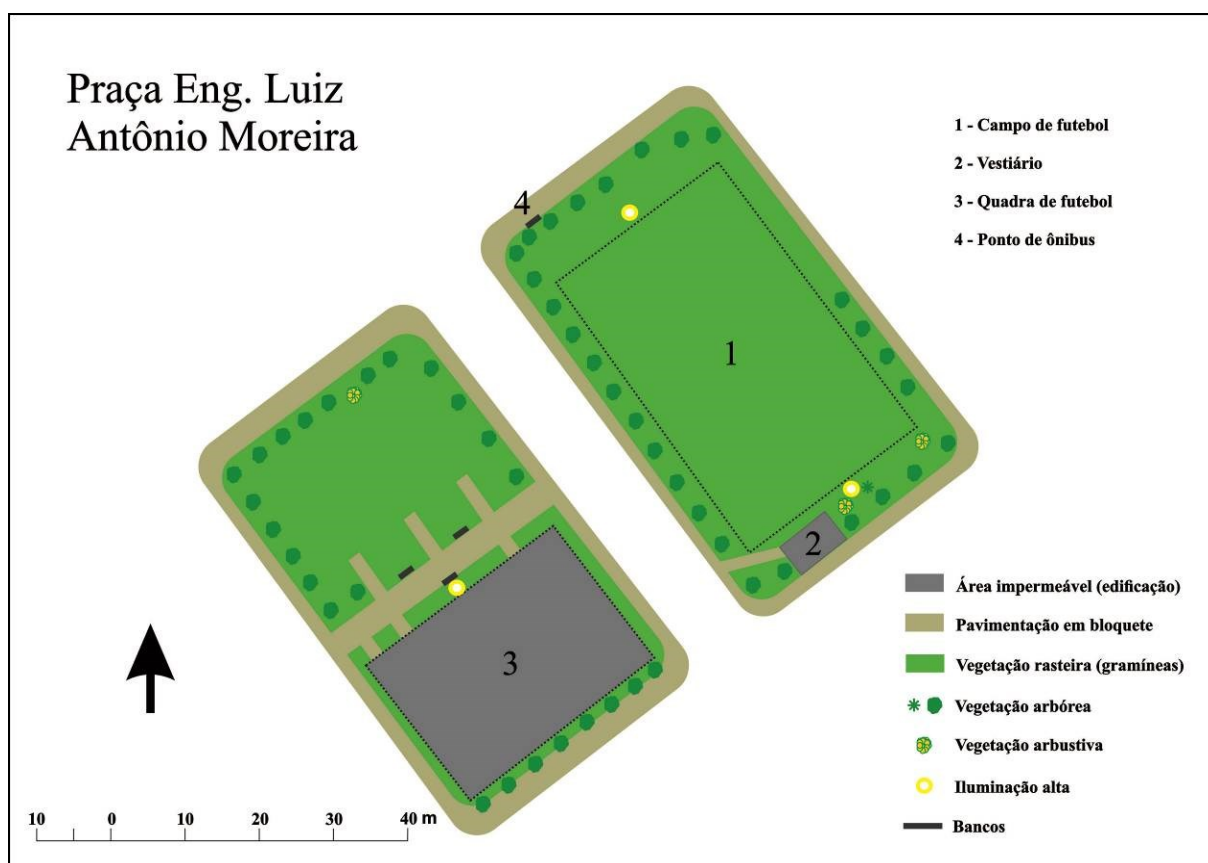
Em outro local, a Praça Engenheiro Luiz Antônio Moreira, localizada no bairro Marta Helena (sendo ele residencial), entre as ruas Joaquim Teodoro de Carvalho, e Isaias Andrade de Souza, cruzada pela rua Cachoeira Dourada e duas vias que levam o nome da praça, tem entorno residencial, possuindo uma extensão de aproximadamente 6000,00 mts² se somadas as duas partes, pois, neste caso a praça possui esta característica ter forma quadrangular e de ser limitada por cinco vias.

Em uma das partes está um campo de futebol que ocupa quase todo o lote, restando espaço ainda para um vestiário em condições ruins, um ponto de ônibus que não possui abrigo e assentos improvisados, sendo o restante coberto por vegetação rasteira junto a árvores que estão presentes nos limites com a calçada. Na outra das partes, se encontra uma quadra de esportes em situação precária, com proteção (telas) e piso deteriorados. O restante do lote é ocupado por vegetação rasteira também margeada por árvores já em estágio adulto.

Considerando as duas áreas a permeabilidade do solo é superior a 66% devido principalmente à presença do campo de futebol, para tanto a c. v. rasteira se mostra com qualidade boa, bem como a c. v. arbórea que se apresenta em boas condições e distribuídas nas margens do gramado, levando em consideração a ocupação da área, enquanto a c.v. arbustiva é deficiente em quantidade e qualidade. Na Praça Engenheiro Luiz Antônio Moreira (Figura 50) a pavimentação ocorre majoritariamente nas bordas e apresenta sinais de deterioração, como bloquetes fora do lugar ou mesmo danos pelas raízes das árvores, o que

limita a circulação que também se restringe pelo fato da não presença de acessibilidade alguma. O mobiliário é composto por bancos em condições razoáveis, mas com falha na distribuição, denotando qualidade ruim, o que também ocorre com a iluminação realizada apenas em três pontos por postes de altura alta, o que a faz necessitar da iluminação do arruamento, mas que é parcialmente bloqueada pelas árvores da borda.

Figura 50 - Área Verde Urbana: Praça Engenheiro Luiz Antônio Moreira

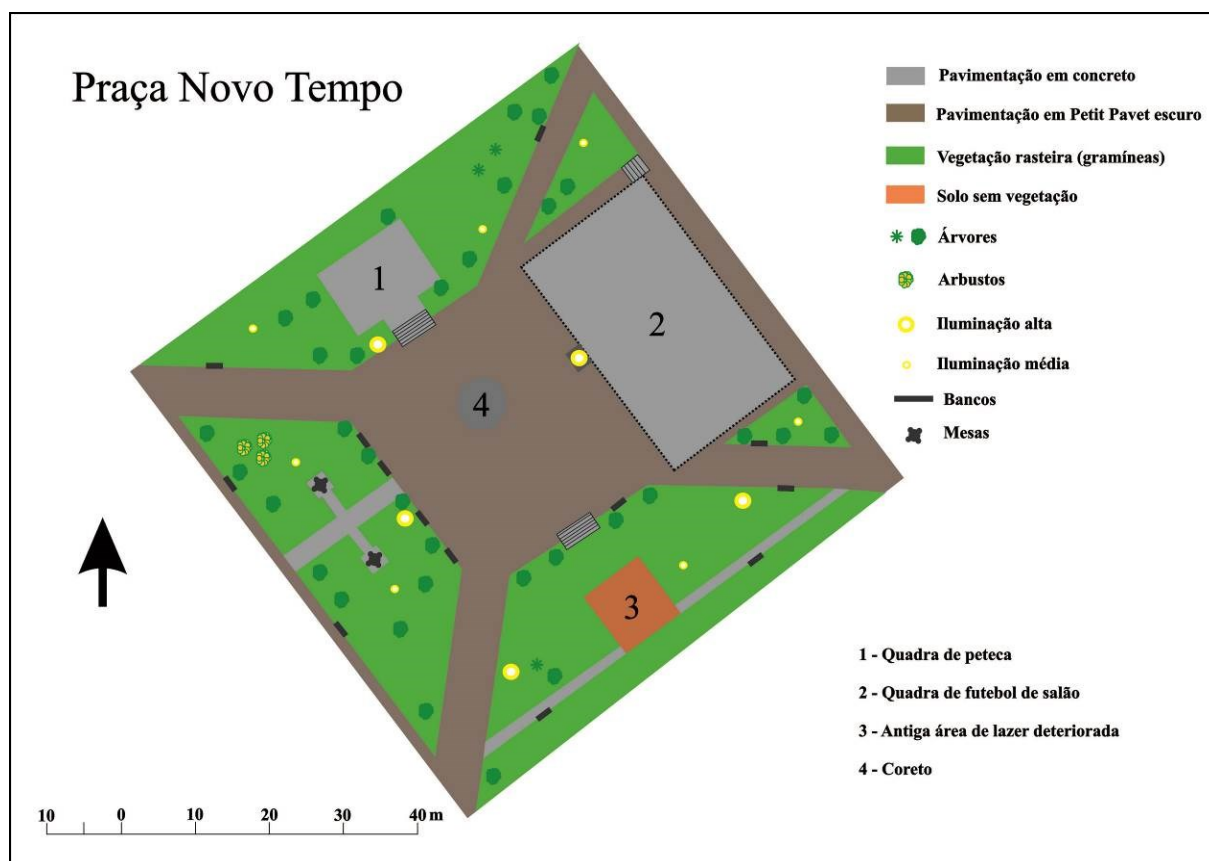


Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

No local foram encontrados resíduos sólidos (principalmente embalagens de alimentos e bebidas) em diversos pontos, sobretudo perto dos bancos em frente à quadra, o que nos leva a perceber que o lugar possui uso e que a falta de lixeiras e coletores faz com que ocorra esta situação. Resíduos vegetais (de podas) também foram encontrados, estes apresentando sinais de estarem dispostos na praça a muito tempo. Ainda sobre os usos, durante uma das visitas um grupo de crianças aguardavam para utilizar a quadra, e em outro momento durante a noite estavam reunidos indivíduos nos bancos consumindo “cachorros quentes” de uma lanchonete móvel que ali se estabelece constantemente.

Indo a outra área, na Praça Novo Tempo também foram encontradas crianças utilizando a quadra de esportes. Localizada no bairro Alvorada com entorno residencial, ela ocupa a porção central da quadra em forma quadrangular, sendo limitada pela edificação de uma paróquia de um lado (porção noroeste), por uma unidade do Programa de Saúde Familiar (PSF) de outro (porção sudeste), e dois outros lados pelas ruas dos Cedros e dos Mognos, complementando os limites da quadra estão as avenidas dos Ipês e dos Jacarandás. Observamos que na mesma quadra, se encontra ainda a Escola Estadual Coronel João Martins. Encontrada durante a visita de campo, uma placa data a instituição da praça em 1º de maio de 1987. Na Praça Novo Tempo (Figura 51), dos 5205,00 mts² de área, aproximadamente 58% são de área permeável ocupada por c. v. rasteira na forma de gramíneas em boas condições. A c. v. arbustiva não se apresenta de maneira significativa, enquanto a c. v. arbórea está bem distribuída, com densidade média e boa qualidade. A pavimentação apresenta boas condições, sendo estabelecida no sentido de levar o fluxo para interior da praça, bem como cruzar toda a área. Não existe no local instrumentos de acessibilidade que permitam a circulação de pessoas portadoras de deficiência.

Figura 51 - Área Verde Urbana: Praça Novo Tempo



Fonte: atividades de campo; Organização: PEREIRA, L. A. (2018)

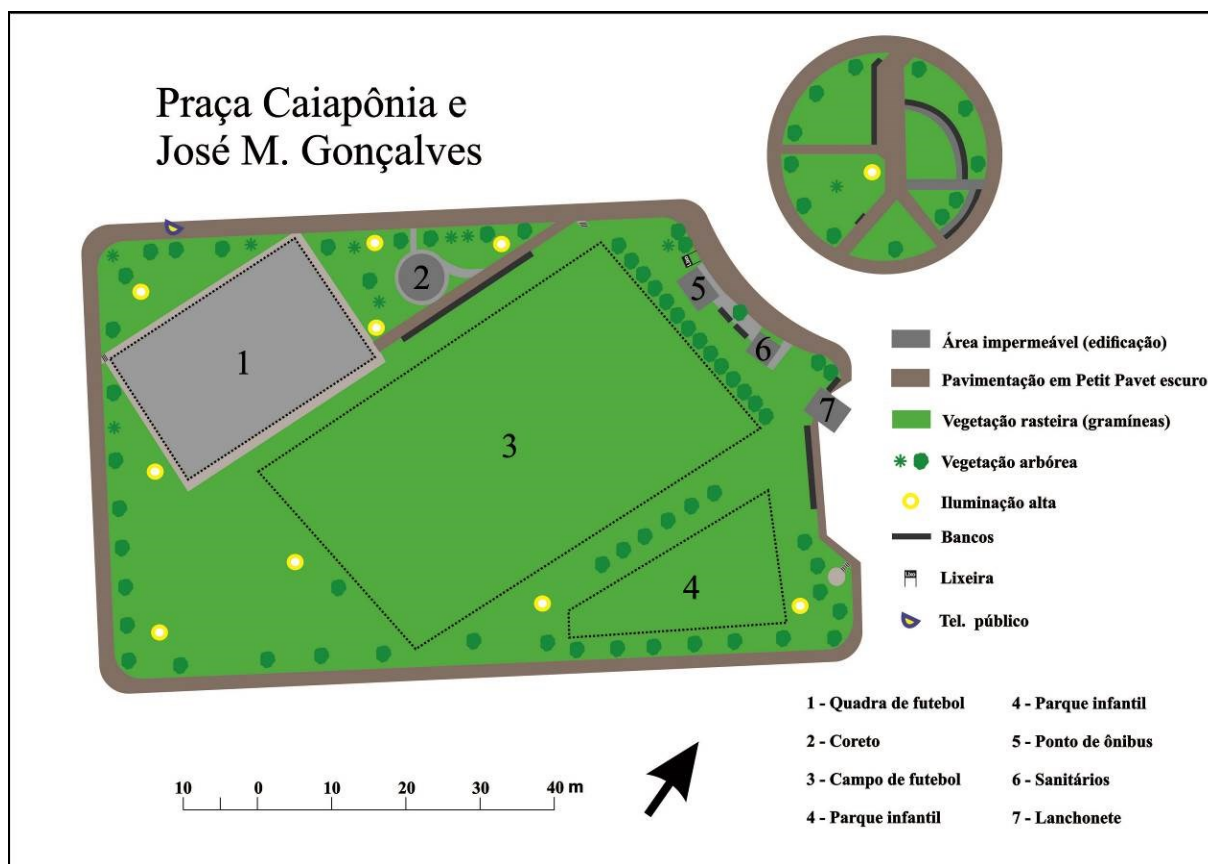
O mobiliário é composto por bancos (de alvenaria) distribuídos ao longo de toda a praça e com maior concentração na porção oeste onde o sombreamento é mais efetivo, neste local também se encontram mesas (de alvenaria) dispostas próximas a um caminho central de entrada e saída, ambos os elementos do mobiliário se encontrando em boas condições. A praça possui iluminação de altura média e alta sendo bem distribuída e com boa qualidade, permitindo usos diurnos e noturnos. Mesmo não possuindo lixeiras ou coletores, não foram encontrados resíduos sólidos dispersos na área, o que não muda o fato de carecerem desse mobiliário.

Como dito anteriormente, durante a visita de campo foi possível observar crianças utilizando a quadra para a prática esportiva. No local também foi encontrado uma área pavimentada e com características do que se parece uma “quadra de peteca” devido às dimensões e as estruturas de encaixe da “rede”. Do outro lado, em área com solo exposto, foram encontrados vestígios do que antes seriam uma área de recreação infantil como um “parquinho”. No centro, fica localizado um coreto que poderia contribuir significativamente para a qualidade paisagística e embasar atividades culturais, mas que atualmente apresenta grau de deterioração e vandalismo que compromete a utilização, mesmo o sanitário que ali se encontra não exhibe condições de uso. Para tanto, a infraestrutura local mesmo que em menor qualidade em alguns dos elementos é capaz proporcionar à praça as condições de se caracterizar como uma AVU.

Para outra Área Verde Urbana, temos duas praças que abordaremos como uma única, são elas a Praça Caiapônia e Praça José Moreira Gonçalves (Figura 51), que está localizada no bairro Platina, que é essencialmente residencial.

Situada entre as avenidas Camilo Chaves, Fernando Alexandre Vilela Andrade e as ruas Isaias Andrade de Souza e José Moreira Ferreira, a primeira, Praça Caiapônia tem forma circular e a segunda possui forma trapezoidal com breve curvatura em um dos lados. A área total das duas praças é de aproximadamente 7417,00 mts², com permeabilidade do solo superior a 66% considerando as duas áreas. A pavimentação é boa, no entanto não foram encontrados instrumentos de acessibilidade.

Figura 52 - Área Verde Urbana: Praça Caiapônia e Praça José Moreira Gonçalves



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

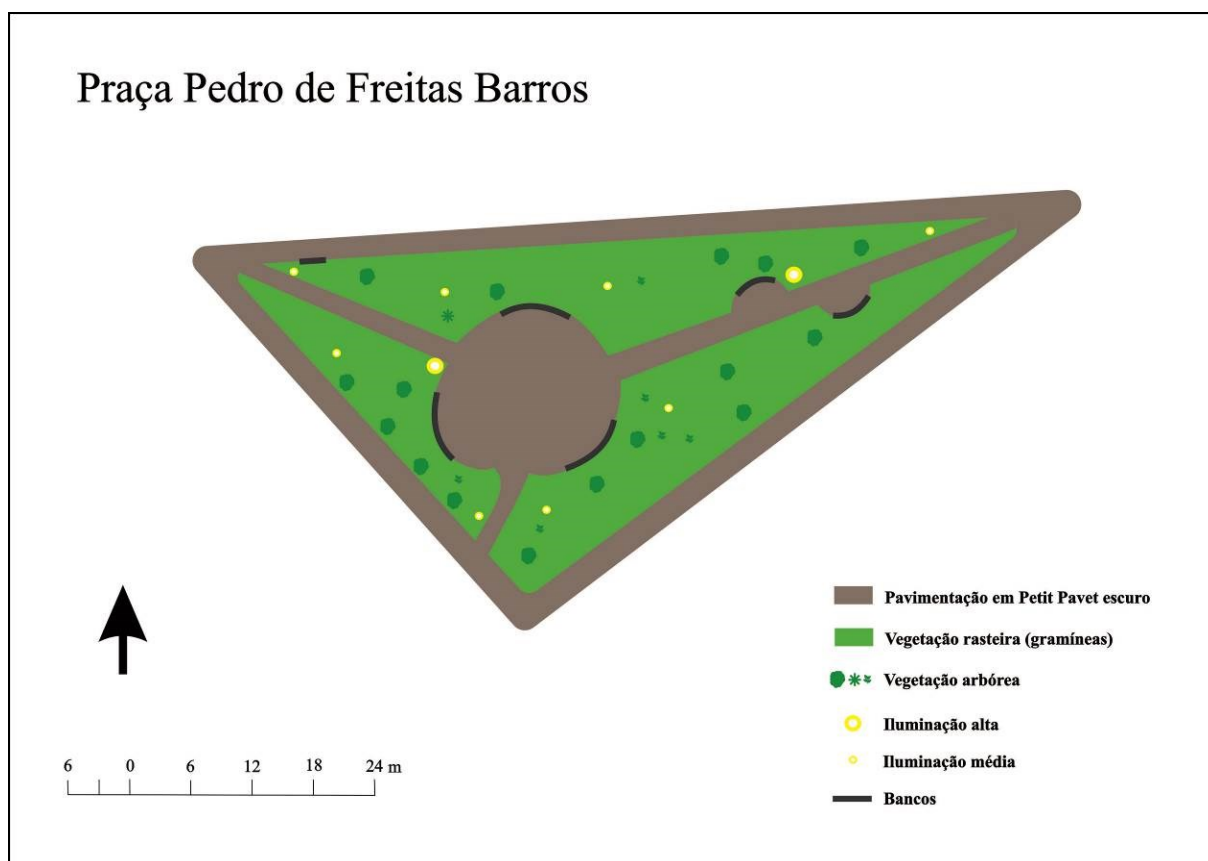
Considerando a vegetação, a c. v. rasteira se estende em boas condições por toda área permeável, compartilhando poucos espaços com alguns arbustos que se localizam no sopé das árvores localizadas na Praça Caiapônia. Sobre as árvores, estão dispostas predominantemente às margens das praças, e ainda margeando o campo de futebol e o “parquinho” abandonado. O campo de futebol tem boas condições e demonstra manutenção constante, porém foi observado que o mesmo se encontra trancado a cadeado, inviabilizando o uso espontâneo, enquanto o “parquinho” é apenas um espaço reservado para esta atividade, mas que não possui mobiliário específico, contando apenas com um “escorregador” em condições ruins. A quadra de esportes tem condições médias e livre acesso para o uso, o que inclusive foi evidenciado durante as visitas.

A área conta com serviços públicos como telefone e ponto de ônibus (com abrigo), ambos em boas condições, e também serviços coletivos privados a partir de uma lanchonete de funcionamento noturno, que é viabilizado por postes de iluminação alta bem distribuídos e que permitem o fluxo noturno. Os sanitários se mostraram em boas condições e apresentaram sinais de limpeza periódica. Foram encontradas apenas lixeiras (nenhum coletor), no entanto,

são poucas fazendo com que fossem encontrados alguns resíduos deixados pelos usuários de curta permanência ou transeuntes. Mesmo observado este último fato, notamos que a manutenção e conservação da praça é boa, sobretudo, pela presença de zelador que realiza a manutenção pela proximidade de ambas as praças aqui detalhadas (Espaço Livre: Praça José da Silva Ramos). Portanto, devido aos elementos constitutivos e as possibilidades de usos, e práticas observadas, trata-se de uma AVU.

Com características distintas, a Praça Pedro de Freitas Barros (Figura 53), com forma triangular limitada pelas ruas Araras, Araguaia e Antônio de Souza Martins se localiza no Bairro Marta Helena e tem área referente a 1418,00 mts², neste sentido, sendo menor que as anteriores. Possui 66,2% de permeabilidade do solo e c. v. rasteira e arbórea predominante em sua extensão estão em boas condições e as árvores são bem distribuídas e com boa densidade, proporcionando amenidades climáticas ao longo do dia, não ocorrendo a presença de arbustos que complementassem a paisagem.

Figura 53 - Área Verde Urbana: Praça Pedro de Freitas Barros



Fonte: atividades de campo; Organização: PEREIRA, L. A. (2018)

A praça tem boa pavimentação nas calçadas externas e no calçamento interno permitindo a circulação, os bancos estão bem distribuídos e possuem boas condições para o uso. A iluminação também pode ser considerada adequada tendo em vista os dois postes de iluminação alta e oito de iluminação média. Negativamente, foi encontrado pequeno ponto com descarte de resíduos sólidos sobre grama e a falta de lixeiras ou coletores.

Em síntese a praça se apresenta bem conservada e com condições de desempenhar as funções de uma AVU, claro, neste caso, levando em consideração o tamanho da área e as aptidões locais. Ainda, entendemos que a Praça Pedro de Freitas Barros carece de melhoria no mobiliário no que tange a implantação de lixeiras e também melhoria paisagística visando a função estética.

Chegamos então à praça que, tendo em vista as demais, um maior número de funções é desempenhado, até mesmo por ser proveniente de uma parceria entre União e município que também ocorre em diversas outras cidades. Na Praça Mario Natal Guimarães foi desenvolvido o projeto Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU), sendo eles responsáveis por reunir em um mesmo espaço programas, ações e intervenções culturais, práticas esportivas e de lazer, “formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social (MINISTÉRIO DA CULTURA – MINC – PRAÇAS CEU).

Para tanto

O resultado é uma praça pública aberta à comunidade que conta com um conjunto de edifícios de múltiplos usos, incluindo biblioteca, cineteatro, laboratório multimídia (inicialmente chamado de telecentro), duas salas multiuso, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), parquinho infantil, pista de skate, quadra poliesportiva, e pista de caminhada, além de áreas de lazer e convivência (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014, p. 13)

Seguindo esta lógica, “o projeto em questão entende a praça enquanto equipamento de promoção da intersetorialidade e integração de políticas públicas, visando o desenvolvimento do território onde está instalado”, sendo esta estrutura capaz de transformação social (MINC, 2014, p. 14). E neste sentido, diversas secretarias municipais estão envolvidas na realização das atividades, envolvendo lazer, cultura, educação e esportes. Sendo os locais para a implantação do projeto escolhidos com base na análise de dados a partir do IBGE e do município, e tratados a partir de reuniões com o público local visando atender às demandas do entorno da Praça Mário Natal Guimarães (Figura 54).

Figura 54 - Área Verde Urbana: Praça Mário Natal Guimarães



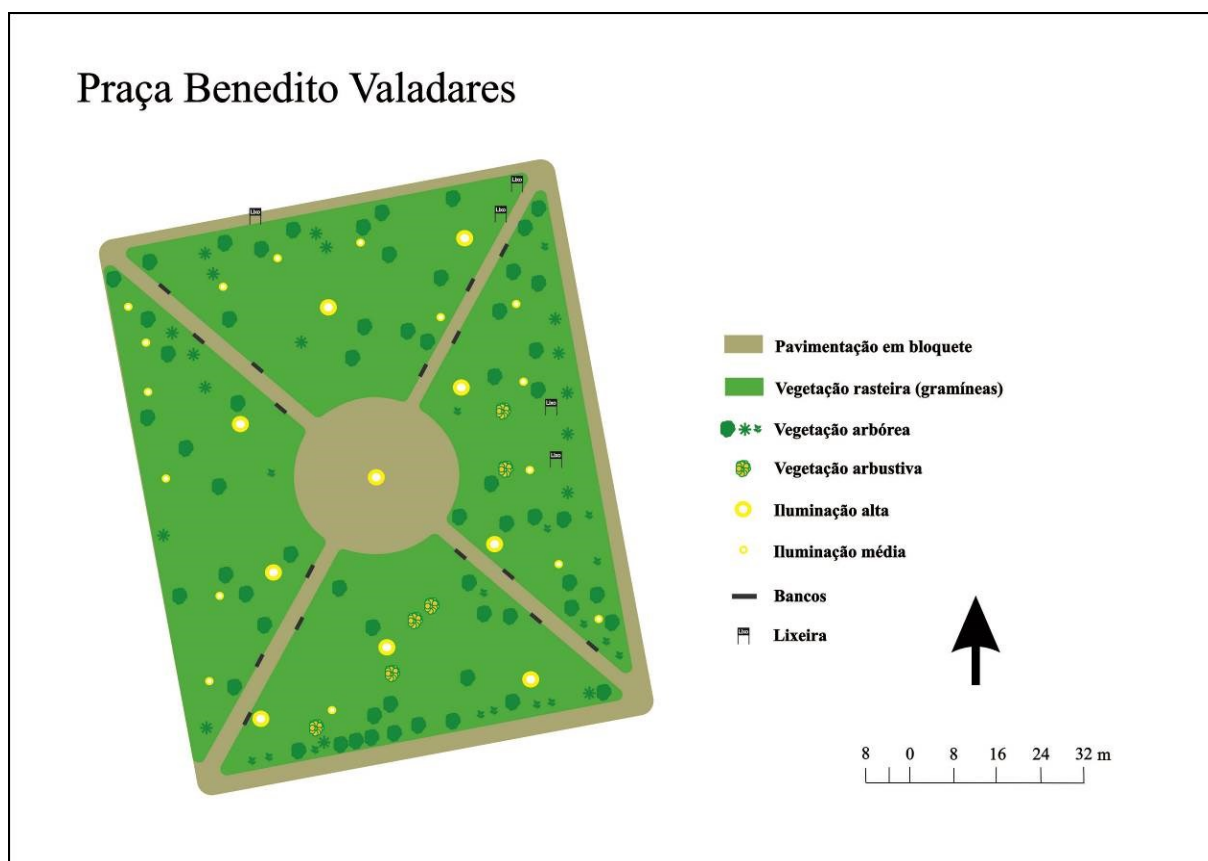
Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Neste sentido, o que foi encontrado durante as visitas foi uma infraestrutura orientada pelo projeto (modelo 2) CEU. A praça possui boa iluminação dividida entre altas e médias, a pavimentação se encontra em bom estado e contendo piso tátil permitindo a circulação de deficientes visuais, bem como rampas de acesso sempre que necessárias, garantindo a universalidade do acesso. A vegetação se manifesta harmoniosamente (ainda que com permeabilidade do solo em torno de 45% de uma área total de 6400,00 mts²), ocorrendo em consonância a c.v. rasteira, arbustiva e arbórea, esta última, bem distribuída permite o sombreamento e amenidade bioclimática, aspecto fundamental para a realização das diversas atividades que ocorrem no lugar. Na praça é desenvolvido o Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), períodos intermitentes de aulas de informática, uso liberado da biblioteca, salas multiusos e teatro que são utilizados frequentemente em parcerias com a comunidade local, sobretudo propostas por grupos das universidades presentes na cidade. Durante as visitas foi possível observar em diversos momentos a utilização dos espaços para práticas

esportivas e recreativas, de lazer, grupos praticando ginástica sob orientação de um responsável e outras atividades realizadas por alunos da UFU.

Chegando à Praça Benedito Valadares (Figura 55), que ocupa uma área de 8212,00 mts² no centro da cidade, com entorno residencial e forma quadrangular divide a quadra em que está estabelecida com a Escola Estadual Senador Camilo Chaves, desta forma, o lado oeste possui edificação, sendo limitada pela rua Dezoito, rua Dezesseis, avenida Vinte e sete e avenida Vinte e Nove. A vegetação se destaca devido a 80% da área ser permeável, e neste sentido a c.v. rasteira ocupa grande parte do lote, esta que se apresenta em boas condições, para tanto, considerando toda a vegetação a função estética e ambiental é bem desempenhada, ressaltando a reduzida presença de c.v. arbustiva. A c.v. arbórea também se manifesta como boa, com diversas espécies bem distribuídas e com densidade média, o que pode ser positivo por deixar espaço nos gramados para que atividades sejam realizadas. Como foi observado durante o campo, onde uma dupla de pessoas adestrava cães e em outro momento algumas crianças brincavam. Outra atividade visualizada em campo foi a prática esportiva e algumas brincadeiras (junto à presença de pessoa responsável) de alunos da escola ao lado.

Figura 55 - Área Verde Urbana: Praça Benedito Valadares

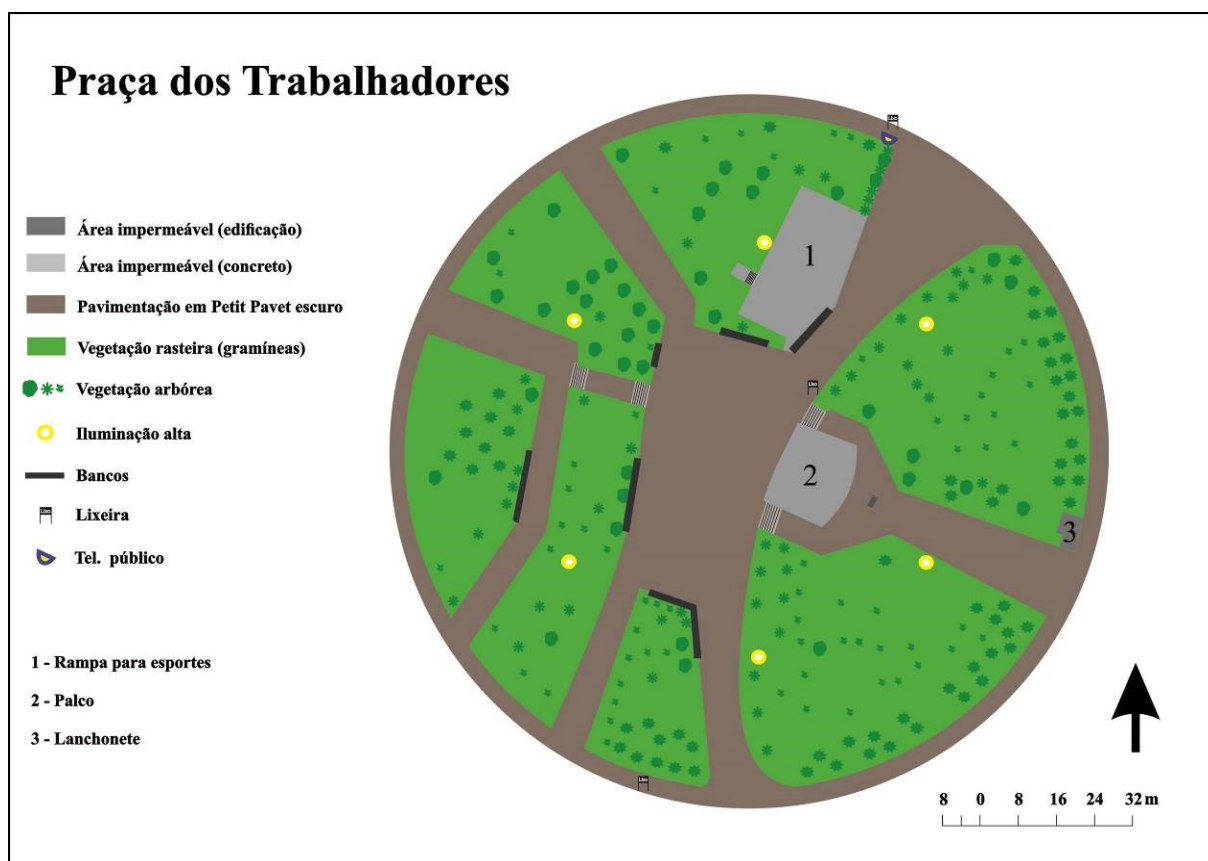


Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

O calçamento interno e externo foi considerado como bom por não demonstrar empecilhos para circulação de pessoas. O mobiliário no geral tem conservação média, com um dos bancos apresentando sinais de deterioração e com danos que possam tornar seu uso inseguro, estão bem distribuídos ao longo de toda a área, porém fora dos locais de amenidade pelo sombreamento. Boa qualidade e distribuição de iluminação alta e média nas áreas de circulação e nas áreas vegetadas com grama. As lixeiras, diferentemente das praças anteriores estão melhor distribuídas, possuindo também ponto para coleta seletiva de resíduos. Neste sentido, damos como boa a conservação e limpeza da praça, tendo em vista que a manutenção dos elementos citados não apresentou necessidades urgentes. Faltando, no entanto, instrumentos de acessibilidade para que se busque a universalidade nos usos.

A acessibilidade é uma deficiência marcante também na Praça dos Trabalhadores (Figura 56), localizada no bairro Setor Norte, situada no cruzamento da avenida Três e avenida Quatorze, possuindo forma circular em uma área de 18375,77 mts², com permeabilidade do solo de aproximadamente 55%, entendida como média nos termos deste trabalho.

Figura 56 - Área Verde Urbana: Praça dos Trabalhadores



Fonte: atividades de campo; Organização: PEREIRA, L. A. (2018)

A área permeável é coberta por grama em boas condições e sem maiores necessidades de poda. A c.v. rasteira é muito importante no local tendo em vista a declividade do terreno, desta forma, servido para fixar o solo evitando o transporte de partículas. Muito pouco se encontrou de c.v. arbustiva, se mostrando inexpressiva. A c.v. arbórea está dividida entre pinheiros, árvores frutíferas, palmeiras e árvores de grande porte, muitas ainda jovens. Sobre o mobiliário, os bancos estão situados no interior da praça, e se apresentam em boas condições, e mesmo com a má distribuição, são extensos e permitem o uso de um maior contingente. A iluminação é realizada por seis postes altos, o que é considerado qualitativamente como médio, sabendo que poderiam haver postes médios em alguns outros locais. Um telefone público funcional se localiza na extremidade norte da praça, assim como uma lixeira e outra na extremidade sul e um ponto de coleta seletiva no interior. Próximo a este ponto, está situado uma espécie de palco ou “palanque” fixo, feito em alvenaria e aproveitando o declive. Sob esta estrutura existem banheiros e salas que estavam trancadas, com grades e cadeado.

A praça conta ainda com uma rampa de *skate* em boas condições e funcional, com uso constante, sobretudo ao final da tarde como foi possível observar durante as visitas. Outro uso encontrado foi durante uma visita realizada pela manhã quando um instrutor guiava um grupo de pessoas (tendência ter mais idosos) em atividades aeróbicas no centro da praça. Também não raro são encontradas crianças no local. Ainda, uma lanchonete de funcionamento noturno está localizada na extremidade leste.

Por fim, em um quadro geral a conservação e limpeza foram consideradas como boa, no entanto, a pavimentação em *petit pavê* necessita de manutenção em alguns pontos onde pequenos buracos podem ser encontrados (ainda pouco expressivo), e retomando a acessibilidade, este é o ponto negativamente exposto. Devido a declividade existem escadarias e nenhuma rampa para portadores de deficiência, e mesmo uma rampa para ciclistas, que acabaram por improvisar o acesso ao lado de uma escada, traçando caminho pela grama.

Indo em direção ao núcleo central da cidade, chegamos à Praça Cônego Ângelo, que possui 12377,48 mts² de forma retangular, sendo limitada pela avenida Sete, avenida Nove, rua Vinte e rua Vinte e Dois, sendo parte do núcleo central de Ituiutaba. Por conta disto, recebe diariamente grande fluxo de indivíduos que tem a praça como parte do percurso diário, ou esporádico, tendo em vista a oferta de bens e serviços públicos (sede da Prefeitura Municipal, Fórum, Câmara Municipal, Igreja São José), serviços privados (bancos, escolas,

dentre outros) e comércio do entorno e no local aos finais de semana. Para tanto, seu entorno é estruturado para estacionamento de veículos.

Sendo praça mais antiga da cidade, foi construída com base na Igreja Matriz de São José, tem sua instituição a partir da década de 1910, período em que a Igreja Católica era o grande promotor imobiliário na cidade. Inicialmente como adro, se apresentava como um grande espaço livre de edificação

A configuração dos espaços livres, que antes eram originados a partir de espaços de caráter utilitário, se configura a partir do desenho ortogonal, onde o espaço da praça é uma quadra sem ocupação ou o adro da igreja, sendo os mais significativos desta época, as Praças Cônego Ângelo e Getúlio Vargas (Guerra; Libera, 2014, p. 5).

No entanto, somente a partir da década de 1960 passou por intervenções paisagísticas que nos remetem à atual configuração. Desde então pode-se elencá-la como parte das centralidades por concentrar múltiplos serviços públicos, estar nas proximidades de bancos e comércio e pelo vínculo orgânico com a Igreja, sendo ainda ponto de encontro para diversas, diversas manifestações e eventos culturais. Ocorre com muita frequência no local a realização de atividades das escolas do município como, ponto de recebimento de atividades relacionadas ao Sistema da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), apresentações do Conservatório Municipal de Música e de outros artistas e aos finais de ano recebe decoração natalina que atrai a população local aos finais de semana para o passeio. Em 2018 teve finalizada e reinaugurada a fonte situada em frente à Igreja São José, e neste sentido também aos finais de semana, contingente significativo de pessoas se dispõe a contemplação.

Devido a sua localização, a Praça Cônego Ângelo passou em certa medida a organizar o transporte público municipal, pois no local se encontra uma espécie de ponto com maior carga e descarga de passageiros.

A pavimentação se encontra em boas condições ocupando parte significativa de toda a área, que tem impermeabilização superior a 66% da área, muito devido também às edificações, que além das citadas anteriormente, possui também um palanque para manifestações políticas. Dois monumentos estão dispostos na praça, sendo eles o busto do artista mineiro Moacir Franco, e a estátua do Pe. Cônego Ângelo Tardio Bruno (personalidade local importante que deu nome à praça), desde a penúltima intervenção paisagística se apresenta no local também uma obra artística. Os bancos de alvenaria têm boa distribuição em toda a praça, encontrando-os em pontos com maior sombreamento, o que colabora para a permanência de pessoas durante o dia, bem como também estão localizados nas proximidades

da fonte e da igreja, que tem maior ocupação no período noturno. A praça Cônego Ângelo (Figura 57) conta com rampas de acesso no nível da calçada, mas falta a ela piso tátil, tendo em vista o alto fluxo.

Figura 57 - Área Verde Urbana: Praça Cônego Ângelo



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

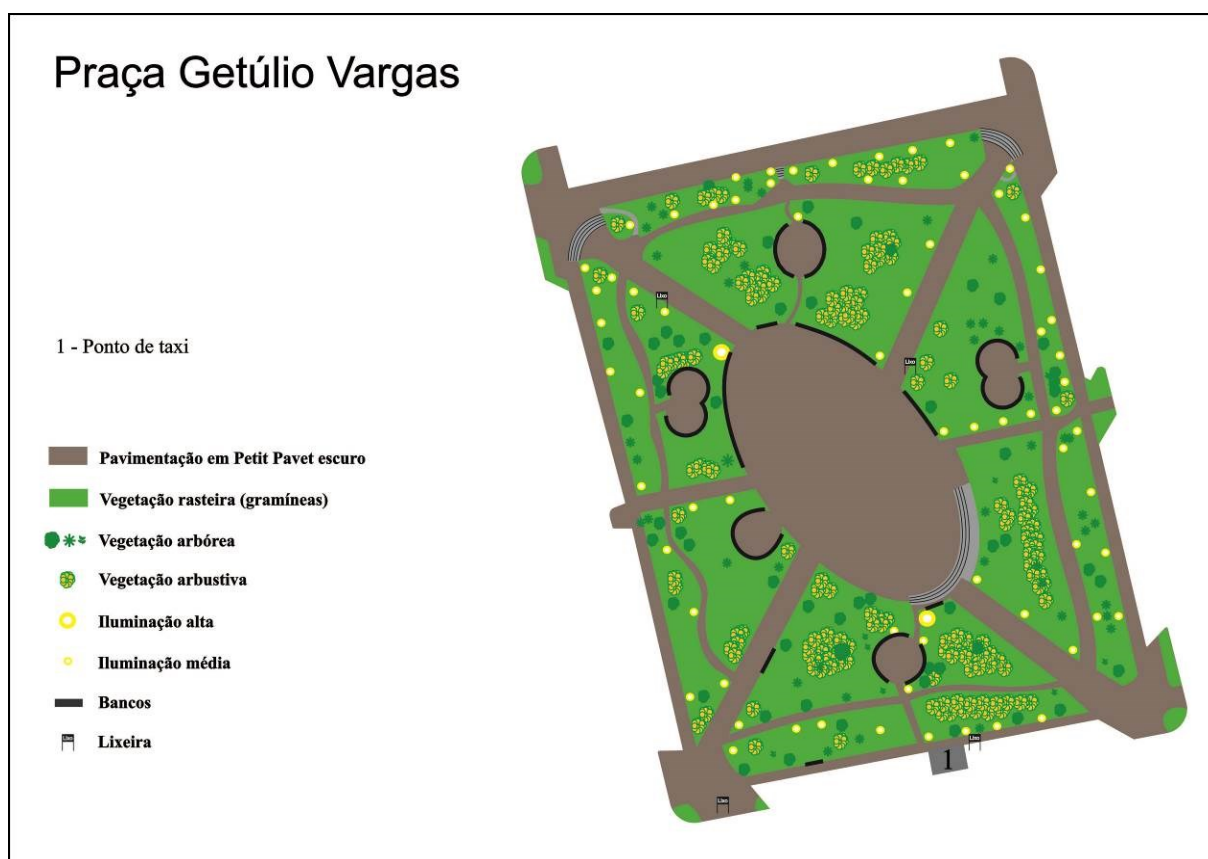
A vegetação se divide entre c.v. rasteira na forma de gramíneas que ocupam quase toda a área permeável, sendo mais escassas nos pontos de alto sombreamento (porção leste), c.v. arbustiva em diversos outros pontos, sendo mais densa próximo a obra de arte e no canto nordeste, onde a poucos anos foi retirada por motivo de segurança uma espécie arbórea muito grande que dava sinais de substituição. Diversas palmeiras muito antigas estão distribuídas ao longo dos canteiros interiores. Neste sentido, a c.v. arbórea, onde existe a possibilidade de se manifestar encontra boa densidade. Com a presença mais significativa de árvores de maior porte nas margens leste e oeste, a iluminação no interior feita por postes altos cumpre efetivamente sua função, que também é contribuída por postes médios.

A conservação e limpeza da praça pode ser considerada como boa, muito por conta de sua localização central próxima a símbolos públicos expressivos, a conservação e limpeza é

boa. Tendo em vista toda a configuração interna, as demandas do entorno e as recorrentes atividades desenvolvidas na praça, podemos entendê-la como uma Área Verde Urbana por apresentar efetivamente o cumprimento de todas as funções esperadas de tal forma.

Como indicado por Guerra; Libera (2014), juntamente com a anterior, a Praça Getúlio Vargas (Figura 58) foi uma das primeiras a serem estabelecidas na cidade. Ocupando o centro da cidade entre a rua Vinte e Seis, rua Vinte e Quatro, avenida Dezesete e avenida Dezenove, tem forma quadrangular e área de 14385,00 mts². Na praça ocorre intenso fluxo diário de pessoas que se deslocam a trabalho ou em busca dos serviços e comércios estabelecidos no núcleo central.

Figura 58 - Área Verde Urbana: Praça Getúlio Vargas



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Diferentemente da anterior, o que predomina aqui é a vegetação e o quadro paisagístico, que pode ser melhor evidenciado após requalificação iniciada em 2007 e finalizada em 2012 (5 anos), que custou em torno de R\$ 457000,00 de acordo com o que foi apurado por noticiário local da Rede Globo (G1), que também evidenciou que mesmo após ser entregue, novas intervenções ainda seriam necessárias, como a substituição de árvores

condenadas e melhor da iluminação. A requalificação melhor ordenou o traçado da pavimentação que é feita conjuntamente em pequenos bloquetes, petit pavê e concreto, dando-lhe também elementos de universalidade por meio da fixação de piso tátil e rampas internas de acessibilidade, onde são necessárias escadas para a mudança de nível, ambos possuindo corrimão.

A iluminação da Praça Getúlio Vargas (Figura 57) que após a requalificação carecia de ser melhorada, ao que parece foi efetivada, tendo em vista o alto número de iluminação média encontrada bem distribuída ao longo de toda a área, no entanto, em visitas noturnas observamos que algumas não funcionam devido a problemas técnicos. A iluminação alta se encarrega de cobrir o interior totalmente impermeável, enquanto a iluminação média se dispõe sob e entre as árvores garantindo melhor eficácia.

Os bancos se distribuem pelo interior de forma quase contínua, enquanto em outros lugares ocupam porções que proporcionam o encontro de grupos, devido a forma circular em que estão dispostos, e ainda pontualmente estabelecidos nos caminhos. A pavimentação da margem, pensada também para a realização de caminhadas permite a prática sem maiores dificuldades. Lixeiras também foram encontradas no interior, estas com separação de resíduos, e externas (simples).

Com área permeável em aproximadamente 55%, a c.v. se divide em c.v. rasteira feita por gramíneas e outras espécies ornamentais que cobre o solo contribuindo à estética, c.v. arbustiva, aqui devido ao projeto sendo melhor evidenciado do que qualquer outra praça visitada, contribuindo significativamente também para a função estética, formando espécies de jardins em cada canteiro, por vezes colorindo o ambiente, e c.v. arbórea feita por espécies de porte médio e de grande porte, estas proporcionando o sombreamento necessário para suportar altas temperaturas encontradas na cidade, fornecendo benefícios bioclimáticos, como evidenciado em Pereira e Pereira (2018), ao indicar que a vegetação ocupa espaço muito relevante quando visto que a temperatura média no centro da praça é menos e em pontos a 150mts e 300mts aumentam significativamente, observando que mesmo com permeabilidade inferior a 70% como preconizado por alguns autores. Outro aspecto relevante da vegetação no local é servir de base (a c.v. arbórea) para a ocorrência de macacos prego que tem apoio para alimentação de estrutura estabelecida para a alimentação em que indivíduos deixam frutas e água.

Ao longo do ano, como na Praça Cônego Ângelo, ocorrem diversas atividades culturais no local, como exemplo o “Arte na Praça” promovido pela UFU, em agosto de 2018. Durante as visitas foi possível também observar pessoas utilizando a praça para exercícios de

“treino funcional” e também para a caminhada, sobretudo em períodos da manhã e final da tarde. Outro uso recorrente é de jovens que ali se estabelecem em períodos noturnos para conversas e por vezes com instrumentos musicais visando o lazer cultural. Encontramos múltiplos usos sociais e ainda as funções ambientais e estéticas bem desempenhadas, deixando ainda a possibilidade de educação ambiental por conta da infraestrutura local, neste sentido, consideramos se tratar de uma Área Verde Urbana.

Ainda no centro da cidade, entre avenida Vinte e Cinco, rua Trinta e avenida Vinte e Sete, a Praça de 13 de Maio (Figura 59) tem forma quadrangular fazendo divisa em um de seus limites com o calçadão da Igreja São Benedito. Possui 11322,00 mts² com permeabilidade de aproximadamente 55% da área distribuídos a partir da pavimentação em dois eixos transversais. A pavimentação em Petit Pavê se encontra em bom estado de conservação tanto no interior, quanto no exterior da praça, ressalvando o semicírculo ao redor da fonte que necessita de manutenção em alguns pontos. Ainda, a praça encontra-se desprovida de rampas de acessibilidade e a fonte desprovida de instrumentos de segurança que protejam o acesso.

Figura 59 - Área Verde Urbana: Praça 13 de Maio



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

A vegetação mormente se apresenta em boas condições, com c.v. rasteira presente em praticamente toda a extensão, c.v. arbustiva mais concentrada nas proximidades da fonte, e c.v. arbórea bem desenvolvida, principalmente na porção oeste da praça. Como foi indicado, a praça possui fonte, que pelas condições apresentadas está desativada, acumulando água da chuva, que em períodos mais chuvosos pode durar por tempo suficiente para se tornar um vetor de mosquitos. A iluminação consegue desempenhar sua função satisfatoriamente, porém, na porção com maior arborização carece de iluminação média. Os bancos se situam em maiores extensões no interior da praça e em torno da fonte, ocorrendo pontualmente nas margens.

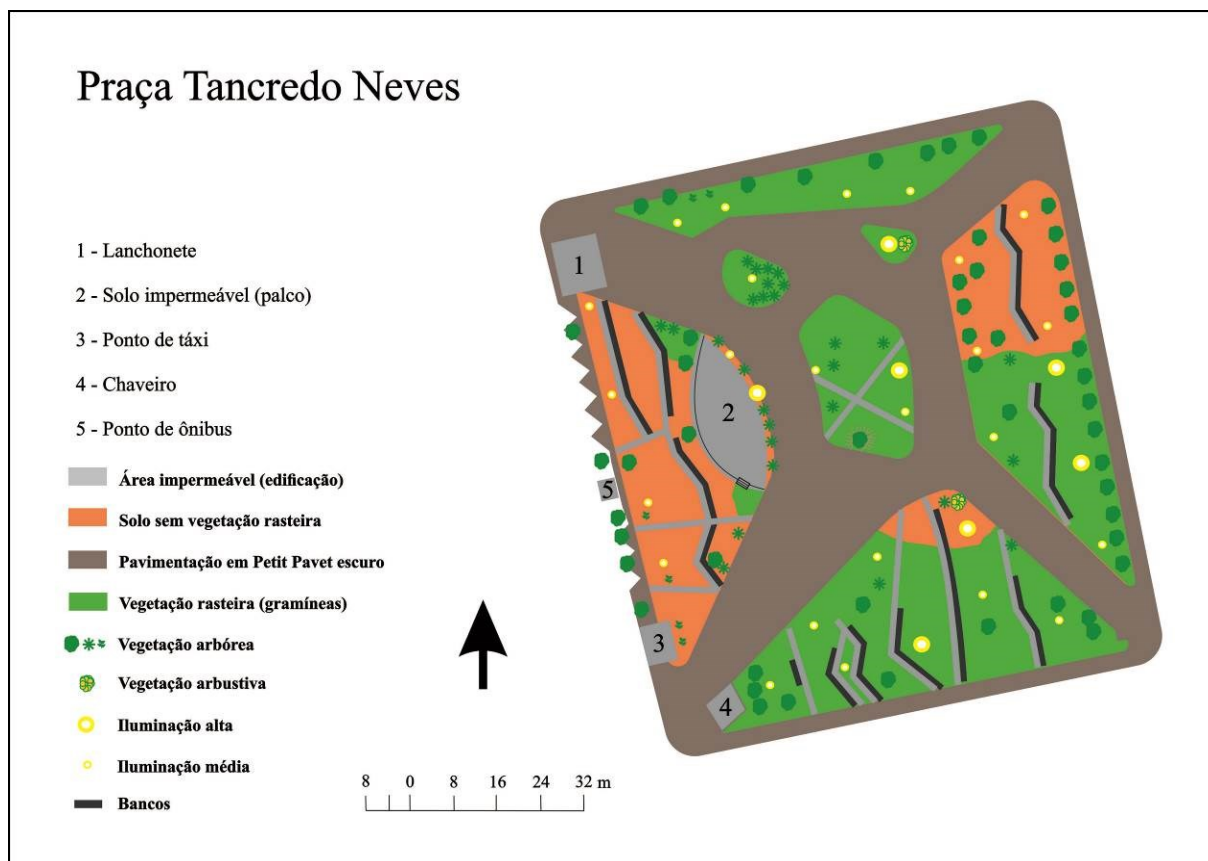
Nesta praça ocorre anualmente a apresentação de Ternos de Congada, onde a Irmandade de São Benedito realiza a manifestação cultural e religiosa. “De acordo com os relatos de lideranças negras da cidade, a festa, no contexto urbano, é oficialmente realizada desde o ano de 1951” (RAFAEL, 2018, p 54). Este vínculo com a Igreja de São Benedito e a Praça 13 de Maio ganha maior simbolismo pelo memorial ali presente. O Memorial da Coragem, que na forma da estátua de Zumbi dos Palmares denota toda a relação da tradição das práticas no local.

Partindo para a Praça Tancredo Neves, está localizada no bairro Progresso, entre a avenida Cinco, avenida Sete, rua Trinta e Seis e rua Trinta e Oito, tem forma quadrangular que ocupa 8614,15 mts² com aproximadamente 60,0% de área permeável. No local foram encontrados diversos problemas, sobretudo ligados ao piso. A pavimentação necessita de manutenção em vários pontos, em que o petit pavê está solto, existem buracos ou ainda que a vegetação cobriu a calçada externa à sudeste da área, bem como não existe no local ponto de acessibilidade interna ou externa.

Podemos tratar a vegetação em dois momentos distintos, em um primeiro, a vegetação necessitava urgentemente de poda, tendo em vista que ali se encontram antigas árvores de porte muito alto, o local durante a noite se tornava muito escuro e durante o dia uma aparência de abandono tomava conta do lugar. Em um segundo momento, em uma das visitas de campo, quando já havia sido realizado a poda, o local se transformou, mas ainda carecendo de outras intervenções. Devido ao alto sombreamento, em algumas áreas não existe c.v. rasteira ou arbustiva, o solo ficando exposto. Em outros pontos onde existe grama, ela se apresenta necessitando de maiores cuidados e foram encontrados diversos resíduos sólidos, o que pode ser combatido com uma melhor manutenção e também pela implantação de lixeiras e coletores distribuídos em toda a praça. A composição paisagística fica então muito

comprometida e um aspecto de descuido faz com a função estética ocorra em baixo nível, mesmo que a função ecológica seja realizada na Praça Tancredo Neves (Figura 60).

Figura 60 - Área Verde Urbana: Praça Tancredo Neves



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Sobre o mobiliário, a iluminação mesmo bem distribuída por postes altos e médios não ocorre de maneira satisfatória em toda a extensão, podendo ser identificados alguns pontos que acabam por aparentar insegurança, inclusive devido à presença das árvores, necessitando de maior atenção. Os bancos são encontrados em toda a praça, no entanto, em diversos pontos se apresentam deteriorados. Em meio ao sombreamento das árvores existe ainda uma área impermeável, uma espécie de palco que pode servir a atividades culturais e recreativas. No local, ainda estão presentes alguns serviços públicos e privados, como um chaveiro, ponto de taxi, lanchonete de funcionamento noturno e um ponto de ônibus com abrigo que se localiza sob as árvores

A falta de manutenção constante, ou mesmo uma requalificação que seja voltada para o uso público, considerando as funções das AVU faz com que a praça em questão não desenvolva todo seu potencial para o uso do entorno que é essencialmente residencial,

inclusive o de servir para a educação ambiental, tendo em vista que a Escola Estadual Governador Clóvis Salgado se localiza ao lado.

Do outro lado da cidade, no bairro Junqueira (que dá nome à praça), está localizada a AVU Praça Alcides Junqueira (Figura 61). Se limita entre as avenidas Tobias da Costa Junqueira, Dom Alexandre a rua que leva seu nome e ainda duas ruas que vão de encontro com a praça, a rua José Carlos de Assis e Avenida Alcides Junqueira, dando-lhe forma não poligonal, como área de 7473,82 mts² com entorno residencial e alguns comércios (bares, supermercado e loja de materiais de construção) que margeiam a praça.

Figura 61 - Área Verde Urbana: Praça Alcides Junqueira



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Sob o ponto da pavimentação, é construída em bloquete e se apresenta em condições médias com alguns pontos carecendo de manutenção. Quanto ao mobiliário, a iluminação média se dispõe sobre as áreas com maior número de árvores, proporcionando iluminação boa, enquanto a iluminação alta é suficientemente boa se considerados os refletores das quadras, estas em número alto se compararmos com as demais áreas visitadas. No total existem ali duas quadras de peteca, uma quadra poliesportiva e um campo de futebol, o que

juntamente com a academia ao ar livre nos permitem entender uma forte tendência à função recreativa no local. As quadras de peteca com construção datando de 2015 não mostra sinais de deterioração, enquanto a quadra poliesportiva apresenta piso em bom estado, mas a tela de segurança está parcialmente destruída, enquanto a tela de segurança do campo também se apresenta em bom estado de conservação, assim como o gramado.

Ainda sobre o mobiliário da Praça Alcides Junqueira, os bancos em alvenaria se concentram nas proximidades das quadras e pontualmente nas margens nordeste e leste. A presença de mesas (em alvenaria) proporcionam condições de utilização recreativa e estão situadas em área que ocorre sombreamento parte do dia, o que favorece o uso. A academia ao ar livre, estabelecida recentemente, como foi observado em campo possui uso constante por parte de idosos do entorno. O parque infantil não oferece muitas opções (pouco diverso), mas se encontra em área bem iluminada e parcialmente coberto por sombra da c.v. arbórea.

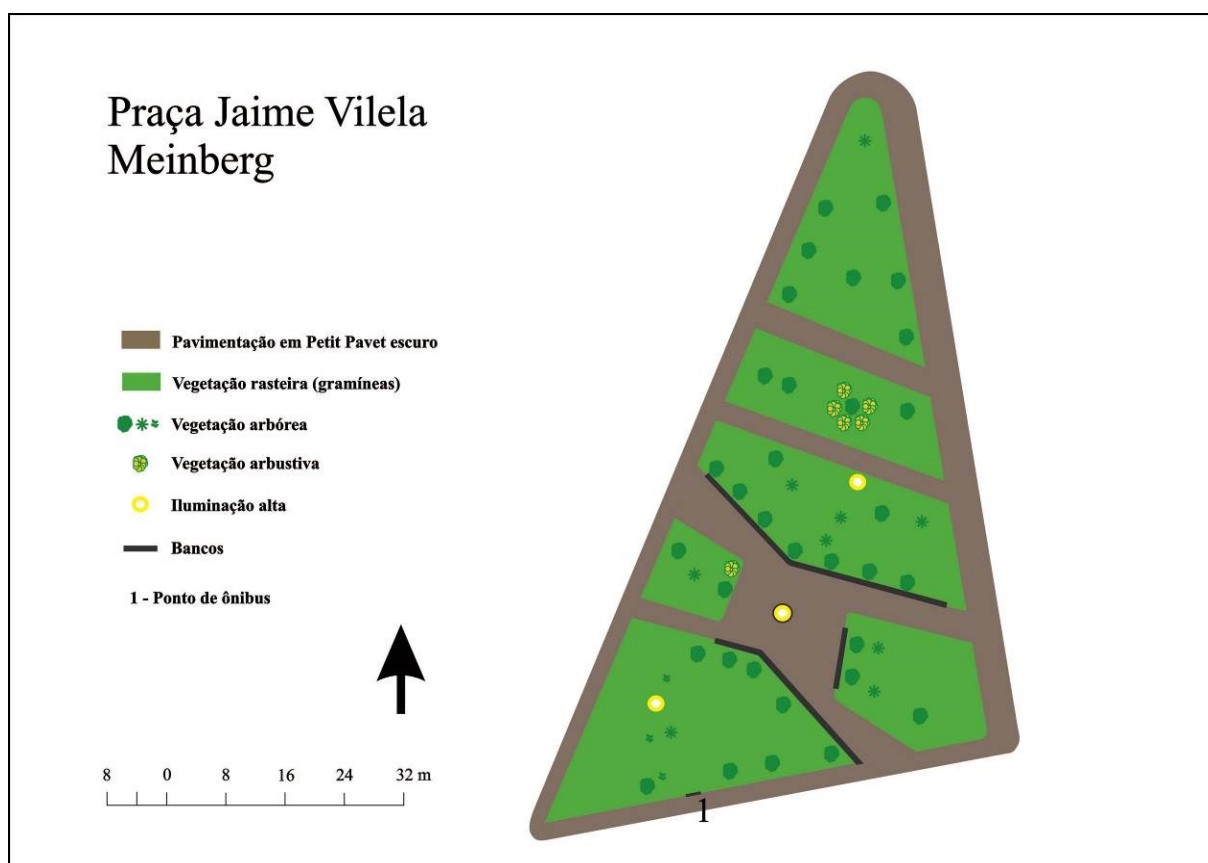
Ainda sobre o mobiliário, existem lixeiras dispostas em dois pontos, e sinais de ocorrência em outros, mas estas vandalizadas e sem possibilidade de usos. De forma semelhante, o coreto localizado ao centro, se encontra com pequenos sinais de vandalismo e necessitando de manutenção na estrutura, pois o telhado se mostra comprometido, apresentando falhas. Sob o coreto estão localizados o que parecem ser sanitários (devido às características observadas a porta fechada), mas que não permitem condições de usos tendo em vista estarem trancados a cadeado.

A vegetação encontrada é composta majoritariamente por gramíneas em boas condições, sendo pouco rarefeitas nas proximidades do parque infantil, onde ocorre maior sombreamento, enquanto a presença de c.v. arbustiva é pouco expressiva. A c.v. arbórea é boa, mas ocorrem pontos em que poderia ser adensada como na porção noroeste e sudeste, tendo em vista ganhos paisagísticos e ecológicos. Como praça de bairro o fluxo de pessoas é menor do que nas encontradas nas praças localizadas no centro da cidade, o que faz com o número de atividades culturais aconteça com menor sazonalidade, tendo uma menor apropriação social, no entanto, ainda ocorre, sobretudo pelos elementos recreativos, e neste sentido observando o elementos, usos encontrados e composição vegetal, consideramos esta praça como AVU.

Localizada no bairro universitário, a Praça Jaime Vilela Meinberg (Figura 62) se assemelha à a Praça Pedro de Freitas Barros em configuração e à Praça Tancredo Neves em situação, pela necessidade de intervenção para que possa desempenhar efetivamente suas funções, principalmente a de educação ambiental tendo em vista estar situada ao lado da Escola Estadual Governador Israel Pinheiro. A área se limita pela avenida Geraldo Alves

Tavares, avenida Francisco Salviano Pinto e rua Cincinato Lourenço Freite, e além da escola em seu entorno, existe também uma creche infantil, e por outro lado o cemitério São José, o que faz seu entorno se apresentar como misto a partir também da presença de residências. Possui área de 2731,46 mts², forma triangular e permeabilidade do solo sendo superior a 66%, o que proporciona maiores condições de realização da função ecológica.

Figura 62 - Área Verde Urbana: Praça Jaime Vilela Meinberg



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Devido a extensão permeável, a c.v. vegetação rasteira se manifesta como boa e ocupa grande área no local que é cruzado por calçamento que também se apresenta em condições médias no interior e nas margens, ocorrendo pontos que carecem de manutenção, faltando como nos outros casos, alguns instrumentos de acessibilidade no nível da rua e também internamente, principalmente porque no local se encontram alguns degraus que dificultam a circulação de pessoas. Ainda sobre a vegetação, c.v. arbustiva está presente em apenas um ponto e compõe pouca relevância na paisagem. Para a c.v. arbórea, sua composição é dividida entre palmeiras e árvores de pequeno porte, enquanto mais ao sul da área estão situadas

árvores de médio porte, fazendo com que a densidade seja considerada com boa, com ressalvas de ocorrer pouco sombreamento devido ao porte arbustivo no centro da praça, onde estão localizados parte do mobiliário. Os bancos ocupam a porção central, constituindo-se em condições médias por estarem confinados apenas ali e apresentarem sinais de deterioração. A iluminação é boa, até mesmo devido ao tamanho da área e a colaboração das luzes do arruamento. Não foram encontradas lixeiras ou coletores. Por fim, foi possível observar durante a visita que um bloco de concreto no chão, é um ponto de ônibus que não apresenta marcação alguma, nem abrigo para a espera do transporte.

No bairro Ipiranga (ao lado do bairro da Praça Jaime Vilela Meinberg) está situada a Praça Hilarião Rodrigues Chaves (Figura 63), delimitada entre a rua Pedro Barbosa Dias, rua Antônio de Souza, travessa da Praça e avenida Deputado Daniel de Freitas Barros, neste sentido sua forma é limitada por quatro lados, estando localizada à nordeste a Escola Estadual Rotary. Ressalvando calçada, quadra de esportes e uma área destinada a uma lanchonete, o restante é de solo permeável que corresponde a aproximadamente 65% de uma área total de 4176,00 mts², sendo ocupado principalmente pelo campo de futebol ali estabelecido.

Figura 63 - Área Verde Urbana: Praça Hilarião Rodrigues Chaves



Fonte: atividades de campo; Organização: PEREIRA, L. A. (2018)

A c.v. rasteira ocupada pelas gramíneas do campo de futebol apresenta falhas e também necessita de poda, enquanto a c.v. arbustiva é pouco expressiva não representando ganhos qualitativos à paisagem. Para c.v. arbórea, encontramos as espécies nos locais que margeiam o lote, sendo constituída por espécies adultas que proporcionam bom sombreamento, o que faz também que não exista vegetação rasteira onde assim se configura e alguns depósitos de resíduos sólidos foram encontrados neste local. Os bancos estão situados próximos as árvores, mas manifestam sinais de deterioração avançada e danos que comprometem o uso. O mesmo ocorre com o campo de futebol, que além de carecer de manutenção no gramado, apresenta “tela” de proteção (onde ainda existe) que oferece riscos devido ao estado de conservação.

A quadra de esportes também apresenta alguns sinais de deterioração, e somente ali ocorre iluminação interna, realizada por um poste de medida alta, o que é insatisfatório tendo em vista a área total e a iluminação externa ser realizada pelos postes do arruamento, onde os locais de alto sombreamento das árvores se tornam muitos escuros durante a noite, inibindo os usos em alguns setores da praça.

Ressaltamos que mesmo não estando com condições adequadas, foram encontrados usos tanto no campo por crianças “soltando pipa”, como na quadra de esportes pela prática do futebol, sobretudo durante o período noturno, momento em que também ocorre a presença de pessoas na lanchonete. Neste local está localizado um “parquinho” com pavimentação para circulação em concreto e sem maiores detalhes que denotem a implantação por parte da prefeitura municipal, como a quantidade e tipo do mobiliário utilizado, o que nos indica atribuir a construção pelo proprietário da lanchonete.

Indo à Praça Antônio Cadilho, encontramos uma área de 4984,69mts² em forma pentagonal, situado entre a rua Abigail A. Carvalho, rua Antônio Cadilho e rua Tiradentes, constituindo porção residencial nos limites da cidade de Ituiutaba. A permeabilidade do solo se aproxima de 63% o que faz com que a c.v. rasteira predomine em toda a área, se apresentando em bom estado. Não existe no local c.v. arbustiva e a c.v. arbórea se distribui com certo equilíbrio pela praça levando em consideração a quantidade de mudas encontradas no local, e neste sentido, apresentará média densidade arbórea caso se consolidem. Ainda, mesmo com baixa densidade no momento, muito por conta da conservação e limpeza no local, a paisagem se apresenta qualitativamente boa esteticamente e colaborando também para a função ambiental/ecológica da AVU em questão.

A pavimentação em bloquete na Praça Antônio Cadilho (Figura 64) se mostra em boas condições, tendo calçamento que margeia toda a praça e caminhos que levam ao interior onde existe uma maior área impermeabilizada. Neste local, durante a noite, se estabelece uma “barraquinha de crepe” que se aproveita da boa iluminação e do local dotado das condições favoráveis, como do fluxo de pessoas que utilizam a quadra esportiva, a academia ao ar livre e de outras atividades que acontecem esporadicamente como da “dança Zumba” e de rodas de capoeira.

Figura 64 - Área Verde Urbana: Praça Antônio Cadilho



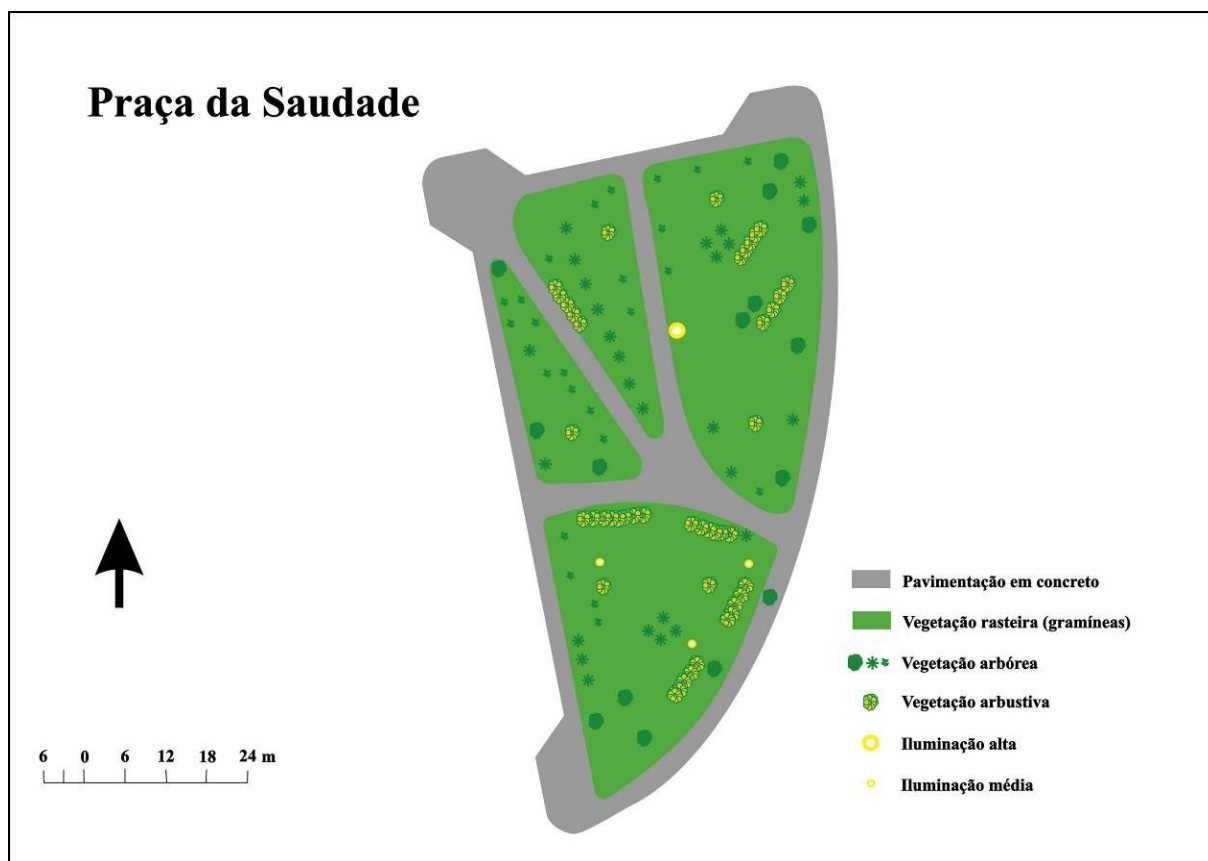
Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Ainda sobre o mobiliário, no local também foi encontrado um “parquinho” infantil (improvisado) com balanço e escorregador. Os bancos ocorrem em extensões e de alvenaria com maior presença no interior, ao redor da grande área impermeável, sendo uma destas extensões indo até o limite noroeste. Pelo uso e as características apresentadas, consideramos esta praça como uma AVU.

Em outro local, a Praça da Saudade (Figura 65) situada em frente ao cemitério São José, tem forma que tende a ser triangular sendo limitada pelas rua Quarenta, avenida cinco e

rua Praça da Saudade. A área total é de 3178,00 mts² com aproximadamente 85% de permeabilidade do solo. A vegetação no geral se apresenta em boas condições e seu conjunto remonta a uma praça ajardinada, que apresentam também número significativo de árvores, perfazendo funções estéticas e ecológicas.

Figura 65 - Área Verde Urbana: Praça da Saudade

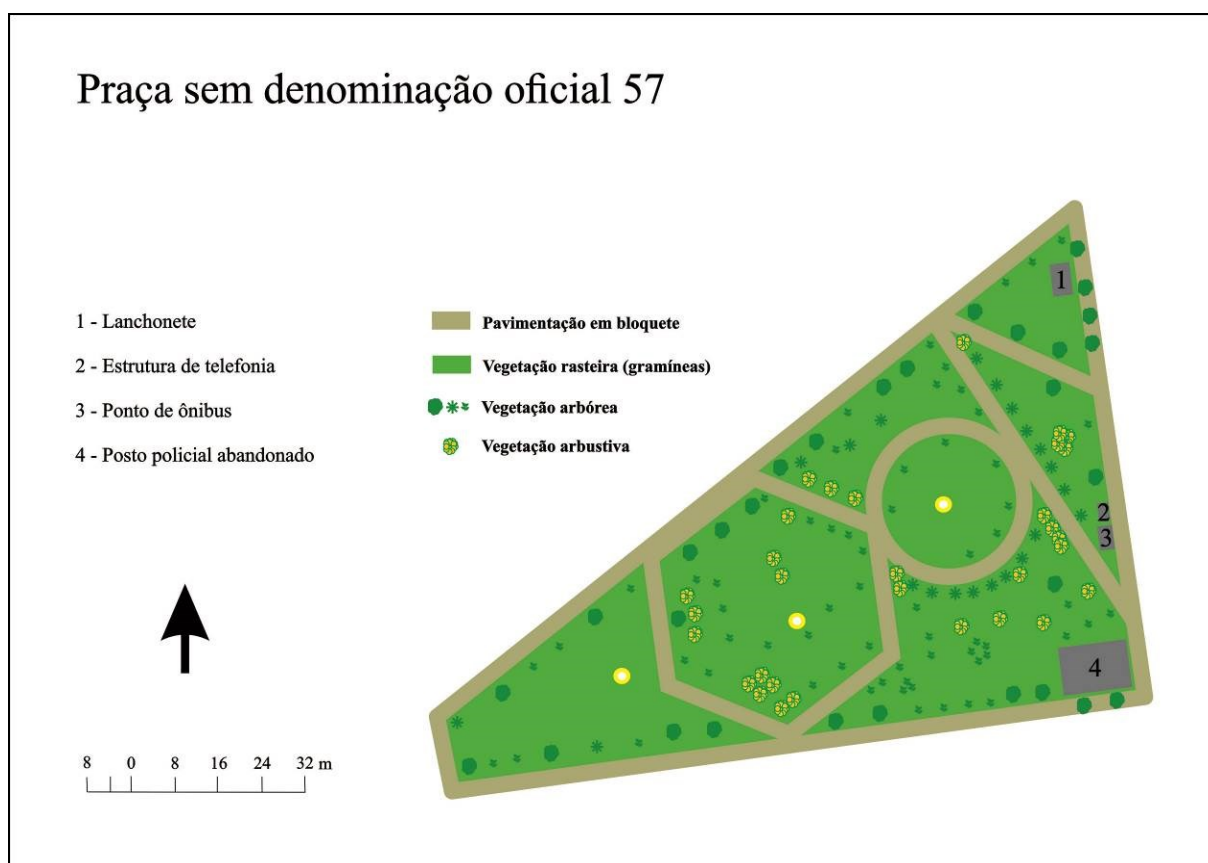


Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

As vias de circulação interna e externa possuem pavimentação (em concreto) boa e confluem para a entrada do cemitério (de leste para oeste). A iluminação constituída por postes médios nos locais onde existem árvores de maior porte e iluminação alta onde predomina palmeiras e arbustos permitem considerar como em boas condições a iluminação. Estes aspectos e a presença de zelador fazem com que a conservação e o paisagismos sejam pontos fortes desta praça. De outro modo, a falta de instrumentos de acessibilidade, lixeiras, coletores e bancos perfazem características negativas, sobretudo, levando em consideração que em datas específicas o lugar recebe grande número de pessoas que por ali circulam, e mesmo em dias comuns, não raro podemos observar usos na área, como por idosos fazendo caminhada no entorno.

A praça sem denominação oficial 57 (Figura 66), localizada próximo aos limites da cidade, inserida no bairro Novo Tempo II, possuindo entorno residencial e um pequeno vazio composto pelo canteiro da Avenida Minas Gerais. Tem forma trapezoidal e 7711,22 mts² de área total, sendo sua área de solo permeável superior a 66%. Ela está limitada pela rua Flávio Oliveira Vilela; rua Áurea Muniz de Oliveira e avenida Minas Gerais.

Figura 66 - Área Verde Urbana: Praça sem denominação oficial (57)



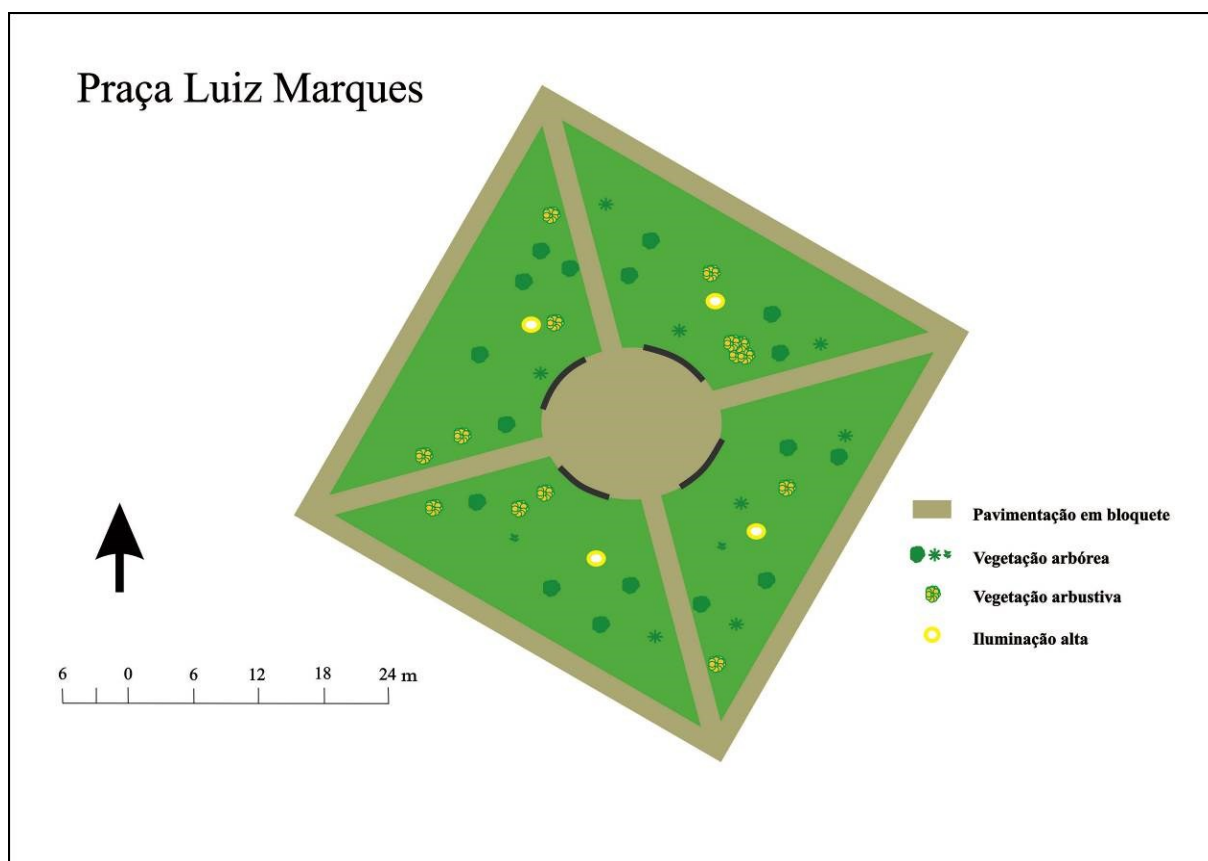
Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

A principal c.v. é proveniente de gramíneas que se estendem pela área, com pontos onde ocorrem falhas, sobretudo onde não existem obstáculos, e neste sentido, podemos a partir destas características de “terra batida”, atribuir que ocorre o uso nestes locais, principalmente pelo que parece ser a prática do futebol. A c.v. arbustiva também se espalha dando características de praças ajardinadas, contribuindo para a função estética. De origem recente, a c.v. arbórea ainda é incipiente na praça, se manifestando em árvores jovens e palmeiras, e deste modo, ainda apresenta uma densidade pouco expressiva para a formação de amenidades. Cruzando toda a área, a pavimentação mesmo também sendo de origem recente já demonstra sinais de danos. Quanto ao mobiliário, a iluminação é feita por três postes de

altura alta, sendo necessária a contribuição da luz voltada para o arruamento. Os resíduos sólidos encontrados na grama denotam uso, mas também indicam a necessidade de fixar lixeiras e coletores na área, algo que não foi encontrado. Também não foram encontrados instrumentos de acessibilidade no nível da rua. Nos chamou grande atenção foi a inexistência de bancos ao longo de toda a área em questão. Isso pode denotar o interesse do poder público na não permanência de indivíduos no local. Alguns serviços públicos e privados também foram encontrados, como um ponto de ônibus com abrigo, mas carecendo de limpeza e manutenção, telefone público funcional e um antigo ponto de apoio da Polícia Militar que está abandonado, apenas sendo possível encontrar sua antiga função devido a vestígios na pintura da pequena construção de alvenaria com garagem e um cômodo. Sobre a apropriação privada, uma lanchonete se faz presente e tem seu funcionamento no período noturno.

Na última das AVU, com entorno residencial a Praça Luiz Marques (Figura 67) se localiza no bairro Novo Horizonte, no cruzamento da avenida Vinte e três e avenida Boa Vista, fazendo com que sua forma seja quadrangular, com pavimentação nas margens e no sentido para o interior e com área total de 2058,40 mts².

Figura 67 - Área Verde Urbana: Praça Luiz Marques



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

A permeabilidade se aproxima de 50%, e o desenho da praça proporciona a presença de vegetação bem distribuída. O mobiliário é constituído por bancos com condições médias e boa iluminação, até mesmo pelo tamanho da praça. Não foram encontrados instrumentos de acessibilidade e a pavimentação estando precária em alguns pontos comprometem a circulação de pessoas. O conjunto formado pelo tamanho, o desenho e c.v. denotam uma praça ajardinada, mas com possibilidades de apropriação para o convívio, como foi visualizado em campo. A c.v. rasteira carece de melhor cuidado, pois apresenta muitos formigueiros e falhas, bem como a c.v. arbustiva que mesmo bem distribuída, tem condições ruins. Enquanto a c.v. arbórea é constituída por árvores jovens que ainda não proporcionam um sombreamento adequado. Neste sentido entendemos que tanto o paisagismo, conservação e limpeza precisam ser melhoradas para que a praça possa desempenhar todo seu potencial de Área Verde Urbana como pode ser capaz.

Como foi possível ser observado ao longo da exposição das AVU localizadas em Ituiutaba, notamos que estas demonstram características diferentes sobretudo por suas localizações, estando intimamente ligada à formação do bairro. Neste sentido, cada função é realizada com maior ou menor efetividade. Para tanto, vemos que as AVU melhor consolidadas se localizam na parte central da cidade. Sobre estas, destacamos a grande importância daquelas localizadas muito próximas às escolas, podendo servir ao ensino, sendo assim possível a realização da função voltada para educação.

2.1.3. *O Parque Municipal do Goiabal*

O Parque Municipal do Goiabal foi criado pela Lei nº 1826 de 24 de agosto de 1977, no entanto, apenas em 1º de maio de 1986 recebe o nome de Parque Petrônio Rodrigues Chaves e ocorre sua fundação. Está localizado no bairro Tupã, nas proximidades da UFU, onde nos últimos anos se configurou uma área de expansão urbana. Ainda segundo a lei, o parque se classifica como Unidade de Conservação de Uso Sustentável, com o objetivo de preservar o ecossistema natural, possibilitar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação e de turismo ecológico, do tipo Parque (PREFEITURA MUNICIPAL, 2017). Sobre as unidades de conservação,

Essas áreas de proteção tiveram como marco a criação do Código Florestal em 1934. Nos dias atuais, o instrumento político que estabelece os critérios e as normas para criação, implantação e gestão dessas UCs é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação

(SNUC) criado pela lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Estas unidades de Conservação são divididas em duas vertentes: as UCs de Proteção Integral que tem como função o seu uso indireto (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vidas Silvestres); e as UCs de Uso Sustentável que tem como função o seu uso direto (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural) (COSTA, 2010, p. 70).

Neste sentido, devido à sua classificação enquanto Parque com possibilidades de uso, durante a década de 1990 recebia visitantes, sobretudo aos finais de semana para utilização da estrutura proporcionada como quadra esportiva, contemplação da natureza e observação dos animais que ali se estavam em uma espécie de zoológico. Assim, ocorreu enquanto pouco ou nada foi feito no que tange a gestão ou plano de manejo do parque, até durante os anos 2000 alternaram momentos de abertura e fechamento ao público e a partir da década de 2010 os períodos em que estava fechado predominam. Assim, o Parque Municipal do Goiabal (Figura 68), criado a partir de uma lógica diferente, atualmente fechado, recebia no passado a visita da população Ituiutaba, mas ao longo do tempo foi perdendo sua capacidade, inclusive devido a degradação por falta de manutenção.

Figura 68 - Parque Municipal do Goiabal



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

A vegetação no parque, segundo Costa (2010, p. 75), se apresenta nos estratos arbóreos, arbustivo, subarbustivo e em menor proporção os herbáceos. Sob a vegetação, ocorre um intenso processo erosivo. Podemos atribuí-lo, sobretudo o de voçorocamento dentro do Parque ao escoamento superficial advindo do lado de fora do parque que foi canalizado na porção superior da vertente como é indicado por Costa (2010, p. 79) ao entender que as “erosões tiveram sua origem nas canalizações realizadas pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba para lançamento de águas pluviais no interior do Parque”.

Ao chegar nos limites do parque (início do sistema de voçorocamento) a água que chega pela enxurrada dos bairros que antecedem o parque toma o caminho com declividade favorável e dá início à escavação entalhando a rota por meio de zonas de fragilidade do solo, aprofundando e alargando, passando de ravinas à voçorocas por meio do solapamento dos canais formados. Deste modo, a água vai desgastando a base do talude fazendo com que movimentos de massa ocorram, assim aumentando a distância entre as bordas. Este processo, como foi elucidado por (BRAGHIROLI, 2017) possui grande extensão, comprometendo parte da área total de 37,59 ha do Parque, fazendo com a utilização passe a se tornar insegura nestes

locais, comprometendo a visitação. Depois de desencadeado o processo de voçorocamento, torna-se trabalhoso e oneroso sua correção. Devido a isso a prevenção seria o melhor procedimento. No entanto existem práticas que se feitas de forma correta produzem excelentes resultados, dentre estas e específica ao caso de uma área que já possui vegetação, as práticas mecânicas se aplicam ao caso.

Outro aspecto que se torna um empecilho na gestão do parque seria a necessidade de um plano de manejo, mas que este contemple a criação de uma zona de amortecimento, esta considerado a partir da Lei Nº 9985, de 18 de julho de 2000, no Art. 2ª que trata do entendimento dos termos como “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”. O que orientará os usos no entorno, evitando degradação ao parque, tendo em vista que

Sua função principal seria de preservação e visitação com objetivos educacionais ou turísticos, sendo um ambiente saudável para a população local, porém esse convívio com o urbano acarreta vários problemas de ordem ambiental, desde lixo depositados em suas bordas até desvios de águas pluviais Costa (2010, p. 78).

Neste sentido, entendemos o Parque Municipal do Goiabal, como uma Área Verde Urbana possível (atualmente de uso inviabilizado) tendo em vista seu potencial, mas que no momento realiza apenas sua função de unidade de conservação natural. Neste caso, podemos entender esta dinâmica também como representação da contradição entre a natureza e o urbano, onde o parque é afetado negativamente pela cidade, que por sua vez carece cada vez mais de espaços voltados à sociabilidade e/ou dotados de vegetação por conta de questões ecológicas, como foi citado anteriormente.

Tornando-se um impasse na cidade de Ituiutaba, o Parque Municipal do Goiabal nos últimos anos se tornou pauta recorrente das reuniões na câmara municipal, sempre ocorrendo em propostas de requalificação e reforma. Em outro momento, na revisão do Plano Diretor publicada no Diário Oficial (Ano 2, número 092) a Lei Complementar Nº 153, de 13 de julho de 2018, onde são propostos nos

Art. 25 - XV. Promover a requalificação do Parque do Goiabal;

Art. 26 - II. Incentivar a implantação de projeto (*sic*) de requalificação e plano de manejo do Parque do Goiabal, a fim de priorizar o meio ambiente natural e contemplar, de forma equilibrada, usos diversos como lazer, esporte, cultura, educação e turismo;

Art. 26 - XIV. Garantir a zona de amortecimento dos parques urbanos, especialmente do Parque do Goiabal;

Art. 111 - XVII. Plano de Requalificação e Manejo do Parque do Goiabal;

Observamos então a preocupação do poder público municipal em adequar o Parque Municipal do Goiabal para o uso da população em geral, porém, tendo em vista a complexidade das intervenções a serem realizadas e sabendo que cada vez mais o perímetro urbano se expande na medida em que novos empreendimentos imobiliários se consolidam, criando assim novas demandas, se torna difícil visualizar uma solução ao problema a curto prazo. Outro problema no que tange à categoria parque na cidade, porém, com recente investimento pode ser encontrado no Centro Turístico Camilo Chaves Neto.

2.1.4. *O Centro Turístico Camilo Chaves Neto*

Diferentemente do Parque Municipal do Goiabal, o Centro Turístico Camilo Chaves Neto é uma obra relativamente recente que surge a partir de consórcio com o Ministério do Turismo tendo valor conveniado estipulado em R\$ 3.900.000, apenas para a segunda etapa, com início da vigência em setembro de 2010 e término em junho de 2016. A partir das visitas de campo não foi possível identificar usos relevantes.

Observando toda a área já possível identificar o sucateamento de alguns equipamentos como uma das quadras esportiva que durante períodos chuvosos acumula água da chuva, e as outras duas que se encontram encobertas em parte por capim. Todos os outros elementos das quadras se encontram em estado avançado de deterioração, o que denota abandono tendo em vista que a obra não há muito tempo foi inaugurada.

O projeto inicial do Centro Turístico Camilo Chaves Neto (Figura 69) não foi concluído, um lago estaria presente e por motivos técnicos não pôde ser efetivado a oeste dos equipamentos de ginástica e do “parquinho” infantil, ambos também estão com níveis de conservação ruins, inviabilizando o uso com segurança. A vegetação em se apresenta em grande medida na forma c.v. rasteira, onde o capim abarca quase toda área. Algumas espécies arborescentes situam-se próximos aos quiosques estabelecidos na margem da rua de chegada, no entanto estes estão todos vandalizados. A pavimentação ainda se mostra boa e com acessibilidade (rampas) considerando os níveis de declividade da área. Estas características são traduzidas no contexto de abandono do parque, o que juntamente com a distância das áreas de maior fluxo na cidade faz com que menos ainda o “parque de bairro” atraia a

população do entorno e de locais mais distantes. Desta forma, não cumprindo efetivamente as funções em que foi projetado.

Figura 69 - Centro Turístico Camilo Chaves Neto



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Sua localização cumpre papel importante por estar situado na proximidade de bairros (Novo Tempo II, Novo Tempo I e Natal) com baixa renda média, alta densidade de pessoas e com índices sociais pertinentes de serem abarcados por políticas públicas, no entanto a falta do desenvolvimento de projetos que realizem ações que possam potencializar os usos, bem como a ausência de investimentos como no paisagismo se traduzem em um grande espaço livre sem uso expressivo. Isso pode tornar ainda o lugar inseguro na medida em que não é ocupado, abre lacunas para que usos indevidos se manifestem.

2.1.5. *O canteiro central da avenida Minas Gerais*

Antes de iniciar sobre o canteiro central da Avenida. Minas Gerais, acreditamos ser necessário justificar o motivo de não a elencarmos junto aos espaços livres ou às áreas verdes.

Acreditamos que devido à sua área, como está disposta na malha da cidade, a forma como está estruturada e os usos incipientes, ela é capaz de desempenhar algumas funções de uma AVU, neste sentido, como no Parque municipal do Goiabal a entendemos como uma AVU em potencial, necessitando aqui de intervenções diferentes. Como tratamos do que pode vir a ser, da possibilidade, neste caso a potencialidade pode fazer surgir uma expressiva e importante área na cidade. Em outra medida, tendo em vista o encaminhamento dos interesses capitalistas que visam maior circulação, sobretudo de veículos, no que pode ser descrito a partir da autora Ermínia Maricato, como uma “tradição rodoviarista brasileira”, o canteiro pode ser submetido à redução de área devido ao aumento da área de rolagem da avenida Minas Gerais, tema este que já foi debatido na cidade. Para tanto neste trabalho não a elencaremos junto às AVU, mas entendendo que dependendo das demandas, futuramente pode vir a ser. Devido a estes encaminhamentos, foram encontrados nas atas de reunião da câmara algumas indicações ao prefeito que demonstram interesse em melhorias para a área, sendo

PAUTA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA II SESSÃO DO I PERÍODO LEGISLATIVO EM 16 DE MAIO DE 2018 - CM/214/2018, de autoria do vereador Carlos Maia, solicitando a construção de uma pista de caminhada no meio do canteiro da Avenida Minas Gerais entre a Rua Flávio Oliveira Vilela e Avenida Belarmino Vilela Junqueira, no bairro Novo Tempo 2.

PAUTA DA 01ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA I SESSÃO DO I PERÍODO LEGISLATIVO EM 06 DE FEVEREIRO DE 2017 - CM/01/2017 – de autoria do Vereador Wellington Arantes Muniz Carvalho, requerendo o estudo da possibilidade de transferir a Feira do Bairro Junqueira para o canteiro da Avenida Minas Gerais.

PAUTA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA II SESSÃO DO II PERÍODO LEGISLATIVO EM 11 DE SETEMBRO DE 2018

-CM/428/2018, de autoria do vereador Carlos Maia, solicitando a construção de uma academia ao ar livre, no canteiro da Avenida Minas Gerais entre a Rua Itamar Marques Muniz e Rua João Tomaz do Prado, bairro Novo Tempo 2. (CAMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2017;2018)

Deste modo, o que ocorre hoje no canteiro seriam possibilidades a partir da potencialidade. Efetivamente, o que se destacada é a vegetação, cumprindo funções estéticas e ecológicas. Foram observadas plantas frutíferas, outras com funções estéticas e mudas de diversas espécies. Os arbustos não apresentam presença significativa – excetuando local onde foi ajardinado por um proprietário de comércio próximo –, enquanto as gramíneas predominam em toda a extensão dos canteiros reduzindo sua ocorrência somente quando o porte e a disposição arbórea geram grandes áreas de sombreamento. Aspecto relevante a ser

destacado foi a disposição, tipo e idade de algumas espécies dando a entender que foram plantadas por moradores do entorno, ocorrendo por espontaneidade.

Com ocorrência pequena, mas encontrados em alguns pontos específicos, algumas ervas de uso medicinal, lugares fechados por cercas e bancos improvisados figuravam na paisagem. Isso demonstra o interesse dos residentes nas proximidades em utilizar o espaço em certa medida como extensão de suas casas. Este fato gera ao mesmo tempo benefícios e malefícios. Os benefícios ligados à densificação da arborização desprendida de políticas públicas voltadas para o plantio. Dentre as características negativas estão a desorganização das espécies, algumas muito próximas das outras, comprometendo seu desenvolvimento e plantio de espécies exóticas que podem gerar desequilíbrio. Ainda, as cercas em torno de plantas frutíferas encontradas evidenciam a confusão entre público e privado de alguns moradores, que acabam por cercar a utilização dos demais. Desta composição vegetal heterogênea em espécies, surgem paisagens distintas em relação a partes diferentes do canteiro que tem 4,5 km de comprimento. Tendo isso como exemplo, nota-se que onde ocorre, a objetivação dos plantios segue no caminho da opção de cada um. Ademais, como evidenciado em Pereira (2016), aproximadamente 870 mudas de árvores se apresentam no ano de 2016, o que acrescentará muito em densidade arbórea nos próximos anos, porém, restando ainda vazios ocupados pelo gramado. Sobre a composição vegetal, vimos que ao longo da extensão dos canteiros (Figura 70) que algumas áreas possuem densidade significativa de árvores, no entanto ainda existe a ocorrência de diversos vazios, sendo salutar que estas sejam dotadas de porte de vegetação arbórea, permitindo que o canteiro desempenhe melhor suas funções ecológicas.

Figura 70 - Canteiro central da Avenida Minas Gerais



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento (2016); **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Sobre os aspectos ambientais, como foi evidenciado por Pereira e Pereira (2014) onde resultados que demonstram que as temperaturas do entorno imediato do canteiro central têm médias maiores do que um transepto com área completamente edificada, “deste modo, podemos atribuir outras funções ecológicas como permeabilidade, amenizador de poluição devido à vegetação presente, mas também deficiente na função de propiciar lazer por conta da falta de equipamentos necessários”. O simples fato do solo não ser impermeabilizado não faz com que todas as atenuantes produzidas pelas AVU sejam realizadas. Como explicita Nucci (2008, p. 26), tendo em vista “todas as funções que a vegetação é capaz de realizar na cidade, seria interessante que se incentivassem todas as possibilidades de aumento da cobertura vegetal nas áreas urbanizadas”. Outro aspecto a ser pensado, é que, somente a densa arborização é capaz de promover significativamente a função ecológica do canteiro, pois, em comprimento ele corresponde a grande fração dentro da malha urbana, mas sua largura, proporcionalmente não.

Foi evidenciada então a posição estratégica do canteiro central na malha urbana de Ituiutaba, ele pode vir a fornecer meios de ligação para a melhor constituição de um Sistema de AVU, desde que passe a ser equipada com mobiliário e instrumentos que fomentem o uso público. As áreas de vegetação arbórea já consolidada, que ocorre em alguns trechos, podem ser equipadas com bancos e iluminação para constituir espaço de descanso e integração social, permitindo o uso da vizinhança próxima a partir das atenuantes para o conforto bioclimático proporcionadas pela composição vegetal. O que daria ganho qualitativo de forma significativa, tendo em vista as temperaturas médias de Ituiutaba ao longo das estações quentes do ano.

2.1.6. *O canteiro central da avenida José João Dib*

Cortando boa parte da cidade de Ituiutaba (vai do término do canteiro central da Avenida. Minas Gerais até a avenida Três), situado sobre e no entorno do Córrego São José, o canteiro central da Avenida José João Dib (Figura 71) que é popularmente conhecido como “Avenida Marginal” pode ser descrito a partir de dois recortes que possuem diferenças temporais que dão característica marcante à área. O primeiro de origem mais antiga, foi construído em meados da década de 1990, quando a legislação permitia além de canalizar, cobrir o córrego, neste sentido constitui-se efetivamente como um canteiro, proporcionando maior área de cobertura. O outro recorte, de origem mais recente é representado pelo calçamento do entorno canalizado do córrego, este ficando a céu aberto.

Figura 71 - Canteiro central da Avenida José João Dib



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento (2016); **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Neste último, a área se mostra muito reduzida, respeitando o leito do córrego que está confinado em uma estrutura de 3m de largura por 8m de profundidade. As características dos dois cortes influenciaram significativamente a vegetação, as rupturas pelas vias do arruamento, e sobretudo os usos. Denominaremos os cortes de canteiro (mais antigo) e de pista de caminhada (mais recente).

Canteiro e pista de caminhada (Figura 72) possui características distintas, o canteiro se encontra com c.v. mais desenvolvida e por diversos pontos são evidenciadas espécies arbóreas com maior e menor densidade, além de muitas espécies arborescentes e c.v. arbustiva. A c.v. rasteira cobre toda sua extensão, servindo de campo de futebol para crianças do entorno onde a presença de árvores não são encontradas. Porém, atualmente está sendo impermeabilizado. Em outro ponto, com maior densidade arbórea, o sombreamento permite aos transeuntes momentos de curta permanência visando se beneficiar do conforto bioclimático.

Figura 72 - Canteiro Central da Avenida José João Dib



Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Foram encontradas ainda muitas mudas plantadas por projetos ou pelos moradores do entorno, estas últimas tendem a ser frutíferas. Esteticamente, se destacam os ipês durante a

florada, fazendo com que a paisagem ganhe benefícios estéticos, no entanto ocorrem apenas em alguns pontos específicos. A pavimentação tem boas condições para os usos, sendo a calçada sinuosa fixada em todo o trecho e junto à iluminação que a acompanha permitindo a prática da corrida e caminhada durante dia e noite, como foi observado durante as visitas. Ocorrem também cortes perpendiculares sobre o canteiro que são destinados ao fluxo de pessoas que o cruzam.

O trecho mais recente se mostra efetivamente como pista de caminhada e corrida, e para tanto, recebeu mobiliário específico para outros exercícios físicos. Possui permeabilidade do solo majoritariamente no leito do córrego que é cercado, proporcionando assim maior segurança. A permeabilidade restante se dá em pequenos focos de c.v. rasteira e uma curta margem entre a pista de caminhada e a rua. Ao longo de toda essa margem ocorre a c.v. arbórea em estágio arborescente composta em sua maioria por ipês. O local tem por característica o uso no período da manhã, final de tarde e noite, como usualmente é feita a corrida/caminhada. Por conta disto, a partir do período vespertino se reúnem no local vendedores ambulantes de alimentos que avolumam o fluxo e permanência de indivíduos na proximidade da academia ao ar livre, ponto que ocorre maior concentração.

Como vimos, ambos os cortes, recebem usos semelhantes, porém, devido a não existência de rupturas a maior procura é pela pista de caminhada, enquanto o canteiro adquire maiores benefícios da vegetação, ocorrendo também maior circulação de transeuntes por conta de se localizar entre o Centro e outros bairros, como Progresso e Universitário, enquanto a pista de caminhada margeia Centro, bairro Camargo e Novo Horizonte.

Acreditamos que no geral o canteiro central Avenida José João Dib (pista de caminhada e canteiro) se configura enquanto potencial AVU, podendo se tornar uma espécie de parque linear caso receba infraestrutura necessária, como sinalização para melhorar a segurança dos indivíduos que chegam e saem, banco que não estão presentes atualmente, melhor aproveitamento de aptidões locais como a densidade da arborização, como a prática recreativa e esportiva é muito difundida no lugar se faz imperativo fixar bebedouros pontualmente, edificar sanitários, construir parque infantil e bicicletário são sugestões interessantes que visam adequar a área a uma melhor condição de despenhar as funções de AVU enquanto lugar de múltiplos usos.

2.2. Os vazios, os cheios e a mudanças do interesse público e institucional

Para tanto, considerando os aspectos físicos, forma em que se apresenta dentro da estrutura urbana e realização de funções elencamos todos os espaços visitados na cidade da seguinte forma (Quadro 4):

Quadro 3 - Caracterização dos Espaços Livre e Áreas Verdes Urbanas em Ituiutaba

	ÁREAS VERDES URBANAS	Conego Ângelo, Getúlio Vargas, Joaquim A. Morais, 13 de Maio, Benedito Valadares, Dos Trabalhadores, Mário Natal Guimarães, Tancredo Neves e da Saudade, Da Saudade, Alcides Junqueira, Luiz Marquez, Hilário Rodrigues Chaves, Antônio Cardilho, José Moreira Gonçalves e Caiapônia, Sem denominação oficial 42, Pedro de Freitas Barros, Jaime Vilela Meinberg, Novo Tempo, Maria da Glória Chaves de Macedo, Engenheiro Luiz Antônio Moreira, Senador Nogueira da Gama, Sem denominação oficial 57
ESPAÇOS LIVRES	Espaço Livre de circulação	Adelino De O. Carvalho, José da Silva Ramos, São Judas
	Espaço Institucional	Rui Barbosa, Joaquim A. Morais
	Reserva Institucional	Esporte, Dom Pedro I, Dois Poderes, Nelson dos Reis Domingues Junior, Luiz Alberto, Brasília, Sem denominação oficial 47, Sem denominação oficial 48, Sem denominação oficial 58, Prefeito Acácio Cintra
	Aprop. Privada	Ipiranga, Pedro Martins dos Santos, Professor José Arcênio de Paula
	Vegetação Urbana	Virgílio Luiz Mamede, Alan Kardek, José Venâncio da Silva, Antônio Miguel Zacarias, Sem denominação oficial 35, Sem denominação oficial 43, Valdormiro Teixeira Naves, Sem denominação oficial 41, Sem denominação oficial 42
	Praça Ajardinada	Sem denominação oficial 41
	Espaço Livre Recreativo	João Ciquini, Ameno Vilela Carvalho, Joao Avi, Professor Laurindo, Santos Dumont, Dr. David Ribeiro Gouveia
	Parque não consolidado	Centro Turístico Camilo Chaves Neto
	UC	Parque Municipal do Goiabal
	AVU em Potencial	Canteiro central da Avenida José João Dib e Canteiro central da Avenida Minas Gerais

Fonte: atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Foram encontradas dez formas espaciais diferenciadas, a partir do conteúdo, os espaços livres de circulação são representados pelas áreas com solo impermeabilizado que tem como principal função a circulação de pessoas e áreas reservadas para atividades diversas como comércio por meio de quiosques e lanchonetes. O espaço institucional é traduzido por áreas públicas edificadas e/ou de uso controlado que desempenhem funções sociais públicas, como o caso do CONVIVER, construído na Praça Rui Barbosa. As reservas institucionais são representadas pelas áreas de lote urbano destinadas à implantação de serviços públicos, podem ser consideradas o papel em branco, que no mapa base estão denominadas como praça, mas que pelas operações urbanas recentes, podemos ter em perspectiva que podem não se destinar a praças, menos ainda a AVU. A apropriação privada foi constatada em áreas com limitadores como muros e possuindo edificação, alterando a dinâmica pública. Como áreas de vegetação urbana são lugares que apresentam c.v. rasteira, arbustiva e/ou arbórea, indo além do que é preconizado por Lima et. al. (1994) indicando que a arborização urbana diz respeito aos elementos vegetais de porte arbóreo dentro da cidade, sendo incluídas as árvores de acompanhamento viário, pois consideramos também outros tipos e portes da vegetação. As praças ajardinadas são áreas que aqui consideramos ter menores extensões e apresentam um conjunto de cobertura vegetal disposta de maneira a fomentar o uso contemplativo, de função essencialmente estética. Os espaços livres recreativos em Ituiutaba são encontrados majoritariamente na forma de grandes gramados para a prática esportiva do futebol, por vezes apresentando também infraestrutura que proporcionem esta prática.

O Centro Turístico Camilo Chaves Neto, devido às características atuais como um espaço livre enquadrado na categoria Parque de Bairro Jantzen (1973 apud CAVALHEIRO e DEL PICHIA, 1992, p.33), no entanto, entendido por nós como parque não consolidado. O Parque Municipal do Goiabal categorizado apenas como unidade de conservação devido a subutilização. Ainda, as áreas verdes em potencial se mostram como grandes áreas vegetadas, representadas aqui pelos canteiros centrais com largura significativa, extensão acima de 2k m, cobertura vegetal expressiva e com pontos em que alguns usos já se fazem presentes, mas com rupturas se consideradas como um todo.

Por fim, as AVU foram encontradas após a verificação em campo dos conceitos relacionados ao desempenho das funções, estas se realizando efetivamente ou como possuindo infraestrutura básica que proporcione as possibilidades de efetivação que as façam ser elencadas se enquadrarem como tal. Destacamos que mesmo entre as AVU, algumas apresentam aptidões locais que fazem com que cada área se diferencie, sobretudo em torno

das funções, como quando possuem quadra ou campo esportivo, pista de caminhada, academia ao ar livre, rampas de skate ou mesmo fazendo com que estas áreas em tendência cumpram melhor a função recreativa, de outro modo, por característica externa, as AVU localizadas próximas às escolas podem funcionar como local de ensino de maneira geral e também mais especificamente para a Educação Ambiental. Enquanto as questões estéticas e ecológicas se manifestam a partir da combinação da cobertura vegetal entre rasteira, arbustiva e arbórea, em uma composição harmoniosa da paisagem. Por fim, para a saúde humana, sendo ela psicológica e motora, todos os elementos anteriores podem ser responsáveis devido à necessidade de equipamentos de atividades físicas e de uma paisagem que proporcione o descanso, uma pausa, mesmo que momentânea no ritmo acelerado da vida moderna.

Neste sentido, como dito anteriormente, entendemos as AVU como híbridas, por apresentarem diferenças (infraestruturas) que se manifestarão nos usos, indicando um certo determinismo e controle, e de outro lado, um entorno que ao se apropriar do lugar movido pelo eixo das possibilidades, podem ou não seguir as determinações, como próprio do espaço público, também um lugar da espontaneidade.

3. O SISTEMA DE ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS E O CONTINGENTE POPULACIONAL: a demanda de uso e apropriação do Espaço Público

Após vistos individualmente os espaços livres e as áreas verdes, buscando entender como nosso objeto está configurado e se articula na cidade, como se relaciona com o entorno, adentraremos neste momento no tratamento das características relacionais a partir da abrangência que foi possível de ser atribuída pelos critérios quali-quantitativos de avaliação individual. Deste modo, relacionaremos as AVU entre elas e também com o contingente populacional do entorno, classificando as necessidades que resultam dessa interação. Primeiramente, adentraremos dentro das noções de SEL Urbanos e, por conseguinte, Sistema de AVU.

3.1. O caráter relacional do sistema de espaços livres e áreas verdes urbanas

De acordo Queiroga (2012), o conceito de SEL engloba a concepção de espaço de Milton Santos, a visão de sistema e o pensamento complexo de Edgar Morin, a ideia de uma esfera pública geral e as relações com a esfera política de Jürgen Habermas (o qual foi brevemente abordado anteriormente) e o conceito de espaços livres de Miranda Magnoli que gravita em torno do paisagismo, arquitetura e urbanismo.

Ainda segundo Queiroga (2012), a aproximação entre os pressupostos de Milton Santos e Edgar Morin vão ocorrer na medida que o primeiro tratará da totalidade e o segundo da emergência, desta forma

O dado global, que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, tem um significado particular para cada lugar, mas este significado particular para cada lugar não pode ser apreendido senão no nível da totalidade (SANTOS, 2005 p. 32)

A totalidade sempre em processo de realização, se apresenta enquanto virtualidade e se manifesta a partir dos eventos, na medida em que as condições de materialização permitam a empirização do tempo no espaço, desta forma, no lugar (SANTOS, 2014a). “Cada ponto do espaço torna-se, então, importante efetiva ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas” (SANTOS, 2014c, p. 32) O autor segue ainda dizendo que

O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos –, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem (SANTOS, 2014c, p. 59).

A significação é dada pela apropriação, pelo uso, que possui temporalidades diferentes. Admitindo a dialética da produção do espaço, entendido aqui como urbano, chegamos a produção de lugares. O lugar enquanto empirização do tempo, materialidade da totalidade dentro das condições impostas, e mesmo o lugar enquanto símbolo de identidade e força de resistência do local ao global. Os lugares assim entendidos possuem temporalidade da vida humana e dos objetos. Possuem também espacialidade, uma localização que é produto e condicionante, portanto, “os objetos geográficos aparecem nas localizações correspondentes aos objetos da produção num dado momento e, em seguida, pelo fato de sua própria presença, influenciam os momentos subsequentes da produção (SANTOS, 2005, p. 33). Quando a atividade, a ação se materializa, criando o lugar, um novo conteúdo é atribuído, e desta maneira segundo Santos (2005, p. 33) “o valor de todos os outros lugares também muda” [...]. Isso nos remete ao que é colocado por Gomes (2014), quando questiona: “mudar uma praça de lugar é mudar na cidade ou mudar de cidade? Cria então no conjunto das localidades um “desequilíbrio qualitativo e quantitativo que leva a uma nova hierarquia, a novas relações, ou em todo caso, a uma nova significação para cada um e para todos os lugares. Desta forma,

O espaço é matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social (SANTOS, 2005, p. 34).

Portanto o espaço deve ser considerado como um emaranhado complexo de relações que envolvem sujeitos que se realizam sobre, a partir e findando nos objetos, e ainda em relação com outros sujeitos. Na procura de uma síntese,

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não independentemente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual funções da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social. O espaço seria um conjunto de

objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre eles especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. O espaço seria [então] o conjunto do trabalho (formas geográficas) [paisagem] e do trabalho vivo (o contexto social), ele é formado por fixos e fluxos. Nós temos coisas fixas, e fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas” (SANTOS, 2014c, p. 30-31; 78; 79; 85).

Entendido sobre a dinâmica do espaço (geográfico), caminhos para os pressupostos morinianos de sistema, o conceito remete

Ao mesmo tempo unidade, multiplicidade, totalidade, diversidade, organização e complexidade. Um sistema é um objeto complexo, suficientemente aberto, pois estabelece relações com outros sistemas, e suficientemente fechado, caso contrário não se constituiria como tal. Um sistema implica não somente a relação de seus elementos, mas tais relações constituem organização e estrutura relativamente estáveis, que caracterizamos objeto complexo (o todo sistêmico) (MORIN, 2008, p 156-157).

Se encontra assim na dialética do sistema de objetos e o sistema de ações elucidados por Santos (2014a). O fixos e fluxos se territorializam, e desta maneira compõem uma morfologia. Com base nesta, a cidade pode ser definida segundo Magnoli (1982) por uma estrutura espacial que é composta por espaços edificados e espaços livres, desta forma, se distinguindo por conta da presença de estruturas fechadas (edificações). “Assim, espaço livre é todo espaço não contido dentro de um invólucro” (HIJIOKA et. al., 2007, p. 118-119). Para Macedo (1995, p. 16), “no contexto urbano tem-se como espaços livres todas as praças, largos, pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios, corredores externos, vilas, vielas e outros [...]”, e ainda os espaços de fluxos diários, se constituindo em: Espaços livres privados de permanência: a) aqueles situados no interior dos lotes residenciais e de condomínios, representados por pequenos lotes ou jardins e até mesmo bosques, no caso de propriedades maiores; eles possuem caráter privado, porém contribuem para a formação da paisagem urbana; b) pátios institucionais - como pátios de sedes de empresas, escolas, hospitais, campus universitários e clubes, os quais em geral possuem grandes áreas, como bosques ou grandes estacionamentos arborizados (SOUZA, 2003). Ainda como espaços livres públicos de permanência: a) praças - consideradas como áreas públicas de convívio de tamanho variável que possuem como característica o fato de estarem totalmente inseridas no ambiente do tecido urbano; b) parques - áreas verdes muito grandes, que podem estar próximas ou afastadas dos

centros urbanos, muitas vezes com funções específicas como, parques temáticos - por exemplo, hortos florestais, jardins botânicos e áreas de preservação ambiental (SOUZA, 2003)

Complementando, para Macedo (1995, p. 21), “as praças rotatórias e equivalentes não podem ser incluídas em tal categoria, já que não permitem uma real apropriação e estadia do usuário em seu interior”, mas que “terrenos vazios, como os encontrados nas várzeas de rios que cruzam as cidades e são utilizados frequentemente pela população para jogos e brincadeiras, podem ser considerados como áreas de lazer, pelo menos enquanto se mantém tal tipo de uso alternativo”.

Como os espaços livres públicos de circulação, de acordo com Macedo (1995, p. 21) “engloba a grande maioria dos espaços livres de edificação pública (no caso todo o sistema viário) e parte do sistema privado de espaços, tais como vilas e sistema viário de condomínios”. Podendo ser categorizados em: a) ruas - consideradas como os principais canais de circulação das cidades tradicionais, de forma geral são constituídas por uma pista com veículos e passeios laterais para a circulação de pedestre e em uma situação ideal, possuem sinalização, iluminação e arborização adequadas; b) autopistas - constituídas por canais de circulação de veículos ligando partes distantes de cidades ou fazendo ligação entre cidades; c) calçadas - áreas de circulação de pedestres, densamente ocupadas, onde a circulação de veículos é impraticável e desnecessária, estão presentes em alguns trechos de centros urbanos, dispondo de mobiliário urbano e outros equipamentos que induzem à permanência da vida própria; d) bulevares - canais de circulação para veículos e pedestres, mesclando calçadas e ruas, como, por exemplo os Champs Elisée em Paris e Las Ramblas em Barcelona (SOUZA, 2003).

Observamos então que se considerado a acessibilidade há uma forte tendência do espaço livre a se constituir dentro de uma esfera pública. Neste sentido, devemos aqui tratar em que medida podemos compreender o espaço livre dentro da ótica da esfera pública, sendo assim, segundo Hijioaka et. al. (2007), “o entendimento do espaço público depende de três aspectos”: a princípio a questão fundiária que delimitará os usos; posteriormente a apropriação, sendo a condição para além da propriedade, ou seja, a apropriação pode ocorrer em uma propriedade privada ou pública, mantendo-se dentro da esfera pública; e finalmente a acessibilidade, delimitada a partir de barreiras físicas, culturais, sociais ou regras.

Corroborando, Alex (2011, p. 25) argumentará que “o acesso é fundamental para a apropriação de um espaço”, e baseado em Stephen Carr delimitará três tipos de acesso ao espaço público: o físico, visual e simbólico ou social.

Acesso físico refere-se à ausência de barreiras espaciais ou arquitetônicas (construções, plantas, água, etc) para entrar e sair de um lugar. No caso do espaço público, devem-se considerar também a localização das aberturas, as condições de travessia das ruas e a qualidade ambiental dos trajetos. Acesso visual, ou visibilidade, define a qualidade do primeiro contato, mesmo à distância, do usuário como o lugar. Perceber e identificar ameaças potenciais é um procedimento instituído antes de alguém adentrar qualquer espaço. Uma praça no nível da rua, visível de todas as calçadas, informa aos usuários sobre o local e, portanto, é mais propícia ao uso. Acesso simbólico ou social refere-se à presença de sinais, sutis ou ostensivos, que sugerem quem é e quem não bem-vindo ao lugar. Porteiros e guardas na entrada podem representar ordem e segurança para muitos e intimidação e impedimento para outros. Construções e atividades também exercem o controle social de acesso, principalmente aos espaços fechados, em que decoração, tipos de comércio e política de preços são frequentemente conjugados para atrair ou inibir determinados públicos (ALEX, 2011, p. 25).

Tendo em vista o aspecto público do espaço, Hijioaka (2007, p. 120-121) ainda elucida sobre a condição de “espaço coletivo” em acessibilidade e apropriação, indicando o uso do termo quando “temos uma esfera social fora do espaço público fundiário, nestas condições Queiroga e Benfatti, (2007, p. 85) argumentarão que se trata de “espacialidade pública” não apenas aquela de propriedade pública [...], mas todos os lugares nos momentos onde se realizarem ações da esfera pública”, ou seja, todas aquelas realizadas a partir da esfera privada. No entanto, Queiroga e Benfatti (2007, p. 84), alertam que “o bem público não se confunde com a noção de bem comum, o primeiro é fruto da construção dialética da política, o segundo, se produz enquanto ideologia da classe dominante” e que

A sociedade capitalista contemporânea não apenas fortaleceu a esfera de vida privada como, também, reforçou uma esfera social. Esta esfera se caracteriza por acessos restritos a determinados grupos sociais, onde o mundo do negócio e do ócio se produz, em boa medida, para além da vida privada e aquém da vida pública (QUEIROGA e BENFATTI, 2007, p. 84-85).

Neste sentido, tendo em vista os múltiplos usos, categorias e funções dos espaços livres dentro de um espaço público, podemos localizar o objeto de estudo aqui proposto dentro das condições públicas de propriedade, de apropriação coletiva por meio de um sistema de ações que envolvem o corpo e a estrutura espacial de cada lugar, sendo de acessibilidade livre, onde não exista formas de controle ou restrições para além das relações contratuais inseridas no convívio coletivo público. Ressaltamos também o que é indicado por Lamas (2004, p. 54), ao dizer que “os espaços em que tudo se encontra programado para cada

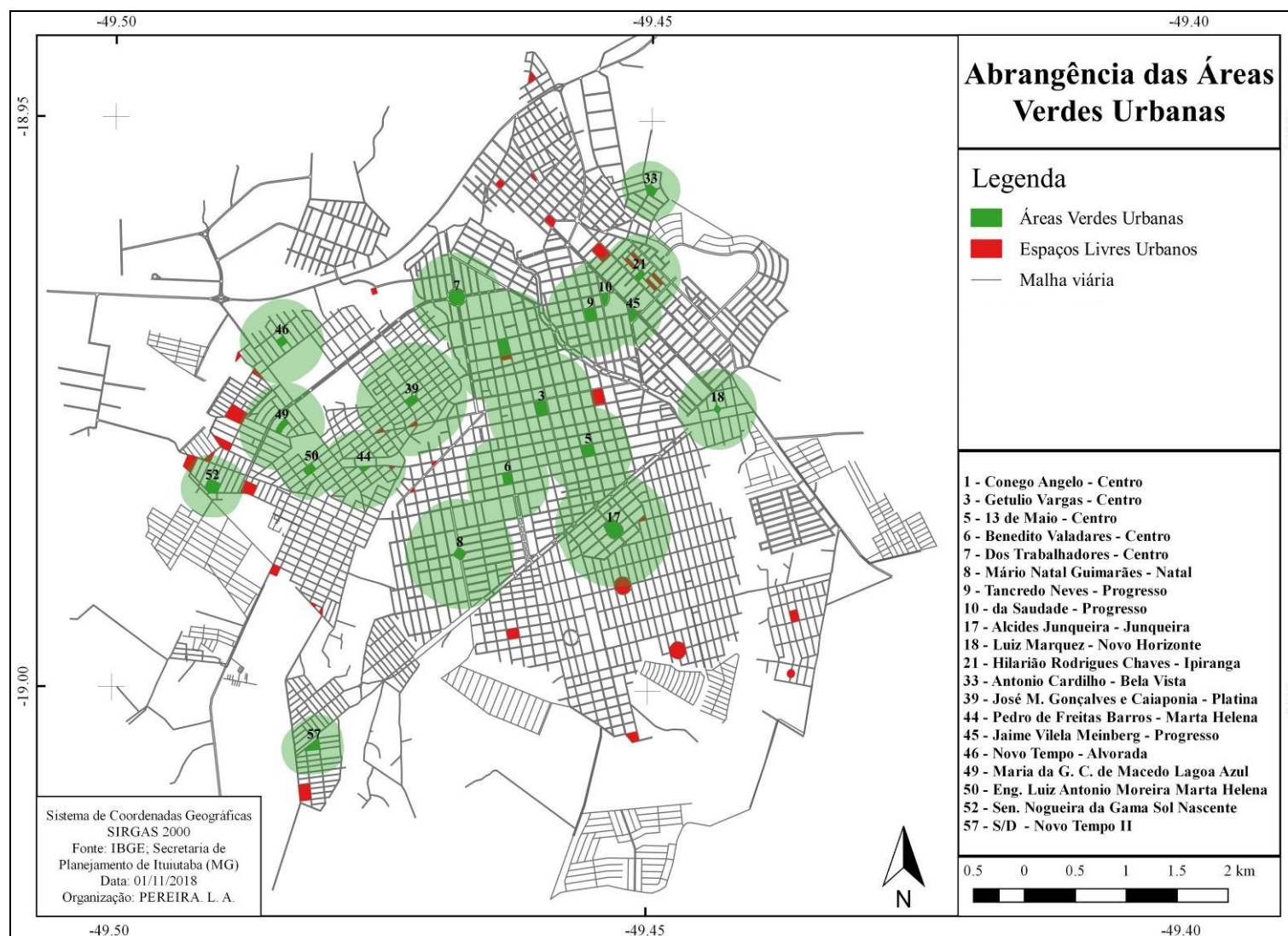
função têm-se revelado extremamente limitadores e pouco versáteis na utilização, e tantas vezes de grande pobreza formal”. Atentamos também para o que é preconizado por Macedo (1995, p. 22), indicando que a multiplicidade dos usos extrapola o projeto, proporcionando uma verdadeira subversão do espaço livre formal, permitindo assim o uso efetivo.

Neste sentido, consolidado conceitualmente nosso objeto de estudo, entendendo-os como produtos da produção do espaço, enquanto objeto geográfico, de forma-conteúdo com temporalidade específica, pois áreas verdes atualmente não devem ser entendidas como eram no século XIX, pois aqui nos propomos a vinculá-las a espaços de múltiplas funções, de hibridização que a modernização radicalizada proporcionou. De outro modo, mas indo ao encontro, possuem também espacialidade característica do contexto urbano brasileiro, mineiro, Ituiutabano. Incorreríamos no erro se procurássemos de forma nomotética padronizar a forma AVU.

Para tanto, após a investigação realizada para diferenciação empírica de Espaços Livres Urbanos e AVU dentro do contexto local, depois de também realizar a avaliação qualitativa dos lugares visitados, seguindo nossa metodologia foi possível atribuir uma abrangência em cada AVU. Novamente salientamos que somos obrigados a entender a abrangência como derivação do contexto temporal e espacial das AVU e a própria cidade e seus elementos intraurbanos. Tenderíamos a encontrar discordâncias se aplicada a abrangência aqui proposta a outros contextos, pois, a eficiência do transporte público, o tamanho dos lotes, o traçado das ruas, bem como características físico-biogeográficas-climáticas influenciariam sobremaneira a forma de apropriação e o deslocamento em função do uso das AVU.

Tendo isso em mente, a partir da abrangência (Figura 72) chegamos ao Sistema de AVU em Ituiutaba, que abarca, sobretudo, a população dos bairros de formação mais antiga, indicando que a produção e concentração dos equipamentos urbanos da cidade se mantém centralizada, pois, estas AVU se apresentam qualitativamente superior às demais áreas visitadas. Podemos inferir que maiores recursos são dispendidos nestes locais. De outro modo, podemos entender que mesmo com a Lei de 1979 referente ao parcelamento do solo, reservando áreas institucionais para áreas vegetadas, praças e áreas verdes, não foi suficiente para a efetivação dos projetos.

Figura 72- Abrangências das Áreas Verdes Urbanas em Ituiutaba



Fonte: IBGE (2010), Secretaria Municipal de Planejamento (2017) e atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

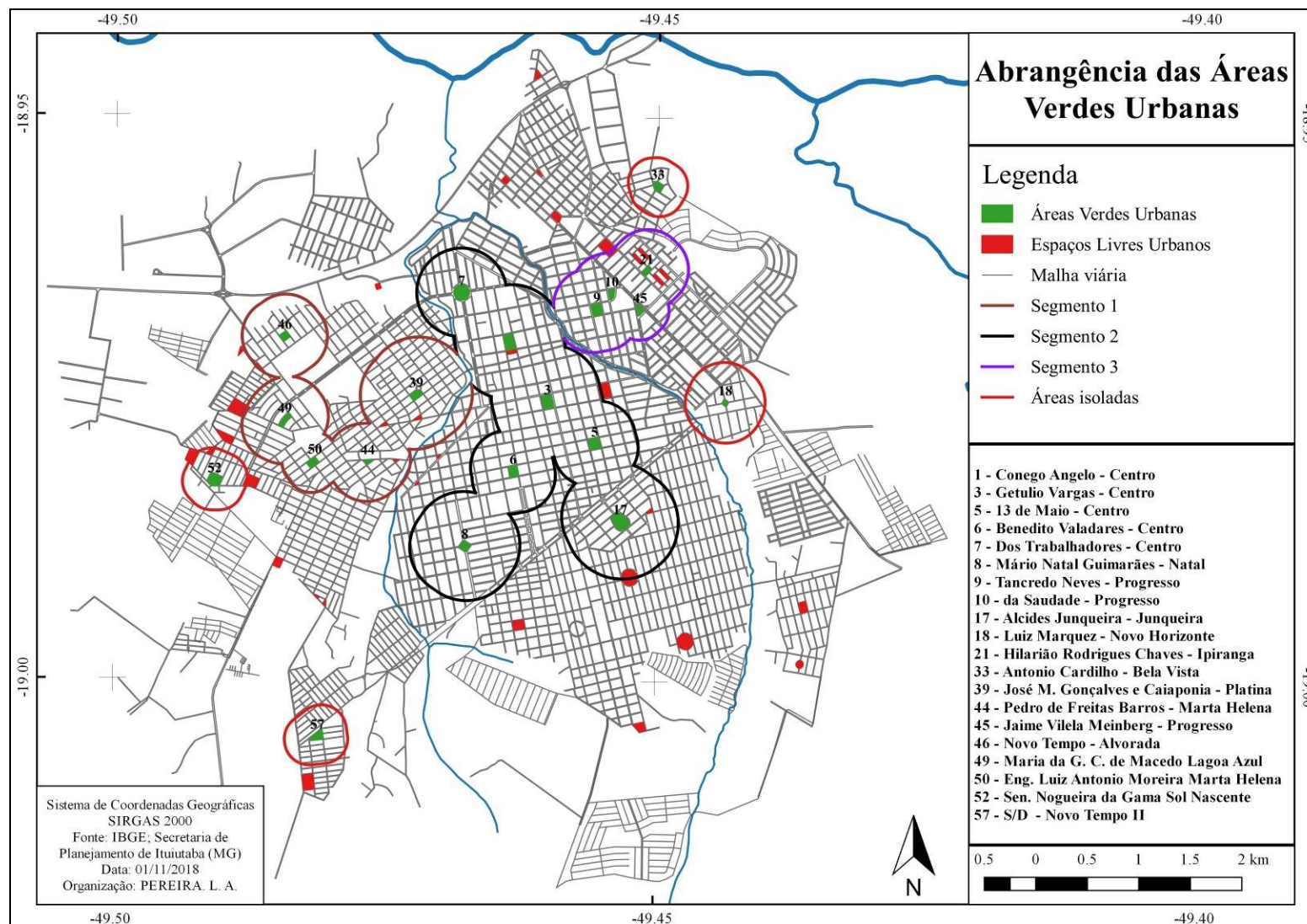
As duas constatações nos levam a pensar sobre a mudança ou a redução do espaço público, considerando que as AVU encontradas são, sobretudo as localizadas em bairros mais antigos, e que as melhores qualitativamente são localizadas no centro (ressalvando a Praça Alcides Junqueira que recebeu intervenção recente tendo em vista interesses políticos e a Praça Mário Natal Guimarães que é produto de projeto do Governo Federal), podemos inferir que o interesse foi redimensionado, mantendo-se quase exclusivamente nas áreas mais centrais, pois nestas, passa-se uma melhor imagem da cidade, colaborando também na segregação urbana. Devemos entender também que estas características são pertinentes devido ao caráter monocêntrico de Ituiutaba, e neste sentido, maior infraestrutura urbana se centraliza, centralizando ainda as atividades, como foi constatado nas visitas de campo, onde as atividades culturais ocorrem em maior número na Praça Getúlio Vargas e Praça Cônego Ângelo.

De outro modo, existem áreas isoladas que devido ao raio de abrangência não consegue se ligar às outras. Já na porção sul da cidade, o sistema é rompido e não existem AVU que se integrem, ainda que ali se apresentem espaços livres que poderiam, se qualificados dar contiguidade ao sistema. Sobre estas possibilidades, indicamos que em um primeiro momento, visando a integração e utilizando espaços livres passíveis de qualificação, sugerimos as seguintes praças: Praça Rui Barbosa (área restante do lote após a obra do CONVIVER); Praça Dom Pedro I; Praça Pedro Acácio Cintra; Praça Ameno Vilela; Praça Luiz Alberto; Praça Dr. David Ribeiro Gouveia; Praça Nelson dos Reis Domingues Junior e Praça Dois Poderes. Ainda empregar políticas públicas que visem a apropriação pública do Centro Turístico, qualificar setores do canteiro central Avenida Minas Gerais, bem como o canteiro central Avenida José João Dib. Por fim, deixar o Parque Goiabal utilizável a partir de um plano de manejo que dê conta de suas especialidades.

3.2. O entorno como contingente populacional

Observando como o Sistema de AVU se manifesta é possível visualizar pontos de menor contiguidade, fazendo com que entendamos que o sistema tem menor emergência nestes locais. Surgem então três segmentos (Figura 73) que se apresentam como tal muito devido à barreira de urbanização historicamente proporcionada pelos cursos d'água, que atualmente sabemos desempenhar grande potencial para AVU, sobretudo como parques lineares, o que ainda não ocorre em Ituiutaba. Portanto, visando uma melhor exposição didática da classificação das AVU utilizaremos os segmentos para a abordagem, do entorno.

Figura 73 - Segmentos do Sistema de Áreas Verdes Urbanas em Ituiutaba



Fonte: IBGE (2010), Secretaria Municipal de Planejamento (2017) e atividades de campo; **Organização:** PEREIRA, L. A. (2018)

Evidenciamos que como em outros momentos desta pesquisa, nossos padrões estão delimitados no contexto da cidade de Ituiutaba, neste sentido, a densidade da população total e por faixas etárias serão apresentadas a partir de três classes que vão do mínimo ao máximo do universo da abrangência indicada, como tratamos anteriormente na metodologia por nós proposta.

Antes prosseguir baseados com os índices originados a partir da dinâmica ituiutabana, retomando o que é proposto pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU) na Carta a Londrina e Ibiporã (1996), onde indica que o índice áreas verdes ideal seria de 15 m²/hab. Enquanto na Lei Orgânica do Município de Ituiutaba, onde trata do desporto e do lazer indica no art. 116 – I que deve ocorrer “reserva de espaços verdes ou livres, nunca inferior a 12 (doze) metros quadrados por habitante, em forma de parques, bosques e jardins, com base física da recreação urbana; para a realidade em Ituiutaba como um todo, extrapolando o Sistema de Áreas Verdes, o número se apresenta muito baixo, totalizando 3,07 m²/hab. Este fato se deve em grande medida pela inexistência de áreas verdes em bairros de origem mais recente localizados na periferia, ou como no caso do bairro Independência, onde está situada a Praça Dom Pedro II, que devido à renda média no bairro ser considerada alta em relação ao restante da cidade, faz com que uma dinâmica que oferece espaços livres ou áreas verdes não se manifeste, pois, com maior disponibilidade de renda ocorre uma maior possibilidade de mobilização dentro e fora da cidade, bem como a tendência a procurar espaços com maior regulação, como é característico o shopping. Entendemos que a imagem do parque ou da praça bem arborizada e bem cuidada atribuirá valor ao entorno, e neste sentido, mesmo em bairros de rendas mais altas podem ser localizados estes espaços, no entanto, servindo como imagem, como acabamento de um ideal de vida comercializável, não tendo assim função social. Tendo isso em vista, em Ituiutaba não foi possível localizar nada que se assemelhe a esta situação, apenas indicamos que no bairro citado este fato não ocorre mesmo tendo renda média alta em relação a Ituiutaba, mas tende a ocorrer em outros bairros da cidade que possuirão um entorno elitizado.

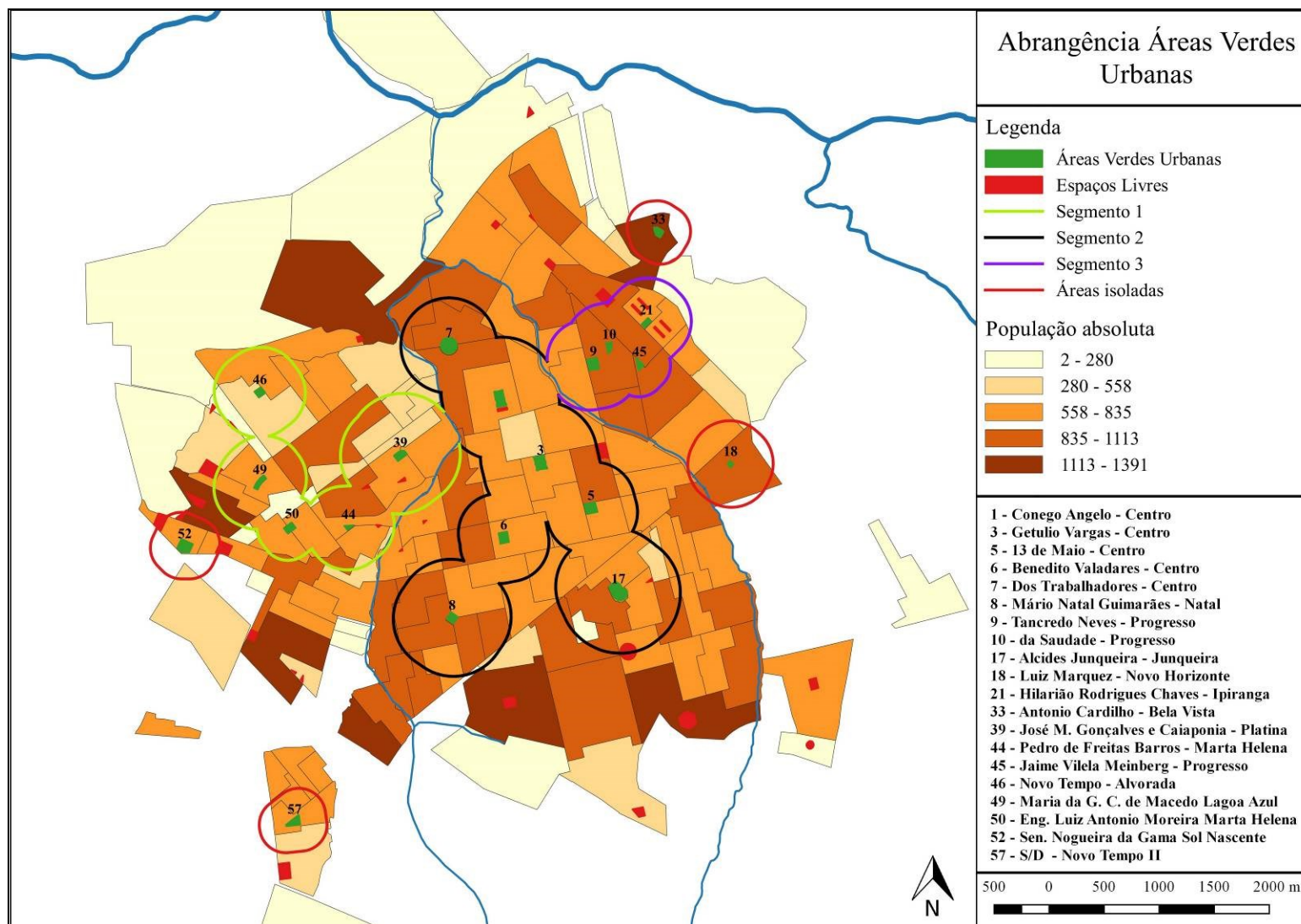
Indo diretamente para o SAVU encontrado a partir da abrangência, todas as AVU somadas garantiram uma área total de 119902,6 mts² que abarcaram uma população total de 35123 habitantes, resultando em 3,41 m²/hab. Levando em consideração cada segmento do sistema, o IAV se mostra na seguinte medida: segmento 1 com ÁVU com 2,14 m²/hab; segmento 2 com 3,77m²/hab e segmento 3 com 4,98m²/hab. Enquanto que para as AVU correspondentes pelas áreas isoladas ficaram com os seguintes índices: Praça Sen. Moreira Gama com 12,45 m²/hab; Praça Antônio Cadilho com 6,48 m²/hab; Praça sem denominação

oficial 57 (bairro Novo Tempo) com 2,29 e finalmente a Praça Luiz Marques com 5,88 m²/hab. Sob este ponto de vista, como foi indicado como o maior IAV, chamamos a atenção para a Praça Sen. Moreira Gama, AVU com área muito expressiva no bairro Sol Nascente II é a que mais se aproxima da indicação da SBAU, mas que devido a intervenções recentes tende a se tornar apenas uma área institucional, modificando totalmente sua função inicial, como foi apontado anteriormente, quando a caracterizamos.

Voltando ao sistema, a possível solução seria incorporar mais AVU dentro dele próprio mas que pode encontrar barreiras devido a ocupação preexistente e ainda requalificar outras áreas disponíveis como reservas como a Praça Santos Dumond no bairro Pirapitinga, Praça sem denominação oficial 101 e Praça Pref. Acácio Cintra ambas no bairro Lagoa Azul I, Praça Ameno Vilela Carvalho no bairro Paranaíba, Praça Luiz Alberto no bairro São José e Praça Dr. David Ribeiro Gouveia no mesmo bairro, Praça João Cinquini no bairro Ipiranga, Praça Dom Pedro II no bairro Independência, Praça do Esporte no bairro Tupã e a Praça Dois Poderes e Praça Nelson dos Reis Domingues Junior situadas no bairro Santa Edwiges. Ainda, do ponto de vista mais estratégico, buscar meios de utilizar os canteiros da avenida José João Dib e avenida Minas Gerais como AVU, dando maior contiguidade ao SAVU. Por fim, sobre as áreas carentes de intervenções visando melhoria no SAVU em Ituiutaba, temos os dois parques, o Centro Turístico Camilo Chaves Neto, necessitando de usos sistemático, até mesmo para inibir contra usos, o que não demandaria tantos recursos tendo em vista que já existe uma estrutura básica que se deteriora a cada dia. O outro, o Parque Municipal do Goiabal, tendo seu plano de manejo sido realizado, voltar a atender a população da cidade. Ressaltamos que estes últimos, caso requalificados e trabalhados por instrumentos e políticas públicas podem abarcar toda a cidade, saindo da característica da prioridade para a acessibilidade pela caminhada.

Sendo indicados os pontos que rompem com um SAVU, voltaremos a ele. Entendemos que mesmo que durante as visitas não foram encontrados usos específicos, o contingente do entorno, a população ali inserida pode a partir da espontaneidade, da emergência fazer usos da AVU estabelecida na sua proximidade. Portanto, entendemos que a AVU só se efetiva, só se torna forma-conteúdo a partir dos usos ou de sua possibilidade. Isso deve ocorrer de forma indissociável para considera-la como tal, do contrário a forma se apresenta apenas como uma “casca” esvaziada de conteúdo. Neste sentido, entendemos ser de melhor proveito utilizar um índice que de conta da densidade de indivíduos no entorno, o icp, indo além do IAV. Para tanto, iniciamos a abordagem a partir dos dados de população absoluta (Figura 74), dando continuidade com as faixas etárias.

Figura 74 - Sistema de Áreas Verdes Urbanas e população absoluta



Fonte: IBGE (2010); Organização: PEREIRA, L. A. (2018)

Para a população absoluta no segmento 1 o icp se mostra como médio de 41,35, sendo ligeiramente maior que nos outros dois, aqui o índice de icp se apresenta baixo na Praça Novo Tempo (18,75), médio na Praça Maria da Glória Chaves Macedo (35,09) e alto na Praça Eng. Luiz Antônio Moreira (52,46), Praça Pedro de Freitas Barros (53,50) e Praça José Moreira Gonçalves e Caiapônia (46,93).

Com icp médio pouco abaixo que o anterior, no segmento 2 a população absoluta perfaz média de 42,44, em que a Praça dos Trabalhadores (32,42) e a Praça Cônego Ângelo é baixo (32,42), médio na Praça Getúlio Vargas (33,04), Praça Benedito Valadares (42,50) e Praça 13 de Maio (45,54), enquanto é alto na Praça Mario Natal Guimarães (60,08) e Praça Alcides Junqueira (56,93).

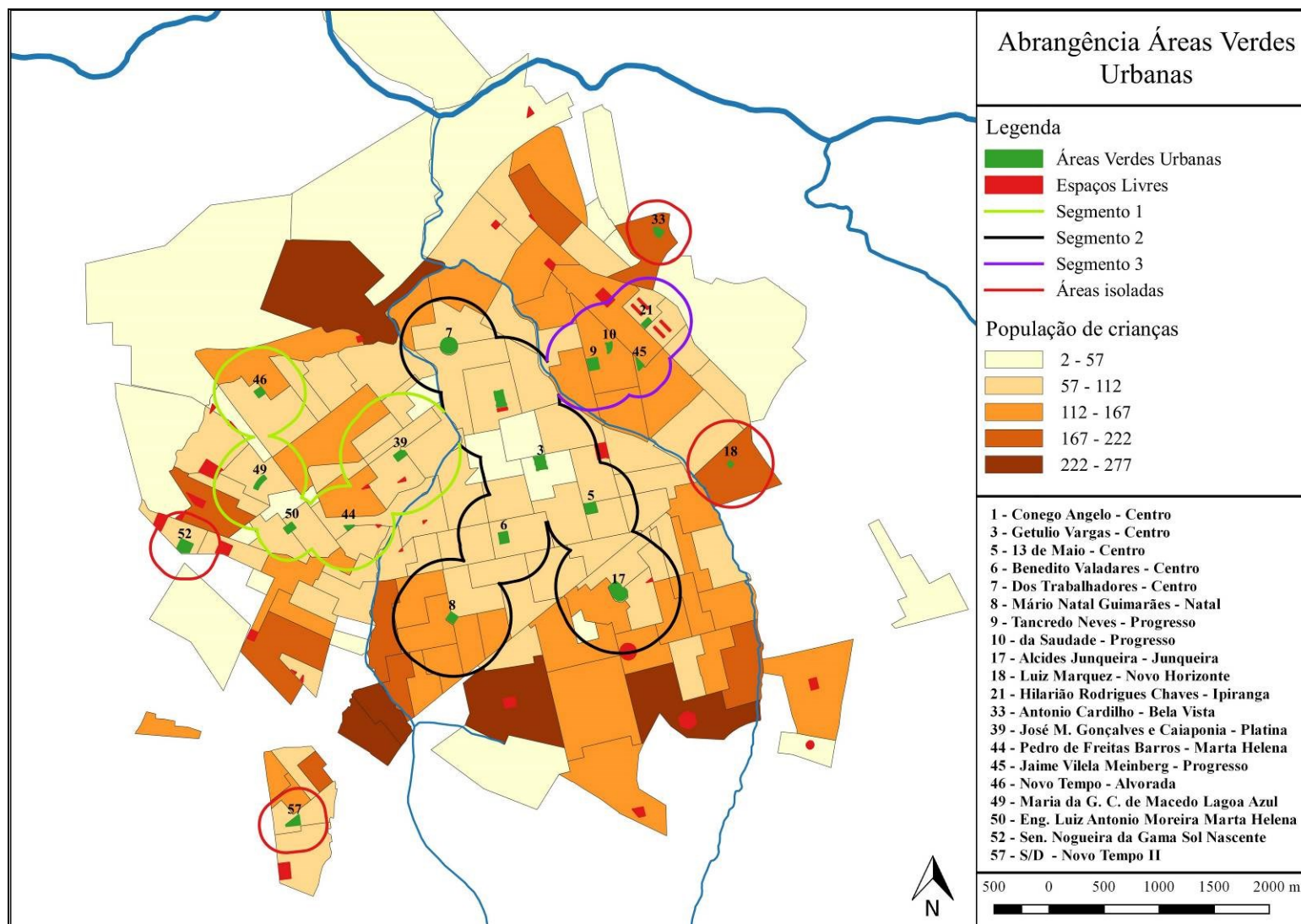
Indo para o segmento 3, temos valores menores que os anteriores para a população absoluta, aqui a média é de 30,71, com icp baixo na Praça Jaime Vilela Meinberg (27,43) e Praça Hilário Rodrigues Chaves (31,93).

Enquanto para o icp para a população absoluta das áreas isoladas, temos a Praça Senador Moreira Gama com 28,89 (baixo), Praça Antônio Cadilho com 29,36 (baixo), Praça sem denominação oficial 57 no bairro Novo Tempo II com 34,35 (médio) e Praça Luiz Marques com 26,01 (baixo).

Considerando o maior número de pessoas atendidas, abarcadas pelo sistema, com maior expressividade se apresentam no segmento 1 a Praça José Moreira Gonçalves (e Praça Caiapônia com 4376 pessoas, no segmento 2 a Praça Mário Natal Guimarães com 5358 pessoas e a praça Alcides Junqueira com 5292 pessoas. Destacamos então que considerando a população geral, o segmento 1 é responsável pelo maior icp dentre todos os outros, no entanto, os números absolutos mostram que o segmento 2 tem maior número de pessoas atendidas isto devido ao fato de que neste segmento se encontram as AVU com maior abrangência em todo o sistema, ou seja, o segmento 2 atende um maior número de pessoas pelo fato de ter um alcance maior, enquanto o segmento 1 com alcance menor tem seu icp aumentado devido ao menor raio de abrangência, aumentando a densidade.

Visando identificar demandas mais precisas, indo para as faixas etárias, colocando em foco os indivíduos de idade entre 0 a 11 anos do entorno (Figura 75), vemos que os números crianças abarcadas pelo sistema 2 (2790) se mostra 47% maior que o sistema 1 (1491), que ainda assim apresenta icp maior que o segundo segmento. Isto se deve ao fato da expressividade do número de 1036 crianças no entorno da Praça Mário Natal Guimarães e das 718 crianças na área de abrangência da Praça Alcides Junqueira, se constituindo nas duas maiores demandas em números absolutos para esta faixa etária.

Figura 75 - Sistema de Áreas Verdes Urbanas e população de crianças



Fonte: IBGE (2010); Organização: PEREIRA, L. A. (2018)

Neste sentido, o icp médio de crianças no segmento 1 é de 5,98, sendo baixo na Praça Novo Tempo (2,68) e médio na Praça Maria da Glória Chaves Macedo (5,74), Praça Eng. Luiz Antônio Moreira (7,67), Praça Pedro de Freitas Barros (7,92) e Praça José Moreira Gonçalves e Caiapônia (5,92).

Já para o segmento 2 o icp médio é de 5,52 onde as Praça dos Trabalhadores (4,12), Praça Cônego Ângelo (2,65), Praça Getúlio Vargas (2,65) e a Praça 13 de Maio (5,19) tem baixo índice, a Praça Alcides Junqueira é médio (7,72) e a Praça Mário Natal Guimarães é alto com os expressivos 11,62, o que se traduz na área com maior demanda de crianças de todas as Áreas Verdes.

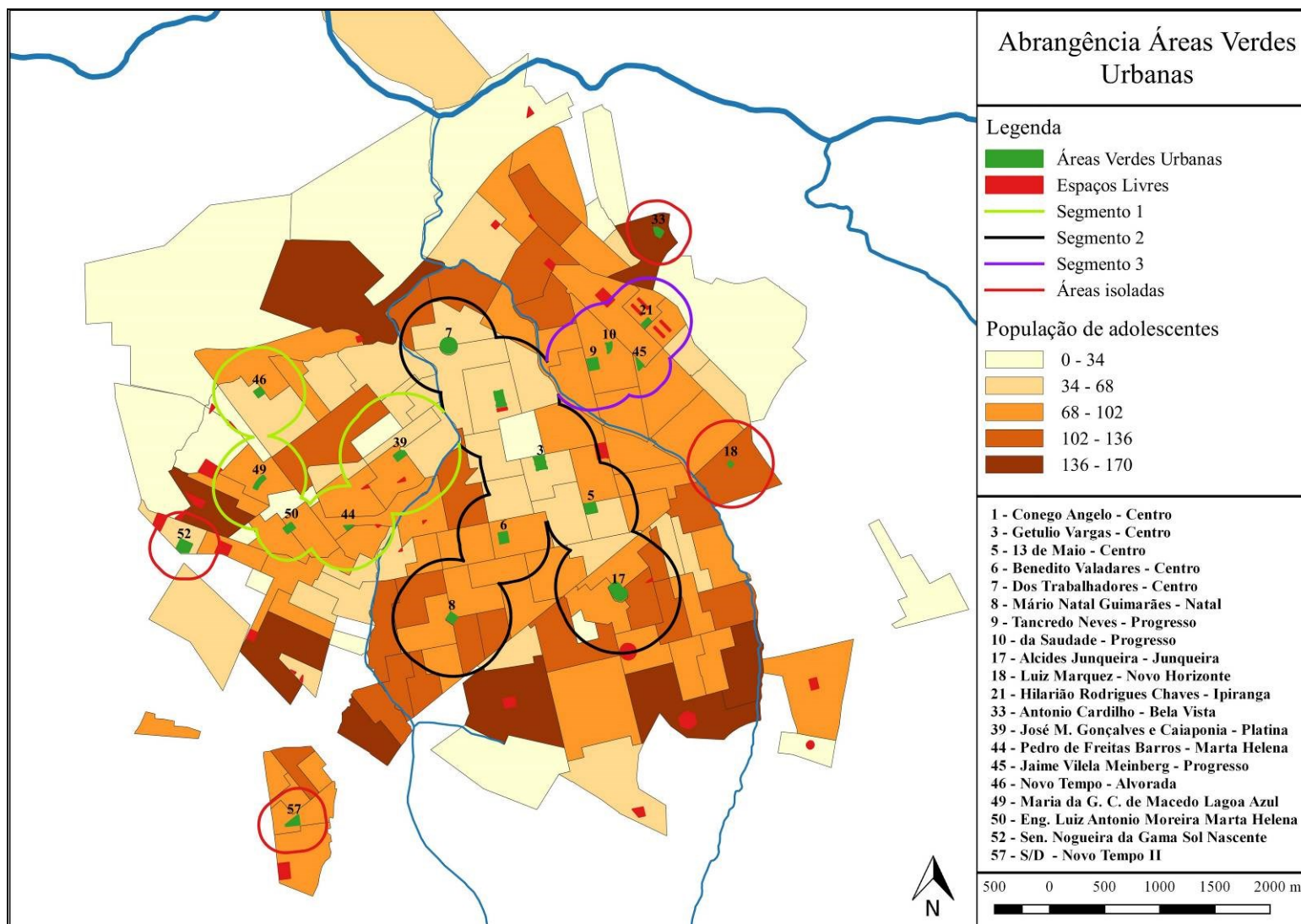
No segmento 3 todas as áreas têm icp abaixo da média geral, aqui apresentando 4,28, constituídos pela Praça Tancredo Neves e da Saudade (4,44), Praça Jaime Vilela Meinberg (4,05) e Praça Hilarião Rodrigues Chaves (4,36).

Para as áreas isoladas temos a Praça Sen. Moreira Gama com 3,49. A Praça Antônio Cadilho com 4,96 e a Praça Luiz Marques com 4,25, estas tendo icp baixo, enquanto a Praça sem denominação oficial 57 no bairro Novo Tempo tem icp médio em torno de 6,30.

Evidenciamos então uma ruptura muito significativa se observados os números do entorno da Praça Mário Natal Guimarães em que os números absolutos também se traduzem na densidade, fazendo com que seja possível indicarmos uma alta demanda de crianças na área, perfazendo então interesse em intervenções e manutenção de AVU com características voltadas para um perfil que vise a utilização por parte das crianças, como parque infantil e outras atividades relacionadas. Como a Área Verde Urbana ali localizada é em grande medida equipada com instrumentos, mobiliário e equipamentos específicos, entendemos ser de grande importância o Projeto CEU no local, bem como proporcionar o emprego de políticas públicas que versem sobre sua melhoria constante e também a busca instrumentos que proporcionem melhor aproveitamento e acessibilidade do entorno, tornando na medida do possível cada vez maior o número de crianças envolvidas em projetos e realizando práticas no local.

Ainda nas demandas mais precisas, chegando à faixa etária de 12 a 18 anos (Figura 76), observamos novamente que o segmento 2 abrange um maior número de pessoas (2155), sendo ele 47% maiores que o segmento 1 (1136) e 81% maior que o segmento 3 (397). Novamente evidenciamos que por apresentar uma área de abrangência maior o segmento 2 abarca mais indivíduos, mas não podemos inferir que este número se traduz no icp, como veremos.

Figura 76 - Sistema de Áreas Verdes Urbanas e população de adolescentes



Fonte: IBGE (2010); Organização: PEREIRA, L. A. (2018)

O segmento 1 apresentou para a faixa etária de 12 a 18 anos (adolescentes) icp médio de 4,5, com as respectivas AVU indicando nível baixo na Praça Novo Tempo (2,13), nível médio na Praça Maria da Glória Chaves Machado (5,74) e Praça José Moreira Gonçalves juntamente com a Caiapônia (4,54), e alto para a Praça Eng. Luiz Antônio Moreira (5,99) e Praça Pedro de Freitas Barros (6,16).

De outra forma, o segmento 2 tendo maior número de indivíduos abarcados, teve como icp médio em torno de 4,33 (menor que o segmento anterior) e o nível baixo de icp sendo representado pela Praça dos Trabalhadores (42,98), Praça Cônego Ângelo (2,16) e Praça Getúlio Vargas (2,78), sendo médio na Praça Benedito Valadares (4,39) e Praça 13 de Maior, sendo alto novamente na Praça Mário Natal Guimarães (6,98) e Praça Alcides Junqueira (6,58), desta forma, mantendo ainda em certa medida as demandas populacionais mais significativas.

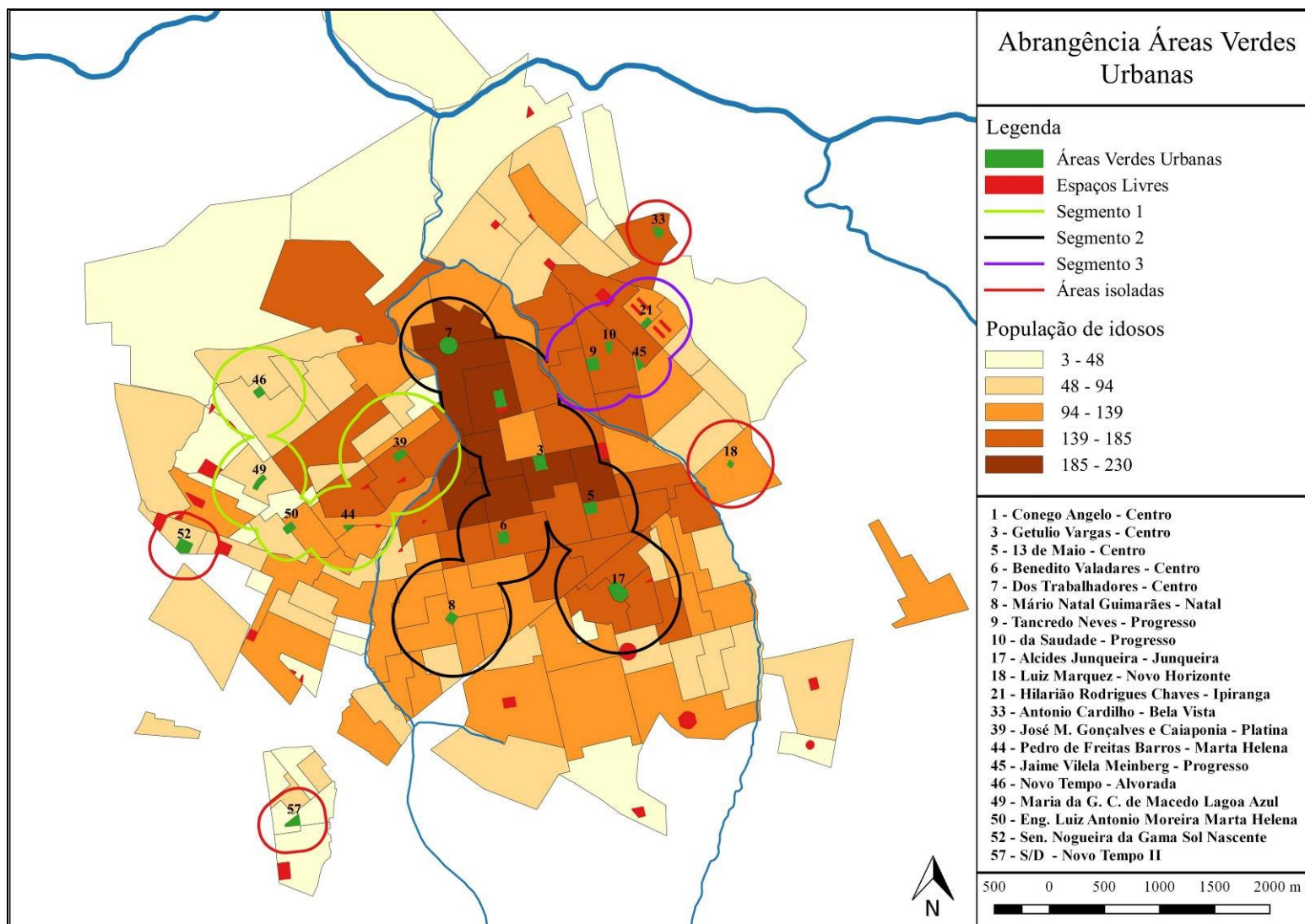
Para o segmento 3, ainda apresentando números menores, tem o icp médio de 3,35 o que é produto sobretudo da abrangência menor e também de números absolutos menores, a título de exemplo, uma das praças possuem apenas 20 adolescentes no raio. Portanto, em níveis baixos apresentam-se a Praça Tancredo Neves e da Saudade (3,31) e Praça Jaime Vilela Meinberg (3,00) e nível médio na Praça Hilarião Rodrigues Chaves (3,75).

Finalizando esta faixa etária, indo às áreas isoladas, nenhuma delas chega a ter nível alto, sendo assim mais necessário intervir ou fortalecer a infraestrutura voltada para adolescentes. Para tanto, em níveis baixos estão a Praça Sem. Moreira Gama (3,06), Praça Antônio Cadilho (3,51) e Praça Luiz Marques (3,04) e com nível médio de icp a Praça sem denominação oficial 57 localizada no bairro Novo Tempo II (4,66).

Vemos mais uma vez que os números absolutos mais expressivos estão vinculados ao segmento 2, sobretudo às AVU localizadas nos bairros Junqueira e Natal, no primeiro com um montante de 612 adolescentes e o segundo contando com 622 adolescentes, enquanto apenas a localizada no bairro Platina tem expressividade menor se comparada as anteriores contando com 423 indivíduos nesta faixa etária, sendo as outras, devido à área de abrangência do sistema, bem como as próprias características demográficas do bairro.

Caminhando para a faixa etária final por nós estabelecida, chegamos àquela que maiores números se manifestam. A população de idosos dentro do Sistema de AVU em Ituiutaba (Figura 77) confirma em grande medida que as maiores demandas estão localizadas no segmento 2, tanto por números relativos, quanto absolutos, tendo este segmento 61,0% a mais de idosos que o segmento 1, e 83,0% a mais que o segmento 3.

Figura 77 - Sistema de Áreas Verdes Urbanas e população de idosos



Fonte: IBGE (2010); Organização: PEREIRA, L. A. (2018)

Referente ao icp do segmento 1, em média ele se apresenta em 5,93, com população absoluta de 1585, somando todas as AVU que nele estão contidas. Sobre cada uma delas, a Praça Novo Tempo tem icp baixo (1,82) juntamente com a Praça Maria da Glória Chaves Macedo (3,40), enquanto a Praça Eng. Luiz Antônio Moreira é média (7,67), sendo alto na Praça Pedro de Freitas Barros (8,05) e Praça Moreira Gonçalves e Caiapônia (8,74). Observando sobre sua disposição da cidade, estas AVU se localizam em bairro de formação mais antiga, o que já era esperado tendo em vista a dinâmica urbana de Ituiutaba.

Como no segmento anterior, ocupando área central, de urbanização mais antiga em relação aos demais, o segmento 2, aqui também o se apresenta novamente com maior demanda média (8,71) e também individuais, sendo o icp médio na Praça dos Trabalhadores (5,78) e Praça Cônego Ângelo (6,80), e com nível alto na Praça Getúlio Vargas (8,94), Praça Benedito Valadares (9,20), Mário Natal Guimarães (8,23), Alcides Junqueira (9,96), sendo o maior nível de todas elas a Praça 13 de Maio (10,69).

No segmento 3, diferentemente dos anteriores, não ocorre o nível alto de icp para nenhuma das AVU ali estabelecidas, sendo 4,78 a média delas. Especificamente sobre cada uma, tem nível médio na Praça Tancredo Neves e da Saudade (6,07) e Praça Hilarião Rodrigues Chaves (5,13), apresentando nível baixo na Praça Jaime Vilela Meinberg (3,15). Como comportado utilizando dados para as outras faixas etárias, o segmento 3 apresentou os menores índices com destaque para a Praça Jaime Vilela Meinberg que por meio da abrangência estabelecida nos indicou apenas 21 indivíduos idosos.

As áreas representadas pelas praças isoladas também obtiveram baixos índices, fato esperado por estarem situadas em locais periféricos, levando em consideração o contexto ituiutabano, para tanto, a Praça Sem. Moreira Gama com 3,56, Praça Antônio Cadilho com 3,63, Praça sem denominação oficial 57 localizada no bairro Novo Tempo II com 2,71 e Praça Luiz Marques com 2,68.

Ao longo da abordagem dos 3 segmentos, observamos claramente uma determinada tendência da qual podemos nos servir para classificar as AVU identificadas e caracterizadas no capítulo anterior. Dando continuidade na linha lógica traçada em que entendemos que quanto melhor estruturada internamente (mobiliário, equipamentos e instrumentos uma Área Verde Urbana, mais desperta o interesse na sua utilização, apresentando também uma universalidade nos usos, e neste sentido uma maior capacidade de ser apropriada, portanto com uma maior abrangência, abarcando mais pessoas, aqui consideradas a partir do índice de contingente populacional que também relaciona-se com a densidade de indivíduos por hectares. Portanto, temos a seguinte classificação onde a emergência do contingente surge

como urgência em manter, fortalecer ou criar meios de consolidar das AVU onde os níveis são mais altos. Para tanto temos a seguinte classificação e foco para intervenções:

1. Prioridade muito alta: Praça Mário Natal Guimarães (todas as idades)
2. Prioridade alta: Praça Pedro de Freitas Barros (público geral, adolescentes e idosos); Praça Alcides Junqueira (público geral, adolescentes e idosos);
3. Prioridade média: Eng. Luiz Antônio Moreira (público geral e adolescentes); Praça José Moreira Gonçalves e Caiapônia (público geral e idosos);
4. Prioridade baixa: Praça Getúlio Vargas (idosos); Praça Benedito Valadares (idosos); Praça 13 de Maio (idosos)
5. Prioridade muito baixa: Praça Novo Tempo, Praça Maria da Glória Chaves Macedo; Praça dos Trabalhadores; Praça Cônego Ângelo; Praça Tancredo Neves e da Saudade; Praça Jaime Vilela Meinberg; Praça Hilarião Rodrigues Chaves;
6. Prioridade de integração: Praça Senador Moreira Gama; Praça Antônio Cadilho; Praça sem denominação oficial 57 localizada no bairro Novo Tempo II; Praça Luiz Marques.

Considerando as demandas por faixas etárias em cada AVU, no caso a prioridade foi baseada naquelas que mais deveriam oportunizar a emergência de práticas em cada faixa etária, dando prioridade para as áreas que foram evidenciadas todas as faixas etárias a partir o índice de contingência populacional, seguindo para aquelas que apresentarem pelo menos 3 das 4 faixas e após 2 das 4 e assim por diante, finalizando com as áreas isoladas, sendo de primordial serem integradas ao sistema necessitando de melhoria para isso, ou ainda, estabelecer AVU entre elas e o sistema dando contiguidade no Sistema de AVU.

O sistema como um todo, a partir dos três seguimentos nos oportuna classificá-los de acordo com as respectivas áreas e população, como possuindo um segmento central (2) com maior tendência a abranger um maior número de pessoas no geral, mas com um icp semelhante ao segmento oeste (1), em grande medida pela área sua área de abrangência ser 45% maior que o seguimento oeste e ter algumas AVU localizadas em setores censitários com densidade mais alta. Enquanto considerando o icp de crianças é maior no setor oeste. Para os adolescentes, o segmento central se assemelha ao oeste, se distinguido mormente de acordo com as AVU mais próximas do núcleo central. Enquanto para os idosos, um maior icp foi encontrado no segmento central, sobretudo nas AVU mais localizadas ao sul do centro da cidade, bairro Junqueira e bairro Natal. O seguimento leste se mostrou menos significativo se comparados aos outros por possuir uma área (aproximadamente 60% do segmento oeste) e

uma população muito menor (aproximadamente 65% menor que o segmento oeste), portanto, em uma possível classificação seria o de menor expressão.

4. DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: do espaço vazio à apropriação possível

Por meio da reflexão aqui construída definimos por encaminhar o fechamento de nosso trabalho versando sobre como a produção do espaço urbano estrutura a cidade desde o período da cidade industrial, perpassando pela modernidade, bem como suas formas e significações, sendo ela ainda um produto da transformação da cidade anterior e base para a cidade futura, e neste sentido, sendo possível se explicar a produção das localizações e das dinâmicas urbanas na perspectiva de uma relação espaço-tempo. Portanto, tudo que a cidade contém é passível de manipulação que demanda maior ou menor tempo e que deixa marcas temporárias ou perenes nos objetos. Assim, retomamos algumas noções sobre a produção, a produção do espaço urbano, o objeto e a apropriação numa perspectiva de refletir sobre a cidade enquanto o local do vir a ser, do possível, tendo como cerne político das relações o espaço público como elemento estruturador.

4.1. Do espaço urbano pós-industrial

Durante o processo de industrialização, complexificando as relações sociais e a produção de mercadorias, a industrialização se apresenta (não simplesmente surge, mas ganha corpo a partir de processos) e se torna o motor das rápidas transformações da cidade desde a Revolução Industrial. Este processo culminaria com a Terceira Revolução Urbana⁹, o que alteraria toda a estrutura da cidade até então estabelecida, implodindo-a e explodindo-a, pois só assim o modo de produção capitalista – industrial – poderia se consolidar (LEFEBVRE, 1999). A concretização deste processo impõe de maneira drástica na cidade uma dinâmica de reestruturação territorial, e neste sentido,

A prática espacial urbana, no momento do processo de implosão/explosão, vai manifestando a extrema separação/dissociação dos elementos de uma vida fragmentada, na separação dos espaços da realização da vida cotidiana entre lugar de moradia-lugar de trabalho. Isso exige tempo de deslocamento, subtraído do tempo de não trabalho, e cria lugares específicos de lazer à medida que as ruas dos bairros se esvaziam de seu sentido lúdico e de ponto de encontro. A vida cotidiana realiza a contradição homogêneo/fragmentado ao mesmo tempo que se apresenta invadida por um sistema regulador que formaliza e fixa as relações sociais reduzindo-as a formas abstratas. Deste modo, a segregação difunde-se no processo de extensão do tecido urbano no movimento da produção do espaço urbano sob a ordem do capital (CARLOS, 2016, p. 103).

⁹ De acordo com Lefebvre no livro “A revolução Urbana.

O espaço – aqui compreendido pelo urbano – sendo produzido sob orientação do capital não é só resultado, este espaço materialmente constituído baseia o modo de produção, ou seja, só é possível sustentá-lo se uma estrutura espacial¹⁰ proporcione isso (e isso ainda hoje é elemento fundamental para compreensão da estrutura da cidade). A industrialização nos moldes da produção capitalista vai estruturar um espaço que atenda demandas específicas, e desta maneira um paradigma espacial se instaura, não apenas de conteúdos materiais, mas também imateriais, e, portanto,

A noção de produção aponta a análise de um conteúdo que transcende as formas morfológicas ou a paisagem para enfocar o processo constitutivo dessa produção bem como os sujeitos dela, as mediações que tornam o processo real, tanto quanto a distribuição dos produtos desse processo. (CARLOS, 2016, p. 20)

A produção do espaço extrapolando o material, abarca o concreto imaterial, não se limitando à paisagem e a morfologia, faz parte também uma ideia de mundo com base em uma estrutura¹¹. Importa compreender as dimensões, desta maneira, o espaço produzido segundo Carlos (2014, p. 66-67; 2016, p. 72-73) é composto das seguintes dimensões: i) material, sendo o espaço em sua dimensão objetiva, real, prática, se manifestando na morfologia e na paisagem; ii) concreta, revelando-se na dialética material com a subjetividade, o movimento social dentro das contradições, a relação do sujeito que produz e o sentido da produção. Aquilo que material ou imaterial se realiza efetivamente; iii) abstrata, constituído pelo espaço no plano conceitual, imbuído das contradições, do movimento, o espaço enquanto objeto de consumo, estágios conceituais encerrando em sobreposição e reestruturação. Assim

Ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço. Portanto, se de um lado, o espaço é um conceito abstrato, de outro, tem uma dimensão real e concreta enquanto lugar de realização da vida humana que ocorre diferencialmente no tempo e no lugar, e que ganha materialidade por meio do território como produção humana em ato (CARLOS, 2014, p. 58).

¹⁰ A estrutura espacial é algo assim: uma combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica, de uma estrutura de classes específica e de um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes (SANTOS, 2014b, p. 29).

¹¹ Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. (SANTOS, 2014b, p. 69)

Neste sentido, considerando as dimensões em que o espaço é produzido, Soja (2000) indica que “nossas ações e pensamentos modelam o espaço, mas, ao mesmo tempo, os espaços mais amplos coletiva ou socialmente produzidos nos quais vivemos também modelam as nossas ações e pensamentos”. Esta perspectiva perpassa pelo processo de ordens baseadas em determinações e possibilidades, que se concretizam na prática social e as mediações dos objetos.

Nesse aspecto, para além de objetos, podemos afirmar que o sentido da noção de produção aponta um processo real, amplo e profundo enquanto um conjunto de relações, modelos de comportamento, sistema de valores, formalizando e fixando as relações entre os membros da sociedade, e, nesse processo, produzindo um espaço em sua dimensão prática. Em sua dimensão de prática sócio-espacial, a produção do espaço revela a realização da vida cotidiana, o modo como se produz o espaço da vida nos modos de apropriação-uso do espaço que a sociedade efetiva enquanto momento da sua produção (*lato sensu*) (CARLOS, 2016, p. 72).

Não podemos desprezar as formas e seu caráter mediador, ela guarda em si grande importância porque nelas estão contidas relações, “o espaço é realidade social, conjunto de relações e formas” (CARLOS, 2016, p. 26), e assim o é a AVU que media o trajeto, a apropriação, o público, e mesmo uma relação entre homem e natureza devido a seus elementos constituintes, se antes a área verde possui um conteúdo, atualmente é outro, se antes ocupava na paisagem um espaço na forma de jardins e grande parques abertos, hoje se manifesta em uma hibridização dos elementos que unidos e apropriados perfazem o conteúdo da AVU.

Para Santos (2014a, p 72), os objetos na paisagem e no espaço remontam às relações existentes entre os lugares, sendo estas relações as “respostas ao processo produtivo no sentido largo, incluindo desde a produção de mercadoria à produção simbólica”. O autor segue indicando que na paisagem é conferida uma distribuição de formas-objetos, dotadas de conteúdo, enquanto o espaço resulta da interferência, do uso destas formas. Devido a isso, determinados objetos guardam suas localizações, mas não suas funções, em uma mutabilidade histórica e sistêmica. A paisagem, contudo, se traduz num sistema material, “relativamente imutável”, já o espaço “é um sistema de valores” mutável (SANTOS, 2014a, p. 103-104). Portanto,

A análise da produção do espaço constitui, assim, um universo imbricado de situações que não pode deixar de contemplar a dialética entre necessidades/aspirações/desejos que se encontram latentes na vida humana, o que o situa no conjunto de reprodução social em sua totalidade. O primeiro

passo, portanto, é encontrar os fundamentos que explicitam a afirmação segundo a qual a produção do espaço é imanente à produção da vida humana. Assim, a produção das condições materiais, como base da história, revela o ato de produzir como ato de produção do espaço (CARLOS, 2016, p. 52).

Desta forma, os indivíduos humanos são os sujeitos da produção do espaço, assim sendo, para Santos (2014c, p. 70) “a produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço por meio dos objetos, naturais e artificiais”. No caso da AVU, em diversos aspectos procuram estabelecer o diálogo entre as duas naturezas, coexistindo elementos naturais e artificiais em simbiose. Sendo cada tipo de paisagem a “reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais” [...] que ocorrem no espaço e no tempo. Realizando seus papéis por meios de ações, a produção do espaço do urbano revela as relações sociais, o sítio e a cidade como resultado.

Se considerarmos a cidade como *obra* de certos “agentes” históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou grupos) e seu “produto”. Sem com isso separá-los. Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisão e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem um lugar, uma “natureza”, um campo e um meio. [...]. Se a realidade social implica formas e relações, se ela não pode ser concebida de maneira homóloga ao objeto isolado, sensível ou técnico, ela não subsiste sem ligações, sem se apegar aos objetos, às coisas. [...] O urbano assim designado parece poder passar sem o solo e sem a morfologia material, desenhar-se segundo o modo de existência especulativo das entidades, dos espíritos e das almas, libertando-se de ligações e de inscrições numa espécie de transcendência imaginária (LEFEBVRE, 2001, p. 54-55).

O urbano se (re)faz a partir de uma base física somada/articulada por uma realidade social e uma função da forma, além, também se configura transcendendo a forma, como um modo de vida. Enquanto materialidade, a forma se apresenta então como forma-conteúdo, deste modo, podemos diferenciar uma paisagem rural de uma paisagem urbana, uma paisagem urbana residencial de uma paisagem urbana industrial. Da mesma maneira, podemos, a partir das características formais de um objeto, distinguir um parque de uma igreja, uma casa de uma praça, levando em consideração também o conteúdo. O espaço, diferentemente, “seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre eles especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. “Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações” (SANTOS, 2014c, p. 78), por

consequente, as relações podem ser compreendidas dentro cotidiano e a realização da vida, o espaço banal.

Ao longo do processo histórico [...], os homens deixam suas marcas acumuladas no espaço, dando-lhe particularidades. Na escala do lugar, ilumina a existência de uma vida cotidiana na qual se manifesta a vida, em que cada ação se realiza num espaço-tempo determinado. Por sua vez, cada ato e atividade prática vão constituindo a identidade do homem com o outro em espaços-tempo específicos. Desse modo, a produção da vida é também a produção prática do espaço como realidade e como possibilidade. Nessa realização constitui-se identidade, posto que os diversos elementos que compõem a existência comum dos homens inscrevem-se num espaço. Nessa perspectiva, o espaço produz-se e reproduz-se como materialidade indissociável da realização da vida, elemento constitutivo da identidade social. Ao reproduzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço, portanto, se, de um lado, o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta enquanto lugar de realização da vida humana que ocorre diferencialmente, no tempo e no lugar, ganhando materialidade através do território” (CARLOS, 2015, p. 14).

O espaço urbano, desta forma, se expressa por meio das relações que nele são realizadas, entrelaçadas, conflituosas, sinérgicas, ou tantos adjetivos que pudermos imaginar, e nesse sentido resulta a constante mutabilidade. No entanto, o espaço urbano, a partir da dinâmica capitalista não apenas é produzido, ao mesmo tempo é reproduzido, como também o é as relações sociais de produção, assim

Os fundamentos da reprodução, [...]contemplam uma especificidade histórica, que hoje se explicita como “capitalista”. Decorre dessa determinação um conjunto de condições para sua realização, a existência de classes sociais específicas e contraditórias, enfrentando-se a partir de interesses diversos, tendo a realização do processo de valorização como finalidade última e necessária da acumulação (CARLOS, 2016, p. 28).

A partir das proposições de Henri Lefebvre, Alvarez (2017, p. 64) indica que o capitalismo visando sua expansão “busca totalizar os diferentes momentos de realização da vida, através da reprodução das relações sociais de produção e da própria produção do espaço, abrangendo o domínio do cotidiano, a partir da ampla ação do Estado”. Complementando a assertiva, Carlos (2017, p. 37) desenvolve a ideia de que se nas primeiras fases do capitalismo a produção era fundamental para ciclo do capital, atualmente a reprodução vai além da produção clássica de mercadorias anteriormente ligadas à indústria. No sentido mercadológico, o espaço “torna-se, sob o capitalismo, uma mercadoria, como, em tese, todos os produtos do trabalho humano” (CARLOS, 2015, p. 26), hoje a reprodução do capital toma de assalto a cidade e sua estrutura constitutiva.

Portanto, a noção de reprodução saída do desenvolvimento da noção de produção revela o fato de que esta não se restringe ao universo da produção de mercadorias. A cidade enquanto concentração, como consequência do crescimento econômico promovido pela industrialização, impõe a concentração da população, o faz acompanhando a concentração dos meios de produção, mas o modo de produção capitalista em seu movimento de realização revela uma reprodução mais complexa que aquela imposta pelo processo produtivo estritamente vinculado ao processo econômico. Neste plano, o processo se refere à produção integral da cidade, tratando-se, portanto, de pensar a realização da vida na cidade (CARLOS, 2007, p. 26).

A produção do espaço urbano, mediante a reprodução do capital, se concentrando na cidade apresenta níveis e escalas de realização, que envolvem sujeitos, atores e agentes que desempenham papéis fundamentais para a consolidação e realimentação do processo. Dentre os níveis, de acordo com Carlos (2016, p.74-77) podemos situar o nível econômico, compreendido a partir das necessidades da reprodução do capital, o espaço se apresentando como condição, meio e produto para a realização da reprodução do capital; O nível político compreendendo a necessidade da existência de um território de ação dos agentes produtores, normalmente em que o estado pode atuar como mediador, e neste caso,

Desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro [...] produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. O espaço é, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante, que diz representar a sociedade, embora não abdique de objetivos próprios de dominação e que usa as políticas públicas para direcionar e regularizar fluxos, centralizando, valorizando e desvalorizando os lugares através de intervenções como “ato de planejar” [...]. Como produto evidencia-se o espaço da norma e da vigilância como forma de construção de um espaço estratégico (CARLOS, 2016, p. 76).

A produção do espaço também se realiza no nível social, enquanto

Condição para a realização da sociedade, estamos diante do espaço da materialização das relações sociais. [...]. Como meio, esse espaço realiza-se enquanto circulação de modo a permitir a mobilidade, a passagem de um lugar a outro, fluidez entre o público e o privado, além de permitir também a constituição de uma história individual, necessariamente inserida em uma história que é coletiva (CARLOS, 2016, p. 78).

Assim, operando nas dimensões citadas, a produção do espaço urbano no viés econômico se realiza objetivando a busca de mais-valia e do crescimento constante de capital empregado, posto que no plano político o planejamento estratégico normatiza e instrumentaliza o processo de reprodução, e por fim, a dimensão social evidencia o conflito,

visto que o político e o econômico vão de encontro às necessidades da realização da vida humana no plano do lugar (CARLOS, 2016, p. 79). Neste sentido, “como consequência, o processo de reprodução do espaço urbano revela sua contradição fundamental que reside na reprodução do espaço sob o capitalismo: sua produção é social enquanto sua apropriação é privada” (CARLOS, 2017, p. 35). Manifestando as contradições na cidade,

A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (como uma oligarquia religiosa ou um poeta guerreiro com ambições imperiais) [...]. Isso significa que o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização (HARVEY, 2013, p. 63).

Por conseguinte, a reprodução do capital apresenta ligação imanente com a produção do espaço urbano, onde as relações sociais de reprodução se tornam produto, meio e condição. Como produto

Teríamos o espaço enquanto valor de uso, e, nessa condição, questionando a lógica produtiva do capital, na medida em que a vida gera a necessidade de produção dos espaços improdutivos, que não se baseiam pela lógica do processo de valorização, ou não seu produto [...]. No plano da vida cotidiana essa produção expõe os conflitos provenientes das contradições entre os níveis. É nesse sentido que o espaço aparece enquanto condição, meio e produto da reprodução social, declarando-se numa prática que é sócio-espacial (CARLOS, 2016, p. 78).

Os níveis se realizam operando diretamente em três escalas, sendo a metrópole um elemento mediador¹² (CARLOS, 2016). O nível mediador, tratado por Lefebvre como nível M, se trata especificamente do nível urbano.

É o nível da “cidade”, na acepção corrente do termo. Suponhamos que o pensamento opere destacando (retirando), do plano de uma cidade (muito grande para que essa *abstração* tenha um sentido), de um lado o que depende do nível global, do Estado e da sociedade, a saber, os edifícios, tais como ministérios, prédios públicos, catedrais, e, de outro lado, o que depende do nível P, os imóveis privados. Restará, no plano, um condomínio edificado e outro não edificado: ruas, praças, avenidas, edifícios públicos, tais como os das prefeituras, as igrejas paroquiais, as escolas etc. (LEFEBVRE, 1999, p. 79).

¹² Entendemos o caráter mediador da metrópole como é indicado por Lefebvre (2001, p. 52) que considera “a cidade é uma mediação entre mediações”, e desta maneira, podemos atribuir esta função mediadora a cidade de escalas diferentes, enquanto estas, guardam a característica de “lugar” em que se encerra o processo.

Para o global, a partir das forças do espaço mundial, temos o caráter hegemônico e “que aponta a direção da virtualidade do processo contínuo de reprodução e que aparece como tendência inexorável no horizonte das exigências da acumulação, ou seja, como projeto de construção [...]” (CARLOS, 2016, p. 81). Portanto

Esse nível global é *das relações as mais gerais, portanto, as mais abstratas* e, no entanto, essenciais: mercado de capitais, política do espaço. Ele não deixa de reagir mais e melhor no prático-sensível e no imediato. Esse nível global, ao mesmo tempo social (política) e mental (lógica e estratégia) projeta-se numa parte do domínio edificado: edifícios, monumentos, projetos urbanísticos de grande envergadura, cidades novas. Projeta-se também no domínio não edificado: estradas e auto-estradas, organização geral do trânsito e dos transportes, do tecido urbano e dos espaços neutros, preservação da “natureza”, sítios etc. Esse é, portanto, o nível do que chamaremos *o espaço institucional* (com seu corolário: o urbanismo institucional (LEFEBVRE, 1999, 78-79).

De outro lado, o local, por meio do lugar oferece ao movimento do mundo, a possibilidade de sua realização concreta (SANTOS, 2014a). O lugar recebe ordem globais e na medida que está dotado de condições de assimilá-las irá concretizá-las de forma heterogênea no espaço-tempo. Lefebvre irá classificar essa escala mais próxima como o nível P, “considerado [equivocadamente] modesto, senão negligenciável (LEFEBVRE, 1999, p. 80).

Portanto, como é demonstrado por Carlos (CARLOS, 2016, p. 82), na contemporaneidade “o mundo depende das virtualidades do lugar, onde está posto concretamente o movimento que vai da produção da mercadoria à produção do espaço como mercadoria”. “Trata-se de um processo que se realiza no plano do local, isto é, o lugar é que assegura a materialização do processo, realizando-se no plano do imediato. Tudo isto significa dizer que é no plano do lugar e da vida cotidiana que o processo ganha dimensão real e concreta. (CARLOS, 2007, p. 42). A autora segue ainda dizendo que

Desse modo, a produção da vida é também a produção prática do espaço como realidade e como possibilidade. Nessa realização constitui-se identidade, posto que os diversos elementos que compõem a existência comum dos homens inscrevem-se num espaço. Nessa perspectiva, o espaço produz-se e reproduz-se como materialidade indissociável da realização da vida, elemento constitutivo da identidade social. Ao reproduzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço, portanto, se, de um lado, o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta enquanto lugar de realização da vida humana que ocorre diferencialmente, no tempo e no lugar, ganhando materialidade através do território” (CARLOS, 2015, p. 14).

Neste sentido, indo do espaço do uso para o uso do espaço.

Hoje, o urbano produzido sob a égide do capital financeiro, funda-se numa nova organização da acumulação na qual a produção do espaço urbano aparece como momento de realização do espaço se impõe como condição, meio e produto da reprodução da sociedade no seio do processo geral de reprodução capitalista. Sob o capitalismo, a produção do espaço torna-se uma mercadoria, ganhando concretude prática na contradição dialética valor de uso/valor de troca. Em seu movimento de reprodução, domina as relações sociais através da generalização da troca (e da forma contratual), que se desdobra para toda a sociedade como necessidade de ampliação da base de consumo necessário à reprodução ampliada e sem limites do mundo da mercadoria (CARLOS, 2017, p. 34).

Assim, de acordo com Salgueiro (2003, p. 99), “a cidade é um conjunto de lugares apropriados e produzidos pelos grupos sociais experienciando tempos e ritmos diferentes”. A natureza do espaço é, portanto, social em seu fundamento e são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano (CORRÊA, 2014, p. 44). Esse horizonte de análise, a partir do espaço banal, do real, é o ponto de partida para a construção do entendimento do processo de reprodução da sociedade em todos os seus níveis, apontando a perspectiva espacial como elemento analisador da realidade (CARLOS, 2016, p. 39).

Retomando a perspectiva dos níveis, escalas e sujeitos, para estes últimos temos os agentes produtores do espaço urbano. Os tipos ideais de agentes para Correa (2014) são representados pelos proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Corrobora sobre a influência dos agentes de produção, Salgueiro (2003, p. 69) destaca na produção de ambientes urbanos “(i) o Estado como um ator privilegiado; e outros agentes relevantes seriam: (ii) os proprietários do solo; (iii) os promotores; (iv) os construtores; (v) os financiadores; (vi) os mediadores; e (vii) os utilizadores. A autora ainda menciona três tipos de promotores-construtores: o Estado e as autarquias; as empresas imobiliárias e os pequenos e médios promotores”. Em uma mesma orientação em torno dos sujeitos envolvidos na produção do espaço

Obriga-nos a considerar sujeito da ação: O Estado, como aquele da dominação política; o capital, com suas estratégias objetivando sua reprodução continuada (e aqui nos referimos às frações do capital, o industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, como o mercado imobiliário); os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana,

têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação (CARLOS, 2014, p. 64)

Ressaltamos que as ações podem não ser realizadas individualmente. Os agentes (sujeitos) podem atuar em parcerias desde que seus interesses não se choquem, convergindo empenhos de forma intencional (na maioria, senão todas as vezes). Portanto, se faz necessário relacionar as ações às causas e efeitos dentro de uma análise a partir da produção do espaço urbano. Importa quem realiza a ação, quem é afetado, quem participa, etc.

Não é difícil entender o papel desempenhado pelos proprietários dos meios de produção. A busca pela realização completa do ciclo do capital faz com estes agentes em específico ajam baseados em uma lógica privatista que se beneficia de localizações determinadas por infraestrutura. “A iniciativa privada” “deixa” que o Estado se empregue nas infraestruturas e demais formas urbanas que proporcionam o desenvolvimento de projetos. Este investimento infraestrutural é oneroso à iniciativa privada, que se beneficia da implementação do Estado, se resguardando a investir em seus próprios projetos. Os donos dos meios de produção devido ao capital acumulado são capazes de investir e obter lucro ou ainda em parceria com os promotores imobiliários agregam preço ao solo urbano a partir da construção e venda de imóveis, enquanto os proprietários fundiários transformam solo rural em solo urbano. O que antes era vendido em hectares passa a ser comercializado em metros quadrados, ou ainda, criam o lucro no tempo a partir da especulação. Enquanto os promotores imobiliários realizam a função propriamente dita de “vender” uma “cidade”¹³.

Ao Estado, como citado anteriormente, pode ser atribuído o papel de mediador entre os agentes e o criador de infraestruturas básicas. De acordo com Correa (2014, p. 45-46), podemos definir como exemplo de ações: Regular e fiscalizar o uso do solo urbano; Atribuir taxa sobre as propriedades, uso do solo urbano e atividades produtivas; “Produzir condição de produção para outros agentes sociais, como vias de tráfego, sistemas de energia, água, e esgotamento sanitário, assim como o próprio espaço físico da cidade, por meio de obras de drenagem, desmonte e aterramento”; Controlar o mercado fundiário; Tornar-se produtor imobiliário e produtor industrial quando necessário para atender demandas específicas. No entanto, na contemporaneidade

A ação do poder público, reforçada pelas políticas públicas, cria processos de valorização diferenciada do espaço urbano com a aplicação de recursos em determinadas áreas, a qual está associada à ação consciente dos

¹³ O termo vender aqui deve ser entendido como o ato de criar maneiras de tornar determinados espaços desejáveis e comercializáveis.

empreendedores imobiliários nas áreas destinadas aos novos negócios. (CARLOS, 2017, p. 39)

Destacamos também a função de formalizar e mediar uma esfera pública material por meio de reservas de áreas voltadas ao convívio, lazer e recreação. Ressaltamos que como o Estado não se distancia da maneira de produzir espaço no capitalismo, ele mesmo orienta suas ações de maneira a privilegiar frações específicas da sociedade, enquanto a outros estratos sociais relega a quase nenhum benefício urbano, como o favorecimento das localizações.

O enfraquecimento do Estado, derivado da privatização, tanto ideologicamente quanto na realidade, a desregulamentação e a mudança de suas funções, de interventor em áreas de interesse coletivo (ao menos do discurso) para facilitador ou criador de condições para a livre ação da empresa privada, implicam a deslegitimação de suas intervenções, incluindo o planejamento urbano. Também nesse campo transitamos do Estado ao mercado (COBOS, 2009, p. 298 apud ALVAREZ, 2016, p. 120).

O que devemos compreender é a multiplicidade das funções do Estado, indo desde o poder político local conduzido pelas prefeituras municipais (tendo maior participação prática), o Governo da Unidade da Federação e o Governo Federal, com atuações diferenciadas em cada esfera.

A sociedade em geral (os grupos sociais excluídos de decisão consciente), que podem ser descritos a partir de Salgueiro (2013) como utilizadores participam da produção, e nos moldes capitalista também do consumo. Suas ações tendem a se basear em uma relação das localizações com infraestruturas e as condições ou não de apropriação. O espaço se objetifica, se torna mercadoria, desde as formas de percorrer a cidade até a propriedade privada da habitação.

A terra urbana e a habitação são objetos de interesse generalizado, envolvendo agentes sociais com ou sem capital, formal ou informalmente organizados. Estabelece-se uma tensão, ora menos intensa, porém permanente, em torno da terra urbana e da habitação. Se isso não constitui a contradição básica, transforma-se, contudo, em problema para uma enorme parcela da população (CORRÊA, 2014, p. 47).

Campo dos sujeitos, o espaço urbano é construído a partir de dimensões práticas. Harvey (2014), com base no que foi tratado por Lefebvre sintetiza as dimensões práticas¹⁴ em:

¹⁴ Lefebvre em “La producción del espacio” (2013) irá indicar também outros dois aspectos que se relacionam com as três dimensões práticas. São elas a “acessibilidade e distanciamento” e também o domínio e o controle do

1) as práticas espaciais materiais [espaço vivido] referem-se aos fluxos, transferências e interações físicos e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e a reprodução social. 2) as representações do espaço [espaço percebido] compreendem todos os signos e significados, códigos e conhecimentos que permitem falar sobre essas práticas materiais e compreende-las, pouco importa se em termos do senso comum cotidiano ou do jargão por vezes impenetrável das disciplinas acadêmicas que tratam de práticas espaciais. 3) os espaços de representação [espaço imaginado] são invenções mentais (códigos, signos, “discursos espaciais”, planos utópicos, paisagens imaginárias e até construções materiais como espaços simbólicos, ambientes particulares construídos, pinturas museus etc.) que imaginam os novos sentidos ou possibilidades para as práticas espaciais (HARVEY, 2014, p. 201)

As práticas citadas pelo autor cruzam-se com os aspectos espaciais:

a) a apropriação do espaço examina a maneira pela qual o espaço é ocupado por objetos (casas, fábricas, ruas, etc.), atividades (usos da terra), indivíduos, classes ou outros grupos sociais. A apropriação sistematizada e institucionalizada pode envolver a produção das formas territorialmente determinadas de solidariedade social. b) a produção do espaço examina como novos sistemas (reais ou imaginários) de usos da terra, de transporte e comunicação, de organização territorial etc. são produzidos, e como surgem novas modalidades de representação (por exemplo, tecnologia da informação, mapeamento computadorizado ou design). (HARVEY, 2014, p. 202)

O cruzamento das dimensões práticas e os aspectos (Quadro 4) podem ser exemplificados pelo quadro em que constam os resultados:

Quadro 4 - Relação entre as dimensões práticas e a apropriação e produção do espaço

	Apropriação e uso do espaço	Produção do espaço
Práticas espaciais materiais (vivido)	Usos da terra e ambientes construídos; espaços sociais e outras designações espaciais; redes sociais de comunicação e ajuda mútua	Produção de infraestruturas físicas (transporte e comunicações; ambientes construídos; liberação de terra etc.); organização territorial de infraestruturas sociais (formais e informais)
Representações do espaço (percebido)	Espaço pessoal; mapas mentais do espaço ocupado. Hierarquias espaciais; representação simbólica dos espaços; “discursos” espaciais	Novos sistemas de mapeamento de representação visual, de comunicação etc.; novos “discursos” artísticos e arquitetônicos; semiótica

espaço. Julgamos ser desnecessário apresentá-las em nosso texto devido à aproximação com nosso tema e objetivo.

Espaços de representação (imaginado)	Familiaridade; aconchego familiar; locais abertos; locais de espetáculo popular (ruas, praças, mercados); iconografia e grafite; publicidade	Planos utópicos paisagens imaginárias; ontologias e espaço de ficção científica; esquetes artísticos; mitologias de espaço e lugar; poética do espaço; espaços do desejo
---	--	--

Fonte: Harvey (2014); Organização: Pereira, L. A. (2018)

A produção espacial que corresponde ao capitalismo, apresenta suas contradições a partir de determinações em um viés na lógica do desenvolvimento espacial desigual, (CARLOS, 2015, p. 12). Portanto

No plano da prática socioespacial é o momento em que o valor de troca a) subordina as relações na cidade; b) normatiza as atividades; c) redireciona a prática socioespacial; d) impõe a racionalidade da ordem econômica, invadindo e determinando o social com a funcionalização dos lugares da cidade; e, e) realiza a cisão dos elementos da vida urbana esvaziando-a dos seus conteúdos. Na sua relação imediata com a propriedade, funda as relações sociais, coagindo e dominando a troca (que é uma relação elementar da vida social), definindo o encadeamento das relações sociais (CARLOS, 2016, p. 104).

As práticas espaciais derivam diretamente da vida social, e somente se efetivam a partir das relações sociais no âmbito das ações cotidianas. Como foi representado na grade, as dimensões práticas estão imbuídas de significados de classe, mas dizer isso não é alegar que estas práticas espaciais sejam geradas apenas pelo capitalismo; elas assumem seus sentidos sob relações sociais específicas de classe, mas também de gênero, de comunidade, de etnicidade ou de raça, e são “usadas” e “trabalhadas” no curso da ação social. (HARVEY, 2014, p. 204). No humano estão contidos o desejo e a “possibilidade”, portanto

A análise do lugar, que envolve também a análise da vida cotidiana, pressupõe a superação do entendimento da *produção do espaço* restrita ao plano econômico, abrindo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, como espaço constitutivo da realização da vida humana no seio da produção do espaço em sua dimensão abstrata da mercadoria. (CARLOS, 2016, p. 71)

Dentro da cotidianidade as dimensões práticas se manifestam nas relações de uso, deste modo, necessita-se compreender as condições de apropriação dos espaços urbanos. Por conseguinte

A vida cotidiana, nesta perspectiva, se definiria como uma totalidade apreendida em seus momentos (trabalho, lazer e vida privada e entre os

planos do indivíduo e do coletivo) e nesse sentido guardaria relações profundas com todas as atividades do humano – em seus conflitos, em suas diferenças. Para Henri Lefebvre, é na vida cotidiana que ganha sentido, forma e se constitui o conjunto de relações que faz do humano e de cada ser humano um todo. Nessa direção, a cidade como espaço produzido vai ganhando novos sentidos, conferidos pelos modos de apropriação do ser humano, objetivando a produção da sua vida. Deste modo, a apropriação revela-se como uso dos lugares em tempos definidos para cada atividade – produtiva ou não-produtiva. Assim a cidade pode ser analisada como lugar que se reproduz enquanto referência – para o sujeito - e, nesse sentido, lugar de constituição da identidade que comporá os elementos de sustentação da memória, e nesta medida, a análise da cidade revelaria a condição do homem e do espaço urbano enquanto construção e obra (CARLOS, 2007, p. 22).

Esta apropriação somente se realiza na medida em que o corpo age em um espaço-tempo específico, com ação contida nas “possibilidades”, resultando em uma objetivação prática, que é mediatizada no espaço público, onde apresentando as características fundamentais para proporcionar o encontro, a troca, a sociabilidade, a comunicação e o conflito, o que possibilita a realização da “tríade cidadão-identidade-lugar” (CARLOS, 2017, 45). Neste contexto,

A cidade é um espaço apropriável para a realização da vida, o que envolve o uso do espaço pelo corpo. [...] Trata-se de um conjunto de atos e de situações que ocorrem num espaço e num tempo de apropriação marcados pelos usos e percursos reconhecidos de uma aparentemente, sem sentido, que se constituem criando laços profundos entre as pessoas com os lugares. Neste movimento espaço-temporal, os lugares são marcados pela presença e, por isso, ganham significado recriando possibilidades e impondo limites à realização da vida. Como espaço palpável, os lugares da vida real e concreta (espaços-tempos apropriáveis) são a extensão exterior, o que está fora de cada um, e, ao mesmo tempo, revelam-se ao cidadão como elementos de suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por uma série de sentidos impressos pelo movimento do uso e definidos através das propriedades do tempo vivido, no conjunto da sociedade (CARLOS, 2017, p. 40).

Neste sentido, o lugar é o espaço apropriado visando a realização da vida, partindo do espaço privado da casa para uma esfera pública, fazendo parte também do processo a noção de alteridade é construída. Somente o espaço público permite o desenvolvimento deste processo, e a cidade é o elemento material que contém as possibilidades necessárias para a garantir a reunião dos diferentes e a criatividade das ações. Portanto a visão da cidade estruturada a partir do espaço público é indispensável na tentativa se compreendê-la como obra dos sujeitos sociais e também como lugar do homem político.

4.2. O espaço urbano a partir do espaço público e as Áreas Verdes Urbanas em Ituiutaba

Podemos neste momento, a partir da reunião entre empiria e teoria, considerando a metodologia proposta tentar buscar uma síntese que dê conta dos aspectos internos das AVU e os elementos externos, a cidade de Ituiutaba sob a luz das noções da produção do espaço urbano, visando compreender em certa medida a dinâmica pública do espaço a partir de nosso objeto, tendo vista seu caráter estruturador do espaço urbano. Observamos que o que foi discutido em linhas gerais no item anterior devem servir como orientador para o entendimento de Ituiutaba, mas que necessitamos compreender também as particularidades locais, entendendo a heterogeneidade proporcionada pela produção do espaço.

Neste sentido, verificamos ao longo da exposição que as formas abordadas, inicialmente os espaços livres, se diferenciam essencialmente em torno de áreas que se apresentam exclusivamente como reservas institucionais, sobretudo devido à Lei 6766/79 (lei de parcelamento do solo urbano) que resguarda as reservas e o exponencial crescimento de loteamentos a partir do programa MCMV, o que fica intimamente ligado ao aspecto desta modalidade de espaço livre comparecem em número significativo nos bairros periféricos, de origem mais recente. E mesmo os que não foram construídos a partir do programa, mas já inseridos na legislação não apresentam AVU ou espaços livres para o uso, o que demonstra que o simples fato de existir a legislação não fornece meios para a criação destas áreas.

Em larga medida

A criação de novas praças em geral se dá nas áreas menos consolidadas e nos bairros periféricos. A realidade, entretanto, mostra que os maiores investimentos são destinados para a reforma das grandes praças em bairros nobres e centrais, enquanto os bairros mais afastados e menos consolidados recebem projetos mais simples para a implantação de praças de baixo orçamento e formalmente mais modestas (ROBBA E MACEDO, 2010, p. 48).

Porém, o que muitos espaços livres de Ituiutaba demonstram é uma situação ainda mais grave. As “praças de papel” existem no mapa e no projeto, na reserva, não como possibilidade de ação dos sujeitos, mas como reserva de espaço num viés econômico, se não por escolher determinados lugares em detrimento de outros, por escolher o melhor momento para acrescentar valor ao entorno.

As reservas institucionais na cidade existem há pouco tempo, outras há muito tempo, a questão é que ainda persistem e insistem em relegar o espaço público àquele da circulação, da rua, do transeunte que não se apropria da cidade e que tende a ver o lugar como uma efemeridade externa, não surgindo a possibilidade de ação do corpo em um espaço-tempo, contribuindo para uma segregação coletiva e individual, que aparta os cidadãos e lhes nega o direito à cidade, ao convívio, o que se traduz na ausência total de espaços de sociabilidade em diversos bairros, em sua maioria, os periféricos.

A discussão sobre a segregação como representação coloca também sob nova perspectiva a discussão sobre o direito à cidade. O direito à cidade deve incluir o direito aos espaços públicos de representação, o direito à população de representações a partir da dialética entre o concebido e o vivido no cotidiano dos lugares urbanos da contemporaneidade (SERPA, 2016, p.62)

Em outro sentido, entendemos que o espaço público como bem é trabalhado por diversos autores (sendo seminais Habermas, Arendt, Sennett), no último século se transformou em grande medida, e pode ser observado na cidade a partir de diversos aspectos arquiteturais e estruturais. Esta mudança pode ser atribuída também a partir da nova sociabilidade que as novas tecnologias trouxeram, da não necessidade do encontro, a existência da copresença temporal em um ambiente virtual e da diminuição da necessidade de deslocamentos. Dos objetos sendo cada vez mais informacionais, mais alienadores, menos comunicacionais.

Tendo em vista estas características, como vimos, ocorre também alguns dos espaços denominados praças, ou mesmos as reservas passaram a ser utilizados não para a estruturação de lugares de convívio em público, mas sim para a edificação de prédios institucionais, como o CONVIVER ou a creche na Praça Senador Moreira Gama, que demonstram significativamente o posicionamento da gestão municipal sobre a estruturação de espaços de sociabilidade e de múltiplos usos. Não questionamos aqui a importância destes serviços, funções públicas, ou mesmo a demanda do lugar, mas sim a necessidade de ocupar lugares que poderiam ser outros. Seria uma escassez do solo urbano de domínio público? Seria uma característica trazida pela modernidade radicalizada, que chega neste momento nos menores centros urbanos, trazendo consigo a ideologia do medo e da insegurança que tendem a reduzir o “público” e orientar uma estrutura urbana a partir do privado ou do espaço público controlado pelas instituições públicas? O que nos leva ao que o autor Paulo Cesar da Costa Gomes questiona, “mudar o lugar de uma praça é mudar na cidade ou mudar de cidade? Adicionamos uma outra: Em que medida anular uma praça é transformar o urbano local?

Estas são questões maiores que vão além do que nos dispomos a discutir aqui, mas são relevantes no intuito de vislumbrá-las no horizonte.

Outro aspecto a ser levado em consideração é a espetacularização do espaço público, a fetichização do parque público que se relaciona intimamente com o novo perfil de empreendedorismo urbano. A criação da imagem da cidade, a venda de um produto que se diferencia entre os demais, que funciona para e pelo turismo, bem como pela competição entre as cidades por investimentos e atração de empreendimentos. Sobre este aspecto, Serpa (2014, p. 61) alega que “o parque público, transformou-se em “objeto de consumo”, em expressão de modismos, vendidos pelas administrações locais e por seus parceiros”, o autor segue dizendo ainda que

A implantação de um parque público se concebe na escala da cidade como um equipamento urbano, e essa é uma das razões que explicam sua inserção em um contexto de grandes operações de promoção e incorporação imobiliária... com a implantação de um parque, joga-se a favor da especulação imobiliária, “alimentada” pela boa imagem da cidade e dos poderes públicos, que optaram pela implantação desses espaços de “natureza” no contexto urbano. Os poderes políticos e econômicos – só eles são capazes de implantar um parque público – vão se representar através dos grandes projetos e programas, assim como dos meios colocados à disposição para sua implantação (SERPA, 2014, p. 84)

E dentro deste contexto, podemos colocar o Centro Turístico Camilo Chaves Neto, como uma obra que visava colocar a cidade de Ituiutaba dentro de um circuito que atrairia visitantes e mobilizaria a cidade em torno do “parque setorial”. No entanto, os objetivos não foram alcançados e hoje pouco ou nada existe de uso no local. A criação do lago no parque não foi possível até o momento, transformando seu projeto inicial. Outro aspecto que podemos observar é a descontinuidade entre as políticas municipais sempre que acabam fazendo com que a falta de instrumentos que sirvam para fomentar o uso. Enquanto o Parque municipal do Goiabal atualmente não recebe visitas e encontrar problemas para o funcionamento, estes pouco esclarecidos, mas que se ligam intimamente à gestão do parque.

Duas outras importantes áreas são fundamentais para a estruturação de um Sistema de AVU, sendo elas o c.c. da Avenida Minas Gerais e o c.c. da Avenida José João Dib. Ambas possuem potencial muito interessante devido a maneira que está disposta na malha urbana, por apresentarem vegetação significativa e por já apresentarem usos, estes mais proeminentes no cc da Avenida José João Dib por conta do volume de pessoas que procuram o lugar para realizarem atividades físicas, e de outro lado o c.c. da Avenida Minas Gerais que devido suas dimensões seria capaz de integrar o sistema caso viesse a ocorrer intervenções que

objetivassem embasar múltiplos usos. Ao analisar as mudanças das relações sociais, Souza (2013) indica que só é possível efetivá-las caso haja também uma alteração em relação “a organização espacial (não somente no que concerne ao substrato material, mas também aos lugares)”, do contrário, a mudança das relações sociais fracassaria, se tornando “um verdadeiro contrassenso”.

A produção do espaço, na dimensão pública, produz também os comportamentos e as relações com os objetos e formas urbanas. O estado que se encontram as AVU em Ituiutaba se deve em grande medida às questões urbanas dos últimos 50 anos, sendo elas criadas como praças tradicionais, preenchidas de novas significações que vão desde requalificações físicas e como um elemento subjetivo. Antes o encontro, sobretudo aos finais de semana ocorria no espaço público, hoje com redes sociais que proporcionam a copresença virtual, o espaço público acaba por apresentar formas cada vez mais utilitárias e informacionais, perdendo assim o cerne comunicacional. Neste aspecto, as AVU ganham contornos de apropriação a partir de fins recreativos, ambientais e paisagísticos, enquanto os aspectos sociais, que em menor expressão se mantêm, pouco ou quase nada guardam de momentos anteriores. A AVU como forma media o uso, a constituição do conteúdo, sendo ele público, mas que só ocorrerá caso o sujeito se aproprie dela.

Portanto, a AVU, só se realiza efetivamente se um sistema de valores, se a própria apropriação, ainda que durante algum tempo se constitua enquanto uma emergência possível pois os comportamentos não devem ser programados, lhe confere o conteúdo, se o sujeito age sobre ela usando-a, se lhe é garantida a função da obra, se nela o valor mercadológico seja sobrepujado pelo uso público em essência compartilhado, se nela a temporalidade seja a do indivíduo e não do fluxo acelerado. Para o nosso caso, a forma AVU sendo ressignificada pela reprodução das relações capitalistas de produção, na cidade a transforma em objeto comercializável. Se a legislação pode vir a fazê-la presente, a sua instituição só se realiza se interesses políticos e econômicos convirjam, assim como em todos os momentos da cidade. E isso acaba por reduzir ainda mais o espaço público a circunstâncias específicas. Relembrando que enquanto a produção do espaço urbano é social, a apropriação acaba sendo cada vez mais privada.

Em Ituiutaba uma medida na tentativa de melhor qualificar o bem público é encontrado na Lei Nº 4.578, de 29 de junho de 2018, onde é instituído o Programa “Ituiutaba Verde” que versa sobre a parceria público e privada em intervenções urbanas no que tange o bem público. Para tanto, destacamos o seguinte

Art. 1º Dispõe sobre o Programa Municipal “Ituiutaba Verde” que tem por objetivo promover parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, para manutenção e conservação de praças e logradouros públicos no município de Ituiutaba.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, são considerados áreas e bens públicos: as praças, jardins, parques, áreas verdes de uso público, inclusive as rotatórias e canteiros, bem como quaisquer outros logradouros públicos ou espaços municipais de uso comum da população.

Art. 6º A forma de participação das pessoas jurídicas será mediante edital de chamamento público, que definirá o bem público a ser adotado, as condições da adoção, a designação de locais para veiculação de publicidade.

Art. 7º Não será permitida nos locais/prédios a colocação pelo cooperador privado de elementos de publicidade de qualquer espécie, podendo somente constar o seu nome ou logomarca da empresa, conforme modelo definido em Decreto do Poder Executivo ou Edital de Chamamento Público.

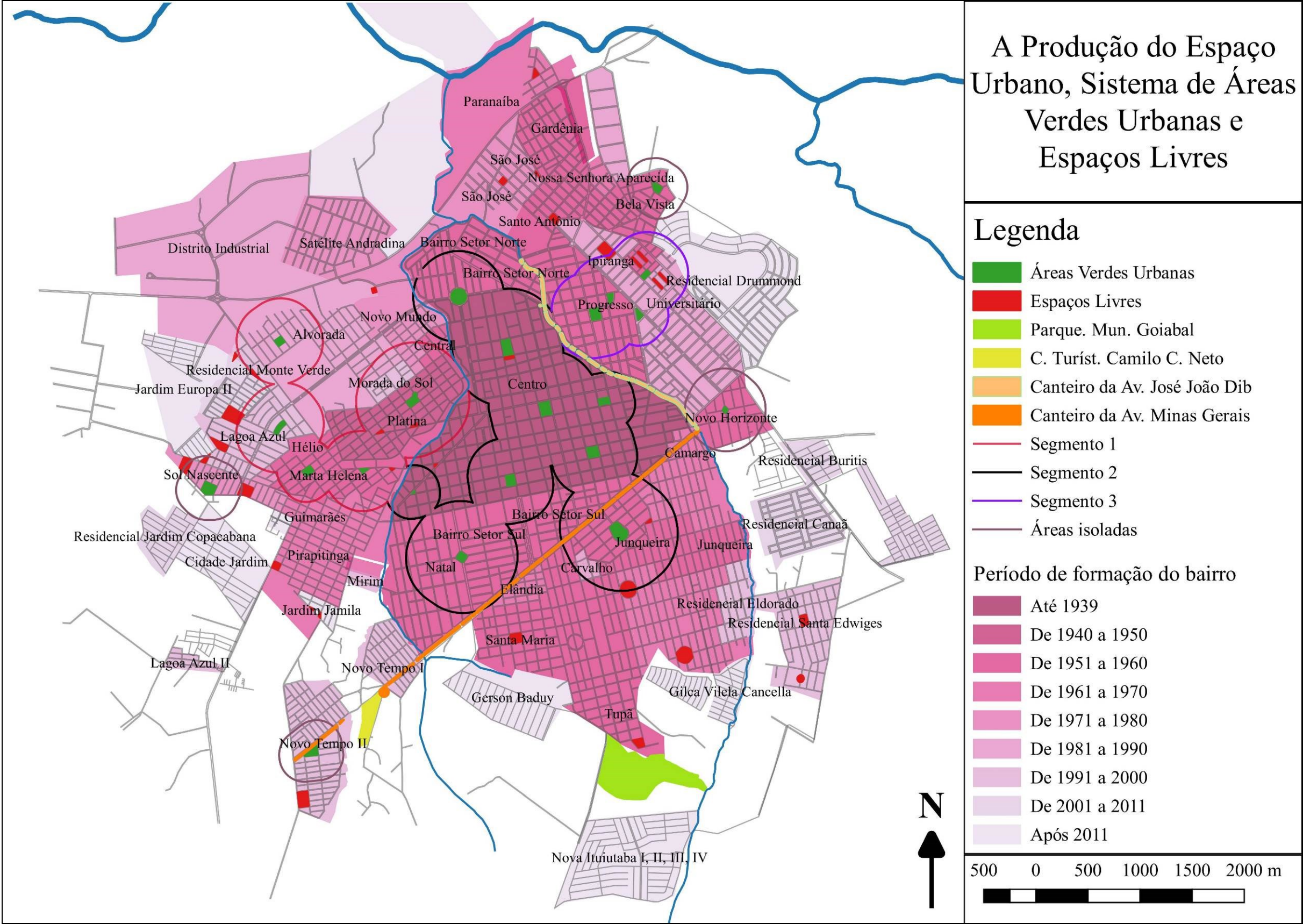
Parágrafo único. Não configura publicidade a menção escrita de mero agradecimento ao cooperador privado, cuja placa respectiva terá as dimensões máximas de 50 cm x 100 cm, não podendo o enunciado ser maior do que 30% (trinta por cento) da área total da placa.

Art. 8º O Termo de Cooperação, em momento algum gerará qualquer direito de exploração comercial da área pública pelo adotante, nem tampouco deverá conceder qualquer tipo de uso à entidade adotante, exceto aqueles previstos nesta lei, principalmente no que se refere à concessão ou permissão de uso, não alterando a natureza de uso e de gozo do respectivo bem público pela população.

Portanto, ainda que não efetivamente vinculada ao mercado, a AVU tenderá a ficar relegada à iniciativa privada para que realmente tenha condições de abrigar o entorno contingente. Neste sentido, a figura do agente econômico se torna ainda mais presente na estrutura da cidade. No momento não nos cabe avaliar a ação tendo em vista que ainda está em momentos iniciais, mas podemos supor que esta atribuição de responsabilidade pode futuramente gerar espaços ainda mais desequilibrados, mas também pode também fazer com reservas institucionais se estruturarem em AVU, perfazendo resultado positivo se considerado a quantidade de praças que ainda se encontram no projeto.

Partindo do que verificamos com as atividades empíricas, reunindo as noções que abarcam nosso objeto e ainda encontrando subsídios para pensarmos sobre as possibilidades para o futuro, a partir do mapa síntese (Figura 78) podemos separar três perfis de AVU em Ituiutaba, que em linhas gerais podem ser identificadas a partir da qualidade e particularidade de cada uma delas, do sistema, do histórico do bairro e uma projeção a partir da efetivação do Programa Ituiutaba Verde. Assim configuramos o perfil da seguinte forma a partir da visualização do mapa síntese.

Figura 78 - A Produção do Espaço Urbano, Sistema de Áreas Verdes e Espaços Livres



Fonte: IBGE (2010), Secretaria Municipal de Planejamento (2017) e atividades de campo; Organização: PEREIRA, L. A. (2018)

O primeiro composto pelas AVU do segmento 1 do Sistema de AVU mais localizadas na proximidade do núcleo central da cidade, onde os bairros têm origem mais antiga estruturando-as primeiramente como praças, dando a elas atualmente uma característica em torno da espetacularização a partir de atividades culturais e artísticas de maior porte em Ituiutaba, apresentando também melhor paisagismo tendo em vista se apresentarem diariamente a um maior número de pessoas, e por isso sendo melhor cuidadas.

Um segundo perfil que apresenta características voltadas à recreação devido ao mobiliário e os equipamentos, elas se localizam mormente no limite sul do segmento 1 e a porção do segmento 2 ocupada pelo bairro Platina. A forte tendência ao lazer provem do tamanho e da presença de mobiliário que condiciona estes usos, portanto, podemos atribuir a estes locais usos tentem a atrair maior número de crianças de idade mais avançada e adolescentes.

Por fim, um terceiro perfil que se apresenta tendo em vista a disponibilidade de equipamentos e mobiliário suficientemente bons para a permanência permitindo usos variados a partir da criatividade e o convívio, pois nestes, a natureza pública da AVU como nos anteriores se apresenta, faltando a eles serem melhor equipados para a promoção da diversificação das atividades.

Observamos então por meio destes perfis que a cidade tendo em vista a produção do espaço urbano encontra no espaço público temporalidades e espacialidades heterogêneas que denotam o constante processo de construção do urbano em escalas diversas, onde a materialização das práticas socioespaciais podem ser pré-determinadas pela estrutura urbana, mas também podem deixar lugar do vir a ser na cidade enquanto um espaço sempre em construção, das possibilidades. Para tanto as AVU enquanto um elemento estruturante do espaço urbano, a partir de seus atributos, funções, benefícios, usos coletivos e individuais, enfim do direito à cidade e ao entorno são indispensáveis para a realização de uma cidade mais igualitária em sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho nos propusemos a analisar as AVU na cidade de Ituiutaba, entendendo que até o momento mesmo o poder municipal se confundia ao indicar quais destes espaços realmente seriam AVU, ou seja, aspectos que de alguma forma nos instigaram e justificavam a necessidade iminente de trazermos um estudo voltado para a temática. Na legislação não foi encontrado especificamente algo que orientasse conceitualmente as ações e intervenções, neste sentido, ocorre a pluralidade das formas diferentes as quais lhe são atribuídas a nomeação de Praça, sendo esta usualmente considerada sinônimo de área verde. Para tanto, buscamos primeiramente conceituar nosso objeto de estudo, reunindo discussões que também incidiam em tautologia, muito desta característica vindo dos contextos espaciais e temporais dos autores. Assim, procuramos conceituar nosso objeto a partir de espacialidade de temporalidade proveniente do nosso contexto. Acreditamos ser esta a melhor forma de buscar a consonância das discussões acerca desta forma-conteúdo.

Entendemos que uma AVU antes de mais nada deve ter conteúdo específico que lhe preenche de sua natureza, este conteúdo pode ser traduzido internamente pelas funções e externamente pelos usos. A AVU dispõe os usos a partir de suas características e elementos funcionais, enquanto a sociedade via apropriação efetivamente manifesta o uso a partir de suas práticas cotidianas, considerando esta dinâmica na dimensão pública do espaço, seguindo, desta forma, sua essência. Como lugar da ação comunicativa e lugar da ação política, lugar da sociabilidade regida pela política das relações contratuais, o que em grande medida conduz à cidadania, da autonomia individual e coletiva. Compreender apenas o visível do espaço público incidirá no erro, pois, a aparência da forma nem sempre se mostra condizente com sua função, assim devemos buscar ainda que na teoria o entendimento da transformação do espaço público e também seus respectivos usos, mesmo que no campo das possibilidades.

Nessa perspectiva podemos inferir que o conceito de AVU só pode ser definido a partir da relação dupla entre apropriação que diz respeito ao entorno, sempre contingente, e as funções realizadas pelas AVU. Sob este aspecto buscamos identificar as AVU a partir da metodologia proposta que tinha como base a investigação da infraestrutura e as características formais de cada área visitada, buscando caracterizar funções a serem desempenhadas. Na perspectiva da identificação, com relação aos conceitos frequentemente encontrados, concordamos com a necessidade de compreender estes espaços a partir da expressividade da cobertura vegetal, mas indicamos com um número ou porcentagem rígida podem fazer com

em determinados contextos não abordemos de forma assertiva as AVU. Devido a isso, propomos que a ausência total de vegetação seja considerada para identificar uma AVU, mas que sua densidade, porte e a permeabilidade devem ser considerados como elemento qualitativo a partir das condições apresentadas. Até mesmo porque a permanência nos espaços livres se dá muito condicionado às questões bioclimáticas na cidade de Ituiutaba. A título de exemplo, Foli e Costa (2016), encontram temperaturas para algumas das áreas que abordamos ao longo do trabalho como: Praça Cônego Ângelo com 36,7° às 15h00 min no dia 3 de fevereiro de 2015 e ainda no mesmo dia e horário, de 34,5° no Parque Municipal do Goiabal e 38,05° na Avenida José João Dib, considerando ainda que caso a insolação seja direta a questão do uso se agrava mais, o que nos permite dizer que a falta de sombreamento inviabiliza o uso das AVU durante o dia na cidade.

Portanto, tendo em vista a espacialidade do conceito, no nosso entendimento do que se configura como uma AVU vem a partir das realizações das funções ecológica/ambiental, estética/paisagística, lazer/recreação, saúde humana e educação (ambiental) juntamente com a possibilidade de uso que o entorno contingente proporciona, tratamos também da contingência do entorno, isso por considerarmos às dificuldades de encontrar o momento do uso, sobretudo por abordar uma quantidade significativa de áreas.

Identificar as AVU dentro do conjunto dos espaços livres da cidade nos permitiu caracterizar ambos em virtude dos elementos e características marcantes, em um movimento que visa ajudar futuras ações de intervenção e na compreensão da dinâmica urbana, evidenciando os locais em que os espaços livres se apresentam passíveis transformação a partir do entendimento da realidade Ituiutabana tangenciada por nosso objeto de estudo, transformando assim também a cidade, objetivando compor um verdadeiro SEL e, por conseguinte, caso qualificado como tal, um Sistema de AVU. Esta caracterização nos permitiu reconhecer dez classes de formas espaciais distintas que têm aptidões próprias, sendo menos ou mais manipuláveis dentro do espaço público. A maneira de exposição por nós realizada das áreas visitadas se deu por motivos didáticos e também visando maior rigor na demonstração do que foi observado, procurando reduzir a subjetivação dos elementos qualitativos. Sob este aspecto, nos foi de grande valia a metodologia utilizada, sendo o croqui indispensável para a melhor organização da representação das AVU, tendo em vista sua complexidade. Enquanto as imagens fotográficas nos dão a medida das condições dos espaços livres na cidade.

Consideramos que a metodologia proposta foi suficientemente eficaz para que chegássemos aos resultados pretendidos, sobretudo na observação de campo, onde a ficha permitiu organizar melhor os elementos infraestruturais e seus respectivos níveis qualitativos,

relacionando-os ainda a uma abrangência estabelecida mediante o entendimento de que quanto melhor dotada de condições e atributos, maior será sua influência atrativa no entorno. Este esforço nos permitiu inferir uma abrangência que se traduziu em um Sistema de AVU onde existisse a contiguidade, fazendo também com que pudéssemos encontrar um contingente no entorno a partir das faixas etárias estabelecidas pela importância diferencial destes espaços para cada fração de idade na sociedade. Tendo isso em vista, procuramos classificar as AVU a partir da emergência de um contingente que se apresentava mais expressivo para a realidade de Ituiutaba. Acreditamos este ser um instrumento muito interessante para a gestão pública por partir do entendimento entre demanda do entorno e condições da AVU, tornando possível articular melhor os projetos de intervenção visando melhor aproveitamento de recursos e ainda fazendo com que as benesses das AVU possam ser distribuídas de maneira mais equilibrada na malha da cidade, contemplando também a periferia da cidade.

Por fim, contemplando nossos anseios, quando demonstramos os espaços livres identificados e caracterizados junto às AVU, sendo elas classificadas pelo entorno ao sobrepormos pelos preceitos da produção do espaço urbano, vemos uma distribuição dos espaços com maiores qualificações na porção mais central da cidade de Ituiutaba, evidenciamos que as praças mais antigas são aquelas que guardam consigo maior significação, que desde as últimas décadas mesmo possuindo reserva para tal, as áreas periféricas carecem de espaços públicos qualificados, conduzindo para nosso objeto, de AVU. O que em linhas gerais nos leva a novos questionamentos e uma nova agenda de pesquisa. Desta forma, podemos inquirir que: Para quem são as AVU na cidade de Ituiutaba? Existe uma apropriação diferencial do espaço público na cidade de Ituiutaba? Como o processo recente de expansão urbana transformou o espaço público? A estrutura urbana de Ituiutaba contribui a realização de práticas socioespaciais voltadas ao convívio, a ação comunicativa e a ação política? O debate e a reflexão continuam, pois a cidade não para...

REFERÊNCIAS

ALEX, Sun. Projeto Praça: Convívio e exclusão no espaço público. 2. ed. São Paulo: Senac, 2011. 291 p.

ALVAREZ, Isabel Pinto. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvia Maria. A cidade Contemporânea: Segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2016. p. 111-126.

ALVAREZ, Isabel Pinto. Produção do espaço em tempos de crise. In: BENACH, Núria et al. Justiça espacial e o direito à cidade. São Paulo: Contexto, 2017. p. 63-78. (Coleção Metageografia).

ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de; ANGELIS NETO, Generoso de. Os elementos de desenho das praças de Maringá - PR. Acta Scientiarum, [S.I.], v. 5, n. 22, p.1445-1454, jan. 2000.

ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de; CASTRO, Rosana Miranda de; ANGELIS NETO, Generoso de. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. Engenharia Civil, [S.I.], n. 20, p.57-70, jan. 2004.

ARENDT, Hannah. A condição humana. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. 352 p. (Tradução: Roberto Raposo).

BARBOSA, Jessica Oliveira; PEREIRA, Lucas Alves. Os territórios dos vendedores ambulantes sazonais na cidade de Ituiutaba-MG: Um Estudo de caso que tem como Brejo do Cruz a origem dos migrantes. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 15., 2018, Catalão. Anais... . Catalão: Ufg, 2018. p. 588 - 599.

BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. REVSBAU, Piracicaba - Sp, v. 6, n. 3, p.172-188, set. 2011.

BENINI, Sandra Medina. Áreas Verdes Públicas: A construção do conceito e a análise geográfica desses espaços no ambiente urbano. 2009. 283 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BENINI, Sandra Medina; MARTINS, Encarnita Salas. Decifrando as áreas verdes públicas. Revista Formação, [S.I.]. v. 2, n. 17, p.63-80, 2010.

BOVO, Marcos Clair. Áreas Verdes Urbanas, Imagem e Usos: Um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá - PR. 2009. 324 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BRAGHIROLI, Taison Luiz de Paula. Implicações naturais e antrópicas responsáveis pelo desencadeamento de feições erosivas no Parque do Goiabal em Ituiutaba (MG). 2017. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 6766, de 19 de dezembro de 1979. Brasília, 19 dez. 1976. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF.

BRASIL. Lei. Nº 9.985, DE 18 DE julho DE 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 26 dez. 2018.

BRASIL. O conceito do equipamento. Disponível em: <http://ceus.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2017/12/02_O_conceito_do Equipamento.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2018.

BUCCHERI FILHO, Alexandre Theobaldo; NUCCI, João Carlos. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR. Revista do Departamento de Geografia, [S.I.], n. 18, p.48-59, 2006.

BUCCHERI FILHO, Alexandre Theobaldo; NUCCI, João Carlos. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR. Revista do Departamento de Geografia, S.i., n. 18, p.48-59, 2006.

BUCCHERI FILHO, Alexandre Theobaldo; TONETTI, Emerson Luis. QUALIDADE AMBIENTAL NAS PAISAGENS URBANIZADAS. Revista Geografar, [s.l.], v. 6, n. 1, p.23-54, 30 jun. 2011. Universidade Federal do Parana. <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v6i1.21802>
<https://doi.org/10.5380/geografar.v6i1.21802>

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A VIRADA ESPACIAL. Mercator, Fortaleza, v. 5, n. 14, p.7-16, dez. 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole. São Paulo: Labur Edições, 2017, 2ª edição revisada, 317p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2016. 157 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Crise Urbana. São Paulo: Contexto, 2015. 191 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007. 123 p.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 590 p. (Coleção Pe). Tradução: Arlene Caetano.

CAVALHEIRO, Felisberto; PICHIA, Paulo Celso Dorneles del. Áreas verde: Conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1. 1992, Vitória. Anais... . Vitória: Cbau, 1992. p. 29 - 38.

CHAVES, Luciana Domingues. Produção do espaço urbano e mercado imobiliário: a oferta de terrenos não edificadas e imóveis residenciais urbanos em Ituiutaba (MG). 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016

COCOZZA, Glauco de Paula; OLIVEIRA, Lucas Martins de. Forma urbana e espaços livres na cidade de Uberlândia (MG), Brasil. Paisagem e Ambiente: Ensaios, São Paulo, p.9-32, jan. 2013.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. ND – 3.4: Projetos de Iluminação Pública. Belo Horizonte: Cemig, 2012. 64 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: Um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2014. p. 41-52.

COSTA, Rildo Aparecido. Análise biogeográfica do Parque Municipal do Goiabal em Ituiutaba-MG. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 1, n. 33, p.68-83, jan. 2011. ISSN: 2176-5774. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2042/1932>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

CRUZ, Bruno Madeira. Procedimentos Metodológicos Para Avaliação Da Arborização Urbana Na Cidade De São Paulo. Paisagem e Ambiente: Ensaio, São Paulo, v. 31, p.25-60, 2013.

DALTOÉ, Graciela Aparecida Berté; CATTONI, Edson Luis; LOCH, Carlos. Análises das Áreas Verdes do Município de São José – SC. In: Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, Florianópolis, 2004, Anais.... Florianópolis: UFSC, 2004.

DAMASCENO, Isabelle Aparecida; MOURA, Gersa Gonçalves. Ituiutaba (MG): Reflexos das condições sociais e da habitação na (re)estruturação urbana da cidade. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; MOURA, Gersa Gonçalves; COSTA, Rildo Aparecido (Org.). Geografia do Brasil Central: Enfoques teóricos e particularidades regionais. Uberlândia: Assis, 2009. p. 379-408.

FERREIRA, Leilane de Fátima; CARRILHO, Silvio Tavares; MENDES, Paulo Cesar. Áreas verdes urbanas: uma contribuição aos estudos de ilhas de frescor. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and humanities research medium, Ituiutaba, v. 6, n. 2, p.101-129, dez. 2015.

GALENDER, Fany Cutcher. Considerações sobre a conceituação dos espaços públicos urbanos. Paisagem e Ambiente, [s.l.], n. 4, p.113-120, 10 dez. 1992. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i4p113-120>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133743/129645>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

GERALDO, João Carlos. A Evolução dos Espaços Livres Públicos de Bariri, Brotas e Dois Córregos – SP. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 1997.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. A condição Urbana: Ensaio de Geopolítica da Cidade. 5. ed. Rio de

Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 304 p.

GUERRA, Maria Eliza Alves; LIBERA, Izabela Ilka Medeiros dalla. Agentes Produtores Da Forma Urbana Nas Cidades Médias Do Triângulo Mineiro E Alto Paranaíba – Estudo De Caso: Ituiutaba. In: COLÓQUI QUAPA SEL, 9., 2014, Vitória. Anais... . Vitória: Ufes, 2014. p. 1 - 22. Disponível em: <<http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/03/Agentes-produtores-da-forma-urbana-nas-cidades-m%C3%A9dias-do-tri%C3%A2ngulo-mineiro-e-alto-Parana%C3%ADba-%E2%80%93-estudo-de-caso-Ituiutaba.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Unesp, 2014. 565 p. Tradução: Denílson Luís Werle.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. Ciudades rebeldes: del derecho a la ciudad a la revolución urbana. Madrid: Ediciones Akal, 2013.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014. 348 p.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a História. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970. 121 p. (Interpretações da História do Homem).

HIJIOKA, Akemi et al. Espaços livres e espacialidades da esfera da vida pública: uma proposição conceitual para o estudo de sistemas de espaços livres urbanos no país. Paisagem Ambiente: Ensaios, São Paulo, n. 23, p.116-123, jan. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. . Censo demográfico. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de Influência das Cidades. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=publicacoes>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

ITUIUTABA. Lei complementar n. 153, de 13 de julho de 2018. Disponível em: <<https://www.ituiutaba.mg.gov.br/legislacao/leis-complementares/2018>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

ITUIUTABA. Lei nº 1.826, de 24 de agosto de 1977. Disponível em: <<http://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-1977/lei-no-1-826-de-24-de-agosto-de-1977/view>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

ITUIUTABA. Lei nº 4.578, de 29 de junho de 2018. Disponível em: <<https://static-data.com.br/pmi/upload/publicacoes/lei-n-4-578-de-29-de-junho-de-2018.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

ITUIUTABA. Lei Orgânica do Município de Ituiutaba. Disponível em: <<https://www.ituiutaba.mg.gov.br/antigo/imgTxt/file/LEI%20ORGANICA.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

ITUIUTABA. PREFEITURA MUNICIPAL. Câmara Municipal de Ituiutaba. 2018. Disponível em: <<http://www.ituiutaba.mg.leg.br/>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

LAMAS, Jose Manuel Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2004. 590p.

LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 178 p. Tradução de Sérgio Martins.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. 144 p. Tradução: Rubens Eduardo Frias.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira et al. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2, 1994, São Luís. Anais... . São Luís: Cbau, 1994. p. 539 - 553.

LOBODA, Carlos Roberto. Estudo das áreas verdes urbanas de Guarapuava – PR. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Maringá. Curso de Pós-graduação em Geografia.

Maringá, 2003.

LOBODA, Carlos Roberto; ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de. Áreas verdes públicas urbanas: Conceitos, usos e funções. *Ambiência: Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais*, Guarapuava, v. 1, n. 1, p.125-139, jun. 2005. Semestral.

LOBODA, Carlos Roberto; MOURA, Gerusa Gonçalves; MIYAZAKI, Vitor Koiti. Do teórico para o prático: oficinas informativas e o plantio de árvores em Ituiutaba –MG. In: *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 33, v. 1, p.106-117, jan./jul. 2011.

LOMBARDO, Magda Adelaide. *Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1985. 244p., il

MACEDO, Silvio Soares. *Espaços Livres. Paisagem e Ambiente: Ensaio*, São Paulo, n. 7, p.15-56, jun. 1995.

MAGNOLI, Miranda Maria Martinelli. *Espaços livres e urbanização: uma introdução à aspectos da paisagem metropolitana*. São Paulo, 1983. Tese (livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1983.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MAZZEI, Kátia; COLESANTI, Marlene Teresinha Munro; SANTOS, Douglas Gomes dos. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 1, n. 19, p.33-43, 2007.

MILANO, Miguel Serediuk. *Planejamento da arborização urbana: relações entre áreas verdes e ruas arborizadas*. In: *Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana. Anais Curitiba: FUPEF*. 1990.

MINAKI, Mônica. *As praças públicas de Araçatuba/SP: análise de um indicador da qualidade ambiental urbana*. 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista - Faculdade de ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2007.

MORIN, Edgar. O método. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2001-2008

NARCISO, Carla Alexandra Filipe; VELÁSQUEZ, Blanca Rebeca Ramírez. Discursos, política y poder: el espacio público en cuestión. Territorios, [S.I.], v. 18, n. 35, p.37-57, 15 ago. 2016. Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario.

NOVAES, Rômulo Dias; MIRANDA, Aline Silva; DOURADO, Victor Zuniga. Velocidade usual da marcha em brasileiros de meia idade e idosos. Rev Bras Fisioter, São Carlos, v. 2, n. 15, p.117-122, mar. 2011.

NUCCI, João Carlos. Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). 2. ed. Curitiba: O Autor, 2008. 150 p.

NUCCI, João Carlos; PRESOTTO, Andréa. Planejamento dos espaços livres localizados nas zonas urbanas. In: SANTOS, Douglas Gomes dos; NUCCI, João Carlos. Paisagens Geográficas: Um tributo a Felisberto Cavalcanti. Campo Mourão: Fecilcam, 2009. p. 78-102.

OLIVEIRA, Carlos Henke de. Planejamento Ambiental na Cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e proposta. 1996. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Biológicas e da Saúde, Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

PEREIRA, L. B.; PEREIRA, L. A. Análise de dados climáticos para efeito comparativo entre as áreas verdes e áreas construídas no espaço urbano de Ituiutaba (MG) in: XII Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, 2016, Goiânia. Anais...XII Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica. Goiânia: Gráfica UFG, 2016. v.12. p.1023 - 1033

PEREIRA, Lucas Alves. Análise da paisagem da Avenida Minas Gerais em Ituiutaba (MG): Um olhar a partir dos espaços livres e áreas verdes. 2016. 84 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2016.

PEREIRA, Lucas Alves; LOBODA, Carlos Roberto. Área verde urbana na forma de canteiro central: estudo sobre a Avenida Minas Gerais em Ituiutaba (MG). Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista, [S.I.], v. 13, n. 8, p.74-88, 17 dez. 2017. ANAP - Associação Amigos de Natureza de Alta Paulista.

PEREIRA, Lucas Alves; PEREIRA, Lucas Bernardo. Áreas Verdes E Conforto Térmico: Um Estudo A Partir Da Praça Getúlio Vargas Em Ituiutaba (MG). In: XIII Simpósio Brasileiro De Climatologia Geográfica, 13., 2018, Juiz de Fora. Anais... . Juiz de Fora: Ppgeo, 2018. p. 2096 - 2015.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. 284 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fauusp, Usp, São Paulo, 2012.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes; BENFATTI, Denio Munia. Sistemas de espaços livre urbanos: construindo um referencial teórico. Paisagem e Ambiente, [s.l.], n. 24, p.81-88, 31 dez. 2007. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP.
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i24p81-87>.
<https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i24p81-87>

RAFAEL, Luana Regina Mendes. Entre o ritmo, a cor e o movimento: as territorialidades na festa de congada da cidade de Ituiutaba/MG. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Ich, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2018. Disponível em:
 <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21554/5/RitmoCorMovimento%20.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. Praças brasileiras: Public squares in Brazil. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. 311 p.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; GARAIGES, Amália Inês. Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. Cap. 2. p. 99-104.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a. 384 p. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: EDUSP, 2005. 170p., 21cm. (Coleção Milton Santos, 7).

SANTOS, Milton. Espaço e Método. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2014b. 120 p. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos metodológicos da Geografia*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2014c. 132 p. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2014d. 176 p. (Coleção Milton Santos).

SBAU - Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. Carta a Londrina e Ibioporã. Boletim Informativo. v.3, n.5, 1996.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 205 p.

SILVA, Daniel de Araujo. *Por entre ruas e calçadas: A acessibilidade na área central de Ituiutaba/MG*. 2014. 146 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2014.

SILVA, Daniel de Araujo; SANTOS, Betânia Aparecida Barbosa dos; LOBODA, Carlos Roberto. As áreas verdes no contexto da cidade: um estudo sobre o parque Goiabal em Ituiutaba - MG. *Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista*, [s.i.], v. 11, n. 3, p.15-32, jan. 2015.

SILVA, Daniel de Araujo; VENCESLAU, Fabio Reis; LOBODA, Carlos Roberto. O parque do goiabal: lazer, esporte, educação e possibilidade de desenvolvimento do ecoturismo na cidade de Ituiutaba-MG. In: *Fórum Ambiental da Alta Paulista*, 12., 2016, Tupã. Anais.... Tupã: Anap, 2016. v. 12, p. 262 - 276.

SILVA, Maria Angélica da Costa. *Ituiutaba-MG no século XX: ordenamento urbano e saneamento*. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS, Uberlândia*, v. 29, n. 2, p.1-23, jun. 2016.

SOBARZO, Oscar Alfredo Mi-o. *Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente*. 2004. 224 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - Campus de Presidente Prudente, Presidente

Prudente, 2004.

Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. Carta a Londrina e Ibiporã - SBAU. Boletim Informativo. v.3, n.5, 1996.

SOJA, Edward. Postmetrópolis: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

SOUZA, Juliana Castro. Análise da Paisagem: Instrumento de Intervenção nos Espaços Livres da Lagoa da Conceição – Florianópolis. 2003. 103 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TEIXEIRA, Italo Filippi; SANTOS, Nara Rejane Zamberlan dos. Áreas de lazer públicas: Caracterização qualitativa da cidade de Veranópolis (RS). Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, [S.l.], v. 2, n. 2, p.1-10, jan. 2007.

TROPPEMAIR, Helmut; GALINA, Márcia Helena. Áreas Verdes. Território & Cidadania. Rio

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. Sobre espaço público e heterotopia. Geosul, Florianópolis, v. 24, n. 48, p.7-26, dez. 2009

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar. Felipe. Por uma perspectiva geográfica dos espaços públicos: repensando a espacialidade da dimensão social. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, v. 22, n., p.67-78, dez. 2007

APÊNDICE

LISTA DE PRAÇAS EM ITUIUTABA A PARTIR DO MAPA (2017)

Nº	Praças	Bairro	Nº	Praças	Bairro
1	Cônego Ângelo	Centro	33	Antônio Cardilho	Bela Vista
2	Adelino De O. Carvalho	Centro	34	Ameno Vilela Carvalho	Paranaíba
3	Getúlio Vargas	Centro	35	Sem denominação oficial	São José
4	Joaquim A. Morais	Centro	36	Luiz Alberto	São José
5	13 de Maio	Centro	37	Brasília	Satélite Andradina
6	Benedito Valadares	Centro	38	Caiaônia	Platina
7	Dos Trabalhadores	Centro	39	José Moreira Gonçalves	Platina
8	Mário Natal Guimarães	Natal	40	José da Silva Ramos	Platina
9	Tancredo Neves	Progresso	41	Sem denominação oficial	Centro
10	Da Saudade	Progresso	42	Sem denominação oficial	Centro
11	Rui Barbosa	Santa Maria	43	Sem denominação oficial	Marta Helena
12	Esporte	Tupã	44	Pedro de Freitas Barros	Marta Helena
13	Dom Pedro I	Independência	45	Jaime Vilela Meinberg	Progresso
14	Ipiranga	Independência	46	Novo Tempo	Alvorada
15	Dois Poderes	Vila Esperança	47	Sem denominação oficial	Jardim Europa
16	Nelson dos Reis D. Júnior	Santa Edwiges	48	Sem denominação oficial	Jardim Europa
17	Alcides Junqueira	Junqueira	49	Maria da Glória C. de Macedo	Lagoa Azul
18	Luiz Marquez	Novo Horizonte	50	Eng. Luiz Antônio Moreira	Marta Helena
19	Virgílio Luiz Mamede	Ipiranga	51	João Avi	Sol Nascente
20	Alan Kardek	Ipiranga	52	Sem. Nogueira da Gama	Sol Nascente
21	Hilário Rodrigues Chaves	Ipiranga	53	Professor Laurindo	Sol Nascente
22	José Venâncio da Silva	Ipiranga	54	Santos Dumont	Guimarães
23	Antônio Miguel Zacarias	Ipiranga	55	Pedro Martins dos Santos	Jardim Jamila
24	João Cinquini	Ipiranga	56	Prof. José Arcênio de Paula	Jardim Jamila
25	Sem denominação oficial	Resid. Drummond	57	Sem denominação oficial	Novo Tempo II
26	Sem denominação oficial	Resid. Drummond	58	Sem denominação oficial	Novo Tempo II
27	Sem denominação oficial	Resid. Drummond	59	Sem denominação oficial	Centro
28	Sem denominação oficial	Resid. Drummond	60	Prefeito Acácio Cintra	Lagoa Azul
29	Sem denominação oficial	Resid. Drummond	61	Dr. David Ribeiro Gouveia	Santo Antônio
30	Sem denominação oficial	Resid. Drummond	62	Valdomiro Teixeira Naves	Junqueira
31	Sem denominação oficial	Resid. Drummond	63	São Judas	Platina
32	Sem denominação oficial	Resid. Drummond			

ÍNDICE DE CONTINGÊNCIA POPULACIONAL

Segmento 1	icp				Números absolutos				Área AVU	Área de abrang.
	Absoluta	0 11	11 18	60+	Absoluta	0 11	11 18	60+		
Novo Tempo	18,75	2,68	2,13	1,82	988	141	112	96	5208	526978
Maria da Glória Chaves Macedo	35,09	5,74	4,10	3,40	1943	318	227	188	5550	553654
Eng. Luiz Antônio Moreira	52,46	7,67	5,99	7,67	814	119	93	119	4080	155165
Pedro de Freitas Barros	53,50	7,92	6,16	8,05	2440	361	281	367	1418,08	456059
José Moreira Gonçalves e Caiapônia	46,93	5,92	4,54	8,74	4376	552	423	815	6400,52	932476
Total	41,35	5,98	4,58	5,93	10561	1491	1136	1585	22656,6	2624332

Segmento 2	icp				Números absolutos				Área AVU	Área de abrang.
	Absoluta	0 11	11 18	60+	Absoluta	0 11	11 18	60+		
Trabalhadores	32,42	4,12	2,98	5,78	1425	181	131	254	18375,77	439562
Conego Angelo	26,60	2,68	2,16	6,80	1883	190	153	481	12377,8	707858
Getulio Vargas	33,04	2,65	2,78	8,94	3213	258	270	869	14385	972534
Benedito Valadares	42,50	4,68	4,39	9,20	1907	210	197	413	8212	448755
Mário Natal Guimarães	60,08	11,62	6,98	8,23	5358	1036	622	734	6400	891749
13 de Maio	45,54	5,19	4,48	10,69	1729	197	170	406	11322	379690
Alcides Junqueira	56,93	7,72	6,58	9,96	5292	718	612	926	7473,82	929636
Total	42,44	5,52	4,33	8,51	20807	2790	2155	4083	78546,39	4769784

Segmento 3	icp				Números absolutos				Área AVU	Área de abrang.
	Absoluta	0 11	11 18	60+	Absoluta	0 11	11 18	60+		
Tancredo Neves e da Saudade	32,76	4,44	3,31	6,07	2576	349	260	477	11792,15	786257
Jaime Vilela Meinberg	27,43	4,05	3,00	3,15	183	27	20	21	2731,46	66723
Hilarião Rodrigues Chaves	31,93	4,36	3,75	5,13	996	136	117	160	4176	311924
Total	30,71	4,28	3,35	4,78	3755	512	397	658	18699,61	1164904

Áreas isoladas	icp				Números absolutos				Área AVU	Área de abrang.
	Absoluta	0 11	11 18	60+	Absoluta	0 11	11 18	60+		
Sen. Moreira Gama	28,89	3,49	3,06	3,56	869	105	92	107	10820	300747
Antonio Cadilho	29,36	4,96	3,51	3,63	769	130	92	95	4984,69	261928
Sem denominação oficial 57	34,35	6,30	4,66	2,71	987	181	134	78	2268,59	287336
Luiz Marques	26,01	4,25	3,04	2,68	1250	204	146	129	7353,04	480528
Total					3875	620	464	409	25426,32	1330539